



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HILDA MARIA DANIEL DA SILVA

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NAS PROPRIEDADES
ADQUIRIDAS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE

JOÃO PESSOA – PB

2023

HILDA MARIA DANIEL DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NAS PROPRIEDADES
ADQUIRIDAS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero
Junior

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Hilda Maria Daniel da.

Estratégias de reprodução do campesinato nas propriedades adquiridas a partir do programa nacional de crédito fundiário no município de Crato-CE / Hilda Maria Daniel da Silva. - João Pessoa, 2023.
237 f. : il.

Orientação: Marco Antonio Mitidiero Junior.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Crédito fundiário. 2. Contrarreforma agrária. 3. Campesinato cearense. I. Mitidiero Junior, Marco Antonio. II. Título.

UFPB/BC

CDU 336.773(043)



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA HILDA
MARIA DANIEL DA SILVA, CANDIDATA AO
TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA, NA ÁREA
DE TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), às 10:00 (dez) horas, pela plataforma Google Meet, reuniram-se, em caráter de solenidade pública, os membros da comissão designada para avaliar **Hilda Maria Daniel da Silva**, candidata ao grau de mestre em Geografia, na área de Território, Trabalho e Ambiente. Foram componentes da banca examinadora os professores Marco Antonio Mitidiero Junior (orientador) – Doutor em Geografia; Anieres Barbosa da Silva (examinador interno), Doutor em Geografia; Francisco Amaro Gomes de Alencar (examinador externo) Doutor em Geografia; sendo o primeiro e segundo integrante do corpo docente da UFPB, terceiro integrante do corpo docente da UFC. Dando início aos trabalhos, a Presidente da banca, Prof. Marco Antonio Mitidiero Junior, após declarar os objetivos da reunião, apresentou a candidata Hilda Maria Daniel da Silva, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: “**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESinATO NAS PROPRIEDADES ADQUIRIDAS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE**”. Após discorrer sobre o referido tema, a candidata foi arguida pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovado**. Face à aprovação, declarou a Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitado a receber o Grau de mestre em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do Diploma a que a mesma fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Orientador

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Examinador interno

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Examinador externa

AGRADECIMENTOS

O processo de construção e de desenvolvimento de uma pesquisa não se faz sozinho. São muitas pessoas que caminharam ao meu lado, para que essa etapa tenha sido concluída.

Esse mestrado foi conquistado com muita leveza, felicidade e gratidão e eu devo isso principalmente a minha família, pois, por conta da pandemia do COVID-19, voltei para o sítio, para a casa dos meus pais, por ser lá o lugar seguro para mim, seguro especialmente no sentido afetivo. É nessa casa, rodeada de árvores, de bichos e de pássaros que encontro paz, amor e segurança, e foi nessa casa, rodeada de todo amor, que eu cursei as disciplinas, realizei leituras, produzi trabalhos e o texto final da dissertação.

Agradeço principalmente aos meus pais, Paulo Domingos e Lucia Daniel. Educadores ao longo de toda a sua vida, sempre foram os maiores incentivadores para que eu retornasse à academia e sei que essa conquista é motivo de muito orgulho para eles. Eles foram minha inspiração e motivo para concluir a pesquisa.

A minhas irmãs, que sonharam comigo, apoiaram-me e alegraram-se a cada passo dado, Geiza Daniel, Gesiane Daniel, Maria Clara, especialmente Maria Lucivania e Paula Romana que, além de todo apoio indireto, também estiveram comigo ao longo da coleta de dados. Obrigada, irmãs, eu amo vocês. Sem vocês eu não teria conseguido.

Aos meus sobrinhos, Danilo Daniel, Eliza Maria, Maria Amélia, Alice Maria e João Pedro, que com toda a inocência, bondade e pureza, trouxeram leveza para os meus dias.

Aos camponeses que, com muita generosidade, aceitaram participar da etapa da coleta de dados. Sem suas histórias, essa pesquisa não teria sido efetuada.

Agradeço aos meus primos, Naldo e Suzana Fernandes pelo apoio e presença durante a etapa da coleta de dados.

Ao professor Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior, que de uma forma bastante disponível, responsável, dedicada e séria orientou a produção dessa pesquisa, na qual em nenhum momento se furtou de esclarecer caminhos para o avanço das etapas a serem cumpridas. Sua competência e seriedade certamente foram essenciais para que eu sentisse segurança na produção do meu texto final.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, especialmente aos professores das disciplinas, Dirce Suetergaray, Doralice Maia, Demósteles, Ivan Moreira, Emília Moreira, Anieres Silva e Josias Galvão, como também os professores Sávio José Dias e Claudio Ubiratan, professores da disciplina especial cursada por mim na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Claudio Ubiratan que além de ter sido professor em disciplina especial,

também foi responsável pelo enriquecedor Campo Metodológico Opará, realizado junto ao povo Pankararu. Ao professor Ubiratan, responsável pela única disciplina presencial que tive a oportunidade de participar ao longo do mestrado e que enriqueceu meu olhar sobre a grandeza da região Nordeste, o meu mais profundo agradecimento.

Ao professor Dr. Claudemir Castro agradeço pelas críticas e sugestões no momento da qualificação.

Agradeço às amigadas construídas dentro do Grupo de Estudos em Geografia Agrária (GEA) que são parte da minha vida e da minha trajetória.

Ao professor Judson Jorge, pelo apoio desde quando ainda monitora de sua disciplina, até o momento de leitura atenta e sugestões feitas ao projeto de pesquisa a ser submetido na seleção do mestrado.

A Anderson Camargo, amigo-irmão que acompanhou todos os passos de perto e destinou valiosas observações e sugestões ao longo de todo o processo desde a seleção, até a escrita da versão final da dissertação. Sem ele, as dificuldades teriam sido sentidas de forma mais drástica. Sua competência e incentivo, engrandeceram a pesquisa e o texto. Seu apoio e amparo emocional me ergueram em momentos muito delicados, a ele, minha profunda e eterna gratidão.

A Geislam Gomes de Lima, grande amigo que foi essencial para a construção dos mapas da pesquisa, além de me fortalecer com sua presença e valiosa amizade.

A professora e amiga Ana Roberta Piancó, pelo incentivo de sempre, desde as reuniões do GEA até a presença na qualificação com muitas observações e direcionamentos.

Agradeço aos amigos João Ricardo, Rosângela Bernardino e Solange pelas observações perspicazes, pela escuta e incentivos constantes nos momentos de diálogo e desabafo.

Agradeço profundamente à Tamires Nascimento pela bondade, amizade e zelo que teve comigo ao longo dos dias atribulados.

Aos amigos que ganhei na UFPB, Kerol, Fideles, Fábio Pereira, Edney Conceição e Joelma Miranda, que mesmo nunca os vendo pessoalmente, por conta da pandemia do COVID-19, a qual impossibilitou que as aulas fossem presenciais, caminharam juntos no processo de pesquisa, com ajuda e trocas ao longo das aulas e das reuniões do grupo que denominamos de Grupo de estudos José de Sousa Martins.

RESUMO

Ao longo de toda a história do Brasil, os dois únicos Planos Nacionais de Reforma Agrária elaborados não foram executados. O que ocorreu no país, historicamente, foi o descaso dessa política pública tão importante para o desenvolvimento socioeconômico de sua população, ao passo que se constata que a partir da década de 1990 há uma ampliação nos investimentos dos programas de compra e venda de terras, que são políticas pensadas pelo Banco Mundial que, em tese, deveriam ser executadas de forma complementar à reforma agrária, porém, vem se territorializando de forma cada vez mais abrangente no Brasil, sendo esta uma das faces da contrarreforma agrária. Um desses programas é o Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) que foi criado em 2003, sendo que no estado do Ceará, até a atualidade, foi responsável pela compra de 391 propriedades em 116 municípios. Utilizando como método norteador o materialismo histórico-dialético e amparados nos temas e conceitos de campesinato, reforma agrária e contrarreforma agrária, nosso estudo objetivou compreender de que forma os camponeses das propriedades compradas a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário vem se reproduzindo. Como delimitação da temática, optamos por pesquisar três propriedades localizadas no município de Crato, estado do Ceará, sendo elas a Fazenda São Silvestre, o Condomínio Rural Sítio Jenipapo e o Alegre Frutas. O nosso recorte temporal foi definido de 1996, ano que foi desenvolvido no estado do Ceará a primeira experiência de programa de compra e venda de terras, até o ano de 2022, período em que foram realizadas nossas coletas de dados. Alicerçado na leitura de bibliografia sobre a temática, de dados obtidos na Secretaria de Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará, do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará e dos dados coletados junto aos camponeses a partir das entrevistas semiestruturadas, os resultados expostos no trabalho demonstram que os camponeses não possuem plenas condições produtivas dentro das propriedades compradas a partir do crédito fundiário. As propriedades possuem sérias limitações de ordem física-estrutural agravadas pela ausência de assistência técnica, o que ocasiona na reduzida capacidade dos camponeses em realizar suas produções agrícolas e força-os a buscarem estratégias diversas para a obtenção de renda, como por exemplo, a venda de partes dos lotes. Acreditamos que o referido trabalho é uma contribuição para um maior entendimento do espaço agrário cearense e oferece subsídios para a ampliação de questões a respeito da influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas nacionais, bem como, nas limitações que o campesinato possui para sua reprodução nas propriedades adquiridas a partir de programas de compra e venda de terras.

Palavras-chave: Crédito fundiário; Contrarreforma agrária; Campesinato Cearense.

ABSTRACT

The two sole National Land Reform Plans devised in Brazil throughout its history were not efficiently implemented. Historically, what occurred in Brazil was the sidelining of this crucial public policy for the socio-economic development of its population. Conversely, since the 1990s, there has been an expansion in investments in land purchase and sale programs. These policies, conceived by the World Bank, theoretically should complement land reform. However, they have been progressively territorializing in Brazil, representing one facet of counter-land reform. One such program is the National Land Credit Program (PNCF), established in 2003. In the state of Ceará, up to the present, it has been responsible for acquiring 391 properties across 116 municipalities. Guided by historical-dialectical materialism and anchored in themes and concepts of peasantry, land reform, and counter-land reform, our study aimed to comprehend how peasants on properties acquired through the National Land Credit Program are developing their productive strategies. Focusing on three properties in the municipality of Crato, Ceará—namely, São Silvestre Farm, Rural Condominium Sítio Jenipapo, and Alegre Frutas—we delimited our theme. Our temporal scope spans from 1996, the year the first land purchase and sale program was initiated in Ceará, to 2022, the period during which our data collection took place. Built on the review of literature on the subject, data obtained from the Agrarian Development Secretariat of the state of Ceará, the Agrarian Development Institute of Ceará, and data collected from peasants through semi-structured interviews, the findings presented in this study demonstrate that peasants do not possess optimal productive conditions within properties acquired through land credit. These properties face serious physical-structural limitations exacerbated by the absence of technical assistance, resulting in the peasants' diminished capacity to carry out agricultural production and compelling them to seek diverse strategies for income generation, such as selling portions of the plots. We believe this work serves as a valuable tool for a deeper understanding of the agrarian space in Ceará and provides insights for expanding discussions on the influence of international organizations on the formulation of public policies and the limitations faced by the peasantry for their reproduction on properties acquired through land purchase and sale programs.

Keywords: Land credit; Counter-land reform; Ceará peasantry.

LISTA DE ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BT	Banco da Terra
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CDT	Programa Cédula da Terra
COGERH	Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPR	Combate à Pobreza Rural
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICID	Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABGEA	Laboratório de Geografia Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SIC	Subprojeto de Investimento Comunitário
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Hierarquia dos programas previstos no I PNRA	53
Gráfico 2 - Público alvo do II PNRA	66
Gráfico 3 - Metas de assentamentos nas campanhas presidenciais de Luíz Inácio Lula da Silva	71
Gráfico 4 - Número de ocupações de terras ocorridas no Brasil no período de 1995 a 2007	72
Gráfico 5 – Número de ocupações de terras ocorridos no Brasil de 2011 a 2016	80
Gráfico 6– Número de projetos de assentamentos criados no Brasil	81
Gráfico 7 – Número de estabelecimentos agropecuários Ceará - 2017	84
Gráfico 8 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários – município do Crato-CE – 2017	85
Gráfico 9 - Número de Operações do PNCF por Regiões de 2017 a 2022–	121
Gráfico 10 – Número de Operações do PNCF por Estados— 2017 a 2023	121
Gráfico 11 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários por tamanho – município do Crato-CE - 2017	147
Gráfico 12 – Área ocupada pelo estabelecimentos agropecuários – município do Crato-CE - 2017	148
Gráfico 13 - Quantidade de estabelecimentos agropecuários menores que 20 hectares – município do Crato-CE - 2017	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Fazenda São Silvestre.	31
Tabela 2 - Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo.	31
Tabela 3 - Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Alegre Frutas.	32
Tabela 4 - Metas previstas no I PNRA	51
Tabela 5 - Financiamento do PNRA para 1985/86	54

Tabela 6 - Número de famílias assentadas no período de 1995 até 2002 e previsão de assentamentos até 2007	67
Tabela 7 - Ações e período de implantação previstos	69
Tabela 8 - Número de assassinatos em conflitos no campo de 2003 a 2006 - Brasil	76
Tabela 9- Quantitativo de famílias assentadas. 2003 a 2010	78
Tabela 10 - Assassinatos em conflitos no campo no Brasil de 1985 a 1996	90
Tabela 11 - Quantidades de propriedades adquiridas a partir do Projeto São José no estado do Ceará.	98
Tabela 12 - Quantidade de propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Cédula da Terra de 1997 a 2002.	104
Tabela 13 - Quantidade de propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra	111
Tabela 14 - Linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário:	117
Tabela 15 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Centro-Sul do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	124
Tabela 16 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região da Grande Fortaleza do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	124
Tabela 17 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Leste do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	125
Tabela 18 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Norte do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	126
Tabela 19– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Oeste/Vale do Curu do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	127
Tabela 20– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Maciço de Baturité do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	128
Tabela 21– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Serra da Ibiapaba do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	129
Tabela 22– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão Central do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	130
Tabela 23– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Canindé do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	131

Tabela 24– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Crateús do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	132
Tabela 25– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão dos Inhamuns do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	133
Tabela 26– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Sobral do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	134
Tabela 27– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Vale do Jaguaribe do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	135
Tabela 28– Quantidade de propriedades adquiridas na Região do Cariri do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	136
Tabela 29 – Número de famílias beneficiadas, área total dos imóveis e média de área por família no Programa Nacional de Crédito Fundiário por Mesorregião do estado do Ceará	137
Tabela 30 – Quantitativo de propriedades adquiridas por programas de compra e venda de terras e de assentamentos consolidados no estado do Ceará até o ano de 2022.	142
Tabela 31 – Propriedades adquiridas a partir do Crédito Fundiário no município de Crato	150
Tabela 32 – Detalhamento das produções e criações dos camponeses da Fazenda São Silvestre – 2022	161
Tabela 33 – Detalhamento das produções e criações dos camponeses do Condomínio Rural Sítio Jenipapo - 2023	174
Tabela 34 – Descrição das atividades coletivas desenvolvidas nas propriedades	191
Tabela 35 – Quantitativo das vendas de lotes – 2022	193
Tabela 36 – Divisão da área total das propriedades pelo número de famílias	197

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da localização das propriedades pesquisadas e do município de Crato-CE	16
Mapa 2 - Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas pelo Projeto São José – Reforma Agrária Solidária	99
Mapa 3– Área total das propriedades adquiridas pelo Projeto São José – Reforma Agrária Solidária	100
Mapa 4– Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas pelo Programa Cédula da Terra no Ceará.	106
Mapa 5– Área total das propriedades por município adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Cédula da Terra.	107
Mapa 6– Número de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra	113
Mapa 7– Área total por municípios das propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra.	114
Mapa 8 – Mapa das Regiões de Planejamento do estado do Ceará	123
Mapa 9– Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas por município no estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário	139
Mapa 10– Área total das propriedades adquiridas por município no estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário.	140
Mapa 11– Distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará - 2019.	142

LISTA DE FIGURAS

Figure 1 - Camponeses mutuários da Fazenda São Silvestre “Batendo” o amendoim	30
Figure 2 - Foto da planta baixa da Fazenda São Silvestre	155
Figure 3 - Casa de farinha do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante	160
Figure 4 – Área de extração de areia no Condomínio Rural Sítio Jenipapo	177
Figure 5 – Foto do croqui do Alegre Fruta – Lote 05	185
Figure 6 – Imagem de casa abandonada na propriedade Alegre Fruta I	194
Figure 7 – Imagem de casa abandonada na propriedade Alegre Frutas II	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	23
1. CAPÍTULO I: OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	36
1.1. I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – I PNRA. O PLANO DA NOVA REPÚBLICA.	44
1.1.1. Contexto de Criação	44
1.1.2. Estrutura do Plano	46
1.1.3. Receptividade e aplicação	54
1.2. II PNRA. REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES.....	58
1.2.1. Contexto de criação	58
1.2.2. Estrutura do Plano	64
1.2.3. Receptividade e aplicação	70
2. CAPÍTULO II: AS POLÍTICAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS NO ESTADO DO CEARÁ	83
2.1. AS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL.....	88
2.2. OS PROGRAMAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS NO CEARÁ	95
2.2.1. Projeto São José – Reforma Agrária Solidária	96
2.2.2. Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza – Programa Cédula da Terra.....	101
2.2.3. O Banco da Terra.....	110
2.2.4. Programa Nacional do Crédito Fundiário.....	116
3. CAPÍTULO III: O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) NO MUNICÍPIO DO CRATO-CE.....	146
3.1. FAZENDA SÃO SILVESTRE.....	152
3.1.1. Organização da associação	152
3.1.2. Estratégias de Organização e de Produção	158
3.2. CONDOMÍNIO RURAL SÍTIO JENIPAPO	165

3.2.2.	Organização da associação	165
3.2.3.	Estratégias de Organização e de Produção	169
3.3.	ALEGRE FRUTA	177
3.3.2.	Organização da associação	177
3.3.3.	Estratégias de Organização e de Produção	182
3.4.	SIMILARIDADES, ESPECIFICIDADES E CONTRADIÇÕES.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		201
REFERÊNCIAS		211
APÊNDICE		211
ANEXOS		211

INTRODUÇÃO

No Brasil, a concentração de terras é um assunto que provoca muitos debates no âmbito político, econômico e acadêmico, sendo apontada por muitos como a principal responsável pela desigualdade social no país, ou, pelo menos, como um fardo histórico presente na atualidade e produtor de parte das mazelas que constrói um país socialmente injusto. Nesse sentido, para superação de tais desigualdades, se faz necessário uma ampla reforma agrária, a qual foi tratada de forma não prioritária pelos sucessivos governos no comando do Estado brasileiro. Observa-se na nossa história que existe uma contrarreforma agrária que vem bloqueando, desde muito tempo, o acesso à terra por famílias camponesas. Por isso é costume escutarmos a expressão “a reforma agrária nunca saiu do papel”. Porém, não se pode esquecer que a reforma agrária, nos últimos 30 anos, saiu do papel na marra, ou seja, como conquista das lutas desencadeadas pelos movimentos sociais no campo.

Na luta pela terra muitas famílias conquistaram o direito de estar e trabalhar na terra. Entretanto, há um outro processo que envolve esse tema nas últimas três décadas que pode ser chamado de *pseudo reforma agrária*, que é a política de crédito fundiário para compra e venda de pequenas parcelas de terra. Imposta pela lógica de mercado, desenvolvida mais para silenciar os movimentos sociais do que para resolver seus problemas e para atender às demandas dos proprietários fundiários - do que para realizar profundas modificações na estrutura fundiária - foram arquitetados programas de compra e venda de terras como política de reforma agrária, é sobre essa política que debruçamos nossa pesquisa.

A partir da década de 1990 começaram a ser desenvolvidos no Brasil alguns programas que integram o que podemos chamar de programas de compra e venda de terras, dentre eles o Programa Cédula da Terra, o Programa Reforma Agrária Solidária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. No município de Crato-CE é possível encontrar algumas propriedades compradas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, porém iremos direcionar nossa investigação para três delas.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no estado do Ceará, é executado dentro da Coordenadoria de Crédito Rural (COCRED), órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Tal programa foi instituído pela lei complementar nº93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, alterado pelo Decreto nº 8.500 de 12 de agosto de 2015.

Essa modalidade de acesso à terra vem se especializando de forma bastante intensa no estado do Ceará e no município de Crato, modalidade essa pensada e imposta pelo Banco

Mundial, que passa a atuar no campo no sentido de cada vez mais, a partir de seus programas executados pelo Estado, tornar a terra um elemento pulsante do capital. É a terra como mercadoria e o Estado enquanto executor dessa política. Acreditamos que a territorialização dos programas de compra e venda de terras reforça e reproduz o processo de domínio de porções do território pelo capital. O crédito fundiário é uma das vias da territorialização do capital envolvendo o campesinato.

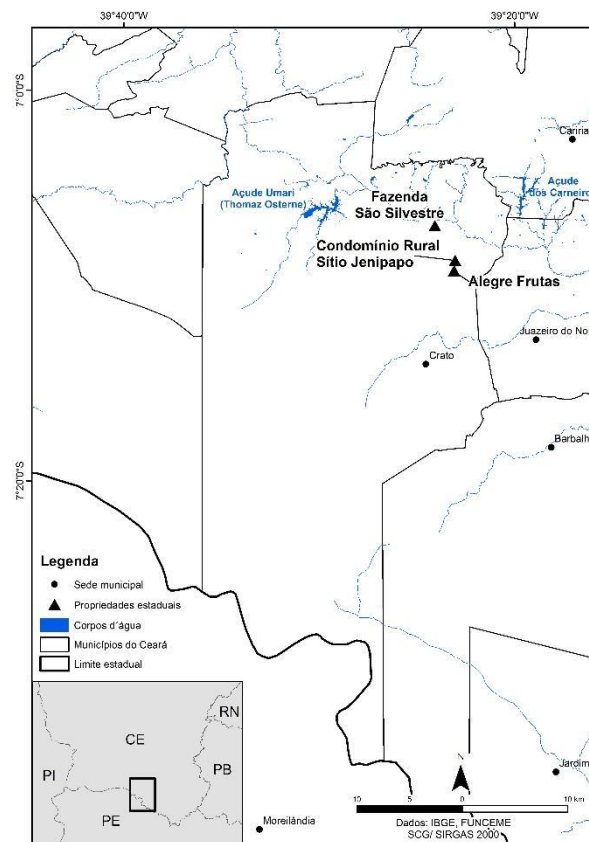
O estudo tem como recorte espacial o município de Crato que se localiza na região do Cariri, sul do estado do Ceará e que possui atualmente 12 propriedades adquiridas a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário e consideramos ser relevante o entendimento mais profundo de algumas dessas experiências.

Na intenção de investigar de que forma ocorrem as estratégias de reprodução do campesinato dentro das propriedades compradas a partir de programas de compra e venda de terras do Banco Mundial, este estudo busca um aprofundamento de análise a partir de três propriedades, sendo elas: Fazenda São Silvestre, adquirida em 2003 com adesão¹ de 18 famílias; o Condomínio Rural Sítio Jenipapo, propriedade adquirida também em 2003 com a adesão de 12 famílias e o Alegre Fruta, propriedade comprada em 2004 com a adesão de 10 famílias. Todas as propriedades que delimitamos para o nosso estudo estão situadas em um raio de 11 quilômetros de distância entre elas. O mapa 1 nos mostra a localização dos mesmos.

Ao longo da pesquisa, nosso esforço teve como intuito principal pensar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, de que forma tal programa se desenvolve no município de Crato a partir da análise de três propriedades adquiridas por tal mecanismo.

¹ O número de famílias que aderiram ao financiamento foi disponibilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará e é maior do que o atual número de mutuários presentes nas propriedades, pois houveram desistências de famílias desde a assinatura do contrato de financiamento até a atualidade.

Mapa 1 - Mapa da localização das propriedades pesquisadas e do município de Crato-CE



Fonte: Geislam Gomes Lima. 2023

Quanto à construção deste trabalho, vale ressaltar que os temas e os objetos do estudo não foram definidos aleatoriamente, mas foram construídos a partir de trabalhos desenvolvidos e de pesquisas realizadas dentro do Laboratório de Geografia Agrária (LABGEA) e do Grupo de Pesquisa, Território, Espaço e Movimentos Sociais, ambos da Universidade Regional do Cariri – URCA, no seu campus principal que se localiza na cidade de Crato. Participamos desses grupos desde 2008.

Os grupos acima mencionados desempenham um papel relevante nos estudos da questão agrária na região do Cariri. No início de suas atividades as pesquisas eram voltadas principalmente para o aprofundamento de problemáticas que envolviam especialmente o Assentamento 10 de Abril, mas posteriormente o âmbito de análise do grupo alargou-se e foram desenvolvidos vários projetos que procuraram aprofundar a reflexão sobre outros espaços, como por exemplo, comunidade Carrapato e o Baixio das Palmeiras, ambas localizadas no município de Crato, importantes comunidades rurais que possuem conflitos relevantes no que se refere a questão agrária.

As pesquisas desenvolvidas por estes grupos de pesquisa possibilitaram observar empiricamente a forte influência do capital na reprodução do campesinato caririense. A aquisição de propriedades a partir de programas de compra e venda de terras é um dos elementos que demonstra a massiva presença das normas e controles do capital sobre o campo do Cariri cearense – sendo que os grupos de estudos e pesquisas dos quais fazemos parte se debruçam para o entendimento dessas questões, como por exemplo, produzindo trabalhos que buscam pautar reflexões sobre estas políticas públicas.

Minha atuação enquanto pesquisadora integrante dos referidos grupos iniciou ainda no ano de 2008, quando cursava o 4º semestre da graduação em Licenciatura em Geografia e busquei me engajar em mais espaços dentro da universidade no intuito de buscar alguma possibilidade para desenvolver atividades que direcionassem para a área acadêmica. Participando ativamente das reuniões quinzenais e por vezes semanais do Grupo de Estudos em Geografia Agrária, reuniões essas que discutiam textos clássicos a respeito da questão agrária no Brasil, além de também desenvolver programações extras e abertas para os acadêmicos e para os movimentos sociais, como palestras, oficinas, exibição de filmes e o desenvolvimento de trabalhos de extensão desenvolvidos no Assentamento 10 de Abril.

Após a conclusão da graduação no ano de 2011, mesmo já atuando na educação básica, foi mantido o vínculo de membro do LABGEA, onde as leituras e discussões no referido grupo foram fundamentais para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em Geografia e Meio Ambiente, especialização essa cursada na Universidade Regional do Cariri (URCA). O trabalho final que tem o seguinte título: “Reforma Agrária no Cariri cearense, estudo comparativo entre o assentamento Malhada(Fazenda São Silvestre) e o assentamento Jenipapo, Crato – Ceará”, foi apresentado para a obtenção do título de especialista em Geografia e Meio Ambiente e sua elaboração nos trouxe uma grande aproximação com a temática do Crédito Fundiário e dos programas de compra e venda de terras desenvolvidos nessa região e nos instigou na proposição do projeto a ser desenvolvido no mestrado.

Nosso envolvimento com o tema do Crédito Fundiário surge tanto da experiência do grupo de estudos em geografia agrária, ainda no ano de 2016, quanto de um desejo pessoal de buscar compreender a presença do capital no campo. Eu faço parte dessa realidade. Venho de uma família de camponeses sem terra. Todos os meus avós tiveram a agricultura como profissão e modo de vida, desenvolvida sempre em propriedades de grandes fazendeiros e os rendimentos do trabalho na terra sempre foram partilhados à força com os patrões. Nesse sentido, meus pais e meus tios foram criados dentro dessa mesma lógica de exploração, que

só começou a mudar após o recebimento dos benefícios previdenciários, pois esse foi um fator que possibilitou que eles mudassem de vida, reduzindo, principalmente para meus avós, a necessidade de ser totalmente dependente dos fazendeiros. Um outro fator relevante na conquista de uma maior autonomia, foi a chegada, ainda na década de 1980, de projetos pastorais ligados à Igreja Católica e da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que motivaram a criação de associações comunitárias nas comunidades rurais que meus tios e meus pais moravam e trabalhavam.

A disseminação dessas associações comunitárias nas comunidades rurais passou a atrair um número cada vez maior de camponeses, que a partir da forte ligação existente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, possibilitou a presença de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil nas reuniões dessas associações, onde, em meados de 2002, em meio a essas reuniões, a EMATERCE apresentou o programa Crédito Fundiário, programa que foi bem visto pelos camponeses por conta da possibilidade de obter suas terras de forma menos burocrática, como foi anunciado. Assim sendo, com meus tios fazendo parte dessas associações comunitárias, eles também vislumbraram no Crédito Fundiário a possibilidade de ter terra. Quatro tios decidiram aderir ao programa, pois, como relatado, eles eram camponeses sem terras e ainda produziam em regime de arrendamento em fazendas da região.

Pelo fato de ter quatro tios que aderiram ao programa e por morar em uma comunidade vizinha à três propriedades adquiridas, a curiosidade em entender como tal programa se desenvolvia foi despertada e posteriormente, tal curiosidade foi aprofundando-se a ponto de se tornar objeto de estudo dentro da universidade quando busquei desenvolver o trabalho de conclusão da especialização, onde aos poucos foi se percebendo como tais programas foram sendo construídos, desenvolvidos e principalmente, como estes são permeados de contradições que vão desde a sua concepção até a sua execução. Desse modo, desde 2016, quando escrevi o trabalho de conclusão da especialização sobre a temática até o ano de 2019, quando decidi pleitear uma vaga em um curso de mestrado, os programas de compra e venda de terra, especialmente o Crédito Fundiário ocupam a centralidade dos meus interesses como pesquisadora e à vista disso, venho buscando ao longo desse período a construção desse estudo mais aprofundado no nível de mestrado.

Concordo com Silva (1971, p.04), quando afirma que “(...)O pesquisador é levado a um determinado problema em virtude de seu condicionamento particular no contexto inclusivo e isto é impossível de ser evitado totalmente”, porém, compreendo que a ligação pessoal com o objeto de estudo é motivo para andar com delicadeza e cautela para que as

aspirações pessoais e emotivas não conduzam para os resultados intencionados e sim para a produção de uma análise séria e crítica acerca da problemática que me propus a abordar.

Podemos constatar pela nossa pesquisa que embora as propriedades mencionadas tenham sido obtidas através da mesma linha de crédito, receberam o mesmo atendimento de instituições públicas e, atenderam aos mesmo requisitos de financiamento, as estratégias produtivas dos mutuários e o nível de desenvolvimento socioespacial são bastante diferentes dentro dessas propriedades, assim sendo, procuramos entender os motivos dessa diferença e submetemos o projeto de pesquisa ao PPGG/UFPB, acreditando que ele é de grande importância para o aprofundamento dos problemas e contradições que envolvem a execução da política de Crédito Fundiário no município de Crato, mais especificamente das três propriedades citadas.

Para o maior entendimento da problemática citada a respeito das propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário cabem alguns questionamentos, tais como: de que forma se deu o desenvolvimento do Programa Crédito Fundiário no município de Crato - CE? De que forma os mutuários, após a adesão ao programa e a compra da propriedade, vêm conseguindo desenvolver suas atividades agrícolas? Todas as propriedades pesquisadas conseguiram quitar a dívida? Houve dificuldade no processo de pagamento do financiamento? Como o Estado vem atuando para garantir ou suprir as necessidades dos camponeses nessas propriedades? Estas perguntas foram norteadoras para o direcionamento da pesquisa, onde temos como interesse central a busca pela compreensão das estratégias desenvolvidas pelos camponeses nas propriedades adquiridas pelo programa Crédito Fundiário no município de Crato desde o ano de 2003.

Para atingir nosso objetivo principal, buscamos analisar os planos nacionais de reforma agrária elaborados e desenvolvidos no Brasil, e além disso, estendemos nossa análise à espacialização dos programas de compra e venda de terras desenvolvidos no estado do Ceará desde 1996; examinamos de que forma ocorre o processo de financiamento das propriedades a partir do Crédito Fundiário; buscamos também compreender a relação dos mutuários com a dinâmica da produção agrícola nas propriedades pesquisadas e por fim, apreciamos as similaridades, especificidades e contradições existentes dentro das propriedades pesquisadas por nós ao longo dessa pesquisa de mestrado e também, propomos uma reflexão sobre os pontos contraditórios desde a concepção e execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

De posse das informações até então coletadas, dentre outras reflexões que nos mostram que o estado Ceará ainda possui forte concentração de terras e percebendo a

prioridade de investimentos aos programas de compra e venda de terras, além de se observar as dificuldades dos camponeses em reproduzir seus modos de vida, cabe um questionamento que tem direcionamento central na pesquisa em andamento: de que forma os mutuários do Crédito Fundiário no município de Crato-CE estão atualmente organizados?

Desse modo, a partir dos elementos citados estamos possibilitando desde a leitura dessa dissertação, um aprofundamento sobre o Crédito Fundiário, de toda a problemática que aflige as políticas de compra e venda de terras em Crato e principalmente, como esse programa vem possibilitando a reprodução do campesinato.

Sobre os termos e conceitos que estamos utilizando, nosso estudo trata de programas de compra e venda de terras, onde o camponês, a partir da assinatura de um contrato de financiamento, compra uma terra que passa a ser sua após a efetivação de todo o pagamento.

Entendendo que o termo propriedade se refere a uma área ou imóvel que pertence a alguém, ou seja, um imóvel que possui um dono. Entendemos que as terras compradas a partir dos programas de compra e venda de terras como é o Crédito Fundiário, não pertencem à união ou qualquer outra esfera, trata-se de propriedades privadas e é esse o termo que estamos utilizando. Ou seja, no nosso entendimento são propriedades rurais compradas pelas vias de mercado e levadas a cabo por mutuários formalmente determinados.

Ainda com relação às escolhas dos conceitos e termos definidos ao longo da pesquisa, consideramos que a perspectiva de “empreendimento” é a perspectiva do Banco Mundial, das instituições financeiras e do Estado, visto que para estes, o Crédito Fundiário é um negócio que ocasionará um retorno financeiro para estas instituições. Ao realizar a assinatura do contrato de financiamento, os camponeses tornam-se mutuários da instituição financeira, e caso o pagamento não ocorra, os nomes são inseridos na lista do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), ou seja, os financiamentos seguem exatamente a mesma lógica de qualquer outro financiamento.

Para os camponeses que se submetem a tal financiamento, a perspectiva principal não é de adquirir uma terra para fins de desenvolvimento de um negócio cujo lucro seja o objetivo central. O camponês visualiza nesse programa a possibilidade de não mais se sujeitar a situações de exploração, ao arrendamento de terras para sua sobrevivência, portanto, para ele a terra não é vista como empreendimento, mas sim como lugar de morada e reprodução da vida. O que não exclui a possibilidade de obtenção de renda e lucro dentre as suas estratégias de recriação camponesa, porém o lucro não se configura como centralidade ao aderir ao financiamento. Segundo Fernandes (2010, p.174), “O acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nela que os camponeses asseguram seu meio de

existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar”, ou seja, o camponês visualiza a liberdade, para ele, ter terra é questão central.

Ainda sobre o conceito de camponês, Klass Woortman (1993, p.15) também defende que o camponês integrado ao mercado, seja em qualquer nível, continua sendo camponês, então, com base nos autores e trabalhos consultados estamos utilizando o termo propriedade para nos referir aos imóveis comprado via programas de compra e venda de terras, e com relação aos sujeitos, utilizaremos camponeses ou camponeses mutuários, pois entendemos, conforme Woortman, que a relação de compra não altera a sua *campesinidade*.

Compreendemos que os sujeitos que buscam adquirir a terra via mecanismos de mercado são igualmente camponeses ou camponeses mutuários, pois buscam um mecanismo de mercado para acessar a propriedade, já que o acesso à terra no Brasil ainda é bastante limitado e historicamente a política de reforma agrária, política pública que tem como intuito principal a modificação da estrutura fundiária de um determinado local, nunca foi realizada de forma massiva, enquanto o Crédito Fundiário alçado em investimentos em publicidade positiva dos programas de compra e venda de terras, tornaram-se a única possibilidade vislumbrada por parte do campesinato sem-terra.

É preciso destacar que o programa foi visto e propagado como sendo chave para o problema dos camponeses sem terra, porém, nossa pesquisa elucida que nas propriedades adquiridas por tal mecanismo, os camponeses ainda possuem fortes limitações para o desenvolvimento de suas atividades e para a sua sobrevivência, mostrando que o Crédito Fundiário não possibilita melhores condições de vida para esses sujeitos e que o acesso à terra por si só não é suficiente para a reprodução do campesinato.

Segundo Alencar (2005), o assentamento é aquele onde se originou a partir dos mecanismos de desapropriação de terras por interesse social com fins de reforma agrária e o assentado é todo aquele beneficiário de tal política, por esse motivo compreendemos que os beneficiários dos programas de compra e venda de terras não podem ser considerados assentados. Além disso, nossa escolha por utilizar os termos *propriedades* e *camponês mutuário* assegura-se no fato de que tais espaços não podem ser definidos como assentamentos, pois estes significam áreas criadas a partir de programas de desapropriação de terras e assentados seriam os sujeitos que são beneficiados por tais. Ou seja, concordamos com Alencar (2005) e Oliveira A. M. (2005) e reafirmamos que não podemos definir os projetos criados pelo Crédito Fundiário como sendo reforma agrária e nesse sentido, não iremos nos utilizar dos termos assentamentos e assentados nos nossos estudos, utilizaremos

propriedade para nos referir aos imóveis comprados e camponeses para nos referir aos sujeitos.

É relevante frisar que nos trabalhos de campo que realizamos, alguns mutuários se referem às propriedades como sendo assentamento, porém em nenhum momento eles se autointitulam de assentados, o que nos permite compreender que o termo assentamento é usado de forma corriqueira pelos mesmos, não estando implícito o caráter político do termo.

Considerando que os programas de compra e venda de terras atuam no sentido de reduzir a efetivação de uma política de reforma agrária, concordamos principalmente com Oliveira (2009), Pereira (2004) e Ramos Filho (2008,2013) que os definem como sendo um processo de *contrarreforma agrária*.

Compreendendo que a contrarreforma agrária é a ação do Estado no intuito de promover políticas públicas paliativas para o campo, onde estas não promovem a modificação da estrutura fundiária. Políticas contrarreforma atuam no sentido de ofertar para os camponeses programas menos abrangentes para minar o debate da necessidade de reforma agrária tanto dentro dos movimentos camponeses, quanto dentro da estrutura do Estado.

A contrarreforma agrária possui muitas faces, como alude Cosme (2015), sendo também possível visualizá-la na legitimação da grilagem de terras, em políticas voltadas para o combate à fome também na expropriação de comunidades camponesas. A atuação do Estado para a criação de uma legislação que dificulte os processos de desapropriação são também mecanismos de contrarreforma agrária, é esse o posicionamento de Oliveira (2010), ou seja, a contrarreforma agrária em curso no Brasil é possível ser visualizada em diversas frentes de ações, todas elas conformam a não realização da reforma agrária e a inserção de ações que a retirem do debate da sociedade.

Ainda é relevante destacar que o conceito de território sedimenta o nosso estudo, no sentido de pontuarmos que existe uma relação de poder na dinâmica da imposição dos programas de compra e venda de terras, pois eles partem da lógica neoliberal dos organismos internacionais e são difundidos especialmente para áreas de maiores dificuldades socioeconômicas, nesse sentido, pontuamos que existe a territorialização da contrarreforma. Essa territorialização dos programas de compra e venda de terras são entendidos, também por Ramos Filho (2008), como sendo uma das estratégias de contrarreforma agrária.

Entendemos que essa territorialização da contrarreforma se dá de forma planejada pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, onde a elaboração dessas políticas vem ocorrendo desde os anos finais da década de 1980 que vislumbraram nos países considerados subdesenvolvidos a possibilidade de ampliação de suas influências e a

consolidação da lógica mercadológica no campo. Concordamos com Moraes (2000, p.47) quando afirma que, “não existe produção material do espaço sem produção simbólica, sendo a formação dos territórios e a apropriação dos lugares processos teleológicos, isto é, impulsionados por finalidades e ações conscientes”. Nesse sentido, o impulso dos organismos internacionais para a execução e consolidação de programas de compra e venda de terras é a face real, a ação consciente de sua finalidade que é a apropriação dos elementos da natureza em elementos de mercado.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa é ponto chave para a obtenção de resultados criteriosos, sendo a metodologia o conjunto de técnicas desenvolvidas de modo operacional ao longo da pesquisa que tem como fundamento a obtenção dos resultados previamente elencados.

A escolha do método se dá como etapa fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, é ele o responsável pelo direcionamento, pelo caminho que a pesquisa se debruça para a compreensão dos fenômenos, fenômenos esses que em seu processo de desenvolvimento incluem sujeitos e objetos. Marconi e Lakatus (2003, p.83) afirmam que “Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Alguns autores consideram o método dialético como sendo de possibilidades únicas para as ciências sociais. “[...] A dialética parte do ponto de vista de que os objetos e os fenômenos da natureza supõem contradições internas, porque todos têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro [...]”. (MARCONI, LAKATUS, 2003. p. 104).

Sendo esse o método de análise genuíno das ciências sociais e compreendendo que os fenômenos e objetos dentro dessa ciência são absolutamente dinâmicos e mutáveis, é fundamental reforçar a relevância da quarta lei fundamental da dialética, que utiliza como base o fenômeno da contradição. Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético é o método que compreendemos como ideal para a análise aprofundada das propriedades, sendo espaços dinâmicos que abrigam conflitos e contradições. Pedro Demo (1995), afirma que o sistemismo também considera os conflitos sociais como um elemento importante, porém, a dialética considera-os solucionáveis e pode admitir igualmente como não solucionáveis.

Os programas de compra venda de terras tem início no estado do Ceará a partir da segunda metade da década 1990, porém, as propriedades por nós pesquisadas foram adquiridas no início dos anos 2000, nesse sentido, nosso recorte temporal foi definido a partir de alguns ciclos, sendo o primeiro deles, de 1990 até o início dos anos 2000, período de construção política dos programas de compra venda de terras no Brasil e no estado do Ceará. O segundo ciclo se refere aos anos de aquisição das propriedades por nós pesquisadas, início dos anos 2000 até o final de 2005, sendo esse o período de consolidação das associações e funcionamento inicial das atividades nas áreas; por fim, o terceiro ciclo de análise foi de 2005 até o período atual, 2022, que objetivou compreender de que forma os mutuários vem desenvolvendo suas atividades após a compra da terra, buscando ampliar a análise das atuais condições no sentido produtivo e social.

Faz parte da caminhada investigativa de um trabalho de ciências humanas, a coleta dos dados, e a análise destes é o que direciona a compreensão da realidade, que nem sempre está posta de forma visível, tangível, objetiva. Nesse sentido, concordando com MAGALE (1976), quando afirma que a partir do tratamento desses dados, é possível caminhar para a resolução do problema em questão de um aspecto da realidade e nunca sobre a totalidade da realidade.

Para alcançar resultados ao longo da pesquisa, a mesma foi desenvolvida seguindo algumas etapas, etapas essas fundamentais para a obtenção dos resultados, sendo elas:

1. Levantamento de bibliografia sobre o tema. Etapa de muita relevância pois é ela que busca a explicação de problemas a partir de referências teóricas (CERVO, 2007, p.60). Realizamos o levantamento dos principais autores que trabalham com as temáticas que buscamos aprofundar e como os programas de compra e venda de terras tiveram seu início no Brasil no ano de 1996, compreendemos que as leituras dos clássicos a respeito da questão agrária se tornou fundamental para o entendimento da dinâmica territorial do espaço agrário ao mesmo tempo que pesquisadores contemporâneos nos trouxeram um importante amparo teórico e foram fundamentais para a ampliação da análise do nosso estudo. Concordamos com Fonseca (2009), quando este afirma que tal etapa deve ser somada a qualquer modelo de pesquisa científica, sendo base para o desenvolvimento de todo o processo de investigação, nesse sentido, tal procedimento foi executado ao longo de todo o processo de pesquisa.
2. Levantamento de dados documentais: análise do I e II Planos Nacionais de Reforma Agrária; análise do manual de operações Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); análise dos regimentos e atas de criação das associações; dados obtidos nas

planilhas disponibilizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE).

3. Levantamento de dados secundários junto aos órgãos que atuam na criação das associações e na implantação do programa, tais como, Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), Secretaria Municipal de Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Instituto Flor do Piqui e as instituições financeiras como o Banco do Nordeste. Nas referidas fontes buscamos informações a respeito do processo de construção das associações para a compra das propriedades. Buscamos compreender de que forma ocorreu a assessoria aos agricultores interessados nos programas, quais os procedimentos prévios para a formalização das associações, de que forma ocorre a assistência técnica aos grupos, e quais os procedimentos adotados em casos de não pagamento dos financiamentos. Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscamos dados relativos à estrutura fundiária do Ceará e do município de Crato.
4. Levantamento de dados primários junto aos mutuários do programa, tal etapa foi realizada ao longo das visitas de campo, etapa essa primordial para a compreensão do modo de vida e do cotidiano dos sujeitos. Nesta etapa da pesquisa, além da realização das entrevistas semiestruturadas, o diálogo com os sujeitos foi aprofundado no sentido de compreender seus modos de vida e suas percepções a respeito do programa. A vivência com os sujeitos possibilitou maior compreensão de suas problemáticas, pois nos aproximou ainda mais do nosso objeto de pesquisa e nos possibilitou sentir diferentes questões pertinentes aos grupos.
5. Elaboração de mapas, gráficos e tabelas para tornar mais acessível e didática a leitura de dados quantitativos obtidos ao longo das coletas de dados.

Considerando o exposto, é importante realizar a delimitação das etapas percorridas de modo a tornar o entendimento da pesquisa o mais esclarecedor possível. Na primeira fase de nossa pesquisa buscamos nos aprofundar em autores que desenvolvem cientificamente análises sobre as temáticas que abordamos, alguns deles desenvolvem trabalhos a respeito da questão agrária brasileira, sendo eles: Martins (1995, 1997), Fernandes (2010, 2015), Oliveira (2001), Stedille (2005, 2013, 2020). Para o amparo teórico sobre as questões agrárias da região Nordeste, utilizamos nomes como Andrade (2005), Mitidiero Junior (2007).

Os principais autores que utilizamos para o embasamento sobre a reforma agrária e os programas de compra e venda de terras são: Alencar (2000, 2005, 2002), Barros (2001), Medeiros (2002, 2003), Oliveira A. M. (2005, 2009), Pereira (2004, 2006), Ramos Filho (2008), Sauer (2004, 2008). Tais leituras em muito contribuíram para o desenvolvimento de nossa pesquisa, trazendo para o nosso trabalho maior embasamento teórico.

O entendimento a respeito das questões agrárias no Ceará e no Cariri Cearense estão ancorados principalmente a partir dos escritos de Oliveira, A.J. (2003, 2019) Piancó (1993), Silva (2010), Brito (2016, 2023), Nobre (2015), Gonçalves (2008, 2022). As produções dos referidos autores nos trouxeram fortes esclarecimentos a respeito da construção territorial do espaço agrário Cratense e Caririense.

O levantamento de dados documentais, segunda etapa cumprida, foi desenvolvida ao longo das visitas de campo, que tiveram início no dia 17 de abril de 2022, e das conversas com os dirigentes das associações. Tal etapa foi bastante delicada pois envolveu a confiança dos camponeses com nossa pesquisa. Nessa etapa buscamos documentos originais que fazem parte das exigências burocráticas para a consolidação do financiamento. Dentre os documentos acessados pela pesquisa, podemos destacar: Ata de reunião de fundação das associações e o regimento interno, documentos estes que possuem todas as regras e características das propriedades e estão inseridas em anexo.

Na documentação a que tivemos acesso, encontramos informações essenciais para o entendimento do processo inicial dos financiamentos via Crédito Fundiário. Na Ata da Fundação da Associação da Fazenda São Silvestre (ANEXO A) encontramos os nomes da formação da primeira diretoria da propriedade São Silvestre. A Ata da fundação da Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo pode ser encontrada no Anexo B e nos detalha os nomes da primeira diretoria da referida associação, bem como o nome de todos os camponeses que se associaram e que intencionavam a compra da propriedade via Crédito Fundiário.

A escritura do Condomínio Rural Sítio Jenipapo pode ser visualizada no Anexo C, documento que traz detalhes da propriedade, incluindo nome do antigo proprietário, área total e forma de organização da associação.

Os dados secundários foram levantados a partir de consultas a sites de órgãos que atuam diretamente na elaboração e construção dos programas de compra e venda de terras. Buscamos no site do INCRA e IDACE dados relevantes sobre a situação fundiária do Brasil e do estado do Ceará. Junto aos documentos disponibilizados no site do IBGE, tais como resultados do Censo Agropecuário e Censo Demográfico, obtivemos informações mais

detalhadas sobre as produções e características das propriedades na região estudada. Com as planilhas disponibilizadas pelo IDACE e pela SDA, conseguimos dados específicos a respeito do desenvolvimento do Crédito Fundiário, onde nos foi disponibilizado muitas informações sobre todas as propriedades adquiridas no estado a partir dos programas de compra e venda de terras.

O tratamento dos dados coletados na referida etapa nos possibilitou o maior aprofundamento a respeito das políticas de reforma agrária desenvolvidas no território brasileiro e mais especificamente, no estado do Ceará. A esse respeito, podemos destacar a tendência à minifundização dos territórios cearenses; a diminuição no número de construção de assentamentos via desapropriação no estado do Ceará; a prioridade dada aos programas de compra e venda de terras no estado do Ceará desde o final da década de 1990 e a intensificação nos seus investimentos especialmente a partir do início de 2003; a acentuada queda nos investimentos em reforma agrária desde 2011. Desse modo, podemos afirmar que tal etapa foi fundamental para o entendimento do nosso objeto de estudo.

As informações e dados sobre o processo de desenvolvimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário foram buscadas também a partir do contato com os órgãos que atuam diretamente na execução do programa no estado do Ceará e mais especificamente no município de Crato, sendo eles, EMATERCE, onde fomos recebidos pelo gerente local do órgão. Na ocasião, entendendo que as demandas dentro de um órgão público são amplas e que é inviável o encontro sem agendamento prévio, foi apresentado o intuito da pesquisa e solicitado a possibilidade de agendar uma visita para que o diálogo ocorresse em um momento mais oportuno, porém, o gerente local preferiu que os questionamentos fossem enviados via e-mail, pois relatou não dispor de tempo para a realização do diálogo, assim sendo, enviamos o e-mail com o questionário (disponibilizado em anexo) no dia 07 de Julho de 2022 e obtivemos o retorno do e-mail com as respostas no dia 02 de Agosto de 2022.

O instituto Flor do Piqui atua na execução de assistência técnica a algumas propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário, nesse sentido, fomos presencialmente à sede desse instituto também no intuito de agendar uma visita para o diálogo a respeito das ações desenvolvidas por este órgão nas propriedades, a assessora do Instituto, no momento do contato, pediu que os questionamentos fossem encaminhados via e-mail. O e-mail com os questionamentos a respeito da atuação do instituto nas propriedades foi enviado no dia 07 de julho de 2022, porém, não obtivemos retorno. Novamente buscamos contato via telefonema no intuito de enfatizar que o e-mail havia sido enviado e se havia a possibilidade do mesmo

ser respondido, a resposta ao telefone foi positiva, porém, também não obtivemos retorno, assim sendo, não conseguimos as respostas do referido instituto.

No intuito de agendar uma visita com a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato (STTR) para o diálogo a respeito do Crédito Fundiário, fui presencialmente à sede do mesmo no dia 08 de fevereiro de 2023 e na oportunidade fui recebida pela presidenta que prontamente me atendeu e se dispôs a conversar sobre a temática. Após alguns diálogos iniciais, pedi autorização para os registros em gravador. A mesma permitiu e a conversa gerou cerca de 40 minutos de gravação. O diálogo foi fundamental para a compreensão do posicionamento político da entidade sobre os programas de compra e venda de terras.

Foi possível perceber ao longo do desenvolvimento dessa etapa, de que forma ocorreu a implementação dos projetos e como vem ocorrendo a assistência aos mesmos. Podemos destacar com dados relevantes a forte presença da EMATERCE nos momentos iniciais de formalização das associações e nos primeiros anos de funcionamento das atividades nas propriedades, as dificuldades em desenvolver projetos produtivos e as limitações encontradas pelos referidos órgãos no que se refere a mobilização dos mutuários.

Concordamos com SILVA (1971, p.4), quando esse afirma que, “(...) ciência é produto de trabalho realizado simultaneamente em diversos lugares e o confronto dos resultados obtidos permite a sua complementação crítica”, nesse sentido, compreendemos que a coleta de dados em várias fontes em muito enriqueceu o trabalho ora apresentado.

A coleta de dados junto aos mutuários foi realizada seguindo roteiro prévio com questões definidas e inseridas em um questionário, que está inserido nos anexos, porém, não ficamos presos ao mesmo. Todas as entrevistas foram registradas em equipamento digital de áudio e algumas delas também foram registradas em formato de vídeo. Para a captação do áudio foi utilizado um aplicativo de gravação de voz armazenado em um tablet e um microfone de lapela profissional para uma captação com maior nível de qualidade. As gravações de vídeo foram realizadas a partir do meu aparelho pessoal de smartphone, o intuito dos registros foi somente o de assegurar os dados obtidos nas entrevistas caso os áudios fossem danificados ou corrompidos antes de serem transcritos.

Além das gravações das entrevistas em áudio e algumas em vídeo, foram realizados também os registros fotográficos das áreas dos roçados, das residências e de outras infraestruturas que são utilizadas e tidos como importantes pelos mutuários. Além de tais equipamentos, utilizamos constantemente o caderno de campo para as anotações de informações chave que merecem maior atenção para aprofundamento posterior.

Na referida etapa compreendemos de que forma se deu a organização dos agricultores para a formação das associações, além de obter esclarecimentos quanto às atuais condições de vida do grupo, quais os motivos que o fazem continuar ou não participando do programa, qual a assistência disponibilizada pelo Estado nos momentos pré e pós consolidação da aquisição das propriedades. Esta começou a ser desenvolvida ainda em meados de 2021 ao longo do processo de leitura da bibliografia, momento esse onde as dúvidas iam surgindo e contribuindo para uma elaboração prévia dos questionamentos a serem levados para os camponeses mutuários.

Para a realização das entrevistas sempre tivemos o cuidado de agendar previamente com os mutuários as visitas, em nenhum momento a entrevista ocorreu fora do agendado. Nosso intuito sempre foi o de causar o menor impacto possível no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

Consideramos como primordial a fase do levantamento de dados primários a partir das visitas e aplicação dos questionários, utilizamos também da observação participante para o melhor entendimento da dinâmica dos camponeses mutuários. Sobre a observação participante, Cicourel (1980, p. 103) ressalta a importância dela, visto que, “constituem uma fonte de dados importantes pois está sujeita às predições e explicações quanto os resultados substantivos procurados.”. Este autor reflete sobre a necessidade do pesquisador estar presente no cotidiano do objeto de pesquisa, porém, com um nível de envolvimento suficiente para que o mesmo não se torne um nativo.

Ao longo do texto iremos nos referir às três propriedades utilizando os nomes que constam nos documentos oficiais fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), onde os nomes que constam nos documentos são: Fazenda São Silvestre, Condomínio Rural Sítio Jenipapo e Alegre Fruta. Sobre a origem das nomenclaturas, na Fazenda São Silvestre, o grupo decidiu não alterar o nome da propriedade após a compra ser efetuada. No Condomínio Rural Sítio Jenipapo e Alegre Fruta nos informaram apenas que estes nomes foram escolhidos pelos camponeses.

Ao longo de nossas visitas conseguimos presenciar ocasiões bastante relevantes para os mutuários, como por exemplo, na Fazenda São Silvestre participamos de um momento que envolve a colheita do amendoim, fase chamada por eles de “bater o amendoim” onde os mutuários se juntam para realizar o trabalho de retirada das folhas desse legume após o mesmo já está seco, possibilitando de forma mais eficiente a saída das mesmas. Esta atividade é realizada na forma de mutirão e foi bastante interessante poder estar presente nesse momento. A figura 1 retrata este momento.

Figure 1 - Camponeses mutuários da Fazenda São Silvestre “batendo” o amendoim



Fonte: Foto capturada pela autora. 2022.

Ao longo da etapa de coleta de dados, nas três propriedades pesquisadas foi possível a aplicação das entrevistas semiestruturadas a 21 camponeses mutuários do Crédito Fundiário.

Pelo fato de já possuir contato relativamente próximo com boa parte dos sujeitos da pesquisa, não tive dificuldades em realizar os contatos para os agendamentos das visitas, os agendamentos ocorriam sempre a partir do aplicativo WhatsApp. A maior dificuldade foi somente a de me deslocar muitas vezes até às propriedades por conta do longo tempo destinado a algumas entrevistas. Como já mencionado, não utilizamos o questionário de forma engessada, as entrevistas ocorreram muito mais a partir do diálogo e dos relatos dos camponeses, onde algumas vezes fluíam muitos assuntos que obviamente, em muito enriqueceram os registros, as coletas de dados e consequentemente, o resultado da pesquisa.

Todos os entrevistados permitiram os registros em áudio e vídeo e se mostraram bastante acolhedores ao longo da conversa, alguns também se disponibilizaram em mostrar e acompanhar de perto às áreas de produção. No momento inicial da entrevista, sempre foi deixado claro que o intuito era o de produzir um trabalho científico e certamente essa relação de confiança foi maior pelo fato de possuir laços familiares com alguns mutuários e não ser uma presença estranha nas referidas propriedades.

Obviamente o contato prévio não garante a disponibilidade de todos os camponeses para a realização das entrevistas. Nesse sentido, não conseguimos aplicar os questionários a todos os camponeses mutuários das três propriedades pesquisadas.

Na Fazenda São Silvestre todos os camponeses mutuários foram entrevistados. A partir de agendamentos prévios foi aplicado questionário para todos os camponeses titulares onde conseguimos coletar muitos dados ao longo das 6 visitas realizadas com esta finalidade. A seguir dispomos de uma tabela com as informações das aplicações dos questionários.

Tabela 1- Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Fazenda São Silvestre.

Data da entrevista	Quantidade de entrevistas aplicadas	Duração da (s) gravação(ões)
17.04.2022	1	1:02:40
30.04.2022	1	38:14
02.05.2022	1	17:31
14.05.2022	3	1:54:41
22.05.2022	2	1:00:49
28.05.2022	3	1:13:29

Fonte: Elaborado pela autora. 2023

Como observado na tabela, nossa pesquisa conseguiu levantar dados dos 11 mutuários da Fazenda São Silvestre, gerando mais de 6 horas de registros em áudio e alguns registros em fotos.

Na propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo, as entrevistas também ocorreram a partir de agendamentos prévios via WhatsApp. Conseguimos o contato de todos os camponeses mutuários, porém nem todos aceitaram participar da coleta de dados. A tabela abaixo detalha melhor as informações do andamento das entrevistas.

Tabela 2 - Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo.

Data da entrevista	Quantidade de entrevistas aplicadas	Duração da (s) gravação(ões)
29.05.2022	1	1:02:26

20.06.2022	1	43:15
06.04.2023	1	1:04:11
07.04.2023	1	1:24:37
08.04.2023	1	2:08:21
11.04.2023	1	17:56
16.04.2023	1	11:40

Fonte: Elaborado pela autora. 2023

Como observado, na referida propriedade somente 7 camponeses mutuários contribuíram diretamente com a coleta de dados. Todos foram contatados, porém, um mutuário não aceitou, justificando que não teria muitas informações e que outros nomes seriam mais pertinentes para a coleta de dados, um deles nunca chegou a marcar a data ao ser perguntado sobre uma oportunidade viável e os outros 3 marcaram, porém, por duas vezes, ao chegar no dia e horário combinado os mesmos não estavam presentes em suas residências.

Nas situações descritas onde um dos mutuários não aceitou participar, procedemos de forma cordial, de forma não insistente e utilizamos as informações que conseguimos captar a partir das outras entrevistas.

Na propriedade Alegre Fruta o desafio em conseguir agendar as entrevistas se mostrou maior pelo fato de ser a experiência de Crédito Fundiário estudada onde ocorreu o maior número de desistências das áreas compradas. As entrevistas foram possíveis somente com 2 camponeses mutuários, como podemos mostrar melhor na tabela abaixo.

Tabela 3 - Informações sobre as entrevistas realizadas na propriedade Alegre Frutas.

Data da entrevista	Quantidade de entrevistas aplicadas	Duração da (s) gravação(ões)
06.07.2022	1	35:21
12.07.2022	1	40:21

Fonte: Elaborado pela autora. 2023

As duas entrevistas somaram um total de pouco mais de 1 hora e 10 minutos de gravação. Somente foi possível aplicar os questionários a dois camponeses mutuários, embora tenha havido tentativas de contato com outros sujeitos. Agendamos por 2 vezes a

visita a um outro mutuário, porém, o mesmo também não se encontrava em casa no horário marcado. Não conseguimos contato com outro mutuário para realizarmos o agendamento da visita.

É preciso destacar que o tempo de gravação não significa a totalidade do tempo disponibilizado para a efetivação da atividade. Os deslocamentos e os diálogos pré e pós gravações também necessitaram de ampla disponibilidade de tempo. No total, foram 15 dias destinados à aplicação dos questionários. Além dessa quantidade de dias, os registros fotográficos foram realizados em visitas posteriores. Em nenhum momento visitamos áreas produtivas nos dias de entrevistas pois o intuito foi a dedicação integral à estas.

Para a inserção de trechos das entrevistas no texto, optamos por não utilizar os nomes dos entrevistados, eles serão identificados com um código que definimos onde consta a ordem que cada mutuário foi entrevistado bem como a identificação da propriedade ao qual ele faz parte. A propriedade Fazenda São Silvestre está identificada como P1, o Condomínio Rural Sítio Jenipapo está identificado como P2 e o P3 identifica a propriedade Alegre Fruta. A numeração que identifica o sujeito entrevistado se refere à ordem da entrevista. Para fins de exemplificar a utilização desse código, podemos entender que o sujeito E6P1 se refere ao sexto entrevistado da propriedade Fazenda São Silvestre, E4P2 se refere ao quarto entrevistado da propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo.

A etapa de coleta de dados, de observação participante ocorreu de forma muito rica no sentido de diálogo com os sujeitos, e como mencionado, não procedemos somente com a aplicação de questionários, mas a partir de conversas entre xícaras de cafés tomados sob árvores, brincadeiras com as crianças que moram nas residências e entre carinhos com os bichos de estimação dos moradores, dessa forma, conseguimos uma diálogo bastante aberto com os sujeitos de modo que em alguns momentos alguns demonstraram emoção ao falar de situações delicadas que viveram e que envolve diretamente a aquisição ou permanência nas propriedades.

Diante do material analisado, coletado e tabulado, pensamos na estruturação do texto de conclusão da pesquisa, onde o texto que segue se apresenta da seguinte forma:

O capítulo 1 traz abordagens teóricas a respeito do histórico das políticas públicas com fins de reforma agrária desenvolvidas no Brasil, especificamente, buscamos analisar os planos de reforma agrária desenvolvidos até a atualidade. Para a abordagem dos planos de reforma agrária, estruturamos de forma que de início apresentamos uma discussão conceitual sobre reforma agrária de modo a dispor das principais teorias que o amparam e como os

principais autores da questão agrária a definem, para aí sim contrapor ao conceito de Crédito Fundiário.

No intuito de construir uma linha de reflexão contínua, trabalhamos de início com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) elaborado em 1985, de modo a abordar primeiramente o contexto histórico e político do Brasil no período de criação do plano, visando uma maior contextualização com a configuração da sociedade brasileira à época. Em seguida é destrinchada a estrutura do Plano, seus números e suas metas. A estrutura do capítulo se organiza de tal forma que o último tópico, intitulado “Receptividade e aplicação”, abordamos de que maneira o plano foi desenvolvido, quais as principais críticas que o afligiam e de que forma os grupos que atuam no campo, sejam eles ligados aos proprietários ou ao campesinato, o enxergaram.

Após a análise do I Plano Nacional de Reforma Agrária, ainda no capítulo I é feita a análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), elaborado no ano de 2003 e sua análise segue a mesma estrutura utilizada para o entendimento do I PNRA.

Por fim, neste primeiro capítulo adentramos a discussão e análise de como historicamente os governos que comandaram e comandam (no sentido político e da administração pública) o país nunca buscaram efetivar uma política de reforma agrária. Munidos de narrativas diversas impostas por organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, passaram a abrir sua economia a ponto de inclusive implantar no campo programas de compra e venda de terras.

Para o capítulo II, intitulado de “As políticas de compra e venda de terras no estado do Ceará”, propomos uma análise sobre a territorialização dos programas de compra e venda de terras no estado do Ceará, mais especificamente sobre como o Banco Mundial passa a ditar as regras no campo e a impor programas que tem como intuito o financiamento de propriedades para camponeses sem terra.

Construímos o capítulo II de modo que de início, expomos as principais questões referentes à construção territorial do espaço agrário e econômico cearense, onde é possível realizar reflexões a respeito da origem da abertura do governo estadual para as políticas econômicas ultraneoliberais. Em seguida, o capítulo aborda especificamente a dinâmica de origem e funcionamento do Banco Mundial e quais as principais justificativas que despertam no referido organismo, forte interesse na elaboração de políticas para o campo.

Por fim, ampliamos o debate acerca dos programas de compra e venda de terras no Ceará a partir da exposição e análise dos números referentes à execução de tais políticas. Mostramos a partir de tabelas e mapas o histórico de desenvolvimento e espacialização dos

quatro programas desenvolvidos no Ceará desde 1996 até a atualidade, sendo eles o Projeto São José – Reforma Agrária Solidária, o Programa Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. O Capítulo II, em sua discussão final traz dados concretos a respeito da execução do programa Crédito Fundiário na região do Cariri, em seguida, aprofunda dados sobre o município de Crato, que conta com 12 propriedades adquiridas a partir de tal programa, cuja a ampliação da análise será realizada no capítulo III.

O capítulo III que tem como título, “Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no município do Crato-CE”, buscamos abordar de início a construção histórica dos processos produtivos ligados ao campo no município de Crato, onde pudemos observar que em suas origens, neste município desenvolveram-se atividades que construíram e/ou reforçaram à concentração fundiária e à exploração do campesinato, como por exemplo, cana de açúcar e pecuária.

Neste capítulo III, propomos o aprofundamento das análises dos dados coletados nas visitas de campo e a partir deles, mostramos como o PNCF foi desenvolvido no município de Crato e as problemáticas que permeiam esse programa.

A organização do capítulo se dá de forma a expor os dados e análises de cada propriedade de forma individual. Essa abordagem justifica a repetição de subitens no sumário, pois cada uma das três propriedades possui 1 subitem denominado, Organização da associação e um outro denominado Estratégias de organização e produção. No primeiro subitem de cada propriedade apresentamos os processos que os camponeses seguiram para a construção das associações para a aquisição do financiamento, em seguida, no segundo subitem, mostramos as estratégias de reprodução social e produtiva do grupo.

Para melhor organização do capítulo III optamos por abordar cada uma das propriedades individualmente. A primeira propriedade exposta é a Fazenda São Silvestre, em seguida explanamos os dados e análises da propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo e por fim, os dados são da propriedade Alegre Fruta. A ordem foi definida a partir da data da contratação do financiamento, ou seja, o financiamento mais antigo foi o primeiro a ser discutido no texto. As datas de contratação dos financiamentos foram as seguintes: Fazenda São Silvestre, 28 de janeiro de 2003; Condomínio Rural Sítio Jenipapo, 10 de Julho de 2003 e Alegre Fruta, 21 de Dezembro de 2003.

Finalizando o texto, propomos a confrontação dos dados e análises que a pesquisa conseguiu coletar, onde, em um tópico específico abordamos as similaridades, especificidades e contradições do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Crato.

Tal abordagem busca mostrar como que, embora as propriedades possuam as mesmas características de formação e possuam localização relativamente próximas suas estratégias sociais e produtivas são bastante diversas, onde percebeu-se que em uma dessas propriedades, os mutuários encontram-se bastante desmotivados e o número de desistência se destaca bastante com relação aos demais.

1. CAPÍTULO I: OS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Compreendemos que o Estado brasileiro utiliza de sua agenda e de suas políticas para reforçar e reproduzir o poder do mercado e da propriedade privada na sociedade capitalista, com domínio, muitas vezes completo, do poder dos grandes grupos econômicos. Entendemos que esse fato se dá não apenas porque as grandes corporações estão cada vez mais presentes, impondo de maneira cada vez mais articulada às suas necessidades e intenções, mas sobretudo, porque os organismos internacionais possuem como *modus operandi* as estratégias de mercado e as difundem de forma impositiva para todos os países.

A grilagem de terras, a exploração dos trabalhadores e a concentração da propriedade são características que marcam o processo histórico de construção do Brasil. Estes problemas que se inter-relacionam possuem relações diretas com os atuais níveis de pobreza desse país que são sentidos de forma mais grave pela população camponesa, nesse sentido, refletir sobre reforma agrária é também buscar respostas sobre um projeto político de desenvolvimento da nação.

Refletir sobre a execução de uma política de reforma agrária exige especialmente que se debruce sobre o processo histórico de um país dominado pelo grande capital. Olhando para o processo histórico brasileiro a partir da constatação de um país cuja origem está diretamente relacionada a processos que reforçam e legitimam a concentração da propriedade, a grilagem, a exploração dos trabalhadores e que, tais processos reverberam diretamente nos altos níveis de pobreza, especialmente para a população camponesa, reforma agrária é uma política fundamental para que o país amplie o acesso à terra e consequentemente, melhorar os níveis socioeconômicos de sua população.

As experiências históricas de reforma agrária no mundo não ocorrem de forma desconexa da estrutura social e política de um país, são delas produto, portanto, para melhor compreender essas experiências diversas de reformas, se faz necessário um entendimento do processo histórico e político dos países.

Segundo João Pedro Stedile (2020, 2021), baseado nas experiências já executadas no mundo, os tipos de reforma agrária são: clássica, anticolonial, radical, popular, parcial ou moderada, de libertação nacional e socialista.

Uma reforma agrária clássica é entendida como um processo de alteração da estrutura fundiária de um país e assim o faz visando atingir alguns objetivos, dentre eles, democratizar o acesso a propriedade, desconcentrar a propriedade fundiária e estruturar um mercado consumidor dos produtos industriais que um país vem a produzir. Assim ocorreu em muitos países, especialmente nos países do hemisfério norte (Europa, EUA, Canadá) e contou com amplo apoio da burguesia dos referidos países.

O modelo Anticolonial de reforma agrária é visto como aquele que associa em seu processo dois fatores fundamentais, sendo eles a independência de seus países e a distribuição massiva de suas terras. Nesse tipo, percebemos que a luta anticolonial se funde diretamente com o acesso à terra pelos camponeses locais, um dos exemplos históricos desse tipo de reforma foi executado no Haiti em 1804, onde as terras foram destinadas aos ex-escravizados e o país tornou-se república, pondo “fim” à dominação francesa.

A reforma agrária radical, como seu próprio nome sugere, não ocorre sem alterar drasticamente a estrutura fundiária de um país, pois nesse tipo de reforma, são os camponeses que conduzem o processo, impondo ao estado a distribuição por eles planejada eliminando o latifúndio. Os maiores exemplos dessa reforma ocorreram no México em 1910 e na Bolívia em 1952.

O modelo popular de reforma agrária ocorre no âmbito de um estado democrático em diálogo com os movimentos camponeses, onde, a partir desse viés, uma legislação é criada de forma que alteram a estrutura fundiária do país atendendo as reivindicações dos movimentos camponeses, porém, dentro da lógica legalista do estado. As reformas de Cuba, Nicarágua e China ocorreram a partir desse modelo.

Uma reforma agrária parcial ou moderada foi conduzida por governos oligárquicos, que, com a pressão dos movimentos sociais, promoveram alterações no regime fundiário, sem, contudo, significar amplas mudanças. As motivações partem da motivação dos governos em evitar que a sociedade se mobilizasse em prol de tal questão e promovesse corrosão ou desgaste de seus governos, ou seja, são reformas não estruturais que tem o intuito de frear as reivindicações da sociedade. Peru e Chile foram países que realizaram esse tipo de reforma.

A reforma agrária definida como sendo de libertação nacional foi executada em muitos países africanos e tem relações diretas com o processo de colonização, ou, nesse caso, com o processo de independência dos países colonizados, onde nesses processos as propriedades

foram apropriadas pelos estados e distribuídas aos camponeses. Vale destacar que esses fatos e acontecimentos não ocorram de forma igualitária em todos os países africanos que passaram por esse processo. Esse modelo de reforma agrária foi efetivado em Moçambique e Guiné-Bissau na década de 1960.

A reforma agrária socialista é um tipo de reforma cuja concepção central é a de terra como bem comum, ou seja, a concepção de que não pode existir mercado de terras pois ela é um bem que pertence à nação, nesse sentido, é o estado que realiza a sua justa “distribuição”. Os exemplos mais emblemáticos desse modelo foram efetivados na Ucrânia, Rússia e Iugoslávia.

No caso do Brasil, a realização da reforma agrária não foi prioridade em nenhum governo que comandou o país, ao longo dos anos foram desenvolvidas políticas atomizadas voltadas para o desenvolvimento do campo, as quais passaram longe da realização de uma justa distribuição de nossas terras. Para Fernandes (2010 p. 164), “[...] a aceitação pelos governos em geral de que o agronegócio é o modelo de desenvolvimento e que o campesinato ou agricultura familiar é residual tem sido a principal razão pela qual nenhum governo recente realizou a reforma agrária para a desconcentração fundiária”.

Ainda a respeito do direcionamento de investimentos para o campo, é sabido que no Brasil a criação de assentamentos rurais foi utilizada por muitos governos, especialmente por FHC, como comprovação de que se estaria realizando reforma agrária. Vale ressaltar que a criação dos assentamentos rurais só ocorreu e ocorre por conta da pressão dos movimentos sociais. Esse posicionamento é ratificado em Martins (2000, p.102), onde o mesmo afirma que,

[...] assentamento é a forma de redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.

Tal posicionamento, que reduz reforma agrária a política de assentamentos, desconsidera o caráter singular do campesinato, pois a distribuição de terras em uma área que não seja possível a produção de cultivos agrícolas, que não tenha disponibilidade hídrica e que, portanto, as famílias assentadas não consigam reproduzir minimamente seu modo de vida não é uma política de incentivo ao campesinato.

Fernandes (2010) faz críticas a essa postura pois defende que efetivação de assentamentos não é reforma agrária. Plínio Arruda (STEDILE E FERNANDES. 2005. P. 96), tem posição convergente, pois, segundo ele,

[...] o assentamento é apenas um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária, ao lado, por exemplo, do decreto expropriatório, do cadastramento da propriedade, da seleção de beneficiários. Transformá-lo em sinônimo de reforma agrária faz parte da luta ideológica destinada a despolitizar o debate da questão agrária e retirar a reforma agrária da agenda política do país.

Embora saibamos que a política de assentamento não signifique amplamente a execução de uma reforma agrária é preciso destacar que se elas existem não foi por protagonismo dos agentes governamentais, e sim por meio da pressão exercida pelos movimentos sociais, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimento que pauta desde meados da década de 1980, por meio de diferentes formas de luta pela terra, a necessidade de realizar políticas eficientes de reforma agrária no Brasil.

A atuação do MST pressionou os governos para a elaboração dessas políticas de assentamento que foram colocadas em prática no país. Como afirma Pereira (2018, p.33), “o assentamento foi utilizado mais como forma de atenuar os conflitos no campo oriundos das pressões dos movimentos sociais, do que propriamente de uma política planejada”. Destacamos nesse sentido que o que existe no Brasil, é a luta pela terra e a conquista de assentamentos a partir da atuação direta desses movimentos sociais.

Stedile (2005) acredita que reforma agrária é uma conquista que só pode acontecer quando houver mudanças no modelo econômico que a sociedade precisa conceber como uma luta de todos. Ainda a esse respeito, o autor nos mostra que, “a sociedade também compreende que diante da ineficácia das leis, da intolerância do governo, da truculência dos latifundiários, os sem-terra não tem outro caminho, a não ser pressionar com suas próprias forças para que se aplique a lei da reforma agrária” (2005, p.118).

Outro grande intelectual que destinou estudos para a temática da reforma agrária, o professor José Gomes da Silva, também tem posição semelhante sobre a necessidade do caráter amplo e massivo de uma política de reforma agrária, defendendo que: “(...)Uma reforma agrária só pode ser considerada realmente como reforma agrária se for um ‘processo massivo, amplo, radical de redistribuição dos direitos de propriedade da terra agrícola’ (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.121).

Ainda no intuito de conceituar a temática, estudiosos como Ariovaldo Umbelino (2007) afirmam que não se pode falar de reforma agrária sem mencionar e distinguir políticas

fundiárias de políticas agrícolas. As políticas fundiárias são aquelas voltadas para a distribuição de terras, as políticas agrícolas são aquelas políticas que se voltam para o desenvolvimento das produções agrícolas. Segundo o autor, as duas precisam coexistir para que se atinja mudanças positivas no meio rural.

Para Martins (2004, p. 63), a reforma agrária deve ser analisada “enquanto um movimento real no qual as classes sociais são as forças vivas que impulsionam esse processo. Seu caráter capitalista ou socialista deve ser considerado no contexto de uma nova proposta emergindo das mãos e mentes de milhares de acampados e assentados; uma proposta antagônica ao projeto das elites agrárias.”

Para Fernandes (2010), reforma agrária é a mudança em toda a estrutura agrária do país e defende a ideia de que ela precisa ser pensada em um âmbito nacional e deve considerar principalmente a questão do desenvolvimento territorial. Para o autor a reforma agrária,

[...] não deve ser tratada como negócio, ou apenas pela dimensão econômica. Ela precisa ser compreendida como uma política territorial sustentável para superarmos pelo menos duas décadas de destruição social e ambiental causada pelo modelo do agronegócio (FERNANDES, 2010, p. 3)

Relacionando a modificação da estrutura fundiária com enfoque desenvolvimentista e de modernização, Prado Jr (1981), defende a tese de que é possível desenvolver um programa de reforma agrária a partir das instituições públicas, associado à modificação da legislação trabalhista.

Em síntese, a grande maioria dos autores consultados, como Martins (1999), Oliveira (2007), Pereira (2006), Stedile e Fernandes (2005) conceituam reforma agrária como sendo o conjunto de políticas que atuam no sentido de alterar a estrutura fundiária do país, diminuindo a concentração, bem como, punindo os donos de propriedades que não cumprem a sua função social.

Medeiros (2003), afirma que para a inserção da pauta no Brasil, a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi essencial, pois acreditava e defendia em suas ações que a reforma agrária fazia parte de um conjunto de “revoluções”, onde a escalada dessas desencadearia a revolução brasileira em sua plena forma e o apoio da burguesia nacional poderia inclusive, contribuir para este fim.

A posição anterior defendida pelo PCB foi oposta à defendida por Francisco Julião, principal líder das Ligas Camponesas (fundada a partir da atuação de alguns líderes do PCB) que igualmente ao PCB compreendia que somente uma reforma ampla poderia minar a atuação e poder dos latifundiários e contribuir para a diminuição da violência e da miséria no campo,

porém, o principal ponto de discordância se assenta no fato de que este grupo não concordava que esse processo poderia e deveria contar com o apoio de uma burguesia rural, pois, segundo Francisco Julião, ela é a expressão maior do latifúndio.

Emblemático citar que o governo de João Goulart redigiu e propôs o Estatuto da Terra em 13 de março de 1964, sendo este aprovado sob o decreto de nº 53.700 e em 30 de novembro do mesmo ano, a Lei de nº 4.504 é aprovada na câmara dos deputados, pautando a reforma agrária em um debate central dentro do governo e das forças políticas brasileiras. O relator dessa proposta foi Plínio Arruda Sampaio, que 39 anos depois, no governo Lula, em 2003, conduziu a elaboração da proposta do II PNRA.

O Estatuto da Terra foi aprovado em 1964, o primeiro ano da ditadura militar. Tal fato foi entendido, segundo alguns pesquisadores, como por exemplo Medeiros (2003), como sendo uma legislação criada para efeitos “*preventivos*”.

Em Governador Valadares, Minas Gerais, camponeses e fazendeiros entraram em conflito após a decisão do governo de utilizar as terras da Fazenda Federal, então ocupada irregularmente por fazendeiros, para a criação de uma área de reforma agrária para os camponeses sem terras daquela região que haviam reivindicado a área ao governo. O conflito foi o estopim para o golpe militar de 1964 que perdurou por mais de 20 anos e que impediu a execução do Estatuto da Terra da forma como João Goulart planejou.

O debate foi incorporado por João Goulart que não teve seu governo concluído e, na ditadura militar, ainda em seu primeiro ano, o Estatuto da Terra foi aprovado, com ares progressistas e norteados conceitos que, inclusive, foram absorvidos pela academia e incorporados ao debate político. Porém, o Estatuto da Terra não veio acompanhado de um plano de execução da reforma agrária, este veio a ser elaborado somente em 1985, no governo de José Sarney, pelo então deputado Plínio Arruda. Nomeado presidente do INCRA, Plínio Arruda, junto com uma equipe técnica e com relativa participação dos movimentos sociais, idealizou uma proposta bastante ampla, culminando no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Este não foi aceito integralmente pelo governo e teve seu conteúdo e metas alterados 12 vezes.

Após esse plano, que não foi executado, a reforma agrária foi levada para a constituinte, necessitando, pois, de leis específicas para a sua efetivação, sendo a Lei Agrária de 1993 a que regulamentou as previsões da Constituição de 1988. Tal mecanismo legislativo afirmava que a propriedade precisava cumprir uma função social, sendo esse um dos requisitos para a não desapropriação, além disso, trouxe outras previsões onde MEDEIROS (2002, p.41) vem destacar,

[...] manteve os critérios constitucionais para definição da função social; estabeleceu que as terras rurais públicas (de domínio da União, dos estados e municípios) passariam a ser destinadas preferencialmente à execução da reforma agrária; confirmou o banimento dos termos da lei da categoria latifúndio, substituído por critério menos politizado de tamanho, calculado em módulos fiscais. Segundo essa definição, somente as propriedades acima de 15 módulos seriam passíveis de desapropriação.

O texto da constituinte que compreendia a temática, trazia muitas modificações com relação ao que foi inserido no I PNRA, dentre eles podemos destacar que uma das principais foi a possibilidade de o proprietário acionar a justiça não mais para a contestação do valor indenizatório (como era até então), mas agora seria possível a contestação do próprio ato de desapropriação. Tal possibilidade ocorreu por meio do artigo 186 (desapropriação de áreas que não cumprem a função social) que se relaciona diretamente com a Lei Agrária de 1993 que, segundo (SANTOS e SILVA, 2020, p.64),

[...]abriu um caminho para que Judiciário intervenha nos processos de desapropriação, na medida em que o proprietário pode contestar o mérito em diferentes etapas da ação, tendo o juiz o poder de arbitrar sobre despejos, valores de desapropriação, aprovação ou reprovação de relatório de produtividade e outros.

Essa possibilidade de contestar na justiça o ato da desapropriação abriu precedentes para a não realização das mesmas e de inserir questionamentos dos movimentos sociais e de órgãos governamentais que atuam nessa área no sentido de questionar até que ponto a reforma agrária é possível de ser realizada dentro do debate puramente jurídico e não mais social e econômico. Vale ainda refletir a respeito da formação e atuação do judiciário brasileiro. Formado por elite e para ela atuante, leva a acreditar que as decisões jurídicas dificilmente favorecerão a reforma agrária e, portanto, a distribuição de terras para famílias camponesas.

Estudiosos a exemplo de Sampaio (2003, p.213), defendem que a política de contrarreforma agrária foi definitivamente ratificada na CF de 1988, onde, segundo ele,

[...] O estado não apenas perdeu o poder de recorrer ao “rito sumário” nas decisões de desapropriação de terra e garantia de posse como também passou a ser obrigado a indenizar as terras desapropriadas com “recursos próprios”. É uma prova irrefutável da força colossal do latifúndio sobre o Estado brasileiro [...]

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou o Brasil de 1995 a 2002, defendeu amplamente a não existência de um problema agrário, ou seja, a reforma agrária seria uma política “desnecessária”, injustificável. Além disso, foi também um governo que ampliou a abertura do país para o capital financeiro e incentivou a ampliação do cultivo de grãos nas propriedades.

Tais características são bastante nítidas no sentido de reforçar a política do governo FHC, que atuou no sentido de minar os investimentos em políticas para o campesinato, para o meio rural e com relação à reforma agrária, sua política foi principalmente a de criação de assentamentos reduzidos à área dos conflitos.

Durante o governo de FHC, uma das estratégias adotadas pelo governo foi a ampla divulgação midiática de massivos investimentos no campo. As propagandas se referiam “a maior reforma agrária do mundo”, onde de 1995 a 2000, 18 milhões de hectares teriam sido destinados aos camponeses. Sobre essa política de assentamentos, os movimentos sociais teceram duras críticas, especialmente pelo fato de que alguns processos de regularização fundiária entraram na conta. João Pedro Stedile (2005), reforça que não se podem enquadrá-las como sendo reforma agrária, pois, segundo ele,

[...] fazer assentamento de algumas famílias, que podem ser milhares, não significa que se está afetando toda a estrutura da propriedade da terra, se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar famílias. Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil (STEDILE e FERNANDES, 2005. p. 159)

O governo FHC desenvolveu políticas para o campo que seguiram basicamente três variantes, a saber: grande estímulo ao mercado de terras, intensas campanhas midiáticas a fim de deslegitimar a atuação e ocupações realizadas pelo MST e ações que visavam isolar e fragmentar os integrantes do MST, movimento esse que surge ainda na década de 1980 a partir das poucas condições de vida dos camponeses e também dos graves conflitos por terra existentes no país e, assim sendo, passa a atuar no sentido de reivindicar por melhorias de vida no campo e por uma política eficiente de reforma agrária.

O MST foi um movimento que também pensou e elaborou propostas de reforma agrária,

Além da democratização da terra, o MST defende, sobretudo, a democratização do crédito, para que os assentados e os pequenos produtores possam desenvolver a produção agrícola, instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização. Conjugado a isso, o movimento acredita ser indispensável a democratização da educação, de forma que todos tenham o acesso à educação básica, bem como a educação superior, elevando o nível cultural dos trabalhadores. (ALBUQUERQUE, 2006, p.81)

Como observado, a concepção do MST era de que a necessidade do campo ia além da distribuição de terras. O MST, em sua proposta de reforma agrária defendida em 1995 no seu

III Encontro Nacional, inseriu também a defesa de punição para proprietários que utilizavam suas terras para atividades ilícitas, tais como, trabalho escravo, grilagem de terras e cultivo de drogas ilícitas. Segundo a proposta, os proprietários deveriam ser desapropriados sem pagamento de indenização.

A proposta de reforma agrária do MST surge em um período em que o número de famílias que deixaram o campo foi superior a 4,2 milhões de pessoas, enquanto o número de famílias assentadas foi de 482 mil. Os dados não têm a pretensão de se reduzirem a eles mesmos, porém, é relevante que se considere o caráter de expropriação que as famílias camponesas viveram durante tal período e de como a política de assentamentos não supriu as reais necessidades da população.

A fim de embasar melhor os estudos a respeito da política de reforma agrária no Brasil, buscamos detalhar em nossa análise os dois principais planos elaborados para esta finalidade. Compreendemos que ao longo da história democrática do país tivemos algumas tentativas de se produzir planos de reforma agrária, porém, iremos nos debruçar sobre o I PNRA e o II PNRA, o I elaborado no contexto de redemocratização do Brasil, em 1985, e o II elaborado dentro do primeiro mandato do presidente Lula, em 2003. A escolha por nos aprofundar somente nos dois planos mencionados se dá pelo fato de serem os mais abrangentes e completos planos propostos.

1.1. I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – I PNRA. O PLANO DA NOVA REPÚBLICA.

1.1.1. Contexto de Criação

Quando se busca compreender uma determinada política pública é preciso que se analise também sua conjuntura histórica, política e social, pois são também fatores elucidativos desses planos. Assim sendo, ao analisar o I PNRA se faz necessário a compreensão do contexto em que vivia o Brasil, especialmente por tratar-se de um dos períodos mais delicados da história desse país, pois eram os anos finais de ditadura militar, momento que guiou as ações diversas, tanto dos governos quanto dos movimentos sociais que surgiram ou resistiram ao período.

O período da ditadura militar foi de forte repressão aos movimentos ligados ao campo tendo como principal justificativa coibir o comunismo no país. Durante esses anos de governo repressivo as violências foram sistemáticas o que levou os movimentos sociais a atuarem na busca de um redirecionamento de forças, onde o trabalho de fortalecimento interno desses grupos se mostrou relevante para a sobrevivência e resistência dos mesmos.

O período que sucedeu essa forma de governo foi de grandes mudanças para o país, e, no que se refere à reivindicação de direitos, os movimentos que sofreram repressão naquele período foram fundamentais para pautar no debate político nacional as amplas necessidades da população. Nesses anos de transição de um governo autoritário para um governo democrático, também chamado de Nova República, a construção de uma Constituição que bem representasse o país se dava como crucial, e para isso, a propaganda de escuta aos movimentos sociais também era entendida como fundamental, significando principalmente coerência com o regime democrático, que era o que se pretendia que fosse fortalecido no país à época. Nesse contexto, as propostas para uma constituição que representasse os ideais democráticos foram muitas, elaboradas por diversos setores da sociedade e a Comissão Constituinte precisou congregiar as diversas necessidades do povo brasileiro e a dos camponeses se incluíam nesse processo.

As propostas que intencionavam a modificação da estrutura fundiária brasileira e a resolução da questão agrária começaram a ser pautadas pelo poder público de forma mais intensa nesse período pós-ditadura, mais especificamente no governo de Sarney (1985 - 1990). Tal governo, por conta da pressão dos movimentos de luta pela terra, iniciou a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, de início ainda em forma de proposta, como elenca (RAMOS FILHO, 2008, p.201).

Em maio de 1985, o governo José Ribamar Sarney apresentou, no 4º Congresso da CONTAG, a Proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA), em atendimento ao previsto no Estatuto da Terra 21 anos após sua criação. A Proposta apresentava como justificativa da sua elaboração, dentre outras questões, o agravamento da concentração fundiária e a evolução crescente do número de conflitos e de mortes no campo brasileiro.

Com um texto que não se limitou a tratar da questão agrária somente a partir da compreensão de distribuição de terras, trouxe consigo a elucidação de conceitos e temas referentes à temática, ampliado sua análise de forma que definia reforma agrária como sendo, “Conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade” (I PNRA, p.81) e tinha como objetivo geral:

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. (I PNRA. p. 15)

O texto foi construído pela equipe técnica do governo Sarney que recebeu de vários movimentos sociais uma série de documentos e sugestões para a elaboração do plano, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) era o responsável por tal demanda e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que era vinculado ao MIRAD era o órgão executor. O marketing utilizado para a divulgação do I PNRA atuou no sentido de querer incutir que toda a construção do plano foi democrática, pois foi um governo que atuou no período da redemocratização e em tese, seria um governo que atenderia as demandas de todos os públicos.

1.1.2. Estrutura do Plano

Em sua primeira parte, o I PNRA trazia as delimitações conceituais da temática, onde de início abordou o aparato teórico sobre a necessidade de se pensar e se executar a reforma agrária. Citando a Constituição Federal de 1946 e a Carta de Punta del Este, o texto aponta para o comprometimento, inclusive em âmbito internacional, de se promover a justa distribuição de propriedade.

No debate para a construção da CF de 1946, inserir a pauta da reforma agrária se tornou essencial, pois os movimentos sociais já estavam em processo de mobilização e já se compreendia, dentro da sociedade e consequentemente no âmbito político que o quadro de concentração fundiária no Brasil era bastante grave e que dela resultava diretamente o também grave quadro de desigualdade social que aqui existia. Carlos Prestes finaliza seu discurso na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 com a seguinte afirmação: “Senhores: o progresso do Brasil exige que seja modificado o conceito de propriedade monopolista da terra. É a miséria da grande massa camponesa sem terras que determina a miséria da renda nacional e, consequentemente, da renda pública” (STEDILE, 2005, p.28.).

A primeira parte do I PNRA também expressava o intuito de respeitar os saberes dos beneficiários da reforma agrária, reforçando que a vivência e modos de vida dos mesmos seriam centrais na resolução de problemas nas áreas de reforma agrária. Onde a forma de produção e também de comercialização seria definida a partir das escolhas dos grupos beneficiados.

O I PNRA foi aprovado pelo decreto 91.766 de 10 de outubro de 1985 e trazia a especificação de sua execução somente em: “(...)Áreas Regionais Prioritárias, mediante Planos Regionais de Reforma Agrária e respectivos Projetos de execução, nos termos do que estabelecem os arts. 35 e 36 do Estatuto da Terra.”

O decreto 91.766, em seu Art. 3º, trazia,

Art. 3º. Os Planos e Projetos destinados à execução do PNRA terão prioridade absoluta para atuação dos Órgãos e Serviços Federais, consoante o que dispõem os parágrafos 1º e 2º do art. 34 do Estatuto da Terra.

§ 1º - Os Planos e Programas Especiais e de Desenvolvimento em geral, total ou parcialmente financiados pelo Governo Federal nas Áreas Regionais Prioritárias, serão ajustados aos objetivos e metas do PNRA.

§ 2º - Nas demais áreas, os Planos e Programas Regionais relacionados com a intervenção fundiária deverão ser adequados, no que couber, ao PNRA.

O artigo citado demonstra a prioridade com que o governo enxergou a temática e definiu que as iniciativas que fossem desenvolvidas no âmbito regional, fossem executadas de forma subalterna pelo governo federal, também em uma demonstração de centralização no controle de tal política. O governo federal se colocou como instância central na realização da reforma agrária e os governos estaduais e municipais seriam tratados como instâncias de apoio e deveriam ser integradas às ações no sentido de viabilizar e realizar ações de apoio visando um pleno funcionamento do plano.

A integração interinstitucional deverá se situar em um nível maior de comprometimento que engloba não só a participação orçamentária, mas também a concepção e projeção dos diversificados serviços de apoio, necessários à consolidação do processo. Ela será indispensável, sobretudo, quando da implantação dos projetos específicos, que demandarão ações complementares e coordenadas capazes de permitir aos novos agricultores a sua realização econômica, política e social. (I PNRA. 1985. p.08)

As modificações que o plano em tese pretendia atingir eram várias, onde podemos citar a diminuição da concentração de terras, o fim do latifúndio, a melhoria da qualidade de vida no campo, diminuição das migrações para os centros urbanos e o fim dos conflitos por terra como sendo as mais urgentes das modificações, onde o intuito central era “resgatar uma dívida social” (I PNRA. 1985) com os trabalhadores do campo. Para atingir essas pretensões, o governo entendia e definia que as áreas de reforma agrária seriam catalisadoras de programas e ações governamentais, bem como de instituições privadas que porventura atuassem nessa temática.

Considerando a grandeza da proposta e a relevância das ações e da reforma agrária de maneira geral, a narrativa utilizada pelo governo foi a de que houve uma compreensão de que não seria possível a plena execução de uma política de reforma agrária sem ampla participação de entidades da sociedade civil, determinando em trecho da parte inicial da proposta do Plano que,

O Estado manterá informada a sociedade sobre o processo de Reforma Agrária a fim de que ela possa exercer o necessário acompanhamento e avaliação sobre sua implementação.

Esse apoio e o comprometimento dos diversos segmentos sociais devem se manifestar nas diferentes fases do processo de Reforma Agrária, junto aos trabalhadores e proprietários rurais, bem como nas diversas instâncias do Poder Político, garantindo-se um diálogo intenso e construtivo entre sociedade civil e o Estado. (I PNRA. 1985. p.10)

O trecho elencado reforça que, em teoria, o governo pretendia a participação democrática na execução do I PNRA. Movimentos sociais, a exemplo do MST, que estava surgindo como forte representação da classe camponesa na época, além da CONTAG e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), vieram a sugerir pautas e ações dentro do plano, como por exemplo: “o MST sugeriu a desapropriação indistinta de todos os latifúndios e o estabelecimento de um módulo máximo para as propriedades rurais” (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.63). Embora o governo tenha divulgado a participação dos movimentos na elaboração do plano, a sua execução não ocorreu da forma divulgada.

Como era esperado em um país que estava saindo de uma ditadura militar, onde seus resquícios perduram até a atualidade, essas ações que o MST sugeriu não foram atendidas, porém, o governo continuou na ação midiática de buscar a sua aprovação junto aos movimentos sociais.

É preciso destacar que o I PNRA inseriu as desapropriações como ações prioritárias e o Plano foi apresentado dentro do movimento social, o que legitimou o Plano junto à sociedade. Foi no histórico congresso da CONTAG que ele foi apresentado, gerando fortes expectativas na sociedade por ter sido gestado com o apoio de grupos que compreendiam o processo por dentro, onde, uma das principais reivindicações destes grupos era a de que o processo de desapropriação das áreas que não cumprissem sua função social fosse plenamente cumprido.

Durante a ditadura já existia a previsão da desapropriação caso a propriedade não cumprisse a função social, porém essa previsão não foi muito utilizada. Dentro do I PNRA essa modalidade foi inserida como sendo prioridade do governo. Uma outra previsão que o plano trazia era que o valor da indenização a ser paga ao proprietário que fosse alvo da desapropriação passaria a ser de acordo com o declarado pelo mesmo ao Imposto Territorial Rural. Serviu como uma penalização aos proprietários que sonegavam impostos, visto que alguns deles realizavam declarações com valores abaixo do que de fato as propriedades valiam, tal ação fazia com que o imposto fosse mais baixo do que o valor real.

As ações do governo dentro do plano seriam muitas, tais como, colonização, regularização fundiária, mecanismos tributários, porém, a prioridade seria a realização de assentamentos, demanda essa bastante cobrada pelos movimentos sociais. A reforma agrária seria, segundo o I PNRA a prioridade do governo e nesse sentido, entendia e delimitava que as terras públicas, bem como as privadas que não cumpriam função social teriam essa finalidade.

Segundo Stedile (2005), o I PNRA na suposta intenção de atender a demanda crescente dos grupos indígenas veio a definir que a reforma agrária teria como intuito garantir aos indígenas o uso pleno de suas terras, a partir de reassentamento da população não indígena que porventura, estivessem ocupando as referidas terras. A intensificação e agilidade nos processos de homologação e delimitação de áreas indígenas também estava prevista no I PNRA, sendo considerada como fundamental para a manutenção da qualidade de vida desses grupos.

A respeito dos números das metas previstas no plano, é preciso de antemão informar que estas não foram plenamente cumpridas. O I PNRA “Prevvia o assentamento de 1,4 milhão de famílias no período de um governo (quatro anos). Estima-se que nesse período, durante o governo Sarney, tenham sido assentadas em torno de 80 mil famílias” (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.159).

Embora a previsão de assentamentos tenha sido esta citada, as ações do I PNRA não compreendiam somente o assentamento de famílias sem terras, com as ações diversas, aí incluídas as de ampliação da oferta de alimentos, a diminuição da subutilização da força de trabalho, por exemplo, previa-se que mais de 10 milhões de camponeses seriam beneficiados direta e indiretamente com o referido plano.

Ao mencionar a criação do Estatuto da Terra, o Plano reafirma as consequências sociais para os centros urbanos, que é o destino dos trabalhadores do campo que não possuem terra. A forte e rápida migração torna os centros urbanos com reduzidas condições para a absorção plena de todos, o que ocasionalmente gera um forte excedente populacional que economicamente os centros urbanos não têm estrutura para absorver. Segundo o texto do I PNRA, a estimativa seria de que em 1990, 11 milhões de pessoas estariam desempregadas caso o ritmo de migração fosse mantido.

O referido trecho do texto do I PNRA é bastante emblemático no sentido de reforçar a preocupação direta com os centros urbanos. Não afirmando que tal preocupação não seja válida, mas é relevante perceber que o campesinato passa a ganhar atenção a partir do momento que a estrutura de suposta ordem das cidades é atropelada. Como José de Souza Martins nos coloca

em seu texto, “Os camponeses e a política no Brasil” (1995), a história brasileira é urbana, mesmo o Brasil sendo um país agrário, o campesinato sofre um apagamento social histórico. O autor assim nos coloca: “A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento de sua ação política” (MARTINS, 1995, p.25). Essa exclusão que o camponês vem a sofrer no Brasil reflete diretamente no apagamento do campesinato do processo histórico e esse trecho do PNRA I é emblemático nesse sentido por demonstrar uma forte preocupação com o excedente populacional dos centros urbanos, embora saibamos que essa suposta preocupação só existiu em teoria, dentro de um plano que nunca chegou a ser plenamente executado.

Ainda nesse mesmo sentido, também é relevante destacar que o debate a respeito da concentração fundiária no Brasil e a reforma agrária em si só passou a ser pautado quando, no pós-guerra, compreendeu-se que essa era uma das questões que poderiam ser empecilho no desenvolvimento industrial do Brasil que ganhava forma nesse período.

O cumprimento da função social da terra foi citado dentro do I PNRA. Ao utilizar este princípio como um dos fundantes do plano, o governo coloca também que o meio utilizado para a concretização dessa previsão é o instrumento da desapropriação por interesse social, que atualmente está previsto na Constituição Federal em seu artigo 161 onde define que esta ocorrerá via negociação e que deverá ser efetivada “mediante pagamento de justa indenização” (CF 1988) e somente atingirá propriedades que não cumpram sua função social e que sejam caracterizadas como improdutivas.

Sobre a produtividade das propriedades, é preciso que se compreenda que essas definições sofreram alterações dentro das legislações. O Estatuto da Terra (que foi o instrumento legal que amparou toda a criação do I PNRA) trazia vários elementos definidores de produtividade e, caso a propriedade não cumprisse os requisitos nele previstos, a propriedade era passível de desapropriação. Este Estatuto afirmava que propriedades acima de 15 mil hectares que somente em parte dela houvesse algum tipo de produção e fosse por via do trabalho de arrendatários e de parceiros, esta propriedade era considerada improdutiva pois demonstrava que o proprietário não possuía condições materiais de tornar essa área dinâmica do ponto de vista da produtividade agrícola, sendo, pois, passível de desapropriação nos termos da lei.

Mesmo sendo o Estatuto da Terra a principal legislação que baseou a elaboração do I PNRA, a concepção de produtividade que ele trazia não foi utilizada pelo Plano, a principal explicação assenta-se no fato de que o Plano sofreu várias alterações, inclusive por grupos

fortemente ligados aos grandes proprietários rurais, como por exemplo, a União Democrática Ruralista (UDR)².

A UDR foi um dos grupos que passou a elencar quais seriam esses critérios definidores de produtividade, inserindo no seu texto final que, caso parte da propriedade estivesse produzindo, mesmo que por parceiros, arrendatários ou outras relações, a propriedade inteira seria enquadrada como produtiva, não sendo, pois, passível de desapropriação.

O conceito de “latifúndio produtivo” foi inserido e gerou uma série de brechas nos processos de desapropriação, visto que, embora em muitos casos as propriedades vinham descumprindo a sua função social, os proprietários reivindicavam a não desapropriação por inserirem suas terras como cumpridoras de função econômica.

A segunda parte do I PNRA elencou as metas e a forma de execução do plano. Citando alguns dados referentes ao Censo Agropecuário de 1980, o plano estimou que de 6 a 7 milhões de famílias seriam potencialmente beneficiárias da reforma agrária. Considerando para esta conclusão a existência de cerca de 7 milhões de famílias que tinham na agropecuária sua principal fonte de renda considerando a quantidade de minifúndios, que eram 2 milhões e a quantidade de estabelecimentos agropecuários de posse individual existentes na época, 3,2 milhões. Além desses números que espelhavam diretamente a realidade dos espaços rurais, o plano ainda entendia que os potenciais beneficiários da reforma agrária também estavam nos centros urbanos, seriam os trabalhadores que viviam em precárias condições de vida, em situações de subemprego.

A aplicação do plano seria de forma “gradual e crescente”, como podemos observar na tabela 1, nesse sentido, inicialmente as metas eram reduzidas e, à medida que fossem sendo executadas, elas seriam ampliadas e reajustadas conforme seu desenvolvimento e a capacidade dos órgãos responsáveis.

Tabela 4 - Metas previstas no I PNRA

METAS DO I PNRA	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

²A UDR é uma associação patronal cujo principal articulador foi o deputado do União Brasil, de Goiás, Ronaldo Caiado. A partir de sua atuação fervorosa na defesa dos proprietários, a classe dos latifundiários e representantes do agronegócio se vê cada vez mais fortalecida dentro do Congresso Nacional, atualmente sendo nomeada de Frente Parlamentar da Agropecuária, a chamada Bancada Ruralista que atualmente conta com 324 deputados federais na atual legislatura (2023-2026). No Senado, atualmente existem 47 senadores alinhados diretamente com os interesses desse setor, ou seja, os grandes proprietários possuem forte representação no legislativo brasileiro, somando um total de 374 parlamentares.

1985 - 1986	150 mil
1987	300 mil
1988	450 mil
1989	500 mil
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	1.400 mil

FONTE: I PNRA. 1985. (Adaptado)

O I PNRA trazia a previsão de áreas prioritárias para a sua execução, onde apontava que de início fosse realizada uma análise da relação famílias beneficiadas e tamanho da área necessária para tal, essa etapa era primordial para que a segunda etapa ocorresse, sendo ela, a etapa de “especificação de zona geográfica” a serem implantados os assentamentos. O plano compreendia que as áreas de conflitos deveriam ter ações estratégicas, específicas e um maior grau de prioridade.

As áreas definidas como prioritárias de Reforma Agrária eram compreendidas por diversas características, como: incidência de conflitos pela posse da terra; incidência de complexo latifúndio/minifúndio; incidência de latifúndios próximos aos grandes centros urbanos ou áreas densamente povoadas que estivessem na iminência de serem utilizadas para loteamentos imobiliários especulativos; e a incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, parceiros, posseiros, minifundistas e assalariados. A ocorrência de obras públicas, tais como barragens, açudes ou uso inadequado de bacias irrigáveis face à potencialidade de seus recursos e à sua função social, implicaria em ações de Reforma Agrária desde que se comprovasse a aptidão das terras. (SOBREIRO FILHO, 2019, p.100)

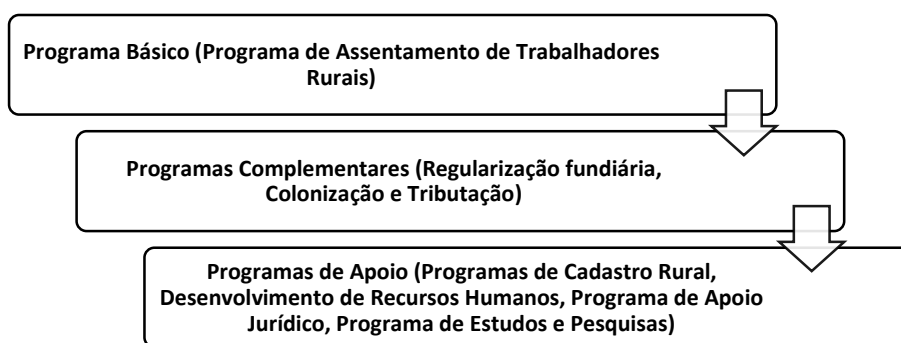
Essa concepção de definição de zona geográfica foi adotada, considerando que um país de grandes dimensões como o Brasil e com a diversidade que o campesinato possui, necessita considerar as diferenças regionais para a execução de um programa de reforma agrária. A definição das áreas deveria estar especificada nos planos regionais que integravam o I PNRA. A respeito de elencar e reforçar a justificativa para a definição de tais áreas, assim o plano define,

A delimitação das áreas prioritárias é um processo, que, se reconhece a existência de elementos genéricos a serem tratados a nível nacional, admite, simultaneamente, que tais elementos, para permitir uma territorialização mais precisa, dependem da incorporação dos matizes locais. (I PNRA. 1985. p.17)

[...]o PNRA procura evidenciar o respeito às peculiaridades regionais, propiciando o ajustamento às condições locais, mediante estratégia operacional revestida da necessária celeridade e maleabilidade, sem, no entanto, se identificar com ações tópicas, pontuais e descontínuas, historicamente reveladas insuficientes. (I PNRA. 1985. p.18)

No I PNRA foi realizado o quantitativo de famílias e de área necessária para cada unidade federativa. A partir de tais dados os planos regionais deveriam definir as estratégias e áreas dentro de seus limites, atendendo ao quantitativo definido no plano. Para a execução do I PNRA, o governo definiu uma série de ações consideradas estratégicas e que possuíam uma cadeia hierárquica dentro do plano que deveriam ser cumpridas para a total efetivação da reforma agrária por ele definida. Nesse sentido, é possível observar no gráfico a seguir, a ordem de execução de tais ações.

Gráfico 1 - Hierarquia dos programas previstos no I PNRA



FONTE: I PNRA. Adaptado

Essa série de ações previstas no plano eram estratégias que se complementavam e partiam da compreensão de quem um programa de reforma agrária precisa contemplar as diversas realidades do campesinato e, além disso, as ações previstas dentro dos Programas de Apoio partem da concepção de que é preciso uma ampla atuação das forças governamentais para a manutenção das condições adequadas de vida dentro dos assentamentos pois os assentamentos não são o fim nem o começo das necessidades dos camponeses sem terra.

No que se refere ao procedimento de execução, para os assentamentos, a prioridade do processo foi a desapropriação por interesse social enquanto que as terras públicas estavam previstas para serem utilizadas nos projetos de colonização, este, entendido como uma ação que não possui capacidades amplas de alterar a condição fundiária no país, onde “caberá à colonização um papel complementar especialmente para absorver a realocação voluntária de contingentes populacionais existentes em outras regiões” (I PNRA. 1985. p.23).

Com relação aos custos, a tabela 5 nos mostra de forma mais didática o detalhamento das ações e os recursos a serem utilizados para a execução do I PNRA.

Tabela 5 - Financiamento do PNRA para 1985/86

FONTES		DESTINAÇÃO DOS RECURSOS							
		Implantação (1)		Serviços de Apoio					TOTAL
		Terra Nua	Benfeitorias e outros (4)	Saúde (3)	Educação (3)	Assistência Técnica (3)	Crédito Rural (3)	Infra-Estrutura Básica (1)	
1	TDAs	3.245,4							3.245,4
1	Finsocial/ MIRAD		533,3						533,3
2	Ordinários/ INCRA		33,8						33,8
3	PRIN/ Proterra		66,6						66,6
4	Projeto Nordeste/ BIRD (2)	175,0	569,6						744,6
5	Governo Federal/ NEC/ Outros				73,0				73,0
6	Governo Federal/ M.S/ Outros			120,3					120,3
7	Governo Federal/ Minagri/ Outros					61,1			61,1
8	Sistema Financeiro Nacional						926,5		926,5
9	Governo Federal/ Minter/Outros							600,7	600,7
TOTAIS		3.420,4	1.203,3	120,3	73,0	61,1	926,5	600,7	6.405,3

*Cr\$ Bilhões em valores de maio de 1985

FONTE: I PNRA. 1985

Como é possível visualizar na tabela 5, o I PNRA foi um plano elaborado de forma a trazer todas as fontes de recursos de forma discriminada, onde as ações seriam de responsabilidade de vários órgãos federais, bem como de fundos internacionais. Embora os custos tenham sido discriminados, a sua execução em muito foi insuficiente como podemos constatar a partir do tópico seguinte.

1.1.3. Receptividade e aplicação

A proposta do I PNRA, em tese, buscava uma alteração da estrutura agrária do país e na prioridade dada ao campesinato. A proposta de atuação dos ministérios no sentido de priorizar as ações dentro dos assentamentos, significou uma intenção em promover uma correlação de forças para a efetivação do referido plano. Destaca-se que a aglutinação dos movimentos sociais, entidades e representantes da sociedade civil foram fundamentais para a reivindicação de direitos e para a criação do I PNRA e a construção da nova república tentou atender a demanda desses grupos, sendo a realização da reforma agrária a principal delas,

porém, embora o discurso governamental fosse no sentido de reconhecer e absorver o debate da reforma agrária, ele enxerga que para que isso ocorra é preciso que não realize outras ações que também se comprometeu a realizar. Aí reside a contradição e sutilezas imbricadas dentro do plano.

Realizar reforma agrária como os movimentos sociais exigiam, sem, por exemplo, adotar medidas rígidas contra grandes proprietários que não declaravam corretamente os valores de suas terras para a cobrança do ITR, assim como amparar financeiramente as grandes propriedades com recursos financeiros enquanto se utilizava da propaganda da desapropriação também demonstrou ser contraditório e o I PNRA surge nesse contexto, e como já mencionado, em um período de redemocratização do país, onde a necessidade de promover esperanças para a sociedade foi decisiva para as promessas políticas para amplos grupos e classes, ou seja, dentro de um governo contraditório surge uma política pública no nível da reforma agrária tendo seu processo de construção também contraditório.

Quando a proposta do I PNRA foi apresentada no evento da CONTAG, que contava com a presença massiva de muitos outros movimentos sociais e entidades civis, não existiu a princípio a aceitação do mesmo. Dentre os motivos que tornavam a proposta alvo de críticas seria, por exemplo, o fato de o PNRA trazer vários elementos do Estatuto da Terra (previa a seleção de áreas prioritárias para a execução da reforma agrária era um desses elementos), instrumento esse proposto e aprovado durante a ditadura militar. Para o MST, tudo que tivesse resquício do período e do governo militar não poderia ser aceito e sendo o Estatuto da Terra um instrumento desse período, os movimentos deveriam se posicionar contra, pois os instrumentos, programas, projetos e outros elementos carregam a marca do período que foram criados e o Estatuto da Terra, por ter sido um instrumento do período militar, também era uma legislação que carregava em si as características e marcas desse governo.

O posicionamento do MST gerou embate dentro do evento da CONTAG, que apoiou a proposta do plano, sendo este um dos contrapontos do I PNRA. Um outro grupo que também foi contraponto ao plano foi o dos proprietários de terra, que um mês após o lançamento da proposta do I PNRA se reuniram no Congresso Nacional e lá criaram a UDR. Discordavam por conta da proposta de tornar a desapropriação a prioridade, por conta da forma de indenização que agora o plano alterava, dentre outras críticas que obviamente iriam surgir desse grupo, visto que historicamente, seu lugar era de privilégio dentro da sociedade brasileira e o plano trazia propostas de alteração dessa ordem. Onde existiria a punição à classe caso houvesse descumprimento da função social de suas propriedades.

O surgimento da UDR é bastante emblemático nesse sentido, pois ela surge a partir do lançamento da proposta do I PNRA e ao longo da história sua atuação vai ficando cada vez mais intensa. No período de lançamento do I PNRA a UDR se posiciona contra ele e também estimulava os proprietários de terras a combaterem as ocupações com violência e essa abordagem teve espaço na mídia brasileira com a narrativa de proteção à propriedade, de propriedade como estrutura inviolável e o apoio popular surgiu a partir dessa narrativa, ao mesmo tempo, grupos sociais atuavam para a manutenção dos direitos dos camponeses e buscavam diálogo perante à sociedade.

Um dos grupos bastante atuantes nas ações do campo e que se posicionavam favoravelmente à reforma agrária e contrários à grande propriedade e a exploração dos trabalhadores do campo foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por sua atuação intensa é emblemático citar o slogan bastante difundido na época pelos movimentos patronais, especialmente a UDR, “Para cada fazenda invadida, um padre morto”. Tal postura reflete bastante a forma violenta como os grupos agiam. É um posicionamento bastante perceptível também da certeza de impunidade que esses grupos possuíam.

Os principais pontos que eram motivos de contestação da UDR eram principalmente a previsão de seleção de áreas prioritárias de reforma agrária, tal previsão significava o intuito de mudanças mais amplas do que somente ações pontuais e atomizadas. Além dessa previsão, o plano destacava a importância e previa a participação ampla dos movimentos sociais em todas as etapas dele, desde a elaboração (onde já mencionamos que vários grupos e movimentos enviaram sugestões) até a sua execução.

Com a criação da UDR os ruralistas foram conquistando cada vez mais espaço no poder legislativo brasileiro, ampliando de forma muito presente sua pressão junto ao governo, que cedeu a tais e alterou de forma drástica o texto e as determinações previstas na proposta do plano. A esse respeito, vale analisar o que Ramos Filho (2008, p. 203) nos coloca,

O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República foi adiado por diversas vezes e foram elaboradas doze versões até a assinatura do decreto presidencial nº 91.766 de 10.10.1985, aprovando o PNRA. Sarney rendeu-se aos latifundiários e optou por manter o pacto político que o sustentava, e, por meio de atos e omissões, conduziu à não implementação do PNRA.

A proposta inicial do I PNRA sofreu profundas modificações, exatamente pela pressão exercida pelos movimentos articulados pelos grandes proprietários de terras. Uma das principais modificações do texto inicial foi a não delimitação de áreas prioritárias para fins de reforma agrária. No texto original existiam áreas definidas dentro do território brasileiro que

tinham prioridade no processo de desapropriação e criação dos assentamentos de reforma agrária o que dava um maior direcionamento às ações do governo, visto que tais áreas prioritárias foram definidas a partir de sua estrutura fundiária. Com a não delimitação dessas áreas, o governo perdia o direcionamento ocasionando em atrasos nas execuções.

A meta contida no I PNRA era de assentar 1.400.000 (Um milhão quatrocentas mil) famílias, porém, até 1989 um total de 122.598 famílias haviam sido assentadas, ocasionando a reação direta dos movimentos de luta pela terra que intensificaram suas ocupações por conta do baixo número de famílias atendidas.

A respeito das alterações sofridas no plano, desde sua proposta inicial, até a sua versão final foram muitas. As alterações foram tantas (12 versões) e tão destoantes da proposta inicial pensada pelo presidente do INCRA na época, o José Gomes da Silva, que o mesmo, em forma de protesto e de demonstração de insatisfação, pediu demissão após o presidente assinar o decreto do plano.

A UDR pautava no debate público a necessidade de coibir as ações dos movimentos sociais, a não execução do I PNRA e a negociação como caminho para a realização da reforma agrária. Ou seja, a UDR passou a ditar e desenhar as linhas por onde a reforma agrária deveria ser efetivada.

Vale ressaltar que o plano previa que a execução dependeria “diretamente da situação econômica e política do País, da capacidade operacional do MIRAD/INCRA e das demais instituições que estarão envolvidas no processo de Reforma Agrária”. (I PNRA. p.16). Mesmo existindo toda uma rede de responsabilidade na sua execução, esse trecho traz um cenário de incerteza para o mesmo, especialmente pelo contexto de inserção da Nova República. O país estava em um período de reestruturação política e tornava tal mecanismo frágil do ponto de vista de sua concretização, mesmo o governo o apresentando como política prioritária.

O cenário de reestruturação política não era o único fator que tornava a execução do I PNRA incerta, mas, era sobretudo porque, sendo a reforma agrária uma política destinada para um grupo historicamente excluído, que era o dos camponeses, era impensável que fosse aplicada em um momento posterior aos anos de perseguição sofridos pelos camponeses e pelos seus militantes de uma maneira tão ampla. País de base escravocrata, de latifúndios improdutivos e de uma elite agrária dominante. Pensar em reforma agrária em um cenário construído a partir dessas bases parecia pouco palpável.

Os movimentos sociais conseguiram manter o debate em pauta e, por conta de suas pressões e atuações, conseguiram incluir a temática dentro do texto da constituinte de 1989. Na constituinte a reforma agrária entrou no capítulo de ordem econômica e social.

No governo de Fernando Collor de Mello o I PNRA foi completamente abandonado, embora em sua campanha tivesse a previsão para assentar 500 mil famílias. Sua atuação também foi no sentido de reforçar a reforma agrária associada à política agrícola, além de intensa perseguição a grupos ligados à luta pela terra, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Muitos líderes dos movimentos denunciaram as perseguições sofridas pelo governo, o que forçou o grupo a movimentar-se de forma mais interna, visando sua estruturação e organização e a fim, principalmente, de evitar maiores embates.

Dentro da política governamental de Itamar Franco, que governou o Brasil de 29 de dezembro de 1992 a 1994, houve um maior diálogo com os movimentos sociais, porém, sem maiores avanços na execução de políticas fundiárias. Continuou-se a priorizar as desapropriações em áreas de conflitos, não se ampliou as políticas de assistência técnica e de melhoria nas estruturas dos assentamentos.

1.2. II PNRA. REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES.

1.2.1. Contexto de criação

No governo Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, as questões relativas à reforma agrária foram bastante penalizadas, o I PNRA foi engavetado, o INCRA sofreu grandes modificações que implicaram na diminuição de quadro de funcionários e de recursos para a destinação da efetivação dos assentamentos, ocasionando uma paralisação das ações dentro do órgão. Tal situação não foi alterada no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, que direcionou as forças especialmente para as políticas econômicas.

A partir dessas situações mencionadas, os movimentos sociais passaram a buscar meios de reivindicar a execução de políticas para o campo. O MST já se firmava enquanto referência de luta pela terra e de relevante articulador político, o que significou uma forte ampliação das suas ações, especialmente das ocupações de terras. Citar o aumento das ações dos movimentos sociais significa também entender que a dimensão dos conflitos também foi ampliada, pois as forças estatais/governamentais atuaram de maneira combativa e violenta, podemos citar como exemplo o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, ocorrido em agosto de 1995, e o Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, que ocorreu em abril de 1996, além de também efetivarem a alteração da legislação que atuaram no sentido de penalizar e criminalizar tais

ações, como por exemplo, a Medida Provisória 2.027/2000 onde previa que propriedades ocupadas não poderiam ser vistoriadas nos dois anos seguintes à desocupação.

Tal MP foi atualizada no ano de 2001, a MP 2.183/2001, e trouxe, além dessa previsão mencionada, a punição para os militantes que atuavam direta ou indiretamente nas ocupações, determinando que estes seriam excluídos do programa de reforma agrária, ou seja, foi um governo que atuou de forma massiva no enfrentamento das reivindicações dos movimentos de luta pela terra.

Nossa análise não busca realizar uma abordagem quantitativa da questão agrária, porém, compreendemos o caráter relevante de introduzir dados que podem demonstrar aspectos da realidade, como por exemplo, em 1990 o número de ocupações e assentamentos existentes no Brasil eram de respectivamente, 50 e 29, ocorrendo uma crescente até atingir o número de 163 ocupações e 177 assentamentos no ano de 1994, último ano do governo Itamar Franco, ou seja, ao nos debruçar sobre tais dados podemos perceber que a política de assentamentos ganhou mais atenção nos anos finais do governo mencionado, justamente como resultado da ampliação da luta por reforma agrária.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciou seu governo reconhecendo que os conflitos no campo eram resultado da falta de políticas voltadas para este espaço, admitindo também que as mudanças profundas eram necessárias e propondo uma política de assentamento considerada por ele como sendo “ao mesmo tempo modesta e audaciosa” (CARDOSO, 1994, p. 101-103 in RAMOS FILHO, 2008). Modesta pelo fato de propor um número inicial de 100 mil famílias em um país onde a demanda é extremamente alta e audaciosa por conta do histórico de consolidação dos assentamentos ser bastante ínfimo no país, sendo lançado oficialmente em 1995 com uma meta estipulada de assentar 280 mil famílias, enquanto os movimentos sociais apontavam o quantitativo de 4 milhões de famílias camponesas sem-terra.

Para atender a meta estipulada inicialmente, o governo FHC buscou atuar em 4 mecanismos, sendo eles: reforma agrária, visando assentar 280 mil famílias; regularização fundiária para áreas que já estavam definidas e já existia posse; projeto casulo que buscava a descentralização da reforma agrária para estados e municípios e o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, o chamado Programa Cédula da Terra que significou o lançamento dos programas de crédito fundiário como forma de realização de assentamentos rurais. Com relação ao Programa Cédula da Terra buscaremos ampliar sua análise no capítulo seguinte, pois é o início do desenvolvimento dos programas de financiamentos de propriedade no Brasil a nível de governo federal.

Além desses programas centrais, no governo de FHC foram desenvolvidos outros programas que tinham como finalidade o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, como por exemplo, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) – Objetivando a estruturação dos assentamentos já existentes e em funcionamento, o projeto Lumiar – Desenvolvimento de assistência técnica e o Programa Emancipar – Estímulos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nota-se que tal governo efetuou abertura significativa para a atuação de organismo internacionais.

Por se tratar de um governo com forte inclinação para o neoliberalismo, podemos observar que suas políticas agrárias não fugiram dessa lógica. Os programas acima mencionados que foram executados no referido governo possuem origem nas orientações de organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como marco desse processo de abertura para as orientações de organismos internacionais, temos a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, que instituiu a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. O intuito principal era o de implantar políticas de “desenvolvimento rural sustentável” (RAMOS FILHO, 2008), introduzindo, contra as orientações e defesas de movimentos como o MST, a ampla participação da lógica de mercado na questão agrária brasileira.

Após a intensificação dos mecanismos de mercado nas políticas já mencionadas, houve intensa mobilização e atuação dos movimentos sociais, ampliando práticas que tinham por finalidade a contestação das políticas desenvolvidas pelo governo. Este buscou coibir tais contestações de maneiras diversas, inclusive editando medidas provisórias a fim de criminalizar a atuação de tais grupos sociais, a principal delas foi a Lei de número 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Medida Provisória amplamente conhecida como MP das Ocupações. Tal texto criminalizava os sujeitos envolvidos nas ocupações e tornavam impossibilitadas de vistorias e consequentemente de desapropriações das áreas que fossem ocupadas, minando drasticamente as ações dos grupos e reduzindo as ocupações. Como podemos observar a seguir,

Art.2º

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (PLANALTO, 1993)

As investidas do governo FHC no intuito de minar a atuação dos movimentos não se reduziram às MP's publicadas, além delas o governo também criou o Programa de Arrendamento Rural e o Programa de Acesso Direto à Terra. O primeiro programa previa o impedimento de desapropriação de propriedades que estivessem arrendadas e o segundo, bastante polêmico e criticado, era o que afirmava que os movimentos denominaram de reforma agrária pelos correios, onde os camponeses preenchiam uma ficha de solicitação de lote de reforma agrária e enviava pelos correios. O slogan do programa era, "*Pra quê pular a cerca se a porteira está aberta?*", constituindo uma clara estratégia de combate aos movimentos sociais. Segundo a lógica do governo, tal prática diminuiria as ocupações e seria eficiente no sentido de realizar a reforma agrária que os camponeses tanto necessitavam. Nota-se a partir da criação desses programas a concepção que o governo tinha de reforma agrária, reduzindo a uma política distributiva de terras, sem diálogo com os movimentos que atuam nessa problemática.

Ao final do segundo mandato de FHC, foram realizados 3.923 assentamentos de reforma agrária e 3.431 propriedades financiadas por mecanismo de mercado. O número de famílias contempladas com os programas de assentamento de reforma agrária foi de 389,959 e 34.648 famílias contempladas em programas de compra e venda de terras (DATA LUTA, 2007).

Nos debruçando sobre tal contexto do governo FHC é que se pode ter uma dimensão da questão agrária no início dos anos 2000, período em que a esfera política nacional se voltou para a eleição presidencial que colocou o Partido dos Trabalhadores (PT) na cena central e no comando do país após a redemocratização do Brasil.

Sua campanha eleitoral utilizou um programa de governo que contemplou diretamente 17 setores principais, dentre eles, o campo, cujo Programa Vida Digna no Campo trouxe para o debate o direcionamento central que seu governo daria para as políticas voltadas para o campo, onde de início afirmou que, "É firme a convicção da candidatura Lula sobre a importância e o papel relevante que tem o meio rural e a agricultura para o crescimento sustentável do país". (Programa Vida digna no Campo, 2002, p.8)

No interior dos movimentos sociais gerou-se uma maior expectativa com a possibilidade de vitória do governo Lula, onde podemos observar e comprovar tal aspecto na fala de João Pedro Stédile, em entrevista à Folha de São Paulo (2003), afirmou que era um governo "simpático a Reforma Agrária", também reforçou que o MST, movimento que representava, não iria cessar as ocupações pois estas teriam o papel de ajudar o governo a realizar reforma agrária.

Pautando que o crescimento econômico do Brasil, associado às políticas assistencialistas tais como programa Fome Zero e ampliação do Programa Bolsa Família ocasionaria um aumento no consumo das famílias brasileiras, o governo elaborou o II PNRA enfatizando que seria a agricultura familiar, dentro e fora dos assentamentos rurais que iriam suprir tais demandas. Era uma ampliação do Programa Vida Digna no Campo e, como citado em sua introdução, era uma retomada do plano criado em 1985 e que não foi executado pelos governos que se seguiram.

O Programa Vida Digna no Campo tinha como eixo central “oferecer ao setor agrícola e a todo o rural brasileiro um novo ambiente macroeconômico” (STÉDILE, 2005, p.211). O plano de governo contava com sete eixos estratégicos, dentre eles, o de Implantar uma política nacional de reforma agrária, onde definia que este seria fundamental para o país,

[...] pois irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combate à pobreza e com a consolidação da agricultura familiar. A reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais. (STÉDILE, 2005, p.215)

Além de tratar a reforma agrária como estratégica para o desenvolvimento do país, o Programa Vida Digna no Campo trazia propostas de ações em diversas áreas do setor, como destacado logo abaixo,

[...]o programa trata da Agricultura Nacional, do Fortalecimento da Agricultura Familiar, da Implantação de uma Política Nacional de Reforma Agrária, da Construção da Cidadania no meio rural, da Soberania e Segurança Alimentar, da Educação no meio rural, do Associativismo e Cooperativismo, da Reativação do Proálcool, do Zoneamento Agroecológico-econômico e da Política de Desenvolvimento Regional, incluindo as áreas do semi-árido, amazônica, cerrado e pantanal. (ALBUQUERQUE, 2006, p.87)

A partir do exposto, pode-se perceber que, embora o governo tivesse amplo apoio dos movimentos sociais ainda no período de campanha eleitoral, apoio esse que também reivindicava a elucidação de reforma agrária, a concepção do governo não compreendia a concentração fundiária como sendo uma das faces de um sistema econômico desigual e tendo nele o seu fim. A proposta de governo de Lula, no ano de 2003 não citou a influência do latifúndio nesse processo e apontou que a realização da reforma agrária se daria de forma contextualizada com o plano econômico, pretendendo promover principalmente a viabilização de crédito para os sujeitos envolvidos.

A proposta de governo também citava que a desapropriação por interesse social seria o principal instrumento utilizado para a sua realização e que, de forma complementar, utilizaria

o crédito fundiário. Era essa a proposta de governo e foi a partir dessas premissas que o II PNRA foi criado. Vale ressaltar que na campanha eleitoral, no programa de governo ora citado, não existiam metas para a reforma agrária, fator relevante pois o mesmo partido, na campanha presidencial de 1998, enfatizou que a reforma agrária de seu governo, caso eleito, contemplaria 1 milhão de famílias. A não menção de metas chama a atenção por esse motivo e quando o II PNRA foi elaborado e aprovado, os números não indicavam uma pretensão tão massiva quanto se esperava.

No governo Lula, as propostas destinadas à questão agrária foram elaboradas por um grupo de trabalho que contou com a participação de diversos órgãos e profissionais liderados por Plínio Arruda (relator responsável pelo decreto SUPRA, que instituiu um plano de reforma agrária no governo de João Goulart, este foi destituído do cargo pelo golpe militar de 1964), que juntamente com uma grande equipe de técnicos, elaborou uma proposta de plano que se utilizou também do Estatuto da Terra e que previa alterações drásticas e progressivas na estrutura fundiária brasileira.

A equipe técnica liderada por Plínio Arruda era composta por intelectuais e pesquisadores renomados a respeito da temática: José Juliano de Carvalho Filho, Guilherme Delgado, Leonilde Medeiros, Pedro Ramos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Sérgio Pereira Leite e Fernando Gaiger (II PNRA.). A proposta trazia em sua primeira parte, uma abordagem geral com discussões teóricas a respeito da reforma agrária, planos em desenvolvimento tanto a nível nacional quanto estadual, especificação das demandas de trabalhadores sem-terra e com terras insuficientes, trazendo em números, a estimativa de público real e potencial da reforma agrária.

Segundo levantamento realizado pelo grupo de trabalho e considerando o público em três modalidades, potencial, explícita e emergencial, a proposta elencava que a demanda por terra seria de mais de 7 milhões de famílias. (Proposta do II PNRA.).

Além disso, também trouxe a disponibilidade de terras existente no Brasil, estas foram divididas em três categorias, sendo elas: terras privadas passíveis de desapropriação por interesse social, terras públicas e devolutas especificadas as quantidades por Unidade de Federação e outras formas de aquisição de terras (terras por compra e venda, Terras em permuta, Terras confiscáveis, Terras dos devedores de ITR). Para realizar tal levantamento, o grupo considerou o módulo fiscal e o índice de produtividade de propriedade baseados no Censo Agropecuário de 1970. Assim sendo, segundo cálculos detalhados dentro do plano, o Brasil teria disponível para realizar reforma agrária, cerca de 172,9 milhões de hectares de terras devolutas. (II PNRA.)

Quanto aos custos e suas especificações para a execução do plano proposto, o grupo considerou, também detalhando a estimativa dentro do plano, que seriam necessários cerca de R\$24 mil por família para a construção dos assentamentos. Para fins de execução as ações seriam realizadas a partir de programas já existentes como por exemplo, o Plano Safra, orçamentos específicos que já estavam previstos com relação à seguridade social, FUNDEF e Habitação, ampliação do Programa de Aperfeiçoamento e Consolidação dos Assentamentos do INCRA (PAC) e PRONAF. A proposta também traz em detalhes os cálculos das despesas que optamos por não detalhar por não considerarmos relevante para o referido estudo, visto que, a proposta não foi aceita em sua totalidade. Nos deteremos ao maior detalhamento da proposta aprovada pelo governo.

A segunda parte foi nomeada de “Metas e Impactos da Reforma Agrária”, onde especificou 10 metas a serem cumpridas envolvendo tanto o quantitativo de famílias que deveriam ser assentadas no período de quatro anos (tempo de duração de Planos Plurianuais) quanto uma série de ações de seguridade social e econômica para as famílias assentadas e ações diretas que envolviam territórios quilombolas e indígenas, bem como a população ribeirinha desalojada por conta da construção de barragens.

Muitos consideram tal proposta como sendo a marca de uma ruptura de narrativa e de abordagem de um plano de reforma agrária. A nova proposta, em tese, veio a romper com o caráter isolado das políticas fundiárias, dando a ela um caráter estrutural, além de torná-la política de desenvolvimento territorial, demonstrando mais uma vez (pois o I PNRA também o fez), a dinâmica inovadora da proposta. A proposta elaborada pelo grupo de trabalho previa o assentamento de 1 milhão de famílias, porém, tal como ocorreu no governo Sarney, a proposta foi rejeitada pelo governo e em seu lugar houve a criação do “II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural (II PNRA)” que previa a consolidação de cerca de 400 mil famílias assentadas até o final de 2006 e o acesso ao Crédito Fundiário por 130 mil famílias.

1.2.2. Estrutura do Plano

No sentido de reforçar os benefícios advindos com a reforma agrária e mais especificamente, com a criação dos assentamentos, o II PNRA: “paz, produção e qualidade de vida no meio rural” traz o dinamismo econômico como uma das principais justificativas, expondo que nas áreas onde foram criados os assentamentos, foi constatado através de pesquisas que houve um maior fluxo tanto de pessoas quanto de ampliação do mercado

consumidor, tal característica ficou mais nítida em áreas onde se concentram mais de um assentamento, demonstrando, segundo o texto, que a criação de assentamentos gera benefícios tanto para os assentados, que são os beneficiários diretos, quanto para a população local, onde os assentamentos são criados, seja promovendo o desenvolvimento de estruturas comerciais preexistentes ou produzindo novas.

Possuindo um caráter também prioritário, o II PNRA seria aplicado de forma progressiva, considerando o ritmo da participação social e da eficiência de sua aplicação e delimitou que seus beneficiários seriam, além dos assentados,

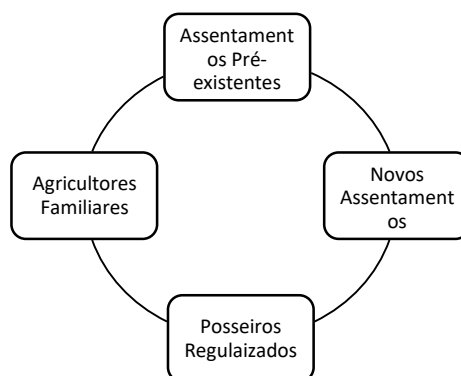
[...]os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infra-estrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas. (II PNRA, 2003, p.10)

Para a execução do Plano, o governo federal também tinha a compreensão de necessidade de atuação interinstitucional da esfera, enfatizando, assim como o I PNRA trouxe, que a correlação de forças dos órgãos das esferas federal, estaduais e municipais e de entidades e movimentos da sociedade civil era parte indispensável para a estruturação e auxílio do Plano e por conseguinte, do sucesso do mesmo. Nesse sentido, o II PNRA também estipulou que as unidades federativas atuassem no sentido de auxiliar diretamente a aplicação das ações do mesmo, onde a centralidade era a “Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar” (II PNRA. 2003. p.11), compreendidos como fundamentais para a soberania de um país. Tal concepção também tinha como base o previsto no Estatuto da Terra de 1964, documento que foi também central para a elaboração do II PNRA, onde sustentava que a execução do plano deveria considerar as peculiaridades do Brasil, não sendo possível um plano com características homogêneas que desconsiderasse os conflitos locais, as aptidões e lacunas existentes em cada região e bioma.

O II PNRA enfatizava que era necessário que a política de reforma agrária fosse realizada para que o meio rural brasileiro pudesse ser transformado em um ambiente de “vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática” (II PNRA. 2003. p.07), integrando no mesmo, toda a diversidade existente no campesinato brasileiro, nesse sentido, o II PNRA concebeu que seu público-alvo integraria os camponeses já assentados, os posseiros regularizados, os agricultores familiares (termo utilizado no II

PNRA) e o público a ser beneficiado em novos assentamentos. Para melhor apreciação desse aspecto o gráfico 2, melhor expõe esse público.

Gráfico 2 - Público alvo do II PNRA



FONTE: II PNRA. 2003.

Segundo o previsto no plano, nas áreas reformadas, estes sujeitos formariam uma área onde a “integração produtiva” seria desenvolvida de forma a evitar que estes atuassem de forma individualizada, gerando assim, uma rede de colaboração entre os segmentos, onde, a partir de estudos que estavam em processo de desenvolvimento seriam analisadas as potencialidades dos grupos, no sentido de ampliar a rede de produção e comercialização dos mesmos. O levantamento que estaria sendo realizado³ também serviria como base para a estruturação da rede de assistência técnica que atenderia aos beneficiários.

A estrutura fundiária do Brasil no período de elaboração e estruturação do II PNRA demonstrava uma absurda concentração da propriedade, onde, “no estrato de área até 10 ha encontra-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 ha correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total.” (II PNRA. p.11)

O levantamento do quantitativo das famílias a serem beneficiadas foi efetuado a partir de vários bancos de dados, onde assim constavam na data de lançamento do Plano: 839.715 cadastros no Programa de Acesso à Terra, cerca de 200 mil famílias acampadas, estas eram definidas como prioridade dentro do Plano, além desses números, o levantamento também seria realizado em outras fontes, tais como, “Cadastro dos Imóveis Rurais/Incra; Pesquisa Nacional

³ O plano não elencou os detalhes a respeito desses estudos a que fez referência. Quem estaria fazendo? de que forma estaria fazendo? qual o prazo para a conclusão do mesmo? Somente citou que os estudos estavam em processo

por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE (1997 e 2001); Censo Agropecuário/IBGE (1995/96); Censo Demográfico/IBGE (2000); Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/Incra)” (II PNRA, 2003, p.17). As análises teriam o intuito de identificar os agricultores demandantes de terra em suas mais variadas formas, inclusive, proprietários “com área insuficiente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da exploração agrícola.” (II PNRA, 2003, p. 17)

Para fins de comparação com os números de anos anteriores, o Plano trouxe os seguintes números, inseridos na tabela 6:

Tabela 6 - Número de famílias assentadas no período de 1995 até 2002 e previsão de assentamentos até 2007

Número de famílias assentadas de 1995 até 2007	
1995 – 1998	238.010 famílias
1999 – 2002	286.370 famílias
Previsão de Famílias Assentadas	
2003	60.000 famílias
2004	115.000 famílias
2005	115.000 famílias
2006	140.000 famílias
2007	150.000 famílias

FONTE: II PNRA. 2003. Elaborado pela autora.

Além das metas acima, o governo Lula fez amplas modificações nos programas que já estavam em funcionamento, como o Cédula da Terra e o Banco da Terra, bem como, viabilizou a criação de outros programas, como podemos observar em detalhes logo abaixo,

O governo Lula: a) criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), responsável pela gestão do Fundo de Terras e dos programas e projetos nessa área; b) manteve o programa Banco da Terra sob um novo nome (Consolidação da Agricultura Familiar), com algumas reformulações; c) implementou, de fato, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural; d) criou linhas de financiamento como, por exemplo, para jovens agricultores e quilombolas comprarem terra; e) reformulou o Fundo de Terras, a fim de usá-lo como contrapartida nacional aos empréstimos do BIRD para os programas de compra de terras (PEREIRA;SAUER. 2006, p. 61)

A criação do II PNRA foi bastante emblemática no sentido de pautar as políticas fundiárias como centrais para o amplo desenvolvimento do país. No referido plano, observa-se que o governo insere a “desconcentração” fundiária como elemento fundamental para a diminuição e combate à desigualdade, além de também relacionar sua importância para a ampliação da efetividade das políticas relacionadas à segurança alimentar.

[...]pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero (II PNRA, 2003, p.8)

Para a efetivação dos assentamentos, assim como no I PNRA que foi amplamente abordado, o II PNRA também compreendia que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária seria o modo prioritário de ação, mas não se restringindo somente à ele. Considerando a diversidade e peculiaridade do campo, estavam previstas também a modalidade da “compra e venda (Decreto 433), destinação de terras públicas, obtenção de áreas devolutas e outras formas de obtenção (devedores, dação em pagamento)” (II PNRA, p.19)

Os recursos considerados de investimentos se referem aos que serão voltados para que as famílias beneficiárias desenvolvam atividades produtivas iniciais, tendo como principal intuito a geração de meios de sobrevivência na área reformada. Esses recursos de investimentos não seriam reembolsáveis e a orientação existente dentro do II PNRA foi a de definição da prioridade dentro de uma instância coletiva, seja ela associação ou cooperativa. Tal medida teria o intuito de estimular a coletividade dentro dos assentamentos (Segundo consta no plano, tal preceito foi uma orientação e não uma imposição, que não foi deixado claro de que forma iria ocorrer).

Como já mencionado anteriormente, o II PNRA não previa somente a criação de assentamentos, mas também, outros mecanismos como por exemplo, a Regularização Fundiária e o cadastramento de terras. Tais mecanismos são compreendidos como relevantes dentro da proposta pois no território brasileiro são inúmeras as situações que denotam a necessidade de se realizar tais mecanismos. Muitas áreas foram ocupadas de forma hereditária e a ausência de documentos poderia ocasionar prejuízos às famílias que estão nessa situação caso suas terras forem alvos de projetos que necessitem de realocação dessas.

Além do mencionado, o cadastramento de terras é entendido como fundamental para o processo de consolidação da reforma agrária pelo fato de ser por meio dele que são obtidas informações a respeito do módulo fiscal e índice de produtividade, dois importantes fatores para o processo e que são obtidos por meio do cadastro realizado junto ao INCRA. Tal medida reforça a relevância de tais ações, como podemos observar no II PNRA (2003, p.23),

Por isso, o Plano Nacional de Reforma Agrária tem como uma de suas prioridades a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR de uso múltiplo com a utilização de imagens de satélite e do georeferenciamento de todos os imóveis rurais, que resultará progressivamente num novo mapa fundiário do país e em referência obrigatória para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Além dos motivos expostos, o território brasileiro possui grandes dimensões e as informações a respeito das propriedades ainda se dão de maneira deficitária. Existe uma disparidade entre as dimensões reais de algumas propriedades e as informações que estão inseridas nos cadastros do governo e é preciso que se reduzam essas discrepâncias a fim de obtenção de um retrato da realidade que seja o mais fidedigno possível. A respeito das metas gerais dessa ação, podemos observar a tabela 7 que mostra de maneira mais detalhada as ações e o período que o governo estipulou para o seu cumprimento.

Tabela 7 - Ações e período de implantação previstos

Metas do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária		
Ação	Quantidade	Período previsto
Cadastro georreferenciado	4,8 milhões de imóveis	8 anos
Elaboração do Mapa Fundiário e do Cadastro de Terras do Brasil	Não estipulado	8 anos
Regularização Fundiária	1 milhão de posses de boa-fé de até 100 ha	8 anos
Arrecadação de terras devolutas para 105 mil famílias	Área não estipulada	8 anos
Base de dados qualificada para o ITR**		Não estipulado

FONTE: II PNRA. 2003. Elaboração da autora. ** Imposto Territorial Rural – ITR

Como observado na tabela 7, dentre as metas estipuladas no plano está também a qualificação da base de dados para que a cobrança do ITR seja efetivada de forma mais justa. O imposto em questão é cobrado de acordo com o valor da propriedade que é baseado na

declaração realizada pelo proprietário. Não é raro encontrar propriedades com valor declarado considerado inferior ao seu valor real acarretando cobrança menor de imposto pelo proprietário, ou seja, valores de impostos inferiores ao que a propriedade de fato vale.

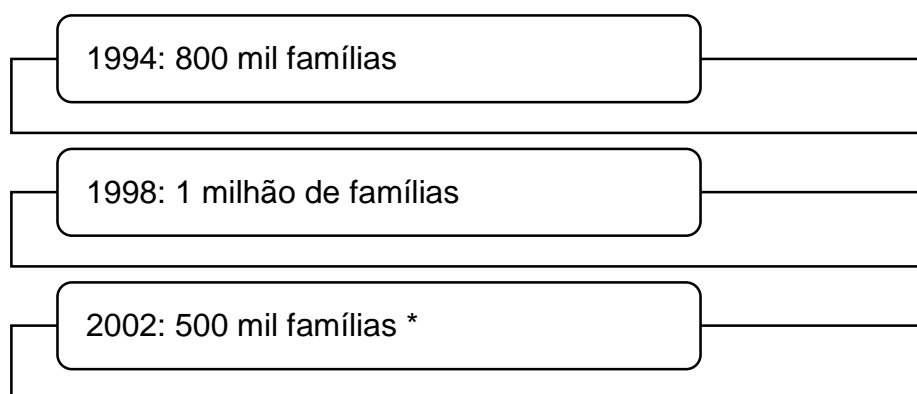
Ainda com relação ao banco de dados, o II PNRA também previa uma atualização do SIPRA, bem como o cruzamento de dados desse com os obtidos por meio do Censo Agropecuário, sistema que agrega informações diversas dos assentamentos e se dá como meio fundamental para um melhor monitoramento das necessidades e realidades desses programas.

A proposta de aprimoramento do banco de dados amplamente utilizados pelos órgãos ligados às questões agrárias no Brasil foi bastante relevante, visto que não é possível desenvolver uma política ampla de reforma agrária e de recuperação dos assentamentos já existentes como se propunha o II PNRA sem realizar um rigoroso levantamento de dados e informações a respeito deles, nesse sentido, esta etapa era entendida como primordial para a elaboração de planos e ações mais específicas dentro dos assentamentos.

1.2.3. Receptividade e aplicação

O histórico de vida política de Luiz Inácio Lula da Silva e dos seus programas de campanha ao longo de seus 3 pleitos na disputa pela presidência da república foi fator determinante na expectativa criada pelos movimentos sociais com relação à Reforma Agrária. As metas das campanhas presidenciais podem ser visualizadas no gráfico 3.

Gráfico 3 - Metas de assentamentos nas campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva



FONTE: ALBUQUERQUE. 2006. Elaboração da autora.*⁴ **⁵

⁴ Em julho de 2002 o programa vida digna no Campo retirou esse número e a campanha eleitoral presidencial ocorreu sem se comprometer com metas quantitativas de criação de assentamentos.

⁵ A campanha eleitoral de 1989 não trouxe metas de criação de assentamentos.

O gráfico demonstra que de 1994 a 1998 a preocupação com a criação de assentamentos foi ampliada dentro do programa eleitoral. A campanha de 1998 manifestou a intenção de criar assentamentos para 1 milhão de famílias, um acréscimo de 200 mil famílias em relação à campanha presidencial anterior, ocorrida no ano de 1994.

A postura ousada das metas de assentamento na campanha de 1998 contrastou radicalmente com a campanha do ano de 2002, onde, de início foi mensurado no programa eleitoral de Lula, o programa vida digna no campo, a estimativa de criação de assentamentos para 500 mil famílias, metade do que havia proposto no pleito anterior, em 1998. Além da drástica redução nas metas, a gravidade se deu de forma mais emblemática por conta da retirada dessa meta do seu programa de governo, ou seja, Lula foi eleito em 2002 sem se comprometer com metas de criação de assentamentos, postura essa bastante criticada pelos movimentos.

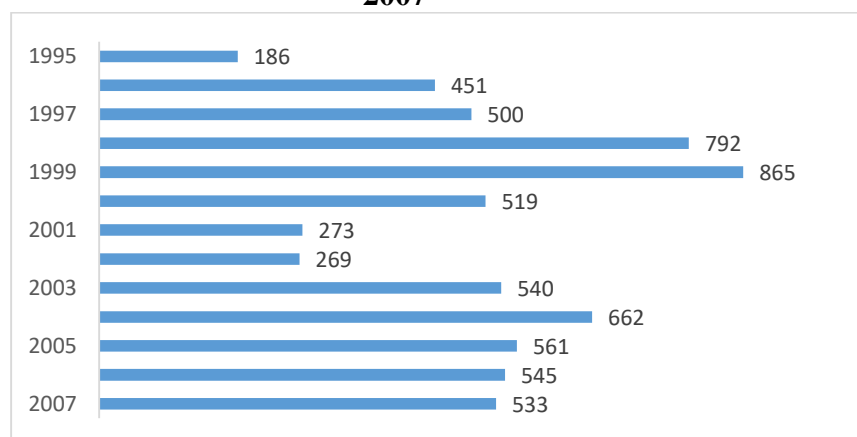
Embora a campanha tenha sido finalizada sem metas de assentamentos, a principal expectativa dentro dos movimentos sociais era de imediato a criação de assentamentos para todos os acampados, que, segundo dados do IPEA,

Levantamentos realizados até fevereiro de 2003 apontavam a existência de cerca de 400 mil pessoas vivendo debaixo de barracos de lona e à beira de estradas vicinais à espera de projetos de assentamento a serem implantados pelo governo. No total, entre todos os movimentos, somavam 871 acampamentos e 96 mil famílias. (IPEA, 2003, p.102)

Além disso, a MP 2.183/2001 ainda estava em vigor, o que ocasionava em uma ameaça direta aos movimentos de luta pela terra e sua principal forma de atuação que eram as ocupações de latifúndios, nesse sentido, grupos como a CONTAG e o MST também reivindicaram a revisão imediata desse instrumento legal, que o governo chamou de “entulhos autoritários do governo passado” (IPEA, 2003, p.104).

As ocupações e acampamentos aumentaram durante o governo Lula, se comparado com os números do último período do mandato de FHC, como podemos observar no gráfico 4.

Gráfico 4 - Número de ocupações de terras ocorridas no Brasil no período de 1995 a 2007



Fonte: DATALUTA. Unesp. 2008.

O gráfico inserido direciona melhor o nosso olhar a respeito da quantidade de ocupações ao longo de um pouco mais de uma década. É possível perceber que o primeiro mandato de FHC, que vai de 1 de janeiro de 1995 até 31 de dezembro de 1998, foi o período que ocorreu o maior número de ocupações da década, ao todo, foram registradas pelo INCRA, 1.929 ocupações ao longo do primeiro mandato citado. O primeiro ano do segundo mandato foi marcado por um aumento das ocupações, porém, o ano 2000 foi marcado por significativas reduções nesses dados que foram progressivas e no ano de 2002 os dados apontam que ocorreram somente 269, número bastante contrastante se comparado às 865 ocupações ocorridas no ano de 1999. Compreende-se a partir da observação dos dados que o primeiro mandato do governo Lula iniciou com uma quantidade bastante reduzida de ocupações se comparado aos dois mandatos de FHC.

Após a vitória do candidato Lula, essa ampliação no número de ocupações é bastante emblemática, pois vem a demonstrar um aumento no nível de liberdade e de menor repressão desses movimentos e uma maior expectativa de efetivação de suas reivindicações, onde a reforma agrária era a principal delas. A orientação dos movimentos, especialmente do MST foi a de não ocupação de prédios públicos, pois este mecanismo não se fazia mais necessário visto que a orientação do governo tinha sido modificada com a eleição de Lula. “Agora há o latifúndio de um lado contra a soma de esforços dos movimentos sociais e de um governo popular do outro”. (IPEA, 2003, p.103)

Em certo nível, os movimentos sociais tinham as expectativas alimentadas pelo governo, onde, em evento realizado pela CONTAG, ainda no primeiro semestre de 2003, o então presidente Lula afirmou que seriam criados, ainda naquele ano, assentamentos o suficiente para atender cerca de 60 mil famílias, onde a prioridade seria das famílias que se encontravam

acampadas. O boletim 7 do IPEA, amplia a análise e demonstra a necessidade de busca de fontes de recursos para a concretização dessa promessa.

A fim de atingir a meta prometida pelo presidente da República para este ano (60 mil famílias), em discurso perante os trabalhadores rurais durante a jornada que encerrou o evento “O Grito da Terra”, organizado pela Contag para a apresentação de sua pauta anual de reivindicações ao governo, a direção do Incra acredita que se deve obter recursos em outras fontes e baratear os custos dos assentamentos. (IPEA, 2003, p.97)

Com relação às mudanças que competem ao campo, o primeiro mandato do governo Lula realizou algumas alterações, onde podemos elencar: o Banco da Terra foi extinto em 2003, porém, não significou o fim dos programas de compra e venda de terras, pois foi também anunciado pelo governo a implementação de um programa de Crédito Fundiário; o governo retirou da página do MDA a relação de nomes de camponeses e militantes dos movimentos sociais que haviam participado de ocupações e logo, segundo a legislação da época, não poderiam ser contemplados nos programas de assentamentos; e apoio direto aos acampamentos com a destinação de cestas básicas para acampados, dentre outras ações.

Essa mudança de postura do governo com relação ao enfrentamento das ações públicas dos movimentos sociais foi motivo suficiente para organizações ligadas aos grandes proprietários acusarem o governo de compactuarem com as ações consideradas por eles ilegais, já que afrontaria diretamente ao direito constitucional da inviolabilidade da propriedade, levando a classe dos proprietários a atuarem de maneira intensa para o enfrentamento dessa abertura aos movimentos sociais. A ofensiva dos proprietários de terra teve avanços significativos nos dois primeiros anos do governo Lula, onde, aliados da bancada ruralista pressionaram de forma intensa o judiciário para a punição de lideranças dos movimentos que realizavam ocupações, foram 31 camponeses presos até setembro de 2004 (ALBUQUERQUE, 2006, p.105).

Essa ofensiva dos proprietários também atingiu o legislativo, onde foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para fins de investigação das ocupações de terras que vinham ocorrendo no período de 2004, tal CPMI foi modificada e transformada em CPI que objetivou analisar a estrutura fundiária brasileira.

Para as entidades patronais, a vitória de Lula significou, a princípio, instabilidade e poucas perspectivas com relação às suas demandas, especialmente pela proximidade deste com movimentos sociais. Além de pouca expectativa, tais movimentos passaram a pautar o debate da necessidade de proteção à propriedade privada.

A União Democrática Ruralista (UDR), que há tempos não se manifestava publicamente, retomou suas bandeiras de luta contra o que chama de ilegalidades e crimes contra o direito de propriedade. Outros grupos e associações de proprietários também têm surgido em vários locais, enfatizando, por um lado, o direito de os proprietários se armarem para a defesa de suas terras e, por outro, solicitando ao governo o cumprimento dos dispositivos legais que criminalizam as ocupações e excluem os que delas participam dos programas de assentamento rural. (IPEA, 2003, p.97)

Partindo dessa perspectiva, um dos desdobramentos desse momento histórico foi o surgimento do Primeiro Comando Rural (PCR), grupo formado por proprietários de terra que defende o armamento e resistência violenta nos casos de ocupações de propriedades privadas. É importante destacar que o movimento surge no Sul do Brasil, mas é inspirado na organização criminosa que surge em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC).

De forma direta, a criação do II PNRA reverberou em muitas reações negativas dentro e fora do governo. Ao ser apresentado, em outubro de 2003, integrantes do governo, especialmente ligados aos Ministérios da Fazenda e da Agricultura se opuseram ao texto, especialmente pelo quantitativo de assentamentos que o mesmo propunha, que era de 1 milhão de famílias, considerado por tal grupo, como sendo uma quantidade demasiada. Tais setores defendiam que os assentamentos fossem criados somente em áreas conflituosas, ou seja, áreas de acampamentos que, na época, eram cerca de 200.

Em virtude das críticas apontadas por estes setores, além das críticas de membros do legislativo ligados à bancada ruralista, a proposta sofreu várias alterações e em novembro de 2003 o presidente da república realizou um pronunciamento público aprovando o texto final do II PNRA que teve seu conteúdo criticado pelos movimentos sociais, pois a expectativa era de que as metas definidas na proposta se manteriam. Importante mencionar que os movimentos sociais realizaram uma marcha a fim de pressionar a aprovação do plano, como podemos constatar na análise de Albuquerque (2006, p.107).

Somente no final do ano, depois que o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - que envolve os maiores movimentos sociais do campo do país - organizou uma Marcha para Brasília, é que o governo lançou seu II Plano Nacional de Reforma Agrária, assim mesmo com metas reduzidas.

O plano aprovado ainda trazia a concepção de que a reforma agrária seria política prioritária dentro do governo e que para sua execução diversos setores estariam envolvidos diretamente, ou seja, o governo compreendia sua relevância, porém, alterou de forma drástica o número de famílias a serem atendidas, mantendo também a prioridade em assentar as que estavam em acampamentos.

Reproduzindo o “*modus operandi*” do governo FHC, na apresentação do programa o ministro Miguel Rossetto afirmou que o plano contemplaria cerca de 1 milhão de famílias, pois em seus cálculos de beneficiários além das famílias a serem assentadas, considerou os beneficiários dos programas de crédito e de regularização fundiária. Mesmo o texto final do II PNRA aprovado trazendo números reduzidos nas metas de assentamentos, estas também não foram cumpridas de forma plena. Ao final do ano de 2003, segundo dados do INCRA, os assentamentos criados contemplaram o total de 36.301 mil famílias, bastante inferior ao estipulado no texto final do plano, que era de 60 mil para o referido ano.

As metas continuaram a ser comprometidas ao longo do primeiro mandato do governo Lula, especialmente com a redução dos recursos destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O MDA contou, no ano de 2003 com orçamento de 2,31 bilhões de reais, em 2004 esse valor foi reduzido para 1,4 bilhão de reais, valor esse não suficiente para a realização de todas as suas ações planejadas. Com as ações e orçamento reduzidos, a ação pública dos movimentos sociais foi ampliada. O número de ocupações realizadas ao longo do ano de 2004 foi de 662, com cerca de 111.447 famílias acampadas, maior número já enfrentado pelo governo Lula e em resposta, o governo anunciou uma ampliação de R\$1,7 bilhão de reais para o MDA e uma política de valorização do INCRA, que compreendia um novo plano de carreiras para os servidores e o anúncio de contrato de 4.500 novos servidores.

Essa complementação orçamentária e a ampliação de servidores refletiu nas modificações das ações do MDA no ano de 2004. O intuito seria a agilidade nos processos de reforma agrária e na diminuição da tensão social e ações públicas dos movimentos de luta pela terra. Contudo, a efetivação dessas ações anunciadas deixou a desejar. O repasse suplementar para o MDA foi R\$1 bilhão (Boletim IPEA nº10), cerca de 40% do anunciado, o que comprometeu as ações planejadas dentro do órgão. O pouco investimento em ações e órgãos ligados ao campo reverberaram também nos índices de violência nessa área.

Os conflitos no campo não foram mitigados ao longo do primeiro mandato do governo Lula. Dados da CPT nos mostram que de 2004 (ano de implementação das modificações no MDA) até 2006, foram registradas quase 200 mortes relacionadas diretamente aos conflitos no campo, os números em detalhes podem ser visualizados na tabela 8.

Tabela 8 - Número de assassinatos em conflitos no campo de 2003 a 2006 - Brasil

Ano	Número de assassinatos
2003	73
2004	39
2005	38
2006	39
Total	189

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT.

A análise dos dados da tabela 8 nos leva a perceber que no ano de 2003 tiveram 73 assassinatos no campo, número que foi reduzido em 2004, onde foram registrados 39 assassinatos no campo. É possível perceber que após 2004 os números apresentam estabilidade, porém, os conflitos e as mortes continuam a ocorrer. Não é de intenção da pesquisa aqui desenvolvida firmar certezas, nem especular causas simplistas para problemas complexos, porém, ao realizar essas análises e somadas às leituras de pesquisas anteriores como em Albuquerque (2006), é possível perceber que a violência no campo se manifesta também quando as políticas fundiárias são, no geral, frágeis ou inexistentes. Somadas aos fortes índices de impunidade do país, tornam o campo mais suscetível para a existência e reprodução de diversas formas de violência e supressão de direitos.

O ano de 2004 foi finalizado com relações estremecidas entre movimentos sociais e o governo, foram assentadas cerca de 81.300 famílias em 454 assentamentos criados. A principal justificativa do governo para um número bastante inferior ao prometido no âmbito do II PNRA assenta-se no fato de que os recursos não foram o suficiente para a construção de novos assentamentos, visto que a situação dos assentados na época era bastante delicada, o que levou ao governo a priorizar a destinação dos recursos à melhoria dessas áreas reformadas por governos anteriores.

Evidentemente a execução ínfima das ações previstas no II PNRA foram motivos de muitas críticas dentro dos movimentos sociais, uma das mais contundentes delas foi externada dentro da I Conferência Terra e Água, realizada em Brasília em novembro de 2004. A Conferência contou com participação massiva dos movimentos sociais, entidades civis, Organizações Não Governamentais, além de membros do governo que atuam dentro das temáticas. Uma das falas mais emblemáticas que gerou bastante repercussão foi a de Plínio de Arruda Sampaio onde demonstrou um alto grau de decepção com relação às ações do governo, citando que o governo anterior (FHC) havia realizado um maior quantitativo de assentamentos

mesmo sendo um governo “contra trabalhadores” (MST, 2005). A I Conferência Terra e Água foi encerrada e teve como um de seus resultados práticos e políticos a elaboração de um manifesto final, que foi entregue ao Banco Central. O seu conteúdo reivindicava cumprimentos de ações já previstas e ainda não executadas dentro dos planos do governo, além de trazer reivindicações urgentes que ainda não estavam contempladas nas ações do governo.

Para o ano de 2005, o governo destinou um orçamento de R\$ 1,7 bilhão de reais para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ou seja, o corte foi de cerca de 25% em seu orçamento total, ocasionando, conseqüentemente, limitações na realização das ações previstas dentro do órgão, especialmente as do II PNRA, cortes estes que se relacionam diretamente com o alinhamento político do governo às políticas neoliberais, pois, segundo Albuquerque (2006, p. 117),

O corte nos recursos foi feito para cumprir as metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que previu para o ano um superávit fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), isto é, o dinheiro que o governo deixa de investir em políticas públicas para pagar a dívida externa.

O anúncio dos cortes orçamentários dentro do governo e a pouca possibilidade do cumprimento das metas previstas no II PNRA, além da continuidade dos conflitos no campo, endossou alguns movimentos para a efetivação de ações públicas no intuito de pressionar o governo para o cumprimento de tais metas.

A ação pública mais emblemática foi a marcha do MST, que saindo de Goiânia em direção a Brasília conseguiu mobilizar cerca de 12 mil participantes e como consequência direta de tal mobilização, audiências públicas com alguns ministérios foram realizadas onde publicamente o governo federal se comprometeu em realizar algumas ações que de alguma forma, compreendiam metas previstas no II PNRA, dentre elas, estava a reestruturação do INCRA e a revisão dos índices de produtividade das propriedades.

A revisão do índice de produtividade se dava como um dos pontos bastante delicados dentro das metas do II PNRA e era alvo de críticas dentro das organizações patronais. A proposta de alteração foi entregue pelo INCRA ao presidente da república e pretendia utilizar como parâmetro os dados do Censo agropecuário de 1995-1996 para pecuária e de 1999-2003 para a agricultura. Vale relembrar que os índices utilizados no referido ano se baseavam nos dados do Censo Agropecuário de 1975, ou seja, os números estavam completamente defasados e geravam uma facilidade para os produtores evitarem as desapropriações, visto que estes, ao atingir níveis mínimos seriam considerados produtivos.

Além da proposta que prevê a alteração desses índices, também estava contemplada a ampliação no número de propriedades passíveis de desapropriação para a reforma agrária, porém, não foi informado o número exato dessa ampliação.

A bancada ruralista, juntamente com a UDR, se manifestara contra as ações previstas, e acusando-as de serem ações de perseguição e contrárias ao setor agrícola. Segundo Marcos Prochet, presidente da UDR Noroeste do Paraná, em entrevista à Folha de São Paulo em 13 de abril de 2005, ampliar os índices de produtividade seria punir os produtores, “(...) Os índices são irreais hoje e eles ainda querem elevar para satisfazer os incompetentes que não conseguem fazer uma reforma agrária”. A posição contrária também foi defendida por membros do governo, como por exemplo, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, onde utilizou a seca como argumento que reforçava o seu posicionamento.

As pressões exercidas pela bancada ruralista ocorreram de forma bastante enfática resultando em uma não execução das metas estipuladas no plano, especialmente a meta que pretendia realizar a alteração nos índices de produtividade e reforçando a manutenção do latifúndio improdutivo e das propriedades para fins de especulação imobiliária. Além dessa ação prevista, a criação de assentamentos também não ocorreu conforme planejado.

A política de assentamentos do governo Lula não atendeu às expectativas dos movimentos sociais, que já haviam tecido críticas à tímida meta prevista dentro do II PNRA. A tabela abaixo mostra o quantitativo de famílias assentadas ao longo dos dois mandatos do governo Lula.

Tabela 9- Quantitativo de famílias assentadas. 2003 a 2010

Ano	Número de famílias
2003	36.301
2004	81.300
2005	127.500
2006	136.400
2007	67.500
2008	70.200
2009	55.500
2010	39.500

FONTE: INCRA. Elaborado pela autora.

Não desconsiderando outros números que dizem respeito às políticas fundiárias, consideramos analisar somente os números de assentamentos visto que é entendida como uma das políticas estruturais dentro de um plano amplo de reforma agrária e como podemos perceber, as metas de criação de assentamentos estipuladas no II PNRA foram atingidas somente no segundo mandato do governo de Luíz Inácio Lula da Silva, segundo dados do INCRA.

Vale destacar que os números divulgados pelo órgão consideram diversas ações, além das desapropriações, para o cálculo de famílias assentadas. Segundo análise de Oliveira (2007), o número de famílias assentadas em assentamentos criados a partir da desapropriação de propriedades improdutivas ao longo dos anos de 2003, 2004 e 2005 foi somente de 79.298 famílias. Para atingir o quantitativo de 245.101 famílias divulgado pelo INCRA, foram considerados dados de regularização fundiária, reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens e reordenação fundiária.

Embora o intuito do capítulo seja a reflexão a respeito dos dois planos de reforma agrária lançados no Brasil e os contextos políticos de seus períodos. Embora no mandato de Dilma Rousseff não tenha sido elaborado nenhum plano de reforma agrária, consideramos apontar de maneira mais sintetizada a atuação de seu governo frente às políticas para o campo, pois foi o governo sucessor de Lula, portanto, com as mesmas intenções e orientações.

No governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, que sucedeu o segundo mandato do presidente Lula, houve de início a manutenção da estrutura de governo construída por Lula em seus oito anos de mandato, uma das principais justificativas para essa manutenção foi o alto índice de aprovação desse governo.

Durante a campanha eleitoral, dentre as propostas que contemplavam diretamente os assentamentos e a reforma agrária, sua proposta de campanha trazia

k) intensificação dos assentamentos e apoio técnico aos assentados; l) continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária de modo a dar centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, com a garantia do cumprimento integral da função social da propriedade; m) fortalecer a política integrada e diferenciada para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos assentamentos; (Rousseff, 2010)

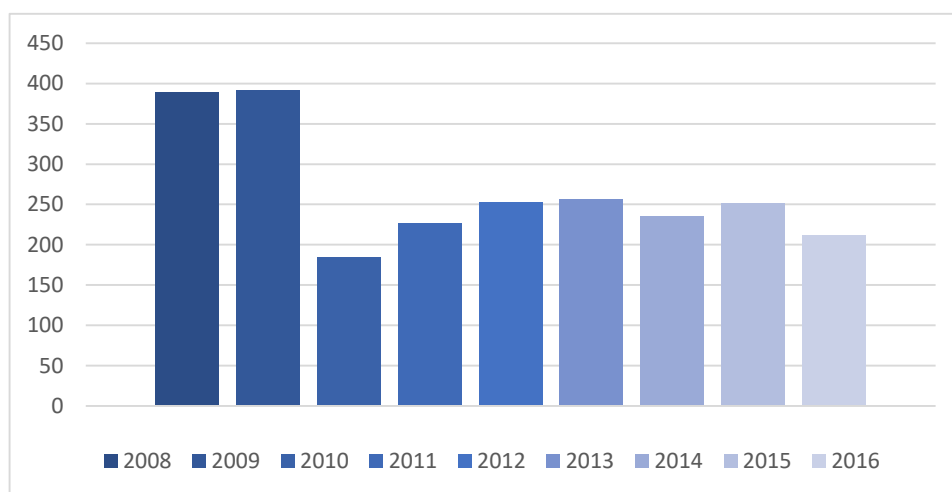
Com um discurso de continuidade, como era esperado, o governo de Dilma Rousseff prometeu para o espaço agrário ações para o desenvolvimento socioeconômico, porém, seu governo não conseguiu atender as necessidades e demandas, além de ter atuado como um governo que regrediu em relação à execução das políticas para o campo.

O primeiro governo de Dilma, de 2011 até 2014, não propôs a elaboração de nenhuma política nova para o campo e abandonou a execução da política de assentamentos que, embora mal executada no governo anterior, ela existiu em algum nível.

Algumas medidas foram apontadas como sendo contrárias a ação dos movimentos sociais, dentre elas podemos destacar a aprovação de leis que atuaram contra as medidas de reforma agrária, como principal exemplo delas, temos a lei que permitiu a titulação de terras da reforma agrária, Lei nº 13.001/2014.

As ações dos movimentos sociais também foram limitadas. Essa limitação nas ações pode ser observada no número de ocupações de terras realizadas no período. Foram em média 200 ocupações por ano ao longo do governo Dilma, de 2011 a 2016, número bastante inferior aos anos anteriores, como o gráfico 5 aponta.

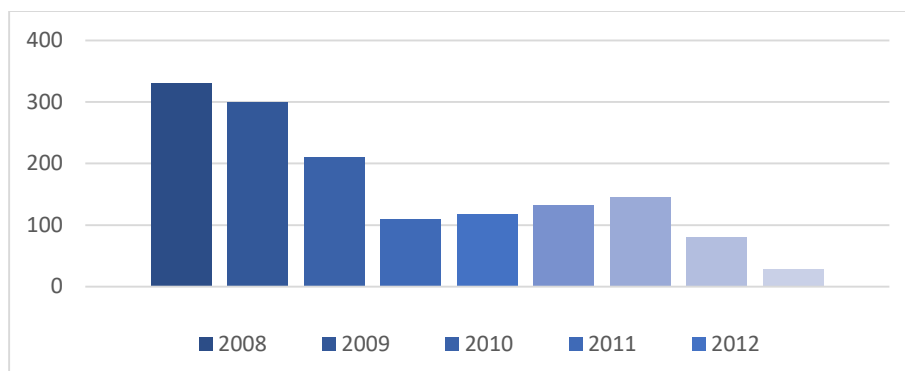
Gráfico 5 – Número de ocupações de terras ocorridos no Brasil de 2011 a 2016



Fonte: INCRA.2019

A queda nas ocupações pode ter explicações nos reduzidos números das desapropriações que o governo vinha realizando, o que pode ter gerado a pouca expectativa dos movimentos com relação a tal ação. Como afirma Mitidiero e Cosme (2018, p.256), no governo Dilma “(...)O tema foi sumindo da pauta governamental e os movimentos perderam força na realização de ocupações de terras”.

Fato grave executado no governo de Dilma Rousseff com relação à política fundiária foi à não execução de desapropriações para fins de reforma agrária no seu segundo mandato. “A gestão de Dilma teria abandonado a ideia de distribuir terras” (ISA, 2016). Seu governo foi marcado pelos reduzidos números de assentamentos, especialmente no início do seu segundo mandato, como atesta o gráfico 6.

Gráfico 6 - Número de projetos de assentamentos criados no Brasil de 2011 até 2016

Fonte: INCRA.2019.

A partir dos dados confirma-se que seu governo foi o que menos realizou assentamentos, especialmente no ano de 2015 e 2016, aonde foram 109 projetos de assentamentos criados. Obviamente o ambiente político foi o principal motivo dessa redução nos números, pois o cenário pré-impeachment impossibilitou a atuação.

A aprovação do novo código florestal e a descontinuação dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas foram bastante contrastantes para um governo com amplo debate populista. Segundo consta na sua proposta de governo para o segundo mandato, o código florestal aprovado em 2012 “Garantiu as bases mais sustentáveis para a produção agrícola e mais segurança jurídica para os produtores” (ROUSSEFF, 2014)

O que houve foi uma escalada de regressão dentro desses governos, especialmente a partir do segundo mandato de Lula, de 2007 a 2010. A esse respeito, Alentejano (2015, p.4) afirma que essas regressões foram: “resultado do bloqueio estrutural da reforma agrária em favor da expansão do agronegócio”. Foram governos que possibilitaram aos grupos ligados aos grandes proprietários um maior fortalecimento de suas ações e conseguiram expandir para todos os campos a pauta do agronegócio e do latifúndio. Cosme (2015, p.262) assim define a síntese dos governos petistas:

[...] nesses 12 anos de governos petistas, embebidos pela ideologia do progresso transmutado de um propalado “neodesenvolvimentismo” e ao continuar trilhando os caminhos ditados pelo ideário neoliberal, optou pelo agronegócio em detrimento do campesinato, consequentemente, continua e aprofunda a implementação histórica da *contrarreforma agrária no país*.

Analisando os números de assentamentos criados e famílias assentadas ao longo dos dois únicos planos de reforma agrária já elaborados e executados ao longo da história do país, é possível confirmar que a política de reforma agrária nunca foi tratada com prioridade em nenhum governo. As metas, que os movimentos sociais já consideravam baixas, nunca foram

cumpridas de forma integral, além disso, os governos passaram a investir de forma bastante enfática nos programas de compra e venda de terras impostos por organismos internacionais, sendo o Banco Mundial o principal deles.

O incentivo às políticas de compra e venda de terras em detrimento do incentivo à política de reforma agrária são uma das faces da contrarreforma agrária em curso no país desde a década de 1990, visando principalmente a reprodução do capitalismo no espaço agrário, onde, dentro do sistema capitalista, é preciso que a propriedade esteja dominada, tenha um dono para garantir o seu caráter inviolável (como assim defende o sistema capitalista) e para que, a partir dessa relação de domínio, as relações de mercado possam existir e se fortalecer, pois o dono tem plenos direitos inclusive de negociá-la e fazê-la cumprir seu papel nesse sistema, o papel de mercadoria. Com esses programas, concordamos com Ramos Filho (2008, p117-118) que afirma que, o “campeinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra”.

Percebemos que a não execução da reforma agrária é uma posição que possui intenções, como nos alude Martins (1980, p.153), “na omissão há uma intenção e uma ação”. A não realização da reforma agrária é a base para a justificativa da necessidade de políticas de mercado para o acesso à terra.

A respeito das políticas de financiamento de propriedades para famílias camponesas sem terras, a exemplo do Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário, os autores que trabalham com a referida temática, tais como Sauer (2008), Alencar (2002), Oliveira A. M. (2005), Pereira (2006), Medeiros (2002), dentre outros, compreendem que são políticas que também não podem ser definidas como reforma agrária, os principais motivos elencados são: se tratam de políticas estruturadas pelo capital a partir da execução dos órgãos financeiros e não alteram a lógica fundiária do país.

Tais programas de compra e venda de terras foram elaborados na narrativa de utilização de forma complementar às políticas de desapropriação, que deveriam ser prioridade dentro das políticas públicas, porém, o que se observa é que estas foram recebendo mais incentivo e maiores investimentos, em detrimento das políticas de desapropriação. Fato esse que ampliaremos no capítulo seguinte.

2. CAPÍTULO II: AS POLÍTICAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS NO ESTADO DO CEARÁ

Como observado no capítulo anterior, ao longo da história do Brasil somente dois programas de reforma agrária foram elaborados no país, o I PNRA que é de 1985 e II PNRA, de 2003, elaborados em contextos políticos, econômicos e sociais diferentes, trouxeram números-metas considerados tímidos pelos movimentos sociais que atuam no campo e consideram que o número de camponeses sem terra existente no país ainda é significativamente alto e que portanto, executar assentamentos para cerca de 80 mil e 380 mil famílias, que foram os números de assentamentos criados no país ao longo da “execução” dos I e II PNRA respectivamente, não seria o suficiente para atender a alta demanda por terra para os camponeses no Brasil.

O I PNRA previa que os estados da federação também elaborassem seus respectivos planos e o estado do Ceará, em 2 de maio de 1986 instituiu o Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE), por meio do decreto de número 92.617. Prevendo o assentamento de cerca de 50 mil famílias em uma área de 1.500,00 hectares, esse Plano foi construído para ser executado de forma progressiva em um período de 5 anos, de 1985 até 1989 e após o pleito que elegeu Tasso Jereissati ao governo do estado, ao plano também foi conferido o caráter prioritário, assim como foi feito, em tese, no âmbito federal.

Seguindo a lógica do caráter prioritário à execução do plano, para isso, o governo se utilizou da ratificação de uma legislação que atuasse no sentido de comprovar tal prioridade. Alguns exemplos de tais ações, foram a criação do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), em substituição do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), onde a partir de sua criação, foi definido que a prioridade básica do órgão seria a “(...)promoção e execução da Política Agrária do Estado”; Criação dos Projetos Estaduais de Assentamento no Ceará, a partir do Decreto 10.224/1988.

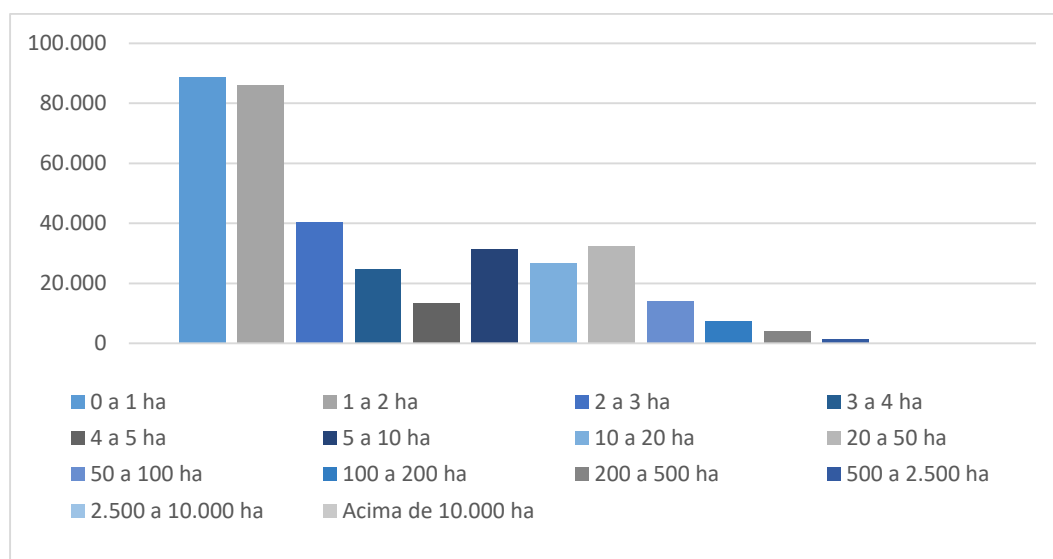
Desde a criação do decreto acima mencionado não houve significativas ações no que se refere a efetivação de reforma agrária no Ceará. Foram criados 40 assentamentos estaduais com capacidade para beneficiar um total de 929 famílias. Essa política de assentamentos foi executada ao mesmo tempo que vinha ocorrendo fortes empenhos para a operação aos programas de compra e venda de terras, que se consolidaram no estado desde meados da década de 1990, também chamadas de contrarreforma agrária, especialmente pelo fato de ser uma política pública que atua no sentido de justificar a não execução da reforma agrária.

Para a ampliação das análises do histórico dos quatro programas de compra e venda de terras desenvolvidos no estado, buscaremos elencar informações que possam servir de base para um melhor entendimento do desenvolvimento desses programas, inicialmente apontando dados da estrutura agrária do estado a fim de melhor compreender as justificativas para a criação desses programas, após isso, buscamos localizar o contexto histórico e político dos programas criados, finalizando a abordagem com a ampliação da análise da espacialização dos mesmos.

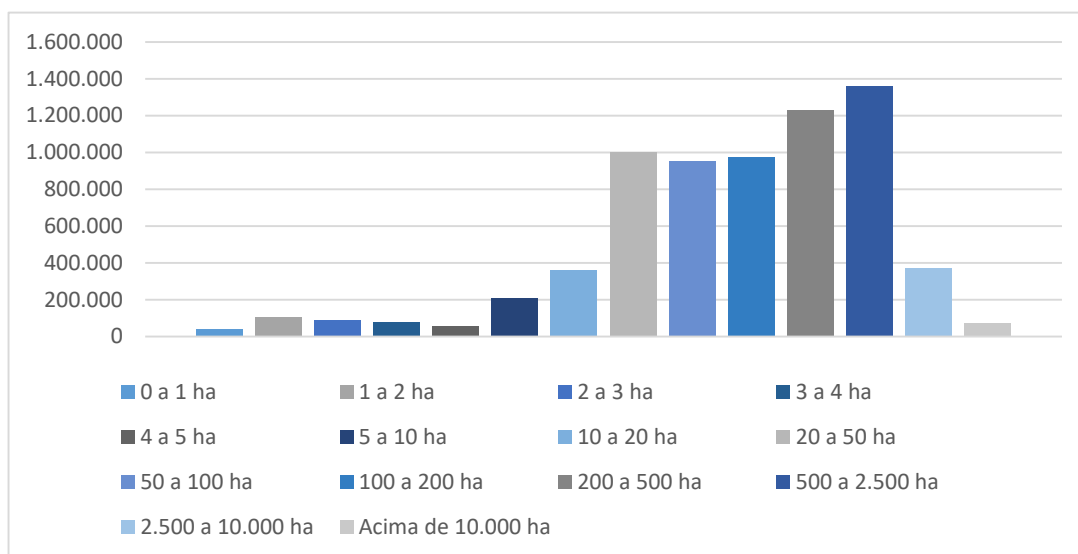
Não se justifica a defesa de programas de reforma agrária onde não existe concentração de terras e nesse sentido, o estado do Ceará, assim como o Brasil, possui forte histórico de concentração de terras. Seu processo histórico de concentração fundiária tem início ainda nas sesmarias, onde, áreas localizadas especialmente no semiárido cearense foram doadas a princípio para a reprodução da pecuária, atividade está desenvolvida em grandes extensões de terras e que marca o início da introdução do estado na dinâmica econômica do país.

A partir da entrada da pecuária nas áreas de sertão, a dinâmica econômica nacional vai se modificando exigindo mudanças também locais, onde muitas atividades agrícolas vêm a ser destaque no estado, como por exemplo a cotonicultura nos sertões e nos vales do Cariri, a inserção da cana-de-açúcar e atividades afins. Assim sendo, a estrutura fundiária do estado vai se consolidando concentrada. Para melhor observação dessa estrutura, podemos analisar o gráfico 7, que contém a quantidade de estabelecimentos agropecuários no estado do Ceará, e o gráfico 8, que mostra a área ocupada pelos estabelecimentos.

Gráfico 7 – Número de estabelecimentos agropecuários – Ceará – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA.2017

Gráfico 8 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários – Ceará - 2017

Fonte: IBGE/SIDRA.2017.

Ao analisar o gráfico 7, é possível verificar o percentual dos estabelecimentos agropecuários no estado. Podemos perceber que a grande maioria destes possuem dimensões de menos de 1 hectare, sendo eles 88.502 estabelecimentos que possuem no máximo 1 hectare de área. São 86.073 os estabelecimentos que possuem de 1 até 2 hectares e 40.502 o número de estabelecimentos que possuem de 2 a 3 hectares, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos agropecuários no estado do Ceará possuem no máximo 3 hectares.

A respeito dos estabelecimentos com maiores dimensões, o gráfico 7 revela a seguinte situação: existem 4.191 estabelecimentos de 200 até 500 hectares, 1.579 estabelecimentos com área de 500 até 2.500 hectares, de 2.500 até 10.000 hectares são 90 estabelecimentos e existem ainda 6 estabelecimentos com área superior a 10.000 hectares.

Confrontando os dados coletados e exibidos nos gráficos 7 e 8, podemos evidenciar que embora os estabelecimentos com dimensões menores sejam encontrados em maior quantidade no Ceará, eles ocupam menores áreas, a saber: os 88.502 estabelecimentos que possuem até 1 hectare ocupam 41.773 hectares no estado, os 86.073 estabelecimentos de 1 até 2 hectares ocupam uma área de 106.740 hectares, a área ocupada pelos 40.502 estabelecimentos de 2 até 3 hectares somam 87.905 hectares.

Com base nas informações obtidas no gráfico 8 sobre a área média destes estabelecimentos, é possível constatar o aumento vertiginoso da área dos estabelecimentos acima de 20 hectares. Além disso, também confirmamos o caráter concentrador da estrutura fundiária cearense. Os 4.191 estabelecimentos de 200 até 500 hectares, ocupam uma área total de 1.232.606 hectares, já os 1.579 estabelecimentos de 500 até 2.500 hectares ocupam

1.359.796 hectares. Observando a área ocupada pelos 90 estabelecimentos de 2.500 até 10.000, constatamos uma área total de 373.451. Por fim, os únicos 6 estabelecimentos acima de 10 mil ha ocupam 72.688 de hectares, área superior a quantidade de hectares ocupada pelos mais de 88 mil estabelecimentos menores do que 1 hectares.

Se nos atentarmos apenas para os 215.077 estabelecimentos de até 3 hectares constatamos que, embora eles sejam mais da metade dos estabelecimentos, ocupam uma área de 236.418 ha, área inferior à ocupada pelos 96 maiores estabelecimentos do Ceará, que possuem acima de 2.500 e juntos ocupam 446.139 hectares do estado. Ou seja, 96 estabelecimentos ocupam mais do que o dobro de área dos 215.077 menores estabelecimentos agropecuários no estado do Ceará.

Compreender a estrutura fundiária do estado do Ceará nos faz refletir sobre as formas de enfrentamento a essa problemática tanto pelo poder público quanto pela sociedade. A visível concentração fundiária no estado e o aumento nas reivindicações dos movimentos sociais para tais questões, foram motores para a necessidade de mudanças na execução de políticas públicas no estado do Ceará. Os governos estaduais passam a buscar o desenvolvimento de políticas para o campo, porém, amparadas na lógica de mercado.

A era Jereissati, assim denominada por Arruda (2002), caracterizou-se como sendo um período marcado pelas modificações produtivas no estado com inserção de uma ampliação da produção industrial e com um alinhamento na política internacional a partir da orientação e engajamento com organismos internacionais como ONU, OMC, BIRD e FAO. Com um discurso de ruptura, a candidatura de Tasso Jereissati ao governo do estado em 1986 deixava claro a promessa de quebra de poder dos coronéis. O apelo à mudança fora central na campanha política e seu governo marcava o início de um período de fortes transformações na condução da política do estado. Embora o Governador Virgílio Távora tenha sido um governo com fortes incentivos ao desenvolvimento da atividade industrial, destacando-se a criação do III Polo Industrial do Nordeste e o II Distrito Industrial de Fortaleza, foi no período de gestão de Tasso Jereissati que as ações foram ampliadas e desenvolvidas de forma contínua. Foi também no governo de Virgílio Távora⁶ que o estado passou a ofertar incentivos à atividade industrial no estado do Ceará.

Tasso Jereissati entra na cena política cearense a partir de sua atuação no Centro Industrial do Ceará (CIC), entidade criada em 1919 com o intuito de reunir indivíduos com

⁶ A respeito das transformações econômicas no estado do Ceará, podemos compreender que as rupturas econômicas ocorreram, marcando o fim da chamada “Era dos Coronéis”, que perdurou de 1971 até 1982 com os governos de César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora, respectivamente.

interesse em discutir e desenvolver ações para o desenvolvimento da estrutura industrial no estado. Formada basicamente por uma segunda geração de empresários, as suas pretensões foram se ampliando e, além de intencionarem modificações nos processos produtivos, a entidade passou a discursar e atuar também no sentido de buscar e propor interferências diretas na atuação do estado.

Um dos primeiros projetos desenvolvidos no estado com participação financeira direta do Banco Mundial foi o Projeto Nordeste. Criado no ano de 1987, compreendia uma série de ações ligadas a vários setores, porém, este projeto não era de iniciativa do Ceará, era de âmbito federal. As ações eram diversas, como por exemplo:

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP/PDSFN), Programa de Irrigação Pública e Privada, Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Interior, Programas de Educação Básica e Profissional do Meio Rural, Programas de Ações Básicas de Saúde no Meio Rural e Programa de Saneamento Básico no Meio Rural (IPECE, p.17, 2003)

O Banco Mundial teve ampla participação no financiamento de programas diversos no Ceará. Não somente no que se refere às questões de compra e venda de terras, financiamentos de programas voltados para os recursos hídricos também foram intensos na década de 90. Alguns programas que podemos citar como exemplo dessa participação direta do Banco Mundial no estado do Ceará são: o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB) em 1994, Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH) no início do ano 2000.

A respeito dos programas ligados à questão fundiária, Alencar (2005), em sua tese de doutorado, afirma que as ações fundiárias desenvolvidas no estado do Ceará até a década de 1970 sempre foram “dispersas”. Mesmo existindo políticas a nível nacional como o I PNRA e o Estatuto da Terra, as ações foram desvinculadas de políticas públicas “voltadas para a questão agrária” e não foram suficientes para a democratização do acesso à terra.

Um dos principais órgãos internacionais que vem conduzindo o desenvolvimento de políticas para o campo no estado do Ceará é o Banco Mundial, e é a partir das ações impostas por ele que podemos observar uma territorialização do mercado de terras neste estado, ou seja, no Ceará as ações de contrarreforma agrária possuem campo fértil para seu desenvolvimento.

2.1. AS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL NO BRASIL

As atuações do Banco Mundial na América Latina não se iniciam no Brasil. Programas e projetos voltados para o setor agrícola e para o meio rural foram implementados de forma intensa em países como, Colômbia (primeiro com o investimento para a ampliação da produção de bovinos para a exportação e depois com o programa de Associações produtivas), Guatemala (país que teve o processo mais parecido com o que ocorreu no Brasil, onde o Banco Mundial incentivou a criação de um fundo de terras, sendo a atuação do fundo de terras no sentido de evitar ocupações e minar a atuação dos movimentos sociais), México (com programas que incentivavam a venda dos *Ejidros*, incentivando a lógica do mercado de terras no país).

Também denominadas de contrarreforma agrária, as políticas de compra e venda de terras surgem como contraponto e como crítica às políticas de reforma agrária que tem como premissa a desapropriação de terras. No Brasil foi durante o governo FHC que houve a construção das bases para as políticas do Banco Mundial criando 3 programas, sendo eles: O Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza.

Essas políticas de compra e venda terras tem origem na tentativa do Banco Mundial em introduzir no campo, políticas neoliberais que já vinham em curso em outros setores, e o governo brasileiro, para justificar a adesão aos programas, utilizou de argumentos questionáveis sobre a eficiência, rapidez e custos da reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais. Afirmando que a reforma agrária via desapropriação ocorria de forma lenta, que existiam casos de falhas nos cálculos das indenizações e que os assentamentos teriam custos bastante elevados para serem consolidados. Observa-se que o governo teceu críticas à sua própria estrutura para justificar a adesão aos programas de mercado, ou seja, barrou a execução de reforma agrária e incentivou amplamente políticas de mercado para aquisição de terras, sendo esta uma das faces mais nítidas da contrarreforma agrária. A respeito desses programas de compra e venda de terras, Sauer (2004, p.43), destaca:

Uma reforma agrária pacífica, desburocratizada e mais coerente com os tempos de estabilização econômica compunha as justificativas para a adesão à proposta de reforma agrária do Bird. Essas justificativas baseiam-se no pressuposto de que o mercado e seus mecanismos são capazes de reduzir conflitos e disputas por terras, reduzindo problemas sociais.

O Banco Mundial através de vários projetos executados acaba tendo acesso a dados relevantes e estratégicos sobre o meio rural dos países onde atua fortemente, como é o caso dos países latino-americanos. Alguns projetos que têm forte poder de captação de informações são

principalmente os de cadastramento e georreferenciamento das terras, amplamente desenvolvidos nesses países.

A expressão “reforma agrária” foi apropriada pelo Banco Mundial de forma bastante ampla, e esta passa a ser aceitável no mundo econômico. Embora em seus manuais operacionais sejam encontrados normalmente os termos “reforma agrária de mercado”, esses usos dentro dos projetos do banco deram abertura para discussões mais profundas dentro dos governos locais, inclusive pelos movimentos sociais, pois “o Banco Mundial tornou ‘seguro’ usar” (ROSSET, 2004, p.16). Porém, é relevante que se reflita que, embora a política tenha ganhado ar de expressão, os movimentos sociais que lutam pela causa não passaram a ter o mesmo nível de escuta dentro dos governos que os interlocutores do Banco Mundial.

O Banco Mundial passa a investir em políticas para o campo por três motivos principais, dentre eles, podemos destacar que um dos principais motivos que despertam o interesse nessa atuação se dá pelo fato de os economistas começarem a perceber, através de dados de países diversos, especialmente dos continentes Africano e Europeu, que a não distribuição de terras é um fator que limita o crescimento econômico. Além desse fator, a instituição econômica é forjada, obviamente, dentro de um sistema que compreende que o movimento da sociedade é feito pelo capital, onde tudo é mercado, e nesse sentido, com a terra a lógica não tem como ser diferente. A instituição também desenvolve suas políticas a partir da narrativa de combate à pobreza, e como o campo possui altos índices de fome, pobreza e miséria, o último fator engloba essa problemática, justificando o investimento em políticas para o campo com o intuito de combater tais problemas.

No que se refere aos números que justificam essa entrada do Banco Mundial no meio rural brasileiro, entre os anos de 1986 e 1996, segundo dados do Núcleo Agrário da Bancada do PT na câmara dos deputados, a extrema pobreza no campo teve aumento significativo, passando de 45,8% para 52,5% da população total nessa região. Exatamente o período em que os investimentos do órgão para o campo começam a se intensificar. Além do aumento nos índices de pobreza no campo, esse período citado foi também de elevação dos índices de violência no campo. O massacre de Corumbiara (RO) em 1995 e de Eldorado de Carajás (PA) em 1996, foram expressivos exemplos dessa violência no período. É possível perceber a dimensão da violência no campo ao realizar a análise da tabela 10.

Tabela 10 - Assassinos em conflitos no campo no Brasil de 1985 a 1996

Ano	Número de assassinatos
1985	216
1986	105
1987	109
1988	93
1989	56
1990	75
1991	54
1992	46
1993	52
1994	47
1995	41
1996	54
Total	948

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT. 2018.

O número de assassinatos em conflitos no campo na segunda metade da década de 1980 são bastante emblemáticos e vem a demonstrar que o cenário de guerra estava posto, assim sendo, políticas públicas precisavam ser executadas no campo para a diminuição desses números e a democratização do acesso à terra era uma política eficiente nesse sentido e os organismos internacionais, a exemplo do banco Mundial já vislumbraram tal cenário.

O que o Banco Mundial propõe na década de 1980 e vem executando amplamente na América Latina, no Brasil e nos países considerados subdesenvolvidos, é uma política de compra e venda de terras que tem o intuito de não desagradar as elites, pois os preços atribuídos às propriedades são os de mercado e o pagamento é realizado em dinheiro, sem parcelamento, o que torna essa política atrativa para os proprietários que desejem vender algumas de suas áreas.

Para o Banco Mundial, caso as experiências desenvolvidas no Brasil fossem positivas de acordo com suas avaliações, a instituição teria respaldo para ampliá-las para países com características sociais similares às do Brasil, expandindo cada vez mais sua atuação pelo mundo, partindo, inclusive de uma perspectiva de servidão, pois, em alguns documentos do

Banco Mundial, ele se refere aos países considerados “desenvolvidos” como países “doadores” (Banco Mundial, 2003).

A atuação do Banco Mundial, como já afirmado, vem se colocando para além de uma instituição com função de promover recursos financeiros, a instituição, na atualidade,

[...] desempenha cada vez mais o papel de ‘inteligência auxiliar’, através da assistência técnica aos governos mutuários na elaboração de políticas, programas e projetos. Em complementação às iniciativas diretas de financiamento, o Banco Mundial também participa de ‘grupos de coordenação de ajuda’ (*aid-coordination groups*) para determinados países, encontrando-se inclusive na direção de cerca de 40 desses grupos, cuja missão é ‘coordenar a resposta dos doadores às necessidades dos países (BARROS,2001, p.32)

A contrarreforma foi impulsionada pelo Banco Mundial a partir da concepção dessa instituição de que a reforma agrária com base nas desapropriações não seria eficiente do ponto de vista político e econômico, pois, segundo documentos do órgão,

O modelo de reforma agrária através da distribuição de terras pelo governo é um círculo vicioso: a terra é redistribuída onde há conflitos sociais e os conflitos sociais pressionam o programa de redistribuição de terras do governo [...]. À medida que novas alternativas começam a fazer efeito, o governo poderá reduzir a ênfase nas desapropriações e, conseqüentemente, quebrar a ligação entre sua política de reforma agrária e os conflitos rurais. (Banco Mundial, 2003, p. 127)

A partir dessa visão, o Banco Mundial passa a disponibilizar recursos aos países para a viabilização das políticas que o órgão vem a definir como sendo “reforma agrária assistida pelo mercado” (*market assisted land reform*), que os movimentos sociais bem como alguns estudiosos críticos denominaram de Reforma Agrária de Mercado (RAM), termo proposto inicialmente por Medeiros (2002) ao produzir trabalhos com interessantes reflexões a respeito das influências do Banco Mundial na elaboração de políticas para o campo brasileiro. A crítica principal de alguns grupos ligados à luta pela terra surgiu pelo fato destes considerarem tal programa como um meio de “substituir a realização de uma legítima reforma agrária” (RAMOS FILHO,2008, p.9) sendo, pois, a intensificação da contrarreforma agrária.

O segundo mandato do governo de FHC continuou a incentivar e promover políticas fundiárias influenciadas (impostas) pelos mecanismos de mercado. O programa “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”, também conhecido como “Novo Mundo Rural” norteou as ações que foram desenvolvidas durante o governo e reforçou o viés econômico desenvolvimentista

que este propunha para o meio rural, ou seja, foi um governo que definiu as bases para a territorialização da contrarreforma.

Ramos filho (2008) pontua que o processo de territorialização da contrarreforma ocorre a partir do cumprimento de fases, onde de início ocorre a espacialização do aparato jurídico que define e aprimora as normas, em seguida, para a sua consolidação, os camponeses são convencidos de sua eficácia e agilidade.

O papel do Estado é fundamental dentro do processo de contrarreforma agrária, como nos alude Cosme (2015, p.194), onde afirma que, “(...) a contrarreforma agrária é orquestrada de dentro do Estado e seus governos, frente a uma postura político-ideológica historicamente avessa ao campesinato”, ou seja, as políticas públicas que caminham em direção ao incentivo ao agronegócio e aos grandes proprietários de terras, se conformam como política contrarreforma agrária.

O Novo Mundo Rural foi nitidamente um mecanismo de contrarreforma agrária, pois nele havia a compreensão de que para o desenvolvimento no campo, o Banco da Terra seria o principal mecanismo a ser utilizado, onde defendeu que a dinamização da base produtiva seria uma das bases para atingir esse desenvolvimento.

O documento reforçava o caráter inviolável da propriedade e defendia que os mecanismos de compra e venda de terras seriam a saída mais viável e eficiente dentro de uma estrutura onde as desapropriações distanciavam os beneficiários do processo de escolha da área e da definição dos valores. Além disso, o documento elencava que os custos para o estado eram maiores, pois, “O fato de a indenização ao expropriado ser fixada pelo Poder Judiciário leva a um custo de transação que aumenta o preço da terra entre três a quatro vezes” (MEDEIROS, 2003, p. 62)

A proposta do Novo Mundo Rural foi criticada pelos movimentos sociais e elogiada pelas associações ligadas aos proprietários de terras, como por exemplo, o CNA e a SRB que consideramos ser os principais beneficiados, pois teriam suas propriedades protegidas ou, no máximo vendidas a preço de mercado e de forma voluntária, independente de cumprimento ou não da função social. Dentro dos movimentos sociais que teceram críticas ao programa, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que congrega várias entidades e grupos ligados à temática e estes compreenderam que incentivar e promover programas de compra e venda de terras seria uma maneira do estado renunciar sua obrigação constitucional de promover programas voltados para a diminuição da concentração fundiária/programas de democratização do acesso à terra.

Como desdobramentos das críticas efetuadas pelos grupos acima citados, tivemos várias ações propostas, como por exemplo, a solicitação de um painel de investigação sobre os programas já em andamento (Cédula da Terra a nível nacional), pressão para que a proposta fosse debatida de forma aprofundada no Congresso Nacional e a proposta para criação de uma Emenda Constitucional que limitasse a área da propriedade no país a no máximo 35 módulos fiscais. Segundo a proposta, as propriedades acima desse limite seriam incorporadas ao patrimônio público e o proprietário não receberia indenização por tal procedimento.

Os debates que ocorriam a partir dos questionamentos e apontamentos realizados pelo Fórum e por suas entidades reverberaram também na maior pressão junto ao governo federal. Foi um período onde as ocupações também se intensificaram, obrigando em certo nível, a realização de ações diretas visando dar uma resposta às pressões de tais movimentos.

[...]foi na década de noventa que os conflitos por terra ganharam maior expressão, em virtude dos altos números de ocupações, massacres, assassinatos e prisões de militantes, principalmente do MST. Todas essas lutas pela terra resultaram na criação de uma quantidade relativamente significativa de assentamentos rurais, se considerarmos o saldo irrisório dos governos anteriores, dada a situação de conflito e pobreza da população que vive no campo. (ALBUQUERQUE, 2006, p.77)

Todos os dados apontam que a década de 1990 foi o período que mais houve criação de assentamentos no Brasil. A colocação dos movimentos sociais a esse respeito é que seria mais louvável ainda se tal política fosse realizada a partir de um plano amplo do governo, independente da existência de ocupações e de conflitos e viesse acompanhada de programas de assistência técnica e de estruturação física das áreas de assentamento preexistentes. Segundo estudos de Medeiros (2003), a relação entre conflitos e criação de assentamentos é bastante próxima. É o que a autora considera ser desapropriação reativa.

[...] O governo FHC se diferenciou dos outros governos em relação ao número de assentamentos criados, mesmo considerando que os dados são inflados. Porém, manteve as mesmas características da política fundiária dos governos anteriores, o que não resultou em uma mudança significativa da estrutura fundiária brasileira. O grande contingente de desempregados no país, a miserabilidade dos povos do campo e a grande quantidade de terras improdutivas são alguns dos elementos que demonstram a urgência, a necessidade e a viabilidade de uma verdadeira Reforma Agrária no país. (ALBUQUERQUE, 2006, p.80)

Embora tenha ocorrido esse acréscimo no número de assentamentos criados no Brasil, houve também a intensificação aos programas de compra e venda de terras, vale ressaltar que o Ceará foi pioneiro na espacialização desses programas de compra e venda de terras.

Os programas de compra e venda de terras não são as primeiras experiências desenvolvidas no Ceará com participação direta do Banco Mundial. O órgão internacional começa sua ação no Ceará a partir do Programa Regional de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), programa criado em 1985 que tinha como intuito atuação em diversas áreas como saúde, irrigação de pequeno porte, educação, crédito agrícola, dentre outras áreas, tendo como origem dos recursos o Banco Mundial, o PROTERRA⁷ e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

Dentro do PAPP existia um segmento voltado para a questão fundiária, era o Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (PDSFN) que era financiado somente pelo Banco Mundial e pelo PROTERRA, cada um participando com 50% dos recursos. O PDSFN não foi um segmento executado somente no estado do Ceará, sua ação era estendida a todos os estados do Nordeste além do Norte do estado de Minas Gerais.

O PDSFN buscava atuar em várias dimensões de ações (títulos definitivos, regularização fundiária e acesso ao crédito). Previa um aprimoramento nos sistemas de dados para um melhor monitoramento da situação fundiária no estado, bem como tornar as ações mais eficientes, nesse mesmo sentido de eficiência, para administrar o programa seriam criados Projetos Fundiários (PF) que consistiam em unidade regional de administração que deveria agregar mais de um município e, em sua estrutura, possuir profissionais como advogado, agrônomo e técnicos em interpretação de fotografias aéreas.

O referido programa se adequou ao I PNRA após o seu lançamento, em 1985 e não teve suas metas cumpridas por fatores diversos, dentre eles, repasses financeiros inferiores aos previstos no planejamento e ausências de informações fundiárias. Outros problemas mencionados com relação à não execução plena do programa, se referem ao não alinhamento das ações entre os órgãos responsáveis, a esse respeito, Alencar (2005, p.166), menciona: “nenhuma área indicada na operação cadastral do PDSFN foi desapropriada para efeito de assentamento rural no Ceará, ou seja, não ocorreu uma relação direta entre o cadastramento e a reestruturação fundiária nas áreas trabalhadas”.

A partir desses programas citados e da forte propensão do governo federal em investimentos em programas de compra e venda de terras financiados diretamente pelo Banco Mundial, o estado do Ceará adere definitivamente às políticas fundiárias planejadas pelo

⁷ O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA-FUNTERRA) foi um programa criado no ano de 1971, implementado em 1972 e seu intuito principal era o fomento à agroindústria nas áreas da SUDAM e da SUDENE, também estava previsto a promoção do acesso ao homem à terra, onde parte dos recursos do programa seriam destinados à compra de terras para camponeses. Sua atuação se deu por 2 linhas: redistribuição de terras e modernização da agricultura.

referido Banco. Nos próximos tópicos, intencionamos abordar algumas características principais na execução dos programas no estado do Ceará.

2.2. OS PROGRAMAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS NO CEARÁ

A origem dos programas de compra e venda de terras no estado do Ceará tem relações diretas com o “*Projeto Áridas: Uma estratégia de desenvolvimento sustentável*”, documento criado em 1992 como resultado das discussões na Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-áridas (ICID). Seu intuito principal se assentava na introdução de propostas para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste. No que pese as discussões sobre o espaço agrário, o documento, em seu item 2, trouxe propostas que se relacionavam com a distribuição de terras e diminuição da concentração fundiária. “Instrumentos como crédito fundiário e o fundo de terras são importantes para uma reforma agrária efetiva, capaz de conciliar o papel da promoção do governo com a capacidade realizadora dos mecanismos de mercado. (Brasil,1995).

Após a construção desse documento, as discussões a respeito de políticas de crédito para o espaço agrário passaram a ganhar notoriedade no governo do estado do Ceará e em 1995 ocorreu a primeira reunião com órgãos ligados à gestão e desenvolvimento agrário e ao Banco Mundial. Este banco, no período citado, já possuía programas similares sendo desenvolvidos em outros países, tais como Colômbia e África do Sul e a ideia seria a implementação no estado do Ceará nos mesmos moldes das já desenvolvidas nos referidos países.

No Brasil, o programa que iniciou a modalidade foi o Projeto São José (PSJ), criado no governo de Tasso Jereissati no Ceará, com recursos do Banco Mundial. Esse programa foi operacionalizado entre os anos de 1996 e 1997. Vale ressaltar que a política foi desenvolvida a nível estadual e posteriormente o governo FHC passou a executá-la a nível federal, implantando ainda em 1997 o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, também conhecido como Cédula da Terra.

No estado do Ceará, os programas de compra e venda de terras foram ampliados de forma similar ao restante do país, a esse respeito, Oliveira (2009, p.68) nos aponta,

Com referência ao processo de descentralização da reforma agrária, o governo do Estado conseguiu, na prática, transferir o poder de decisão da reforma agrária para as elites rentistas locais, que passaram a dispor do poder de determinar as terras das quais

desejavam dispor para a reforma agrária e de atribuir-lhes o preço de venda. Dessa forma, houve o fortalecimento da corrupção. Não foi difícil encontrar associações formadas por proprietários interessados em se livrar de terras ocupadas por posseiros e rendeiros, ou, também, deparar com políticos e proprietários rentistas locais aliados à constituição de associações. E, ainda, o governo do Estado premiou os proprietários rentistas falidos, propiciando a geração de renda capitalizada para meia dúzia de proprietários de terra e capitalistas donos de pequenos comércios localizados nos centros das cidades.

2.2.1. Projeto São José – Reforma Agrária Solidária

O projeto São José foi criado em 1987 a partir da reformulação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e dentro de suas diretrizes básicas estava o apoio ao pequeno produtor rural, no sentido de oferecer mecanismos para o desenvolvimento econômico realizando investimentos em casas de farinha, eletrificação voltada para a produção, etc. Ao ser incorporado o componente fundiário, a política foi denominada de Reforma Agrária Solidária-Projeto São José e em 1997 iniciou sua operacionalização, ofertando financiamentos para a aquisição de propriedades para associações de agricultores que atendessem aos critérios por ele exigidos.

Para o desenvolvimento do programa foi criado a partir da lei estadual 12.614 de agosto de 1996 e regulamentada pelo decreto de número 24.239, de outubro de 1996, um fundo rotativo de terras. De início o programa foi incorporado ao Projeto São José, já amplamente desenvolvido no estado e tinha como fundamento principal a execução de projetos para o desenvolvimento econômico do campo cearense. Tal programa foi uma experiência piloto e alterou de forma substancial o Projeto São José, este previa uma atuação no campo no sentido de estruturar propriedades e viabilizar projetos produtivos. Como elencado no seu manual de operações (CEARÁ, 1987) visava, “apoiar o pequeno produtor rural, contribuindo na geração de emprego e renda para a população carente do interior”, e após a inclusão do componente fundiário, a compra de terras passou a ser efetuada de forma bastante intensa.

Muitos assentamentos não tinham recebido ainda a infraestrutura que previa o Projeto São José e no estado já estavam em processo de instalação projetos do Reforma Agrária Solidária. Ou seja, o Projeto São José teve seu foco alterado drasticamente e também teve a execução comprometida em decorrência desse fato. Em seu plano de execução, a meta de abrangência do programa era contemplar cerca de 800 famílias que seriam distribuídas em imóveis com área total de 40.000 ha. O orçamento para a sua execução seria na ordem de US\$ 4,0 milhões, onde o Banco Mundial seria o agente responsável por 60% desse montante,

enquanto o Governo do Estado do Ceará, a partir do Fundo Rotativo de Terras (FRT), arcaria com os 40% para a consolidação das ações. A finalidade era desenvolver um programa que possibilitasse o financiamento de propriedades, a partir da articulação em associações formalmente constituídas, de camponeses sem terra.

O programa foi gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) tendo a gestão financeira do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. Além do BIRD, seus recursos tinham a seguinte origem,

I) recursos financeiros do tesouro estadual e recursos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e II) financiamentos reembolsáveis e sujeitos a pagamento de taxas e encargos previamente definidos, de modo a assegurar a autossustentação do fundo. (OLIVEIRA, 2009. P. 60)

Vale ressaltar que essa iniciativa surge dentro do segundo mandato de Tasso Jereissati (1995-1998), um governo de forte alinhamento às políticas neoliberais, entrando no poder a partir da articulação do recente empresariado que começava a ganhar forças no estado. Brito (2016, p. 29), enfatiza esse dado ao citar que tal governo atuou no Ceará, “imprimindo no estado uma política neoliberal, caracterizada pelo arrocho fiscal, pela redução dos gastos estatais e pelos incentivos estrutural e fiscal para o desenvolvimento do agrohidronegócio”. Em decorrência disso, o desenvolvimento dos programas de compra e venda de terras foram desenvolvidos com maior fluidez, visto que eram de grande interesse do governo nesse período. Por ser um programa pioneiro no estado do Ceará, houve um trabalho midiático intenso o que levou o governo federal, também em parceria com o Banco Mundial, a inserir tal política na sua esfera, sendo então criado o programa Cédula da Terra a nível federal.

Em estudos realizados por Francisco Amaro Alencar (2002) são demonstrados os resultados de análises a respeito do programa onde, o autor concluiu que dentre as vantagens elencadas pelos camponeses, o fato de os mesmos terem adquirido autonomia quanto às produções além de conseguirem ter adquirido casa com infraestrutura relativamente melhor do que suas habitações de origem são pontos citados como positivos. Ao analisar as questões apontadas como negativas, observou-se que os camponeses ainda não conseguiam uma maior segurança no que se refere à produção pelo fato de existirem limitações com relação à disponibilidade de recursos hídricos. Tal fato, aliado a pouca fertilidade das áreas, foram aparecendo como queixas frequentes dos proprietários de propriedades contemplados pelo programa, segundo referido o autor.

O Projeto Reforma Agrária Solidária foi executado com recursos estaduais, na ordem de US\$ 4 milhões, e o Banco Mundial complementou com US\$ 6 milhões que foram utilizados para atender 688 famílias, onde foram realizados os financiamentos de 44 propriedades, que totalizaram 24.000 ha.

As duas primeiras propriedades adquiridas no Ceará a partir do Projeto São José (PSJ) foram no município de Acaraú, ambos com data de contratação no dia 07 de fevereiro de 1997, sendo eles: Associação Comunitária dos Moradores de Cauassu, que contava com 16 famílias no total e a Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Povoado de Tucunzeiros, que na data da contratação contava com 13 famílias. A área das duas somava 248,87 ha. No referido município mais duas propriedades foram adquiridas pelo Projeto São José ao longo do ano de 1997, totalizando 4 propriedades. Após o município de Acaraú realizar a contratação do financiamento de terras dentro do PSJ, outros municípios também buscaram tal programa. Na tabela 11 e no mapa 2 é possível visualizar os municípios que possuem propriedades adquiridas pelo PSJ.

Tabela 11 - Quantidades de propriedades adquiridas a partir do Projeto São José no estado do Ceará.

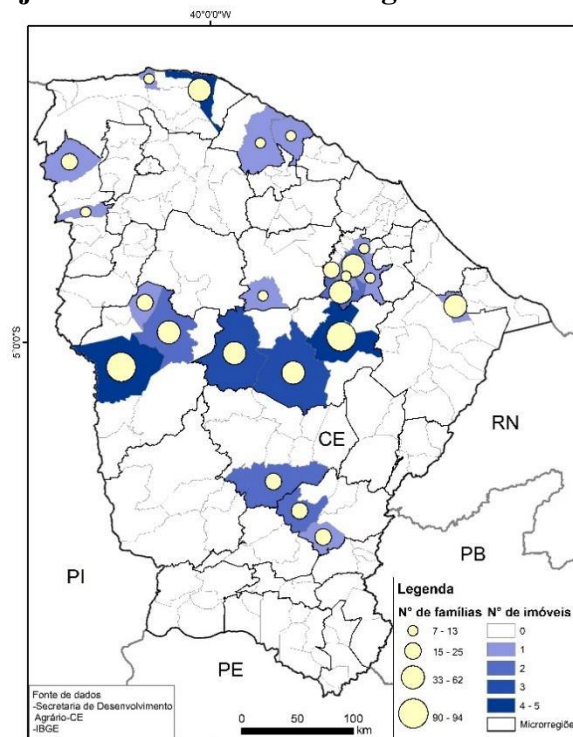
Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades
Acaraú	4	62	840,07 ha
Acopiara	2	25	785,2 ha
Aracoiaba	1	11	188 ha
Aratuba	2	18	199 ha
Baturité	2	37	1.026,48 ha
Boa Viagem	3	39	1.352,38 ha
Cedro	1	22	808,50 ha
Crateús	4	90	4.002,89 ha
Capistrano	1	8	188,80 ha
Ibiapina	1	12	264,00 ha
Iguatu	2	17	96,6 ha
Itapipoca	1	7	182,00 ha
Itapiúna	2	36	1.065,40 ha
Itatira	1	11	648,98 ha
Jijoca de Jericoacoara	1	13	781,20 ha
Miraima	1	15	429,19 ha
Nova Russas	1	18	697,00 ha
Palhano	1	33	998,00 ha
Quixadá	5	94	4.063,15 ha
Quixeramobim	3	54	2.325,00 ha
Redenção	1	8	116,40 ha
Trairi	1	10	238,70 ha

Tamboril	2	33	1.786,00 ha
Viçosa do Ceará	1	15	1.004,71 ha
TOTAL	44	688	24.052,37 ha

FONTE: Dados do SDA. Elaborado pela autora.2023.

No município de Itapiúna se localiza a última propriedade adquirida pelo Projeto São José. Possuindo uma área de 800,00 ha, a propriedade Curimatã, de responsabilidade da Associação Comunitária de Boa Água, abrigou um total de 25 famílias e sua contratação foi formalizada no dia 14 de janeiro de 1998, sendo a última propriedade do PJS. É possível perceber a partir da análise da tabela 11 que o número total de famílias contempladas pelo Projeto São José foi de 688. As propriedades juntas somam um total de 24.052,37 hectares que custaram um total de 9.290.433,08 R\$.

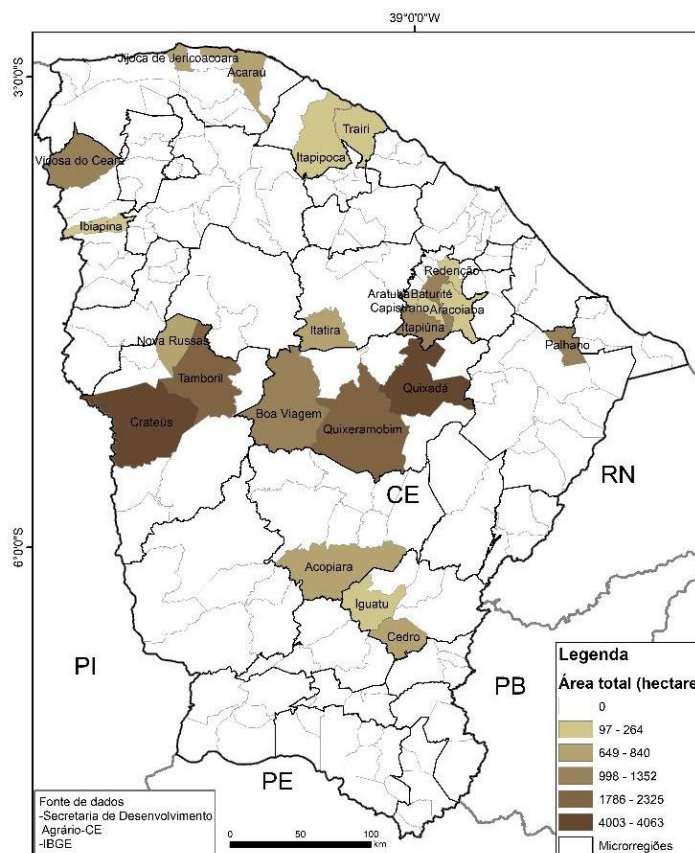
Mapa 2 - Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas pelo Projeto São José – Reforma Agrária Solidária



Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023

A partir da análise do mapa 3, podemos observar a espacialização do Projeto São José – Reforma Agrária Solidária. É possível visualizar que estes tiveram uma relativa concentração nas regiões do Sertão de Canindé e no Sertão de Crateús. Além disso, é possível perceber que na região do Cariri não foram adquiridas nenhuma propriedade pelo Projeto São José.

Mapa 3– Área total das propriedades adquiridas pelo Projeto São José – Reforma Agrária Solidária



Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023

É relevante destacar que os movimentos sociais direcionaram várias críticas ao programa, os motivos foram diversos, dentre eles, podemos destacar que o programa gestado e incentivado por um órgão financeiro internacional não possui respaldo político para lidar com um problema de ordem tão profunda quanto é a concentração fundiária no país e essa crítica é central no estado do Ceará quando da implantação do Reforma Agrária Solidária dentro do Projeto São José.

Para além das críticas a respeito dos órgãos e do formato do programa, os movimentos ligados à luta pela terra também destacaram que, após as famílias efetivarem a adesão ao programa, muitos pontos problemáticos foram surgindo o que contribuiu mais ainda para tais grupos tecerem críticas em relação à essa política, nesse sentido, um dos principais grupos contrários ao programa, foi o MST, que reivindicou fortemente por ações emergenciais para minimizar alguns problemas constatados.

Destaca-se entre estas, a necessidade de amortização e carências, acesso a custeios e créditos, além de outras políticas públicas como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), as quais somente foram discutidas a partir da ação do MST no ano

de 2007, junto ao Governo Cid Gomes, que conquistou através da luta: o perdão da taxa de juros da TJLP, apenas taxas de manutenção do BNB; aumento no tempo para pagamento até 2020; custos cartoriais de assunção de dívidas de associações e escrituração. (JUVENCIO, 2011, p. 08)

Quando o governo federal e o Banco Mundial avaliaram o Reforma Agrária Solidária como positivo e criaram, nos mesmos moldes desse, o Cédula da Terra, no estado do Ceará o programa continuou sendo executado com a mesma nomenclatura.

2.2.2. Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza – Programa Cédula da Terra

A relevância do estado do Ceará no processo de implantação do Cédula da Terra é bastante nítida, visto que, este estado já vinha desenvolvendo a sua experiência e o governo federal compreendeu se utilizar dela para ampliar o marketing da implantação do Cédula. O Ceará recebeu visitas diversas do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Julgmann e de representantes do BIRD, como por exemplo, o Diretor da instituição, Gobim T. Nankani. Tais visitas também significaram a reafirmação do Banco Mundial em ampliar seus investimentos nos programas de compra e venda de terras.

O Ceará também foi palco de um evento internacional para tratar da temática. O evento denominado “Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável” ocorreu em Fortaleza no ano de 1998 e foi compreendido como uma estratégia de promoção dos programas de financiamento, para além de ser um espaço de diálogo sobre possibilidades de desenvolvimento no campo.

O Cédula da Terra foi implementado a partir de empréstimos do BIRD e sua execução teve início em 1997 sendo finalizado em 2002. O programa foi efetuado em cinco estados, sendo eles o Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e a região norte de Minas Gerais, utilizando-se do discurso de que este seria um projeto piloto do governo federal, a meta seria viabilizar para quinze mil famílias o financiamento de terras e posteriormente, “atender um milhão de famílias em menos de seis anos” (BANCO MUNDIAL, 1997b, p. 7).

O programa defendia a lógica ideológica do não paternalismo, onde captou, com tal discurso, apoio de setores conservadores de direita que defendem amplamente uma política de estado mínimo e mínima assistência social. Também de forma ideológica, o programa defendia a “pacificação” do campo, elencando que o que existiam de conflitos seriam extintos a partir do momento em que a terra fosse adquirida pelos camponeses sem terra. Outro argumento amplamente utilizado para a defesa dos programas de compra e venda de terra era a intenção

em “desideologizar” (SAUER, 2004) o campo, onde reforma agrária era entendida como pauta e demanda puramente de interesse da esquerda e assim sendo, deveria ser combatida nos moldes que os movimentos sociais defendiam e buscavam, com ocupações e com reivindicações que vão além do acesso à terra.

A criação do programa Cédula da Terra foi realizado tendo como principais objetivos a captação de fontes de recursos para a reforma agrária, fontes estas diferentes das que já eram utilizadas, agora vindas do BIRD. Um outro objetivo defendido pelo Cédula da Terra é a diminuição das burocracias amplamente citadas contraditoriamente pelo próprio governo. Contraditoriamente, visto que, as medidas para desburocratizar a reforma agrária via desapropriação deveriam ter surgido dentro das discussões do ministério do Desenvolvimento Agrário antes de aderir plenamente aos programas de compra e venda de terras.

O Ministério Extraordinário de Política Fundiária justificava a criação e implantação do Cédula, afirmando que esse projeto possibilitaria: i) a desideologização da reforma agrária; ii) o barateamento e aceleração dos assentamentos via mercado; iii) a pacificação do campo, com sem terras e latifundiários negociando diretamente a compra e venda de terras; e, iv) a contribuição do Ministério para o esforço fiscal através da contenção de gastos. (WOLFF, 2001, p.166)

Para a sua execução estavam previstas as seguintes fontes e valores: U\$ 90 milhões do BIRD, U\$ 45 milhões do governo federal, U\$ 6,6 milhões dos governos estaduais e U\$ 8,4 milhões das associações. Porém, o investimento total ao final do programa, em 2002, foi inferior ao que foi planejado, tendo um investimento total de U\$ 121,3 milhões (Banco Mundial. 2003). Foram beneficiadas 15 mil famílias pelo programa que foi executado experimentalmente de 1997 até o ano 2000.

O Projeto Cédula da Terra foi desenvolvido não prevendo recursos para assistência técnica dos beneficiários, fato este que foi alvo de duras críticas, pois entende-se que para os camponeses o incentivo e o apoio às suas produções são parte essencial do processo de desenvolvimento do programa e na contribuição da qualidade de vida dos sujeitos. A ausência desses recursos para o referido fim permite questionamentos quanto às suas finalidades, uma vez que a assessoria técnica é fundamental para o melhor aproveitamento dos recursos físicos disponíveis nas áreas de produção dos camponeses.

Após críticas das entidades que atuam junto aos camponeses beneficiados com o referido projeto, alguns aspectos do programa foram modificados, como por exemplo: o programa passou a disponibilizar recursos para assistência técnica, porém, tal assistência só era disponibilizada por tempo máximo de um ano tendo a possibilidade de renovação por igual período. Além da limitação de tempo, os resultados da pesquisa realizada por entidades ligadas

ao Fórum pela Reforma Agrária e da Rede Brasil mostraram que nesse aspecto (da assistência técnica), os beneficiários do Cédula da Terra também demonstraram insatisfação com relação à qualidade dos serviços recebidos. Os recursos para a construção das casas e de outras infraestruturas não chegaram de imediato em todos os projetos analisados pela pesquisa acima mencionada, porém, os recursos para o pagamento da terra, que é realizado diretamente ao proprietário, foram liberados sem grandes dificuldades ou atrasos. Tal fato vem a corroborar com um aspecto já citado no texto, onde afirmamos que tais programas de compra e venda de terras têm o intuito principal de não desagradar à elite fundiária brasileira.

Ainda mencionando as limitações que os beneficiários do Cédula da Terra sofreram, é importante destacar que a expulsão também é um aspecto que se manteve presente no programa.

O Cédula da Terra não cumpre, portanto, a sua missão de inserir as pessoas no mercado, possibilitando a produção e a geração de renda no meio rural. Acaba, ao contrário, reproduzindo situações de precariedade que forçam ao assalariamento de membros da família para sobreviver [...] as famílias contempladas, além de continuarem na miséria, estão impossibilitadas de pagar as dívidas contraídas com a compra da terra (SAUER, 2004, p. 55;58).

A intenção do Cédula da Terra era de ser um programa experimental, como já mencionado, nesse sentido, subentende-se que programas que são implementados com essa conotação exigem uma avaliação detalhada de sua execução para que o programa possa ou não ser continuado, melhorado, ampliado, ou seja, é preciso que seja minimamente avaliado a sua viabilidade, porém, com o Cédula da Terra a etapa da avaliação do programa em muito deixou a desejar.

Os movimentos sociais solicitaram ao organismo interno do BIRD que tem o intuito de avaliar e inspecionar os projetos financiados pelo órgão, o Painel de Inspeção, uma avaliação do programa e também apontaram as várias falhas por eles observadas aos longos dos trabalhos com as famílias. Como resultado dessas solicitações dos movimentos, o órgão alterou algumas regras tidas como falhas, porém, o programa continuou em pleno funcionamento sem o Painel de Inspeção publicitar todos os resultados obtidos nas avaliações, “A reclamação brasileira contra um projeto de reforma agrária comandada pelo mercado foi rejeitada pois as alegações de que os participantes ficariam em pior situação foram consideradas hipotéticas” (FOX, 2001, p.51)

No estado do Ceará, o Cédula da Terra foi responsável pela aquisição de 114 propriedades que beneficiaram mais de 2 mil famílias. A tabela 12 detalha as informações dessas propriedades. Essas propriedades foram adquiridas em todas as regiões do estado,

porém, as maiores áreas adquiridas localizam-se, respectivamente, Sertão de Crateús, Sertão Central e Litoral Norte.

Tabela 12 - Quantidade de propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Cédula da Terra de 1997 a 2002.

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades
Acaraú	8	126	2.611,03 ha
Acopiara	1	10	334,50 ha
Amontada	2	46	1.821,70 ha
Aracati	1	18	692,87 ha
Aracoiaba	2	21	619,80 ha
Aratuba	1	8	59,45 ha
Banabuiú	1	20	1.408,00 ha
Barroquinha	2	65	1.743,13 ha
Baturité	1	15	381,75 ha
Bela Cruz	2	46	1.948,00 ha
Boa Viagem	1	10	239,28 ha
Canindé	6	88	3.880,47 ha
Canindé/ Madalena	1	20	687,82 ha
Capistrano/ Ibaretama	1	25	1.092,19 ha
Catarina	1	12	484,00 ha
Catunda	4	46	2.391,16 ha
Choró	1	15	640,00 ha
Chorozinho	1	25	547,77 ha
Crateús	4	80	3.888,00 ha
Fortim	2	34	1.484,00 ha
Granja	1	10	421,00 ha
Iguatu	1	15	317,10 ha
Independência	3	56	2.909,47 ha
Ipaumirim	1	19	477,25 ha
Ipueiras	2	31	931,11 ha
Itapipoca	3	38	1.384,96 ha
Itapiúna	2	27	1.066,56 ha
Itarema	3	39	731,76 ha
Itatira	2	21	761,88 ha
Jaguaribe	1	10	428,07 ha
Jaguaruana	1	60	927,00 ha
Jijoca	1	16	464,86 ha
Lavras da Mangabeira	1	16	565,16 ha
Madalena	3	40	1.724,66 ha
M. Tabosa	1	14	743,00 ha
Mombaça	1	8	257,26 ha
Nova Russas	1	18	799,32 ha
Ocara	2	30	649,60 ha

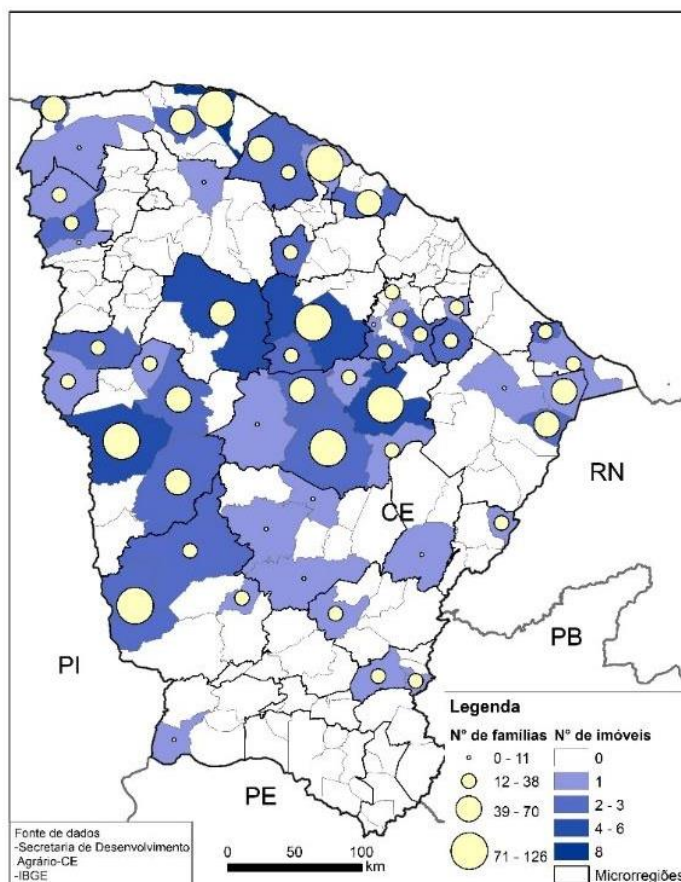
Pacoti	1	22	340,93 ha
Parambu	3	84	4.098,58 ha
Poranga	1	17	1.057,10 ha
Potiretama	1	17	672,70 ha
Quixadá	5	86	3.378,76 ha
Quixeramobim	3	76	3.075,77 ha
Quixeré	3	66	1.928,89 ha
Russas	1	11	386,50 ha
Salitre	1	8	391,20 ha
Santa Quitéria	5	70	2.588,66 ha
Santana do Acaraú	1	11	406,85 ha
São Gonçalo do Amarante	2	47	1.738,1 ha
Senador Pompeu	1	8	366,60 ha
Tamboril	3	54	2.578,08 ha
Tauá	3	35	1.496,03 ha
Tejuçuoca	2	26	1.244,5 ha
Tianguá	2	24	437,92 ha
Trairi	1	110	3.321,22 ha
Ubajara	1	10	233,76 ha
Viçosa do Ceará	1	20	227,69 ha
Total	114	2.000	72.484,81 ha

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora.2023

A região do Sertão de Crateús possui 24 propriedades adquiridas pelo Cédula da Terra, nessas propriedades que somam uma área total de 17.885,90 hectares foram beneficiadas 386 famílias. Ao realizar a análise dos dados, podemos afirmar que o município de Crateús possui os números mais significativos na região. Sozinho, o município possui quatro propriedades que beneficiaram 80 famílias. Tais propriedades somam uma área total de 3.888 hectares.

É preciso destacar que o município de Crateús possui números significativos com relação às propriedades adquiridas por programas de compra e venda de terras, como já foi observado no Projeto São José e posteriormente será possível visualizar os números do Crédito Fundiário.

Mapa 4– Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas pelo Programa Cédula da Terra no Ceará.

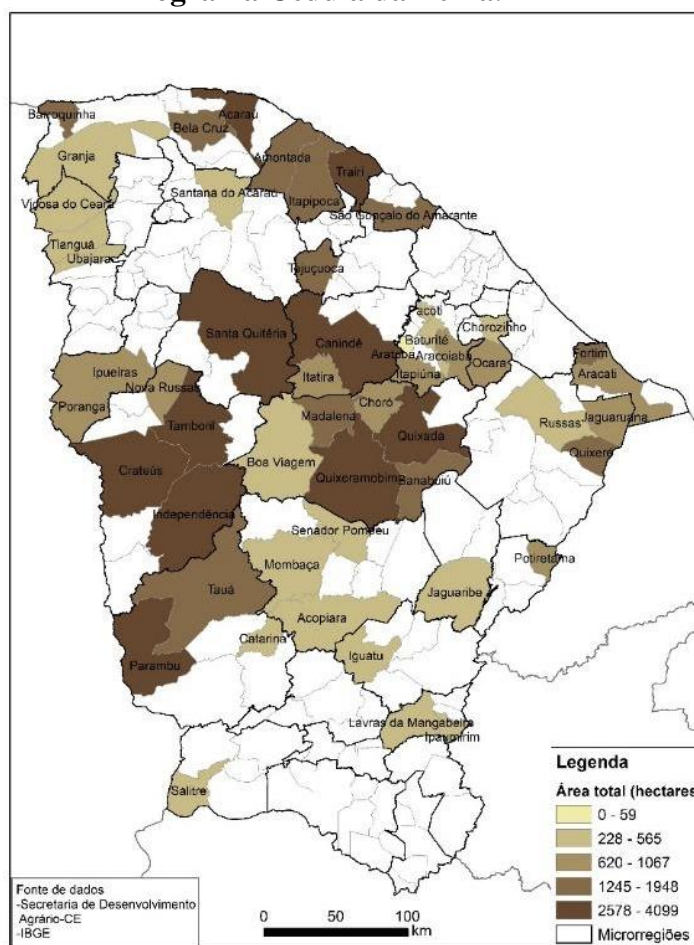


Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023.

Podemos observar que a região do Cariri que não possuía nenhuma propriedade adquirida pelo PSJ passou a contar com 2 propriedades obtidas a partir do Cédula da Terra. O município de Lavras da Mangabeira possui 1 propriedade que beneficiou 16 famílias e conta com 565,16 ha de área e o município de Salitre que também realizou aquisição de 1 propriedade, possuindo 391,20 ha e que beneficiou 8 famílias.

O mapa 4 nos mostra de forma mais didática as informações presentes na tabela 12, é notório que o Cédula da Terra atinge um número maior de municípios e de regiões no estado do Ceará do que o Projeto São José, possibilitando a leitura de processo de territorialização da contrarreforma agrária. Para a complementação dessa análise, o mapa 5 expõe a área total das propriedades compradas pelo Cédula da Terra, já sendo possível observar que as áreas compradas não eram, em sua totalidade, grandes propriedades.

Mapa 5– Área total das propriedades por município adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Cédula da Terra.



Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislam G. Lima. 2023

No estado do Ceará, o Cédula da Terra esteve presente em todas as regiões do estado, exceto a região da Grande Fortaleza e contou com o equivalente a US\$ 30 milhões para a sua execução, que ocorreu de 1997 até 1999. Sua finalidade principal seria,

[...] desenvolver novo modelo de reestruturação agrária, no qual os trabalhadores sem terra e minifundiários, através de suas Associações, negociam a aquisição de terras diretamente com os proprietários rurais, obtendo financiamento reembolsável para aquisição da terra e financiamento não reembolsável (a fundo perdido) para os investimentos necessários. (FAO/INCRA, 1998, p. 72)

Dentre as metas do programa no estado do Ceará, a previsão era de beneficiamento de cerca de 3.000 famílias em cerca de 400 obras de investimento, que teria o intuito de abranger uma área total de 88.000 ha. O INCRA foi um dos órgãos que teve contribuição financeira na execução do Cédula da Terra, “dispondo de 31 imóveis rurais adquiridos no Estado do Ceará (até maio de 1998), concedidos às Associações de Produtores Rurais (entidade eleita para representar os beneficiários) (FAO/INCRA,1998, p.2).”

Em avaliação realizada via convênio FAO/INCRA em maio de 1998, foram consideradas cinco propriedades adquiridas pelo Cédula da Terra no estado do Ceará. Foram escolhidas propriedades que pertencem a cada uma das regiões do estado. Para a representação da área litorânea foi escolhida a Fazenda Raposo Jatobá e Jardim, no município de Acaraú, a área da Caatinga foi avaliada a partir da Fazenda Nova Olinda localizada no município de Canindé e Fazenda São Joaquim no município de Quixadá; o Sertão do Cariri foi avaliado a partir do Sítio Poço, propriedade localizada no município de Lavras da Mangabeira; por fim, a Fazenda Mata Fresca, localizada no município de Baturité foi avaliada representando a região serrana do estado.

A referida pesquisa foi realizada a partir de aplicação de questionários e seus resultados dispõe de breve contexto histórico de criação das associações para a aquisição das propriedades, em seguida são inseridos os dados coletados referentes a produção onde foi produzida a modelização econômica desenvolvida nas áreas, e por fim, o relatório de avaliação traz explicações sobre as potencialidades e limitações dentro de cada uma das cinco áreas avaliadas.

Tal pesquisa avaliativa foi realizada cerca de cinco meses após o início das operações do programa no estado do Ceará, onde algumas famílias ainda não tinham iniciado suas atividades produtivas de forma plena, pois em muitos casos, os valores referentes à infraestrutura (SIC) ainda não haviam sido liberados. Ou seja, houve uma avaliação de um programa que não estava em pleno funcionamento.

O resultado do relatório mostrou que as 5 associações criadas para a aquisição de propriedades pelo Cédula da Terra surgiram dentro de associações já existentes, que foram criadas com outras finalidades. Esse fato demonstra que a maioria dos beneficiários já possuíam experiência no que se refere a organização social e coletiva, embora, é importante destacar que nem todos os beneficiários do programa já participavam das organizações. Ou seja, alguns mutuários do Cédula da Terra, entraram nas associações somente para a aquisição de propriedade a partir desse programa.

A respeito da definição das famílias para a adesão ao programa, são comuns alterações e desistências, especialmente pela ausência da documentação exigida pela instituição financeira. Tal fato também foi comprovado no relatório em questão. Das cinco propriedades avaliadas pela pesquisa desenvolvida no estado do Ceará, em quatro houve desistências no período de organização da documentação para o fechamento do contrato. A respeito dos valores das propriedades, uma das principais características descritas nos manuais de operação dos programas de compra e venda de terra é o fato da escolha da propriedade e a negociação do valor dela ser realizada diretamente pelas famílias beneficiadas. Esse aspecto não foi observado

nas propriedades avaliadas pela referida pesquisa. Foi demonstrado que os valores finais das propriedades financiadas foram os avaliados pelo IDACE, o relatório não faz menção à existência de negociação entre associação e proprietários.

Vale destacar que a etapa da venda e negociação dos valores se mostrou relativamente rápida em 3 das 5 propriedades pesquisadas, o forte interesse dos proprietários na venda ocasionou uma maior agilidade no processo. Uma das propriedades possuía algumas dívidas enquanto o proprietário de outra se encontrava em forte dificuldade financeira, o que ocasionou interesse dos mesmos em realizar a venda. Esses fatos demonstram que os programas de compra e venda de terras, a exemplo do Cédula da Terra, se tornaram vantajosos para os proprietários. Os valores das propriedades eram pagos à vista e muitos proprietários que se encontravam em dificuldades financeiras viram no Cédula da Terra a possibilidade de resolver tais problemas.

Ainda com relação às situações envolvendo os proprietários, é preciso destacar que em duas das propriedades pesquisadas, os proprietários continuavam a exercer algum controle sobre as fazendas que já não lhes pertenciam. Os resultados explanados no relatório demonstraram que nas duas fazendas onde os ex-arrendatários do antigo proprietário integram o grupo, existiam algumas atividades que o ex-proprietário continuava a executar mesmo sem a prévia solicitação e autorização das famílias. Tal fato é bastante emblemático no sentido de que alguns proprietários continuavam a reproduzir o controle sobre as terras, mesmo não sendo mais donos delas.

A produção agrícola se dá como um dos pontos mais sensíveis dentro das propriedades adquiridas pelo Cédula da Terra, onde a definição da área e das culturas a serem desenvolvidas dependem diretamente da decisão coletiva. O relatório apontou que das cinco propriedades avaliadas, existiam áreas delimitadas para produções coletivas e individuais em três delas. Ainda com relação à questão produtiva, em uma das propriedades, os beneficiários ainda não haviam sequer iniciado as atividades produtivas, nessa situação, os dados referentes a atividades produtivas dos sujeitos foram referentes à produção realizada fora da área do projeto.

A partir dos dados coletados confirmou-se o baixo índice produtivo das áreas e a necessidade de se considerar a reavaliação “da capacidade de pagamento destes projetos, dos custos de investimento, principalmente da compra da terra”. (FAO/INCRA, 1998, p.62). O relatório demonstra uma preocupação em realizar a avaliação produtiva e de fluxo financeiro para a compreensão das possibilidades de pagamento do programa.

Além do Cédula da Terra ter continuado em execução no Brasil sem realizar as avaliações necessárias, o Congresso Nacional recebeu do governo, em 1998, a proposta para a criação de um outro programa nos moldes do Cédula, porém de forma ampliada, no sentido de

recursos e de abrangência, assim foi votado, aprovado e executado o Banco da Terra, importante mecanismo dentro dos programas de compra e venda de terras.

2.2.3. O Banco da Terra

Após o governo federal considerar o projeto piloto Cédula da Terra como uma experiência de sucesso, foi criado o Banco da Terra com o intuito de sua execução ser ampliada para todo o país, agora não mais como uma experiência piloto, como elencado pelo manual do programa, o Banco da Terra seria a expansão “dessa experiência pioneira e bem-sucedida de reforma agrária” - referindo-se ao Cédula da Terra (BANCO DA TERRA, p.14).

Criado pela Lei Complementar de nº 93 de 04 de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.027 de 13 de abril de 1999, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra foi criado com o intuito de financiar, até o limite de R\$ 40.000,00 a compra de propriedades por associações ou indivíduos. Como reforçado por Pereira (2004, p.193) “os recursos do Banco da Terra passaram a ser usados numa só direção: a expansão das relações de compra e venda como modelo alternativo ao modelo desapropriacionista”. A respeito dos beneficiários, o Banco da Terra assim os delimitava:

[...] trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária, como também minifundiários com terra insuficiente para garantir o sustento familiar, todos os quais com renda bruta anual inferior a R\$ 15 mil (R\$ 1.250,00 mensais). (PEREIRA, 2004, p.193)

O Banco da Terra foi executado em todo o Brasil e previa sua efetivação a partir da assinatura do termo de cooperação com os governos estaduais ou a partir da articulação direta entre municípios e o governo federal.

Seu início ocorreu ainda em julho de 1999 em Santa Catarina e, em 2000, os nove estados nordestinos também aderiram ao programa. Embora o Banco da Terra tenha sido executado nos mesmos moldes do programa que o inspirou, o Projeto São José e o Cédula da Terra, este possuía características que o diferenciavam dos anteriores, como por exemplo, o Banco da Terra não possuía recursos não reembolsáveis, ou seja, aqueles recursos que não precisavam ser devolvidos pelos mutuários.

O programa definia que o financiamento poderia abranger as taxas cartoriais, a compra da propriedade em si, os serviços necessários para a avaliação deles como serviço de topografia,

além da possibilidade de financiamento dos serviços relativos à infraestrutura e ao funcionamento das atividades produtivas.

As formas de aquisição das propriedades a partir do Banco da Terra podiam ser de forma individual ou coletiva. O formato individual permitia somente a ampliação da área de propriedades com dimensões inferiores à propriedade familiar. Já a aquisição a partir do coletivo, seria para a aquisição de propriedades desde que não fosse ultrapassado o valor de R\$ 40.000,00 por família.

A respeito das linhas de financiamento, o Banco da Terra possuía duas, a linha Subprojeto de Aquisição do Imóvel (SAI) e a Subprojeto de Infra-Estrutura (SIE). A utilização dos recursos SAI era exclusivamente para a efetivação do pagamento da propriedade e os recursos SIE eram destinados para a infraestrutura de cercas, melhoramento de estradas, projetos iniciais de produção agrícola e criação de animais.

No estado do Ceará, o programa teve proporções menores do que o Cédula da Terra. Enquanto o Cédula se distribuiu por 61 municípios e atendeu cerca de 2 mil pessoas em suas 114 propriedades que juntos somaram uma área de mais de 72 mil hectares, o Banco da Terra foi o programa responsável pela aquisição de 101 propriedades no Ceará que se distribuíram por 55 municípios abrangendo cerca de 65 mil hectares.

A Tabela 13 exhibe as informações em detalhes das propriedades localizadas no Ceará que foram adquiridas pelo Banco da Terra. Suas informações estão separadas por município.

Tabela 13 - Quantidade de propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Acaraú	2	16	549,31
Acarape	1	13	320,90
Acopiara	1	10	322,40
Aiuaba	2	50	3.050,79
Apuiarés	1	8	336,16
Aurora	2	47	2.305,00
Beberibe	1	18	356,94
Bela Cruz	1	18	600,00
Boa Viagem	3	48	2.643,27
Canindé	4	50	2.210,70
Camocim	1	25	795,08
Campos Sales	1	7	429,60
Catunda	2	29	1.011,20
Caucaia	1	19	324,16

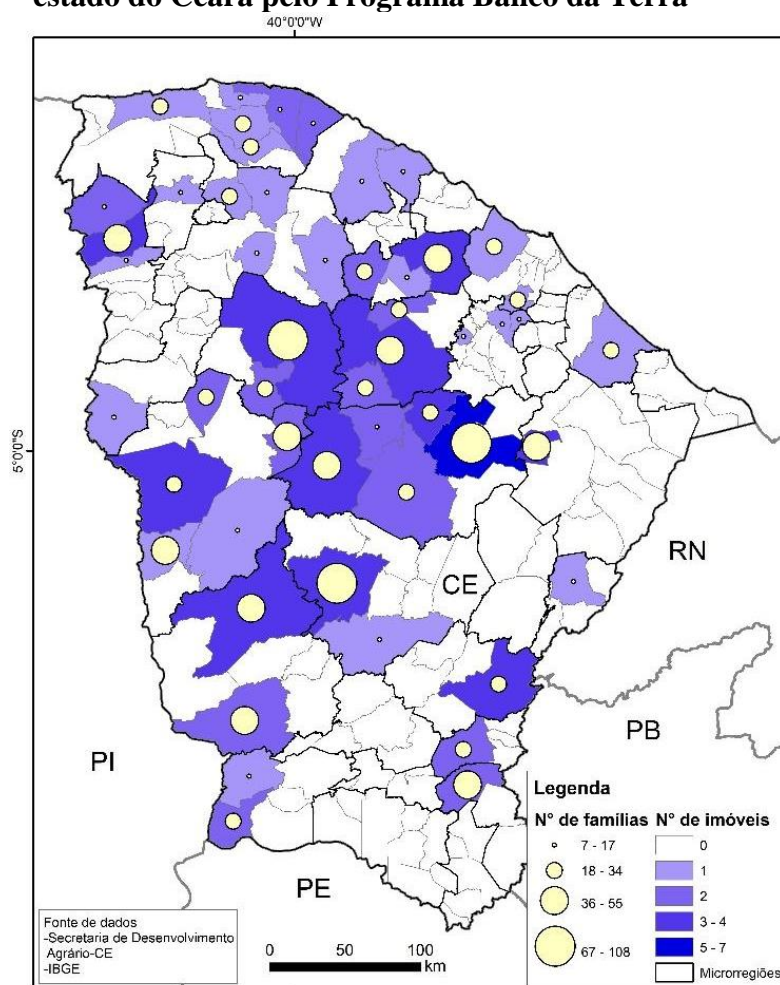
Choró	3	29	1.451,18
Crateús	3	33	1.341,34
Cruz	1	8	342,00
Forquilha	1	12	619,00
Guaiúba	1	20	438,71
Ibicuitinga	3	47	2.057,99
Icó	3	25	1.015,64
Independência	1	10	640,90
Ipú	1	12	398,11
Iracema	1	12	859,00
Irauçuba	1	13	395,93
Itapipoca	1	7	321,00
Itarema	2	16	443,01
Itatira	2	25	1.001,43
Lavras da Mangabeira	2	26	671,37
Madalena	2	17	852,31
Marco	1	22	813,12
Massapê	1	20	1.157,66
Mombaça	3	67	3.635,80
Monsenhor Tabosa	2	36	2.168,51
Moraújo	1	10	464,40
Mulungu	1	16	255,60
Novo Oriente	1	55	3.925,00
Nova Russas	2	21	986,34
Parambú	1	19	1.007,00
Paramoti	2	34	1.734,94
Pentecoste	3	50	2.743,34
Poranga	1	14	853,96
Quiterianópolis	1	10	499,56
Quixadá	7	108	4.948,18
Quixeramobim	2	27	929,86
Redenção	1	13	258,18
Salitre	2	24	1.631,57
Santana do Acaraú	1	9	585,00
Santa Quitéria	4	69	3.944,96
Tauá	3	38	2.372,26
Tejuçuoca	2	18	689,07
Tianguá	4	42	918,76
Trairi	1	11	370,34
Ubajara	1	8	87,03
Viçosa do Ceará	2	15	567,06
TOTAL	101	1.426	65.651,93

Fonte: Dados SDA. Elaboração da autora. 2023

É possível perceber que Quixadá é o município que possui mais propriedades adquiridas pelo Banco da Terra, foram 7 propriedades que beneficiaram 108 famílias. Os dados coletados apontam que é também no município de Quixadá a maior área das propriedades, juntas, somam um total de 4.948,18 hectares. O município com menor participação é Ubajara, onde em sua única propriedade adquirida pelo Banco da Terra foram beneficiadas 8 famílias em uma área de 87,03 ha.

É possível, a partir da análise do mapa 6, observar a distribuição espacial do Banco da Terra. Podemos perceber que existem similaridades e diferenças quando realizamos a comparação com a distribuição do Projeto São José e com o Cédula da Terra.

Mapa 6– Número de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra

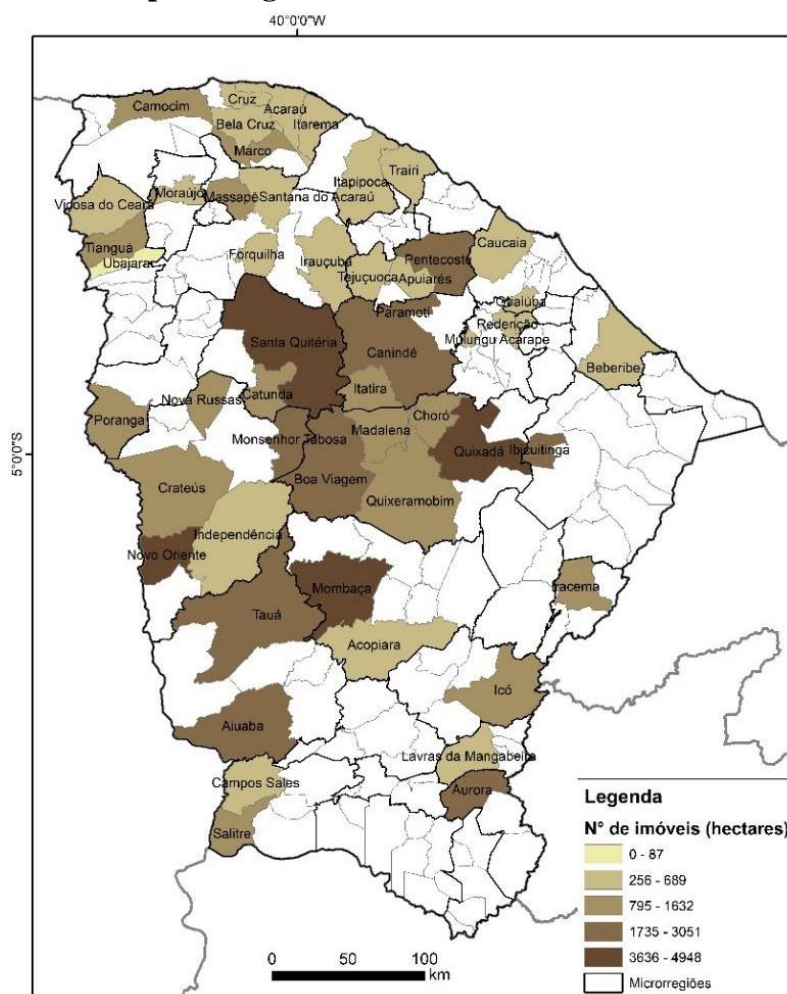


Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023

Na região do Cariri, 4 municípios possuem propriedades obtidas através do Banco da Terra, sendo eles: Aurora, com 2 propriedades que somam 2.305,00 ha e beneficiam 47

famílias; Campos Sales, com 7 famílias beneficiadas em uma propriedade de 429,60 ha; Lavras da Mangabeira, 26 famílias distribuídas em 671,37 ha em suas 2 propriedades e o município de Salitre, que também conta com 2 propriedades que beneficiam 24 famílias, juntas, somam uma área de 1.631,57 ha.

Mapa 7– Área total por municípios das propriedades adquiridas no estado do Ceará pelo Programa Banco da Terra.



Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023.

O Banco da Terra, assim como o Cédula e o Projeto São José certamente causaram impactos no meio rural cearense, porém, as informações a esse respeito são bastante limitadas. Conforme Pereira (2004, p. 200) ao se referir a informações sobre o perfil dos beneficiários a nível nacional, afirma que, “a única pesquisa nacional produzida a respeito foi rejeitada pelo governo Lula e sua divulgação foi proibida”. Porém, ao analisar alguns dados obtidos a partir de estudos locais do referido autor, pode-se constatar que ele não gerou alterações na estrutura fundiária, fez com que ocorresse a diminuição das mobilizações dos camponeses em movimentos de luta pela terra e contribuiu para a ampliação dos minifúndios nas regiões.

Os movimentos sociais teceram críticas à forma de execução do programa, além de também realizarem contestações a respeito da forma como foi proposto e votado no Congresso Nacional, sem avaliações detalhadas do programa que o antecedeu, o Cédula da Terra. Para os movimentos sociais, a criação do Banco da Terra foi a validação sem fundamentos concretos do programa que o antecedeu.

As organizações patronais, especialmente a Confederação nacional da Agricultura (CNA), compreenderam a criação do Banco da Terra como grande avanço, vários elogios e incentivos foram destinados à proposta que no entendimento do CNA seria uma outra maneira de se fazer reforma agrária, “(...) o primeiro passo no rumo do acesso democrático à terra” (MEDEIROS, 2002, p.83).

Os elogios dos proprietários de terra ao Banco da Terra ganharam também as mídias, como podemos observar no seguinte trecho: “No novo modelo de reforma agrária adotado no Ceará, os sem-terra estariam virando pequenos empreendedores, livres para tocar seus projetos conforme suas necessidades” (Jornalista Jomar Moraes (2000) para a revista Exame a respeito do Banco da Terra).

A avaliação positiva da CNA com relação ao programa é um amplo sinal que o mesmo possuía muitas vantagens para os proprietários, onde os principais pontos positivos destacados pela organização assentavam-se no fato de que o programa viabilizaria terra para os trabalhadores (concepção do CNA) e a demora, violência e arbitrariedade nos processos desapropriatórios diminuiriam a partir dele.

O Banco da Terra foi extinto em 2003, porém, não foram extintos da agenda pública do governo federal a intenção de continuação de programas de compra e venda de terras. No mesmo ano da extinção do Banco da Terra, foi criado um outro programa com a mesma intenção e similares características.

Em diálogo com os movimentos sociais que criticavam amplamente o Banco da Terra, o governo federal passa a buscar a elaboração para um programa de compra e venda de terras que não fosse tão criticado pelos movimentos, assim sendo, o Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural foi concebido a partir de reuniões que contavam com a participação de alguns movimentos sociais, especialmente a CONTAG. No seu processo de construção, o governo utilizou essa participação da CONTAG para ampliar a execução do programa de compra e venda de terras e para a divulgação de um apoio popular de suas políticas.

O Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCP) foi criado, substituindo o Banco da Terra e seria, em tese, um programa de compra e venda de terras

reformulado sem os problemas de execução existentes no Banco da Terra, posteriormente foi alterado para Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) como abordaremos em seguida.

2.2.4. Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCP), criado ainda no governo FHC em 2001, iniciou seu funcionamento em 2002 e teve em sua proposta inicial a seguinte previsão de recursos: “EUR 218,2 milhões via empréstimo do Banco Mundial (50% do total), EUR 174,6 milhões do governo federal via Banco da Terra (40%), EUR 21,8 milhões dos governos estaduais (5%) e EUR 21,8 milhões das associações comunitárias” PEREIRA (2004. p. 205).

Esse programa foi incorporado no governo Lula, no ano de 2003 e até os dias atuais, 2023, passou por várias alterações, desde mudanças nos valores do financiamento até nas regras para o acesso. Uma das principais alterações ocorreram no ano de 2017 por meio da atuação do Grupo Técnico de Trabalho de Reestruturação do Programa Nacional de Crédito Fundiário – GTTR/PNCF, cujas modificações foram publicadas por meio do decreto nº 9.263 de 10 de janeiro de 2018 (BRASIL. 2018).

Executado de forma mais abrangente do que o Cédula da Terra e o Banco da Terra, o Crédito Fundiário foi criado para, em 10 anos, atender 14 estados (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, MG, ES, PR, SC e RS) com perspectiva de contemplar 250 mil famílias e sua forma de acesso também se dá a partir das associações comunitárias. Seus recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, criado em 1998 e regulamentado pelo decreto 4.892 de 25 de novembro de 2003 e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural criado em 2008 (PEREIRA, 2004).

De acordo com o manual de operações do programa, o mesmo é assim definido: “(...) consiste num mecanismo fundamental de complementação à reforma agrária, pois viabiliza o acesso à terra para agricultores familiares, fortalece a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.” (BRASIL, 2003, p. 2).

[...] tem como objetivo principal contribuir para a redução da pobreza rural, mediante o acesso à terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares. (BRASIL, 2003, p. 5)

Ainda para fins de definição, a cartilha do Crédito Fundiário disponibilizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), importante organização social que integra os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de todo o país, define a política como sendo,

O PNCF é uma política pública do Governo Federal, conquistada pelo MSTTR, que historicamente lutou pela existência de um crédito fundiário para apoiar os processos produtivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial os minifundistas. Possibilita aos agricultores e agricultoras, sem terra ou com pouca terra, adquirirem, por meio de financiamento diferenciado e de longo prazo, imóveis rurais onde possam morar e produzir em regime de economia familiar. (CONTAG, 2008, p. 5)

Segundo documentos oficiais do governo (BRASIL, 2003) e a cartilha da CONTAG (2008) o programa é uma política complementar, e pode ocorrer em casos em que exista a demanda de trabalhadoras e trabalhadores rurais em áreas que não são passíveis de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora na execução do programa foram observadas financiamento de áreas que eram passíveis de desapropriação.

Vale ressaltar que a CONTAG participou ativamente da concepção do programa Crédito Fundiário, desde a elaboração até a operacionalização do mesmo. Tal fato, gerou inclusive críticas de alguns movimentos sociais, onde afirmavam que tal postura era contraditória devido ao caráter mercadológico da mesma, indo contra as bases dos movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra a partir da desapropriação de terras que ferem os preceitos constitucionais.

Atualmente o programa atua em 21 estados (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, MG, ES, PR, SC, RS, RO, MS, MT, PA, SP, DF e GO) e é operacionalizado a partir de três linhas de financiamento, como demonstrado na tabela abaixo, e conta com o apoio financeiro do Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário, além de fontes de recursos de governos estaduais e da contrapartida dos beneficiários.

Tabela 14 - Linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário:

Linhas de Crédito	Abrangência	Renda Anual*	Patrimônio	Teto*	Juros	Bônus	Pagamento
PNCF Social	Região Norte e área da Sudene	Até R\$ 26.340,11	Até R\$ 40 mil	R\$ 184.380,77	0,5% a.a.	40%	25 Anos com 36 meses de carência
PNCF Mais	Demais Regiões, exceto Sudene	Até R\$ 52.680,23	Até R\$ 80 mil		2,5% a.a.	20%	
PNCF Empreendedor**	Todo Brasil	Até R\$ 284.473,17	Até R\$ 500 mil		4,0% a.a.	-	

*A Renda Anual e o Teto de financiamento são atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

** Linha com risco bancário, cuja regulamentação será definida pelo agente financeiro que aderir sua operacionalização.

** Acumulado de 12 meses (Dez/2022) – 5,79%.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. 2023.

As linhas de crédito do programa são compostas por três componentes, sendo eles: Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT que é destinado à compra da propriedade e viabilizado por recursos oriundos do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, Subprojeto de Investimentos Comunitários - SIC destinado à estruturação básica das unidades, seus valores não são reembolsáveis e tal subprojeto só pode ser acessado pelos beneficiários da linha PNCF Social, seus recursos são provenientes do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, e por fim, o programa conta com o Subprojetos de Investimentos Básicos - SIB que visa destinar recursos que são oriundos do Fundo de Terras para a aplicação em infraestrutura básica como reformas ou construção de habitação para os beneficiários, os recursos desse subprojeto estão incluídos no SAT.

É possível perceber que o programa atua para atender uma diversidade de públicos. A Linha de Crédito PNCF Social, abrange as regiões Norte e a área da Sudene e destina-se ao público com renda anual não superior a R\$ 26 mil reais. Os beneficiários podem captar recursos de até R\$ 184.380,77 mil reais de forma coletiva ou individual (para estruturação das unidades produtivas). Para acessar essa linha de crédito os trabalhadores rurais precisam atender os seguintes requisitos:

[...]7.4.1 estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na qualidade de beneficiário direto ou membro de família cadastrada; e 7.4.2 apresente a soma da renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou natureza, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e patrimônio no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) [...]15.1.1 trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários; 15.1.2 agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar lhes o próprio sustento e o de suas famílias; 15.1.3 os jovens de 16 (dezesseis) anos e menos de 18 (dezoito) anos, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. 15.1.4 os interessados com idade entre 18 até 65 anos. (BRASIL, 2018, p. 20 e 37)

As parcelas são anuais e o pagamento pode ser efetuado em até 25 anos. Para o pagamento, o programa prevê um período de carência de 36 meses. A taxa de juros que incide sobre esse financiamento é de 0,5% a.a (cinco décimos por cento ao ano), sendo possível uma bonificação de até 40% caso o pagamento seja realizado em dia. (BRASIL, 2018)

A respeito da linha PNCF Mais, ela é direcionada a todas as regiões brasileiras com exceção da área de abrangência da Sudene e os beneficiários podem acessar valores com

limite de até R\$ 184.380,77 mil reais. Dentro dessa linha os beneficiários têm acesso ao SIB e os requisitos para a sua obtenção são os seguintes:

[...]7.10.1 O candidato deverá apresentar, nesta linha, renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou natureza, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e patrimônio de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)[...]15.1.1 trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários; 15.1.2 agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de propiciar lhes o próprio sustento e o de suas famílias; 15.1.3 os jovens de 16 (dezesesseis) anos e menos de 18 (dezoito) anos, desde que devidamente emancipados, com averbação no cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. 15.1.4 os interessados com idade entre 18 até 65 anos. (BRASIL, 2018, p. 21 e 37)

A linha de crédito PNCF Mais é direcionada para todas as regiões brasileiras, exceto Nordeste e sua taxa de juros é de 2,5% a.a (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano). Para essa linha, existe uma bonificação de até 20% para pagamentos em dia.

A terceira linha de crédito do programa é o PNCF Empreendedor, essa linha de crédito é executada em todas as regiões brasileiras e sua efetivação e características operacionais são definidas diretamente pelos agentes financeiros que optarem por operar essa linha de crédito. Seus recursos podem ser utilizados para aquisição de terras e para estruturação das unidades produtivas e essa linha pode ser acessada por agricultores com renda familiar anual de até R\$ 284.473,17 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 500 mil.

O pagamento do crédito nessa linha de crédito é anual, podendo ser executado em até 25 anos, possuindo 36 meses de carência. Sua taxa de juros é de 4,0% a.a (quatro por cento ao ano) e para essa linha, não existe bônus de adimplência.

Nos anos iniciais de execução do Crédito Fundiário a adesão ao programa deveria ocorrer de forma coletiva, onde os agricultores sem-terra precisam se organizar em associações e a partir dela iniciam o processo de compra da terra, vale ressaltar, que nesse modelo, o manual operacional afirma que os agricultores devem buscar a propriedade que desejem comprar e realizar as negociações de valores. Porém, dentre as alterações nas regras, atualmente a adesão também pode ser feita de forma individual. Nessa fase a atuação da Rede de Apoio é bastante relevante, no Ceará essa rede é formada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), pelos sindicatos rurais e/ou pelas prefeituras municipais, e tem como objetivo,

A Rede de Apoio, formada por instituições públicas e privadas e organizações sociais e sindicais juridicamente constituídas para prestar serviços de capacitação, assessoramento e assistência técnica ao PNCF tem, entre suas competências,

conforme descritas no Regulamento Operativo, apoiar e assessorar as comunidades na elaboração das propostas de financiamento, incluindo a capacitação inicial; prestar serviços de assessoramento e assistência técnica, conforme o Plano de Assistência Técnica - PAT elaborado conjuntamente com os beneficiários.(BRASIL, 2018, p. 9)

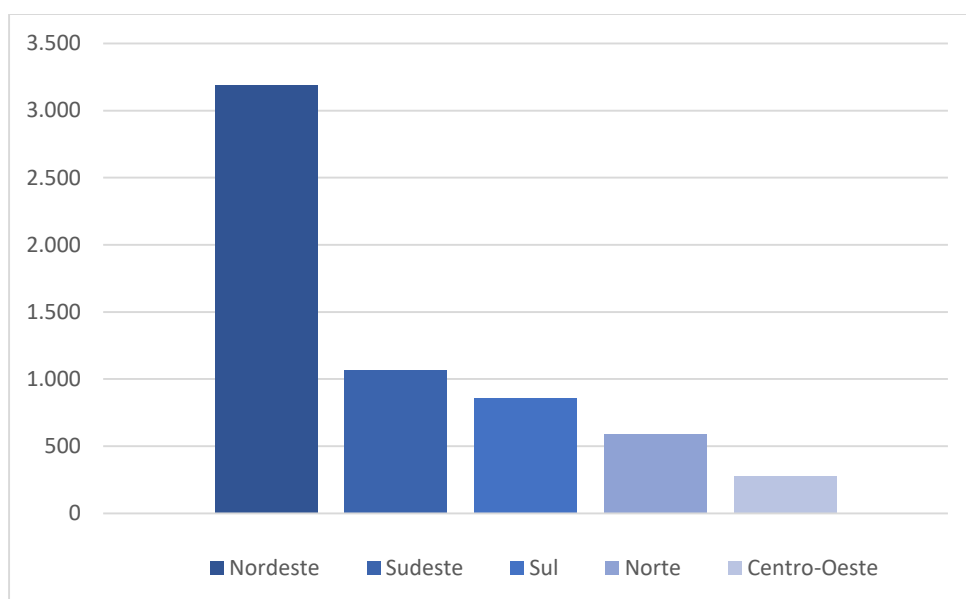
Para a efetivação do programa, existem algumas etapas que precisam ser seguidas: a) Criação da proposta de financiamento que inclui: detalhamento das características da propriedade a ser adquirida, Plano de Assistência Técnica - PAT, Subprojetos de Investimentos SIC ou SIB, viabilidade técnica, econômica e financeira, pré-projeto de Pronaf-A, comprovação de necessidade de investimento e formulário que comprove a capacidade de pagamento; b) Parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS; c) Parecer da Unidade Técnica Estadual (UTE); d) Parecer do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS; e) Efetivação do contrato de financiamento pelo agente financeiro; f) Assinaturas em cartório dos contratos com força de escritura pública (BRASIL, 2018).

Com relação ao pagamento, o agente financeiro realiza o pagamento da propriedade diretamente para o proprietário em valores à vista logo quando o processo de financiamento é aprovado, já os recursos destinados para a estruturação das propriedades são acessados pela associação, quando os contratos eram coletivos.

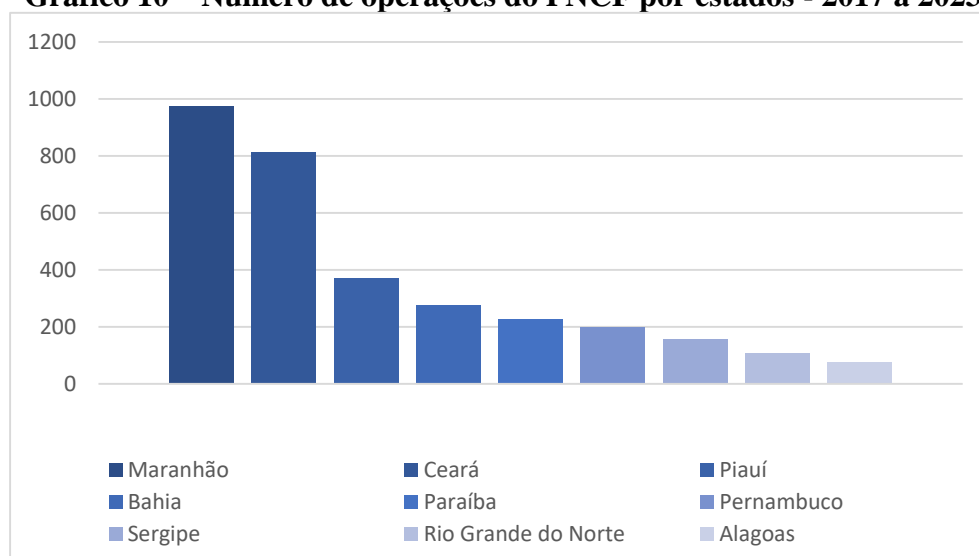
Após o financiamento ser aprovado pela instituição financeira os camponeses dispõem de contrato particular com força de escritura pública em nome da associação e todas as atividades desenvolvidas precisam ser decididas de forma coletiva, nesse sentido, as produções e criações de animais podem ser realizadas tanto de forma individual quanto de forma coletiva a depender da decisão do grupo. Após o pagamento do financiamento ser concretizado, os camponeses mutuários podem buscar a individualização de sua área, tal regra vigorou até o ano de 2008, onde tal regra foi alterada pela Portaria nº 26/2008.

Segundo o texto da portaria, o requisito da criação da associação não é mais um requisito obrigatório para a adesão ao programa, o acesso também pode ser feito de forma individual. Ou seja, o incentivo à coletividade e ao associativismo, fato propalado pelo Banco Mundial no início do programa, em 2002, não é mais seguido pelo programa. Tal regra permanece em vigor até a atualidade, 2023.

A respeito do quantitativo de operações do programa, foram realizadas no período de 2017 até 2023 (números até outubro de 2023), 5.987 operações, que custaram um total de R\$ 919.198.657,43. A grande maioria dessas operações, 3.192, foram realizadas na região Nordeste, como podemos observar no gráfico 9.

Gráfico 9 – Número de operações do PNCF por regiões no período de 2017 a 2022

Fonte: Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 2023.

Gráfico 10 – Número de operações do PNCF por estados - 2017 a 2023

Fonte: Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 2023.

O gráfico 10 nos dá uma melhor dimensão da execução do Crédito Fundiário no Nordeste. Observamos que o estado do Ceará foi o segundo estado com o maior número de operações, ficando atrás somente do estado do Maranhão. No Ceará foram 811 operações com o valor total de R\$ 60.013.795,53, o valor médio das operações realizadas no estado foi de R\$ 73.999,75.

Para tornar a análise mais detalhada, como as operações do programa Crédito Fundiário possuem um maior volume de operações, optamos por trazer os números referentes ao estado do Ceará especificados por região. Enfatizamos que foi utilizada a divisão regional

proposta pelo IPECE, denominada de Regiões de Planejamento. Nesse sentido, ao citarmos a região, estamos fazendo referência a esta divisão. Nos documentos oficiais que nossa pesquisa teve acesso que foram disponibilizados pela SDA-CE e pelo IDACE, os dados são organizados a partir dessa regionalização, portanto, também optamos pela sua utilização para uma melhor leitura e interpretação desses dados.

A organização do espaço em regiões ocorre a partir de várias perspectivas e intenções, como por exemplo, a regionalização do Brasil proposta pelo IBGE que considera as dimensões sociais, o quadro natural e a interação e comunicação dos lugares. Segundo essa proposta, existem no Ceará, 33 microrregiões geográficas que, agregando-as, consolidam-se 7 mesorregiões.

Na década de 1990 a Secretaria de Planejamento do estado do Ceará propôs a regionalização do estado com base nas potencialidades naturais, solidariedade social e polarização por centros urbanos, assim firmando 20 Microrregiões administrativas, onde sua combinação resultou em 8 Macrorregiões administrativas.

A regionalização denominada de Territórios de Identidade Rural, definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA – CE) em 2005, foi um dos desdobramentos das estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pelo poder público à época. Nessa divisão, o agrupamento regional considerou os elementos rurais predominantes que direcionavam os lugares à uma conexão com vários aspectos, tais como, aspectos sociais, ambientais e culturais. No Ceará, são 13 o número de Territórios de Identidade Rural.

Essas regionalizações foram utilizadas como base para uma proposta elaborada pelo IPECE em 2006, a regionalização denominada de Regiões de Planejamento, que tinha como objetivo principal a execução de políticas públicas a ser utilizada por todos os órgãos do governo. A proposição buscou uma regionalização que abarcasse e associasse espacialmente as características físicas naturais, sociais e de centralização de serviços públicos, não descartando as regionalizações já definidas tanto pelo IBGE quanto pela Secretaria de Planejamento do Estado, ou seja, as 14 Regiões de Planejamento foram um combinado entre o que integrava as Microrregiões administrativas, Microrregiões Geográficas e os Territórios de Identidade.

A regionalização para fins de planejamento se relaciona diretamente com a elaboração e execução de políticas públicas. O estado do Ceará possui 148.886,3 km² e um total de 184 municípios distribuídos nas 14 Regiões de Planejamento, sendo elas: Cariri, Centro-Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu,

Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. O mapa 8 mostra essa divisão regional apontada.

Mapa 8 – Mapa das Regiões de Planejamento do estado do Ceará



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. IPECE. 2015.

O programa Crédito Fundiário está espacializado por todas as Regiões de Planejamento do estado do Ceará, nesse sentido, optamos por ordenar os dados em tabelas discriminadas por Região. A ordem alfabética foi definida para a abordagem no texto, porém, definimos que o Cariri será a última a ser explorada, pois é a região que será analisada mais detalhadamente no próximo e conclusivo capítulo.

Responsável por atender um quantitativo de 199 famílias em uma área de 5 mil hectares, a região Centro-Sul possui 23 propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário, localizados em 6 municípios, como podemos observar na tabela 15.

Tabela 15 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Centro-Sul do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Acopiara	4	33	1.503,34
Cariús	1	10	482,9
Cedro	2	13	184,00
Icó	12	88	2.102,3111
Iguatu	3	54	782,72
Saboeiro	1	1	42,21
TOTAL	23	199	5.097,4811

Fonte: Dados SDA. Elaboração da autora. 2023

A partir dos dados analisados é possível perceber que na região Centro-Sul do estado o município de Icó possui a maior quantidade de propriedades adquiridas pelo programa, um total de 12 propriedades que beneficiam 88 famílias em uma área total de 2.102,31 hectares. O município de Saboeiro é o que possui a menor abrangência do programa. Possuindo somente 1 propriedade e 1 família beneficiada. A propriedade foi adquirida em setembro de 2010 e a área da referida propriedade é de 42,21 hectares.

A primeira propriedade adquirida na região Centro-Sul a partir do Crédito Fundiário, foi no município de Acopiara, em junho de 2003, a propriedade em questão possui 459,49 hectares e beneficiou um total de 10 famílias. No município de Icó foi efetuada a compra da última propriedade na região citada, esta beneficiou 2 famílias e possui uma área total de 64,9357 hectares.

Assim como a região Centro-Sul, a região da Grande Fortaleza também possui 6 municípios com propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário. As propriedades em questão beneficiaram um total de 443 famílias e somam uma área de 6.459 hectares, distribuídos em 29 propriedades. A tabela 16 expõe melhor esses dados.

Tabela 16 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região da Grande Fortaleza do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades(ha)
Cascavel	3	6	119,00
Chorozinho	9	219	3.317,5693
Guaiúba	12	163	2.250,14
Maranguape	3	31	293,5253
Paraipaba	1	10	133,95

Trairi	1	14	344,91
TOTAL	29	443	6.459,0946

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Como elencado nos dados da tabela 16, embora o município de Guaiúba disponha de maior destaque quanto aos números de propriedades adquiridas, sendo 12 no total, o número de famílias beneficiadas é maior no município de Chorozinho, que conta com 9 propriedades e atende um quantitativo de 219 famílias que se distribuem nos 3.317 hectares.

Na região da Grande Fortaleza, o município de Paraipaba é o que apresenta menor abrangência do programa. Possui somente 1 propriedade, que tem uma área de 133,95 hectares e beneficiou um total de 10 famílias. Guaiúba é o município da região que possui bastante destaque com relação aos números do Crédito Fundiário e também por ter sido o primeiro município da região a aderir ao programa. A primeira propriedade do Crédito Fundiário na região foi adquirida no mês de julho de 2003, possuindo uma área de 135,27 hectares que beneficiou 12 famílias. A última propriedade adquirida na região foi no município de Chorozinho no mês de janeiro de 2023. A mesma beneficiou 30 famílias e possui uma área de 489,6322 hectares.

A partir dos dados expostos na tabela 17, é possível perceber que a região do Litoral Leste possui os menores números com relação ao Crédito Fundiário. Na referida região são somente 7 propriedades adquiridas, sendo estas, distribuídas em 3 municípios. As 7 propriedades possuem uma área de 1.065,96 hectares e atendem a 68 famílias.

Tabela 17 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Leste do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Aracati	4	45	773,57
Beberibe	2	19	281,54
Jaguaruana	1	4	10,85
TOTAL	7	68	1.065,96

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Aracati é o município que possui quase a totalidade das propriedades, das famílias beneficiadas e da área total. São 4 imóveis que somam 773,57 hectares e beneficiam 45 famílias. Também é em Aracati que se localiza a última propriedade obtida através do Crédito

Fundiário, sendo a Fazenda Jatobá, que possui 289,73 ha e foi adquirida por 16 famílias em setembro do ano de 2020.

A partir dos dados obtidos pela pesquisa, verificamos que a primeira propriedade da região financiada a partir do Crédito Fundiário foi a Fazenda Andreza, que atendeu um número de 10 famílias em seus 153,6 ha e seu contrato foi firmado em outubro de 2003.

Depois do Litoral Leste, o Litoral Norte é a segunda região com os menores números com relação ao Crédito Fundiário. Possui o segundo menor número em todas as variáveis elencadas na tabela, sendo elas: número de propriedades adquiridas, de famílias beneficiadas e área total das propriedades. Percebemos ao analisar os números do programa expostos na tabela 18, é possível compreender que, embora possua propriedades em 8 municípios, elas ocupam uma área de 4.470,50 hectares, atendem um número de 162 famílias distribuídas em 10 propriedades.

Tabela 18 - Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Norte do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Acaraú	2	23	308,95
Barroquinha	1	15	425,73
Bela Cruz	1	21	597,34
Camocim	1	31	650,4
Granja	2	31	961,62
Itarema	1	7	87,7
Martinópoles	1	20	1.227,50
Uruoca	1	14	211,26
TOTAL	10	162	4.470,50

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Todos os municípios da região possuem somente 1 propriedade pelo Crédito Fundiário, as exceções são os municípios de Granja e Acaraú, que possuem, cada um, 2 propriedades. Os maiores números de famílias beneficiadas na região se localizam nos municípios de Granja e em Camocim, ambos possuem 31 famílias beneficiadas.

É possível perceber uma maior discrepância ao analisarmos os números relativos à área total das propriedades. A única propriedade do município de Martinópoles possui 1.227,50 hectares, que beneficia um total de 20 famílias. Esses números demonstram o forte grau de discrepância no que se refere a distribuição de terras dentro do programa, pois, no

citado município a média de hectares por família é de 61,375 ha, na mesma região, no município de Itarema a média cai para 12,52 ha.

Os municípios da região citada não aderiram de forma imediata ao programa. A primeira propriedade adquirida na região do Litoral Oeste a partir do Crédito Fundiário foi no município de Acaraú em julho de 2007, somente 4 anos depois de seu lançamento. A primeira propriedade beneficiou 13 famílias e possuía 197,15 hectares. No mês de agosto do mesmo ano, foi adquirida uma outra área de 111,8 hectares que atendeu um quantitativo de 10 famílias. Essas foram as únicas experiências do Crédito Fundiário no município de Acaraú. A última propriedade adquirida na região foi no município de Itarema. A compra foi formalizada em dezembro de 2011 e conta com 87,7 hectares de área total, beneficiando 7 famílias.

Na região do Vale do Curu, como elencado na tabela 19, podemos encontrar 41 propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário, elas abrangem uma área de 12.063,68 hectares e beneficiam 460 famílias. As propriedades se distribuem por 10 municípios da referida região.

Tabela 19– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Litoral Oeste/Vale do Curu do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Amontada	1	4	79,95
Apuiarés	3	29	495,63
General Sampaio	2	35	972,41
Irauçuba	5	32	888,0259
Itapajé	1	3	150,55
Itapipoca	3	43	810,3
Pentecoste	6	78	2.486,83
Tejuçuoca	8	77	3.257,5
Tururu	2	25	313,49
Umirim	10	134	2.609,00
TOTAL	41	460	12.063,6859

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

O município que abriga o maior número de propriedades e de famílias beneficiadas é Umirim, nele podemos encontrar 10 propriedades que juntas, beneficiam 134 famílias. Embora Umirim tenha o maior número de propriedades e de famílias beneficiadas, a área

total de suas propriedades é de 2.609,00 ha, área inferior a encontrada no município de Tejuçuoca. Neste município a área total das propriedades é de 3.257,5 ha, que se distribuem por 8 propriedades e abrigam um quantitativo de 77 famílias. Vale destacar que é em Tejuçuoca que se localiza a Fazenda Santa Luzia, o primeiro imóvel adquirido pelo programa na referida região. A propriedade de 673,51 ha, beneficiou 12 famílias e foi adquirida em novembro de 2003.

Os municípios de Itapajé e Amontada abrangem o menor quantitativo do programa na região do Vale do Curu. Amontada conta com 1 propriedade de 79,95 ha, abrigando 4 famílias e Itapajé possui 3 famílias beneficiadas em 1 propriedade de 150,55 ha. Irauçuba é o município onde localizamos a última propriedade adquirida pelo Crédito Fundiário na região do Vale do Curu. Sob o nome de Fazenda Águas Belas, o financiamento foi formalizado em agosto de 2022, beneficiou 4 famílias e possui uma área de 173,4559 ha.

A região do Maciço de Baturité faz limite com a região da Grande Fortaleza, e é a menor região do estado, possui 13 municípios distribuídos em 3.707,30 km². Nesta região existem 25 propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário que se distribuem por 10 municípios, ou seja, atinge quase a totalidade destes. O somatório das áreas de todas as propriedades é de 4.826,91 ha que beneficiam 261 famílias. É possível realizar uma análise mais profunda a partir da análise dos dados da tabela 20.

Tabela 20– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Maciço de Baturité do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Acarape	4	30	437,59
Aracoiaba	4	34	662,85
Barreira	1	15	184,15
Baturité	2	20	247,07
Capistrano	2	8	120,68
Itapiúna	4	31	975,8
Mulungu	1	7	32,7
Ocara	3	77	1.456,7256
Palmácia	2	18	268,07
Redenção	2	21	441,28
TOTAL	25	261	4.826,9156

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Os municípios que possuem o maior número de propriedades são Acarape, Aracoiaba e Itapiúna com 4 propriedades em cada uma. O destaque para o município que abriga o maior número de famílias é Ocara, onde em suas 3 propriedades podemos encontrar 77 famílias beneficiadas, sendo também o município que conta com a maior área total. Seus imóveis possuem uma área de 1.456, 72 ha. No Maciço de Baturité os municípios de Barreira e Mulungu dispõem de 1 propriedade cada. Mulungu também é o município onde podemos encontrar o menor número de famílias beneficiadas da região e a menor área, a única propriedade possui 32,7 ha e foram 7 famílias beneficiadas.

Palmácia foi o primeiro município a aderir ao programa, onde em março de 2003 houve a aquisição da Fazenda Canadá, propriedade essa que beneficiou 16 famílias em seus 259,65 ha. A última propriedade adquirida pelo PNCF na região do Maciço de Baturité foi no município de Ocara. Adquirido em janeiro de 2023, a propriedade beneficiou 32 famílias e sua área é de 510,0156 ha.

Ao realizar a análise dos dados, é possível observar que na região citada, a média de área por família é de cerca de 18,4939 ha. Realizando o cálculo nos municípios, a maior média foi encontrada em Itapiúna, onde é possível encontrar 31,4774 ha por família, enquanto a menor média é vista em mulungu, são 4,6714 ha por família.

Na Serra da Ibiapaba podemos verificar a partir das informações disponibilizadas na tabela 21, que existem propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário em 7 (sete) dos 9 (nove) municípios da região. São 21 propriedades que beneficiam 286 famílias. Ao todo, elas possuem uma área total de 5.652,14 ha.

Tabela 21– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Serra da Ibiapaba do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Guaraciaba do Norte	1	10	71,13
Ibiapina	3	38	487,39
Ipu	4	36	905,41
São Benedito	3	18	100,5
Tianguá	4	62	1.427,95
Ubajara	2	48	596,36
Viçosa do Ceará	4	74	2.063,4
TOTAL	21	286	5.652,14

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023.

Os municípios de Ipu, Tianguá e Viçosa do Ceará são os que concentram mais propriedades, sendo 4 no total. Com relação ao número de famílias beneficiadas, é Viçosa do Ceará que abriga o maior número, são 74 no total e este é também o município que possui a maior área adquirida pelo programa, são 2.063,4 ha.

Ao nos debruçarmos sobre as datas de contratação do financiamento, percebemos que o primeiro financiamento foi realizado em fevereiro de 2003 no município de São Benedito. O imóvel em questão beneficiou 7 famílias em seus 58,66 ha. Também é em São Benedito a localização da última propriedade adquirida pelo Crédito Fundiário, sendo o Sítio Grandeza adquirido em maio de 2011, ela possui uma área de 21,50 ha e beneficiou 5 famílias.

A média de área por família beneficiada pelo Crédito Fundiário na região da Serra da Ibiapaba é de 19,76 ha, sendo que o município de Viçosa do Ceará possui a maior média, 27,8837 ha e São Benedito a menor média, com 5,583 ha de área por família.

Os dados obtidos e disponibilizados na tabela 22 mostram que na região do Sertão Central, 37 propriedades foram adquiridas pelo programa Crédito Fundiário, que juntos, possuem uma área de 14.438,5225 ha e beneficiam um total de 475 famílias.

Tabela 22– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão Central do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Banabuiú	1	20	309,29
Choró	1	52	1.564,35
Ibaretama	2	51	1.905,14/37,35
Ibicuitinga	6	109	2.775,85
Milhã	3	19	271,19/14,27
Mombaça	2	29	1.589,92/54,82
Pedra Branca	1	11	493,55
Piquet Carneiro	1	10	380,68
Quixadá	6	61	1.758,18
Quixeramobim	12	93	2.829,5025
Senador Pompeu	2	20	560,87
TOTAL	37	475	14.438,5225

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

A região com 16.014,27 km², possui propriedades do Crédito Fundiário em 11 dos seus 13 municípios. O município de Quixeramobim é onde encontramos os dados mais

emblemáticos no que se refere à quantidade de propriedades e área total destas. São 12 propriedades que somam uma área de 2.829,5025 ha. Embora o município de Ibicuitinga não seja o que possui a maior área e nem o maior número de imóveis do programa, é nele que encontramos a maior quantidade de famílias beneficiadas, são 109 no total, o que vem a resultar em disparidade no que se refere à relação área por família.

Em Quixadá localiza-se a primeira propriedade da região adquirida pelo programa. A Fazenda Carnaubinha foi adquirida em janeiro de 2003 e atendeu 10 famílias em sua área, que possui 551,4 ha. Os dados também apontam que em Quixeramobim foi realizada a última contratação na região citada. Segundo dados obtidos com o IDACE, a propriedade Várzea de Pedra foi adquirida em 2023 e beneficiou 4 famílias em seus 119,64 ha.

O Sertão de Canindé possui 15 propriedades adquiridas pelo PNCF. Identificamos 204 famílias beneficiadas no município em 7.449,58 ha distribuídos em 4 municípios da região. Vale destacar que esta região possui 6 municípios e uma área territorial de 9.202,34 km². A tabela 23 expõe melhor esses dados.

Tabela 23– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Canindé do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades
Canindé	5	52	2.017,24
Caridade	4	83	3.109,78
Itatira	3	25	892,26
Madalena	3	44	1.493,3
TOTAL	15	204	7.449,58

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Ao nos debruçarmos sobre os dados da tabela 23, podemos observar que o município de Canindé é o que possui o maior número de propriedades, sendo 5 no total, porém, não é o que possui mais famílias beneficiadas e nem o que abriga a maior área adquirida, os maiores números com relação à tais variáveis foram encontrados no município de Caridade. Em suas 4 propriedades que juntas possuem uma área de 3.109,78, identificamos 83 famílias beneficiadas.

As primeiras áreas adquiridas pelo Crédito Fundiário na região se localizam no município de Canindé e seus financiamentos foram contratados em outubro de 2004. Foram duas áreas, sendo elas: Oiticica, com 15 famílias e 696,85 ha e a propriedade São Cristóvão, com 8 famílias e 338,38 ha. A Fazenda Mutamba foi o último imóvel adquirido pelo Crédito

Fundiário na região do Sertão de Canindé. Localizada no município de Caridade, ela possui uma área de 647,34 ha e beneficiou 25 famílias.

Na região do Sertão de Crateús, 9 dos 13 municípios da região possuem propriedades financiadas pelo Crédito Fundiário. As 23 propriedades da região possuem 10.755,72 ha e juntos, beneficiam 250 famílias. Para melhor compreensão, a tabela 24 nos mostra melhor essas informações.

Tabela 24– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Crateús do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Catunda	1	28	1.436,00
Crateús	6	64	3.398,81
Hidrolândia	1	4	121,45
Ipueiras	4	28	487,63
Monsenhor Tabosa	2	25	1.741,96
Nova Russas	2	19	856,91
Novo Oriente	1	38	1.150,00
Santa Quitéria	5	38	1.486,66
Tamboril	1	6	76,30
TOTAL	23	250	10.755,72

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023.

Crateús é o município com o maior destaque no que se refere ao quantitativo do programa, são 64 famílias beneficiadas em 6 propriedades que somam um total de 3.398,81 ha. Tais números significam uma média de 53,1064 ha por família.

Na região foi possível encontrar 4 municípios que possuem somente 1 imóvel financiado, sendo Hidrolândia o que possui a menor quantidade de famílias beneficiadas. No município citado, 4 famílias foram beneficiadas com uma área de 121,45 ha. O município que conta com menor área financiada pelo Crédito Fundiário é Tamboril, o único imóvel do Crédito Fundiário localizado no município possui uma área de 76,30 ha, beneficiando 6 famílias. A primeira propriedade adquirida pelo Crédito Fundiário na região do Sertão de Crateús é o Saco da Suzana, que se localiza no município de Catunda e possui uma área de 1.046,00 ha. Seu contrato foi formalizado por 28 famílias em fevereiro de 2003.

A partir dos dados coletados, identificamos que a Fazenda Boa Esperança foi a última propriedade adquirida pelo Crédito Fundiário na região do Sertão de Crateús. Possuindo uma área de 62 ha, seu contrato de financiamento foi firmado em dezembro de 2021 e beneficiou 2 famílias.

A região do Sertão dos Inhamuns possui 5 municípios e em 4 deles existem propriedades financiadas pelo PNCF. Observando a tabela 25 encontramos essas informações, onde são 24 propriedades que somam 12.392,3602 ha e foram financiadas por 257 famílias. Tal quantitativo significa uma média de 48,2193 ha por família.

Tabela 25– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão dos Inhamuns do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Aiuaba	16	145	8.002,5069
Arneiroz	4	24	940,4447
Parambu	3	72	2.973,3986
Tauá	1	16	476,01
TOTAL	24	257	12.392,3602

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Os números demonstram que o município de Aiuaaba é o que possui os maiores números relativos ao programa na referida região. São 16 propriedades que beneficiam 145 famílias distribuídas em uma área de 8.002,5069 ha, significando uma média de 55,1897 ha por família.

No município de Tauá é onde encontramos a menor quantidade de propriedades, de famílias beneficiadas e de área total. Existe no município somente uma propriedade que beneficia 16 famílias, distribuídas em 476,01 ha, o que significa uma média de 29,7506 hectares por família.

O Sítio Mulungu foi a última propriedade financiada pelo Crédito Fundiário na região do Sertão dos Inhamuns. Possuindo uma área de 212,10 ha, seu financiamento foi formalizado em 2023 por 2 famílias⁸ e localiza-se no município de Aiuaaba.

O Sertão de Sobral é uma Região de Planejamento do estado que possui 18 municípios distribuídos em seus 8.533,50 km². Em 10 municípios da região do Sertão de Sobral existem propriedades financiadas pelo Crédito Fundiário, como podemos compreender ao analisar os dados disponibilizados na tabela 26. Ao todo, a região conta com 26 propriedades que beneficiam 220 famílias e somam uma área de 5.733,71 ha. Tais números equivalem a uma média de 26,0623 hectares por família beneficiada.

⁸ O IDACE Não informou o dia e mês da contratação.

Tabela 26– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Sertão de Sobral do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Cariré	3	28	448,72
Coreaú	2	16	213,7
Forquilha	4	33	1.337,77
Groaíras	1	10	82,20
Massapê	1	4	274,53
Pires Ferreira	1	32	438,91
Santana do Acaraú	4	27	357,63
Senador Sá	2	13	606,38
Sobral	7	49	1.878,91
Varjota	1	8	94,96
TOTAL	26	220	5.733,71

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

A partir da análise dos dados da região foi possível observar que Sobral é o município com maior quantidade de propriedades, famílias atendidas e área total. São 7 propriedades financiadas que juntas, somam uma área de 1.878,91 ha e beneficiam 49 famílias. A partir dos cálculos dos dados encontrados, podemos perceber que a média de área por família no município é de 38,3451 ha.

A menor quantidade de propriedades foi encontrada nos municípios de Groaíras, Massapê, Pires Ferreira e Varjota, onde foram identificadas 1 propriedade em cada um deles. O menor número de famílias beneficiadas é no município de Massapê, são 4 famílias que se distribuem em uma área de 274,53 ha.

Na região de Sertão de Sobral é bastante emblemático observar a área financiada no município de Groaíras. O município em questão possui uma propriedade de 82,20 ha que beneficiou 10 famílias, o equivalente a 8,22 ha por família, média bem abaixo da encontrada na região. O município de Sobral foi o primeiro a aderir ao Crédito Fundiário na citada região. A Fazenda Alegre que beneficiou 8 famílias possui uma área de 153,47 ha e seu contrato foi formalizado em janeiro de 2003. A Fazenda Caiçara foi o último imóvel obtido pelo Crédito Fundiário no Sertão de Sobral. Sua área é de 243,27 ha, foi financiada por 9 famílias em dezembro de 2019 e localiza-se no município de Forquilha.

No vale do Jaguaribe é possível identificar a maior abrangência do Crédito Fundiário no que se refere ao número de famílias beneficiadas. São 690 famílias distribuídas em 41

propriedades que somam um total de 12.665,7824 hectares, o equivalente a 18,3562 ha por família. A tabela 27 traz informações mais amplas a esse respeito.

Tabela 27– Quantidade de propriedades adquiridas na Região Vale do Jaguaribe do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Jaguaretama	5	152	2.351,79
Jaguaribara	1	120	494,46
Jaguaribe	1	17	820
Limoeiro do Norte	2	29	289,95
Morada Nova	23	298	6.925,48
Palhano	1	2	161,70
Quixeré	1	14	104,98
Russas	4	28	689,3
Tabuleiro do Norte	3	30	828,1224
TOTAL	41	690	12.665,7824

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora, 2023

Morada Nova é onde encontramos o maior quantitativo do programa na região. São 23 propriedades que somam 6.925,48 hectares e foram financiadas por 298 famílias. Tais números exprimem uma média de 23,23 ha por família, sendo uma média maior do que a da região.

Encontramos na referida região, 4 municípios com somente 1 propriedade cada, sendo elas: Jaguaribara, Jaguaribe, Palhano e Quixeré. Destacamos que Palhano é o que apresenta o menor número de famílias beneficiadas. Neste município são somente 2 famílias beneficiadas em uma área de 161,70 hectares, correspondendo a uma média de 80,85 ha por família, mais alto índice encontrado no estado. Quixeré é destaque quando buscamos explicitar o município que abriga a menor área total de propriedades pois suas 14 famílias se distribuem em 1 propriedade de 104,98 hectares, o equivalente a 6,17 ha por família, média bastante discrepante quando observamos os dados gerais da região.

A fazenda Angico localizada no município de Morada Nova foi identificada como a primeira propriedade financiada pelo programa Crédito Fundiário. Com uma área de 408,48 ha, seu contrato foi firmado por 10 famílias em janeiro de 2003. No município de Quixeré é onde localiza-se a última propriedade adquirida pelo programa na região. A Fazenda Queimada do Tatu II possui 104,98 ha e foi financiada em 2023 por 14 famílias.

Na região do Cariri cearense, encontramos um total de 29 municípios e uma extensão territorial de 17.298,35 km². É nessa região cearense que verificamos a maior quantidade de propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário no estado do Ceará e a região que possui a segunda maior expressividade em quantidade de famílias beneficiadas, como especificados na tabela 28.

Tabela 28– Quantidade de propriedades adquiridas na Região do Cariri do estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

Município	Nº de propriedades	Nº de famílias beneficiadas	Área total das propriedades (ha)
Altaneira	3	8	70,08
Araripe	7	47	2.730,37
Assaré	3	15	502,27
Aurora	3	12	142,761
Barbalha	3	56	382,89
Brejo Santo	1	16	74,79
Campos Sales	2	9	224,05
Caririaçu	4	11	125,65
Crato	12	83	877,03
Farias Brito	3	5	45,99
Jardim	4	66	1.861,22
Lavras da Mangabeira	4	32	542,65
Mauriti	11	114	2.204,81
Milagres	3	43	643,18
Missão Velha	2	39	548,26
Nova Olinda	1	2	81,5797
Salitre	1	9	490,22
Santana do Cariri	1	16	336,71
Tarrafas	1	6	113,33
TOTAL	69	589	11.997,8407

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

Com relação a área total das propriedades, o Cariri é a quinta região com maior quantitativo delas, são 11.997,8407 hectares que beneficiam 589 famílias em 69 propriedades. A partir dos cálculos realizados, tais números correspondem a uma média de 20,36 ha por família.

Crato é o município que abriga a maior quantidade de propriedades, são 12 no total e suas áreas juntas resultam em um total de 877,03 ha que abrigam 83 famílias. Tais números significam uma média de 10,56 ha por família. No município de Mauriti é possível encontrar a maior quantidade de famílias beneficiadas do Crédito Fundiário, são 114 famílias que se distribuem em 11 propriedades que somam uma área de 2.204,81 hectares, resultando em uma média de 19,34 ha por família. Em Araripe identificamos o maior quantitativo de área total comprada pelo programa, são 2.730,37 hectares que beneficiam 47 famílias em 7 propriedades. Tais números exprimem uma média de 58,09 ha por família, média bastante elevada quando comparamos os números relativos à região.

A Fazenda São Silvestre foi a primeira propriedade da região do Cariri comprada pelo Crédito Fundiário, sua área é de 230 hectares e foi financiada por 18 famílias em janeiro de 2003. Em Araripe foram identificadas as duas últimas propriedades compradas na região, sendo elas: Sítio Serra São Vicente, com 302,59 ha e 4 famílias beneficiadas e a Serra do Pajeú com 143,09 ha e 3 famílias beneficiadas. As propriedades mencionadas foram as únicas adquiridas na região no ano de 2023⁹.

A partir do exposto observamos que o Crédito Fundiário foi o programa responsável pelo financiamento de 391 propriedades no estado do Ceará e se distribui por 116 municípios. Em execução desde 2003, são 4.564 famílias beneficiadas e uma área total de 115.069,293 ha. Tais números significam uma média de 25,21 ha por família. Na tabela 29 podemos observar o quantitativo do programa a partir das regiões.

Tabela 29– Número de famílias beneficiadas, área total dos imóveis e média de área por família no Programa Nacional de Crédito Fundiário por Mesorregião do estado do Ceará

REGIÃO	Nº de famílias beneficiadas	Área total dos imóveis (ha)	Média de área por família beneficiada (ha)
Cariri	589	11.997,8407	20,36
Centro-Sul	199	5.097,4811	25,61
Grande Fortaleza	443	6.459,0946	14,58
Litoral Leste	68	1.065,96	15,67
Litoral Norte	162	4.470,50	27,59
Litoral Oeste/Vale do Curu	460	12.063,6859	26,22

⁹ Não foi disponibilizado a data exata da contratação.

Maciço de Baturité	261	4.826,9156	18,49
Serra da Ibiapaba	286	5.652,14	19,76
Sertão Central	475	14.438,5225	30,39
Sertão de Canindé	204	7.449,58	36,51
Sertão de Crateús	250	10.755,72	43,02
Sertão dos Inhamuns	257	12.392,3602	48,21
Sertão de Sobral	220	5.733,71	26,06
Vale do Jaguaribe	690	12.665,7824	18,35

Fonte: Dados da SDA. Elaboração da autora. 2023

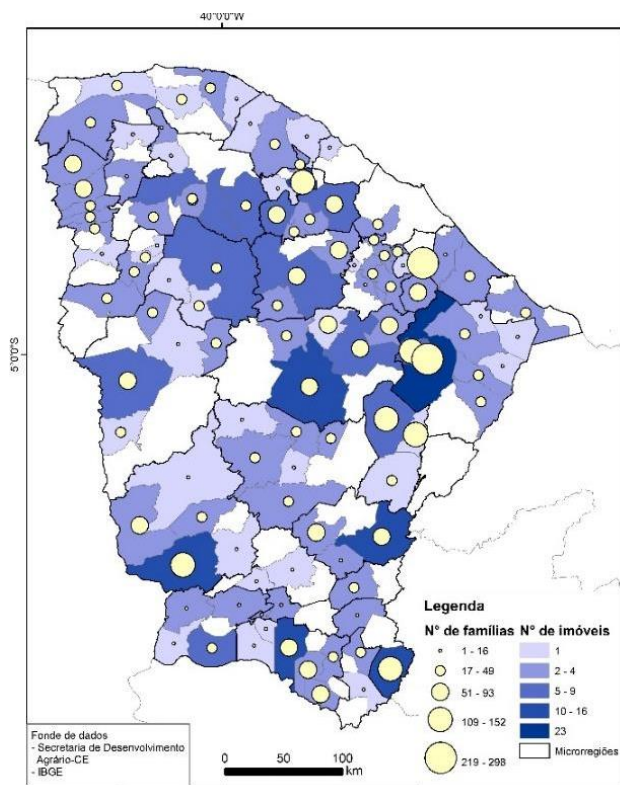
Segundo os dados elencados na tabela 29, no Vale do Jaguaribe é possível encontrar o maior número de famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário, são 690 famílias que se distribuem por 12.665 hectares, porém, é no Sertão Central que as propriedades somam a maior área, são 14.438 hectares para as 475 famílias beneficiárias, tais informações são importantes subsídios para a reflexão a respeito da média de área por família dentro nas propriedades compradas pelo Crédito Fundiário. Existe uma variação bastante notória dessa média. No Sertão dos Inhamuns são cerca de 49 hectares por família, sendo esta a região onde encontramos a maior média, por outro lado, temos a região cearense da Grande Fortaleza como sendo a de menor média, que é cerca de 15 hectares por família.

Áreas muito pequenas limitam a produção agrícola e suprimem as possibilidades de reprodução do campesinato, pois se considera que a reprodução deste se dá principalmente a partir do trabalho familiar e se considerarmos que as propriedades possuem construção de habitações, infraestrutura coletiva como armazéns, poço artesiano, dentre outras, as propriedades que possuem dimensões inferiores reduzem as capacidades produtivas desse grupo, nesse sentido, percebemos mais um ponto que corrobora para o entendimento de que o Crédito Fundiário não consegue promover melhores condições de vida para a população camponesa.

O mapa 9 possibilita uma melhor visualização da distribuição espacial das propriedades e do número de famílias que o programa conseguiu atingir diretamente. É possível perceber que o Sertão de Canindé, o Sertão Central e o Vale do Jaguaribe possuem

maior destaque quanto ao número de propriedades, bem como, quanto ao número de famílias mutuárias.

Mapa 9– Quantidade de propriedades adquiridas e número de famílias beneficiadas por município no estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário

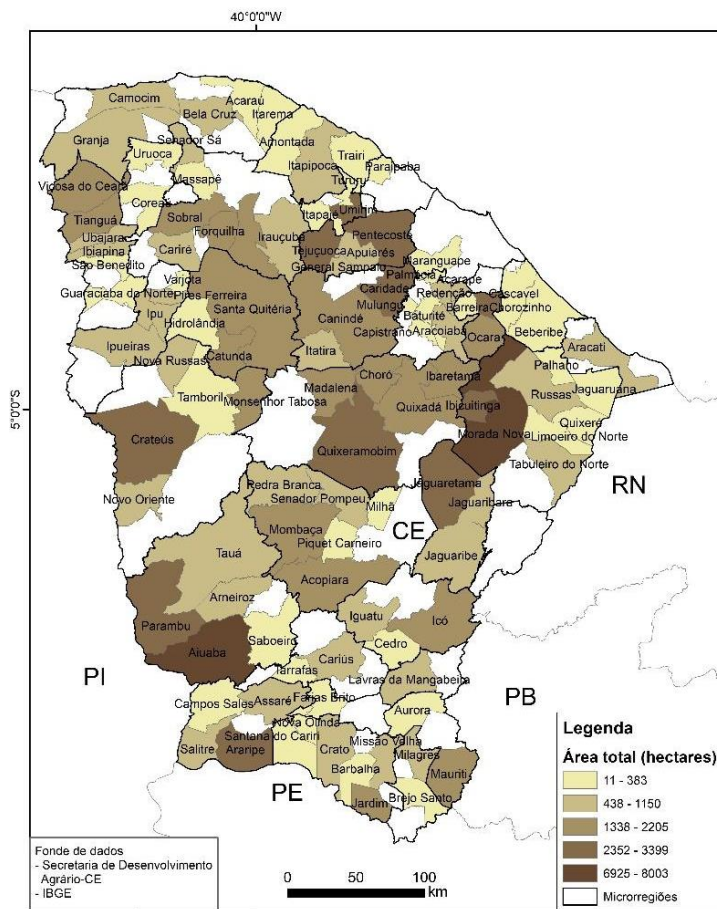


Fonte:Dados SDA. Elaboração: Geislam G. Lima. 2023

Observando os dados do Programa Crédito Fundiário relativos à relação área versus famílias beneficiadas, conseguimos compreender que o Sertão dos Inhamuns, o Sertão de Crateús e o Sertão de Canindé foram as regiões com maiores médias de áreas por família beneficiada. Tais dados nos direcionam ao entendimento de que o programa não se distribuiu espacialmente seguindo a lógica da concentração de terras de forma integral.

O mapa 10 elenca a área das propriedades compradas pelo Crédito Fundiário e nos traz um quantitativo de hectares por região. Consta-se que o Sertão Central, o Vale do Jaguaribe e o Sertão dos Inhamuns são as regiões cearenses que concentram maiores áreas financiadas pelo referido programa.

Mapa 10– Área total das propriedades adquiridas por município no estado do Ceará pelo Programa Crédito Fundiário.



Fonte: Dados SDA. Elaboração: Geislan G. Lima. 2023

Os dados a respeito da concentração de terras no estado, associado à extensão territorial do programa Crédito Fundiário nos leva também a refletir sobre a política de compra e venda de terras desenvolvida neste estado. Embora o processo de territorialização da contrarreforma agrária esteja sendo nitidamente observado, a desconcentração fundiária não vem ocorrendo e o mapa 10 expõe esse fato, onde é possível visualizar propriedades compradas pelo Crédito Fundiário em todas as regiões, porém a área dessas propriedades não é tão ampla. Ou seja, há um processo de territorialização da contrarreforma agrária, porém, estes programas não estão conseguindo alterar a concentração fundiária no estado.

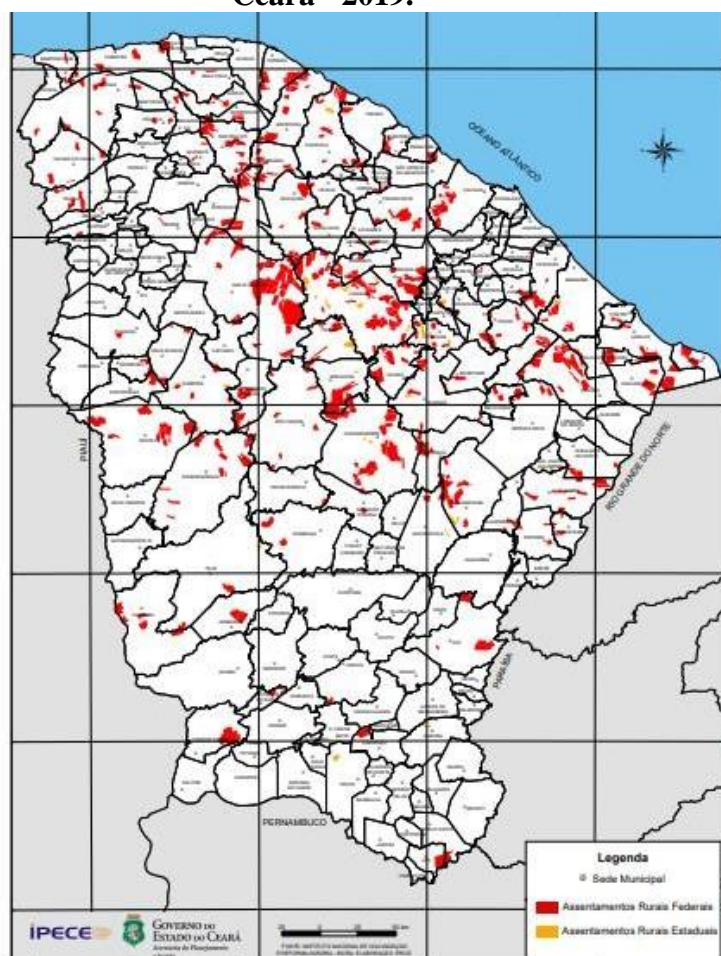
Analisando os dados a respeito dos assentamentos de reforma agrária desenvolvidos no estado a partir de ações do INCRA e do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), podemos perceber que estes não são a principal política do estado voltada para possibilitar o acesso à terra. O mapa 11 nos mostra a distribuição espacial dos assentamentos no Ceará e os dados disponibilizados são bastante nítidos ao comprovar a pouca existência dessa política no estado.

As regiões cearenses que concentram as maiores quantidades de assentamentos no estado, são respectivamente, Sertão de Canindé e Sertão de Crateús. No estado do Ceará podemos encontrar 457 áreas de assentamento que se encontram em diversas fases de aquisição que ao todo são 7, desde a fase inicial, denominada de fase de obtenção, passando pelas fases de Pré-Projeto de Assentamento, Assentamento em criação, Assentamento Criado, Assentamento em Instalação, Assentamento em Estruturação, Assentamento em Consolidação.

Segundo dados do IDACE, destas 457 áreas de assentamento, o órgão foi responsável pela criação de 44, onde, em 22 desses, o MST foi o movimento responsável pela mobilização e reivindicação da área, o restante dos assentamentos foi ou está sendo consolidado pelo governo federal através de atuação do INCRA, demonstrando, pois, a pouca atuação do governo estadual na execução de tais políticas.

Os números expõem a discrepância com relação a áreas atingidas pelos assentamentos rurais e pelos programas de compra e venda de terras. Os programas de compra e venda de terras, ao longo de seus quase 30 anos de existência (1996 a 2023), foram responsáveis por 650 propriedades adquiridas no estado, enquanto os assentamentos que se encontram na fase de estruturação e consolidação, as últimas etapas para a efetivação dos assentamentos, são somente 240.

Mapa 11– Distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará - 2019.



Fonte: IPECE. 2019

A reflexão e análise de dados a respeito da distribuição de assentamentos no estado se faz necessária para assentar e sedimentar o debate a respeito da pouca mobilização do poder público estadual para o desenvolvimento de políticas de reforma agrária, em detrimento do grande direcionamento de forças e investimentos para programas de compra e venda de terras.

A tabela 30 mostra uma síntese dos números dos programas de compra e venda de terras e dos assentamentos, explicitando a quantidade de propriedades adquiridas e a quantidade de municípios que receberam tais propriedades.

Tabela 30– Quantitativo de propriedades adquiridas por programas de compra e venda de terras e de assentamentos consolidados no estado do Ceará até o ano de 2022.

Programa	Quantidade de Propriedades Adquiridas	Quantidade de Municípios Beneficiados
São José	44	24
Cédula da Terra	114	58
Banco da Terra	101	55

Programa Nacional de Crédito Fundiário	391	116
Total de Propriedades pelos Programas de Compra e Venda de Terras	650	137
Assentamentos em estruturação e em consolidação	240	78

Fonte: Dados da SDA e do IDACE. Elaborado pela autora. 2023

Compreende-se a partir dos dados expostos que é fato que existe um maior incentivo às políticas de compra e venda de terras, pois estas, estão presentes em um maior número de municípios enquanto que o número de assentamentos é bastante inferior e a sua distribuição espacial ocorre de maneira mais restrita, ou seja, são somente 78 municípios que possuem assentamentos de reforma agrária enquanto que podemos encontrar propriedades do Crédito Fundiário em 116, se considerarmos os números de municípios que possuem propriedades compradas por todos os programas de compra e venda de terras, esse número aumenta para 137.

Consideramos relevante destacar esses números para que seja compreendido que o estado atua como forte incentivador dos programas de compra e venda de terras e que, para isso, utiliza narrativas e estratégias para angariar apoio dos camponeses, como por exemplo, no manual de operações do Crédito Fundiário é bastante claro que seu objetivo é, além de facilitar o acesso permanente à terra, possibilitar a permanência dos camponeses na mesma, uma vez que também atua no financiamento de projetos para melhoria das produções dos assentados, porém, a análise do desenvolvimento do programa expõe lacunas e pontos de questionamentos da efetivação desses objetivos.

Uma das suas principais características destacadas se refere à autonomia dos beneficiários, visto que em sua lógica, a adesão ao programa precisa partir dos próprios agricultores e são eles que em tese, negociam os valores e realizam a compra da terra, porém, vários estudos apontam, especialmente os de Alencar (2005), que os camponeses têm pouca participação nas negociações, os valores das propriedades são, de uma forma geral, os valores definidos nas avaliações.

Os estudos de Alencar (2005) também comprovam que nos programas de compra e venda de terras existe morosidade, burocratização e os valores destinados ao programa não são inferiores aos valores destinados à criação de assentamentos de reforma agrária, o que os

tornam diferentes é que nos programas de compra e venda de terras o camponês é o sujeito que irá adquirir a dívida do financiamento.

O desenvolvimento das políticas de financiamento de propriedades promovidas pelo Banco Mundial não são somente políticas complementares, como afirmado em seus documentos. Toda a estrutura e desenvolvimento dos programas por nós pesquisados demonstram o caráter prioritário que os governos destinaram a tais políticas. Além disso, os 4 programas que foram executados no Ceará desde 1996 possuem as mesmas características, onde as fontes de financiamento são as mesmas, os prazos e taxas também não se diferenciam, sendo este um elemento da comprovação de ser uma política contrarreforma agrária.

É possível elencar algumas características que apontam para tais confirmações e uma das primeiras delas é o fato de que todos os programas de compra e venda de terras tiveram forte apelo midiático, pois o governo se utilizava amplamente das plataformas midiáticas para produzir conteúdo e consequentemente angariar apoio para os referidos programas. Verificamos também, a realização de propagandas que questionavam e desqualificavam a eficiência da reforma agrária a partir da desapropriação de terras, postura essa que busca tornar justificável a não realização dessa política.

O Banco Mundial não é só mero agente financiador, sua atuação também é relevante no sentido de propor políticas, direcionar ações dos governos e impor regras para o desenvolvimento de seus programas, como é possível observar nos escritos de (OLIVEIRA, 2009. p.62), “o projeto piloto CT sofreu adaptações em cada estado, porém sempre mantendo as regras acordadas com o Banco Mundial.” Esse *sempre* é muito emblemático e demonstra o poder impositivo de tal órgão e como não é possível que exclua as suas responsabilidades sobre as violações aos direitos das populações na execução de tais programas.

A proposta acordada pelos órgãos envolvidos na execução dos programas elencados, seria não ultrapassar os limites de 30% das propriedades adquiridas, pois seu caráter era de complementar à política de desapropriação, fato esse que não ocorreu, como apontam os números.

A distribuição espacial das políticas voltadas para o acesso à terra é um fator chave para o entendimento da forma de atuação do governo com relação à questão agrária. Percebe-se que a contrarreforma agrária é processo em curso neste estado e a sua territorialização vem sendo cada vez mais nítida.

Ao analisarmos a espacialização dessas políticas de compra e venda de terras na região do Cariri, percebemos que o município de Crato se destaca com relação ao número de propriedades compradas via Crédito Fundiário, tal informação nos provoca a analisar de

forma mais profunda o desenvolvimento desse programa nessa região, análise essa que será realizada no capítulo seguinte. Capítulo esse que se desenvolve a partir da exposição e análise dos dados de 3 propriedades localizadas no referido município.

3. CAPÍTULO III: O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) NO MUNICÍPIO DO CRATO-CE

O município de Crato, localizado ao sul do Estado do Ceará, faz divisa com o Estado de Pernambuco, possui 131.050 mil habitantes, sendo que 17% dessa população, segundo o último Censo Demográfico de 2022 publicado esse ano, vivem na zona rural.

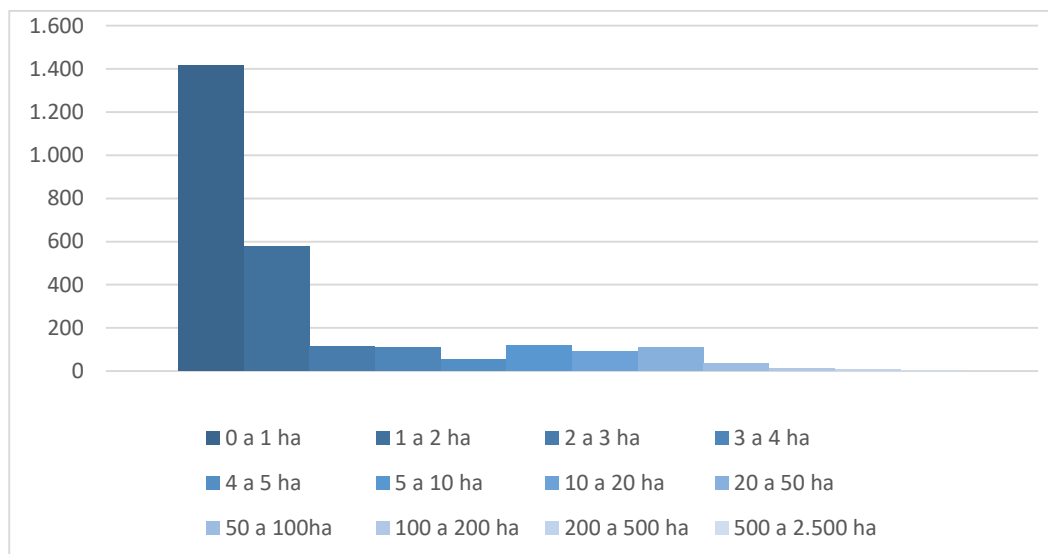
No Crato, município de foco de nossa pesquisa, segundo os dados do último Censo Agropecuário realizado em 2017, e como observado no gráfico 8, existem atualmente um total de 2.649 estabelecimentos agropecuários, onde temos a seguinte situação: a maior quantidade dos estabelecimentos encontrados possuem de 0 até 1 hectares, são 1.415 estabelecimentos com esse limite de área; a segunda maior quantidade de estabelecimentos possuem área acima de 1 até 2 hectares e no município eles são 576 estabelecimentos.

Percebemos que a quantidade de estabelecimentos vai se reduzindo à medida que as áreas vão aumentando, onde temos as seguintes informações: são 114 estabelecimentos que possuem acima de 2 até 3 ha; os estabelecimentos que possuem acima de 3 até 4 ha são 109; acima de 4 até 5 ha são 53 estabelecimentos; de 5 até 10 ha são 119 estabelecimentos; são 90 estabelecimentos que possuem área acima de 10 até 20 ha; verificamos que existem 109 estabelecimentos com áreas acima de 20 até 50 hectares.

Os estabelecimentos que possuem acima de 50 hectares são encontrados em menores quantidades no município, a saber: são 34 a quantidade de estabelecimentos que possuem área acima de 50 até 100 hectares; analisando a quantidade dos estabelecimentos que possuem de 100 a 200 ha, constatamos que são 12; 8 estabelecimentos possuem de 200 a 500 ha, por fim, temos 4 estabelecimentos de 500 até 2.500 ha.

O gráfico 11 nos mostra didaticamente as quantidades de estabelecimentos já descritas anteriormente o que nos dá uma melhor dimensão do quão destoantes são esses números, onde é visível que mais da metade da quantidade dos estabelecimentos do município de Crato possuem menos do que 2 hectares. A respeito das áreas dos estabelecimentos, iremos abordar no gráfico 12, pois não há como refletir a respeito da situação fundiária mencionando somente a quantidade de estabelecimentos sem aludir à quantidade de áreas que esses estabelecimentos ocupam.

Gráfico 11- Quantidade de estabelecimentos agropecuários por tamanho – município do Crato-CE - 2017.



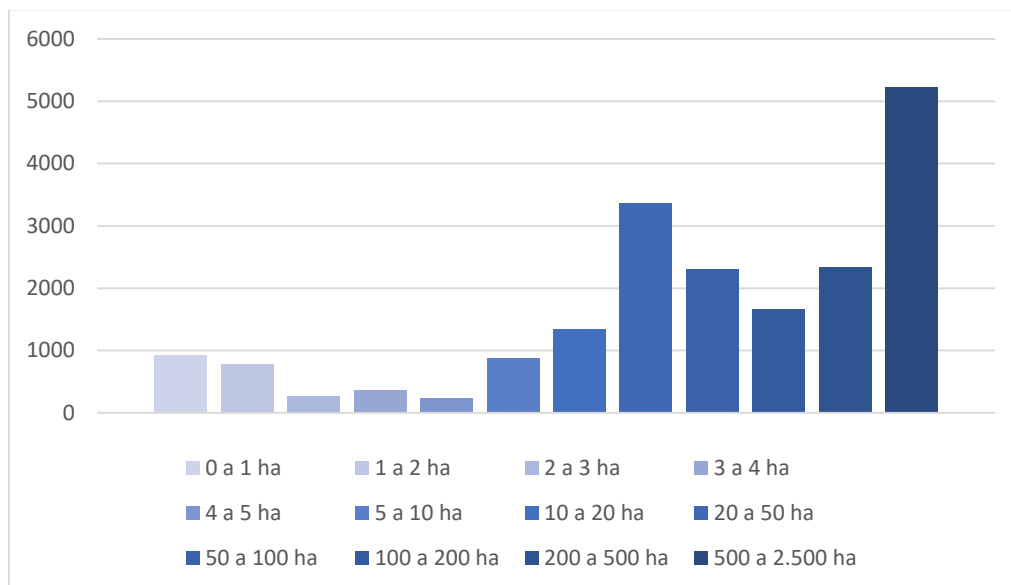
Fonte: IBGE/SIDRA, 2017.

Ao analisar os dados do gráfico 11, podemos ampliar essa análise onde é possível visualizar a seguinte situação: Os 1.415 estabelecimentos de 0 a 1 ha ocupam uma extensão total de 918 hectares; os 576 estabelecimento de 1 até 2 hectares somam uma área total de 777 hectares; ao analisarmos a dimensão total dos 114 estabelecimentos de 2 a 3 ha, podemos perceber que estes ocupam uma área de 267 ha; 364 hectares é a área total ocupada pelos 109 estabelecimentos de 3 até 4 ha e a menor área é ocupada pelos estabelecimentos de 4 até 5 hectares, juntos, esses 53 estabelecimentos ocupam 237 hectares do município.

O gráfico 11 expressa aumento significativo a partir dos estabelecimentos acima de 5 hectares, onde temos o seguinte cenário: os 119 estabelecimentos agropecuários acima de 5 até 10 hectares ocupam uma área total de 874 ha; os 90 estabelecimentos acima de 10 até 20 ha ocupam 1.347 hectares; os estabelecimentos de 20 a 50 hectares, que são 109, ocupam 3.366 hectares, dimensão maior do que os 2.294 hectares ocupados pelos 34 estabelecimentos de 50 a 100 ha.

Como esperado, as maiores áreas são ocupadas pelos estabelecimentos acima de 100 hectares, onde, os 12 estabelecimentos de 100 até 200 ha ocupam uma área total de 1.657 hectares; os 8 estabelecimentos de 200 a 500 ha ocupam uma área total de 2.339 hectares e não obtivemos informações a respeito da área dos 4 estabelecimentos com área acima de 500 hectares, o que nos limita nessa análise. Porém, sabemos que a área total dos estabelecimentos rurais do município é de 19.662 hectares, o que nos permite estabelecer que os 4 estabelecimentos ora citados, somam uma área total de 5.222 ha.

Gráfico 12 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários – município do Crato-CE - 2017

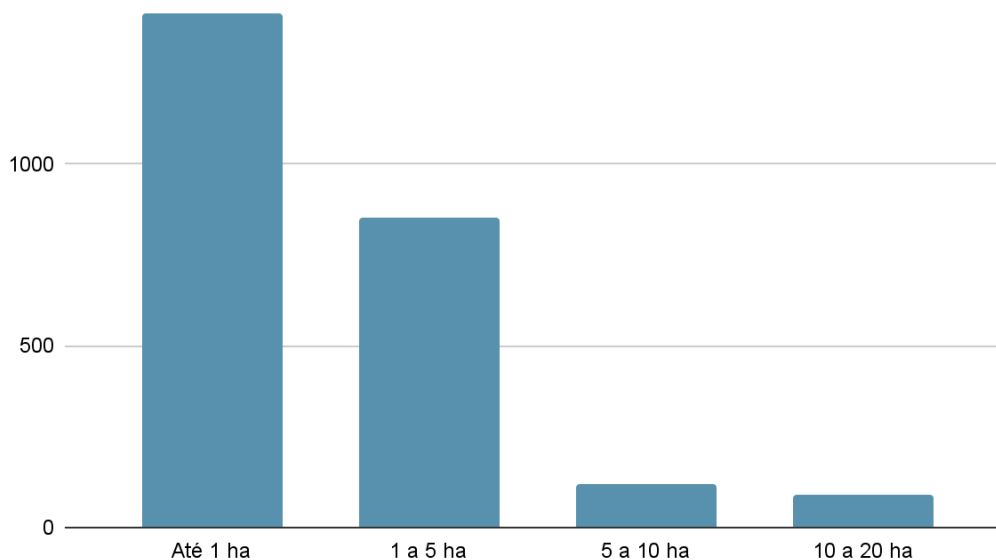


Fonte: IBGE/SIDRA. 2017.

Ao analisarmos os números expostos nos gráficos 11 e 12 podemos ter uma maior dimensão da estrutura fundiária no município de Crato. Os dados mostram um município com uma grande quantidade de minifúndios e que estes ocupam as menores áreas.

O minifúndio se caracteriza pelo estabelecimento cujo as dimensões não permitem a viabilidade do sustento de uma família camponesa, ou seja, estabelecimentos que tenham menos que um módulo fiscal. No município de Crato, o módulo fiscal é de 26 hectares. Ao analisarmos os dados do IBGE, é possível perceber que neste município são 2.476 estabelecimentos que possuem dimensão abaixo de 20 hectares, ou seja, abaixo do módulo fiscal. O gráfico 13 nos detalha essa situação.

Gráfico 13- Quantidade de estabelecimentos agropecuários menores que 20 hectares – município do Crato-CE - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2017.

Analizando os dados disponibilizados é possível perceber que quanto maior a área dos estabelecimentos, menor é a quantidade deles, situação que demonstra a concentração fundiária em nossa área de estudo. Vale frisar que no gráfico 13 utilizamos dados de estabelecimentos que chegam até 20 hectares, pois no sistema do IBGE é a variável disponível que mais se aproxima de 26 hectares, que é a dimensão do módulo fiscal do referido município.

A região do Cariri é onde encontramos a maior quantidade de propriedades adquiridas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, são 69 propriedades que foram financiadas a partir do programa que juntos beneficiam 589 famílias. A área total das propriedades na região do Cariri soma quase 12 mil hectares e no município de Crato encontramos 12 delas que juntas, somam 877 hectares e beneficiam um número de 83 famílias.

No município de Crato não foi adquirido nenhum imóvel pelos programas Projeto São José, Cédula da Terra e Banco da Terra. Somente no ano de 2003 os programas de compra e venda de terras começaram a ser executados no referido município. Na tabela 31 é possível ver em detalhes a lista com todas as propriedades adquiridas no município, onde também inserimos informações sobre suas respectivas áreas, número de famílias beneficiadas, data da contratação do financiamento e o valor total do financiamento (SAT+SIC).

Tabela 31– Propriedades adquiridas a partir do Crédito Fundiário no município de Crato

Grupo representativo	Propriedade	Nº de famílias	Área(ha)	Data da contratação	Valor do financiamento
Assoc. Comunitária Padre Frederico	Faz. São Silvestre	18	230	28/01/2003	270.000,00
Assoc. Condomínio Rural Sítio Jenipapo	Faz. Malhada	12	70,22	10/07/2003	216.000,00
Assoc. dos Trab. Rurais da Agric. Familiar-Alegre Fruta	Genipapeiro	10	118,81	21/12/2004	180.000,00
Assoc. dos Téc. Agrícolas do Sítio Malhada	Faz. Malhada	10	74,24	31/07/2006	198.800,00
Associação Com. Dos Assentados da Faz. Caldeirão Bom Sucesso	Bom Sucesso/Cald eirão	15	127,23	22/03/2007	300.800,00
Damasco de Souza Martins	Ipueira da Palha	1	32,47	14/07/2008	23.320,00
Cícero Araújo Bispo	Brejinho	1	28,83	13/02/2009	35.500,00
Francisco de Assis Gabriel	Lagoa do Faustino	1	34,58	23/06/2009	24.390,00
Associação do Assentamento Engenho da Serra	Engenho da Serra	7	67,65	19/08/2010	296.000,00
Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda Varzinha	Fazenda Varzinha	3	50,84	02/07/2014	165.300,00
Associação dos Agricultores Familiares do Sítio Cipó	Sítio Cipó	4	20,26	06/07/2014	229.200,00
(Sem dados)	Sítio Engenho da Serra	1	21,9062	07/10/2022	149.500,00

Fonte: Dados da SDA. Elaborado pela autora. 2023.

O programa Crédito Fundiário, desde o início de suas operações, ainda no ano de 2002 até o ano atual, 2023, passou por várias modificações e uma delas, que ocorreu ainda em 2008,

foi a possibilidade de obtenção de financiamento de forma coletiva e também individual, sem a necessidade de construção de associação. A partir da observação dos dados da tabela 31 é possível perceber que no município existem quatro propriedades com somente 1 família beneficiada. Tal fato vem a atestar um ponto de contradição do programa, visto que, o incentivo ao associativismo e a mobilização social não existem nessas situações pois o programa permite que individualmente, famílias possam acessar o crédito para financiar propriedades. Nos dados disponibilizados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, observamos que a partir de 2012 o número de propriedades adquiridas por um número menor de famílias e de forma individual ocorreram de forma crescente.

A primeira propriedade financiada a partir do programa Crédito Fundiário, no município de Crato foi a Fazenda São Silvestre, ainda no mês de janeiro do ano de 2003, logo quando o programa estava em início de operação¹⁰. Ainda no mesmo ano o Condomínio Rural Sítio Jenipapo também foi adquirido pelo mesmo programa. Localizado a cerca de 3 km da Fazenda São Silvestre, foi formado por camponeses residentes na comunidade do Sítio Jenipapo.

No ano de 2004, camponeses residentes em sua maioria também na comunidade do Sítio Jenipapo, realizaram o financiamento de uma propriedade a partir do Crédito Fundiário, porém, com menos famílias beneficiadas, sendo ela a propriedade Genipapeiro, tendo como grupo representativo, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar-Alegre Fruta. São essas três experiências que analisamos de forma aprofundada neste capítulo e a escolha dessas propriedades se deu por se tratarem de experiências que se localizam relativamente próximas no tempo (adquiridas com poucos meses de diferença) e no espaço (cerca de 3 km de distância), o que nos trará a possibilidade de uma compreensão mais detalhada a partir de suas similaridades e de suas especificidades.

Para fins de organização, optamos por abordar cada uma das experiências de forma separada e por ordem de data de contratação, nesse sentido, a primeira experiência que iremos analisar é a Fazenda São Silvestre, adquirida em janeiro de 2003. O Condomínio Rural Sítio Jenipapo será a segunda experiência a ser descrita no nosso trabalho pois foi adquirido em julho de 2003, por fim, elencaremos as informações a respeito da propriedade adquirida pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar-Alegre Fruta, pois este foi adquirido em dezembro de 2004, sendo o último imóvel adquirido dentre os que nossa pesquisa definiu como objeto de pesquisa.

¹⁰ Ressaltamos que o Projeto São José, o Cédula da Terra e o Banco da Terra já tinham sido amplamente executados no estado e possuíam características similares, ou seja, o Crédito Fundiário não era um programa em fase experimental.

Compreendemos que as estratégias adotadas/reproduzidas pelos camponeses que se inseriram no Programa Nacional de Crédito Fundiário são uma junção de ações que compreendem tanto os aspectos econômicos quanto os políticos. O viés econômico inicia-se com a entrada das famílias camponesas em um financiamento para compra de terra e se dá, também, pelo direcionamento das ações voltadas à produção agrícola, esse processo pode, da mesma forma, ser definido como político, no sentido de compreendermos ele como resultado de desenvolvimento de planos governamentais e institucionais elaborados, geridos e executados por diversos atores nacionais e/ou internacionais.

3.1. FAZENDA SÃO SILVESTRE

3.1.1. Organização da associação

A propriedade denominada Fazenda São Silvestre, situada a 18 km da sede do município de Crato, no distrito de Ponta da Serra, foi comprada via Crédito Fundiário por um grupo formado por camponeses meeiros, moradores de condição e arrendatários que trabalhavam em fazendas locais e residiam na comunidade Sítio Malhada¹¹, comunidade rural formada basicamente por camponeses sem terras.

Esse grupo de camponeses, antes de aderir ao programa Crédito Fundiário, faziam parte da Associação Comunitária Padre Frederico, associação comunitária da comunidade Sítio Malhada.

A Associação Comunitária Padre Frederico foi criada no ano de 1982 e leva o nome do seu idealizador que a criou quando foi à comunidade Sítio Malhada prestar serviços pastorais. A função central dessa associação era a mobilização social dos moradores da comunidade para a reivindicação de melhorias na infraestrutura da comunidade e na defesa dos direitos e interesses dos camponeses.

Essa associação se reunia mensalmente para as discussões das demandas dos seus associados e, no início dos anos 2000 a proposta do programa Crédito Fundiário foi levada para uma dessas reuniões por representantes de instituições públicas como a EMATERCE e a GOGERH. Nesse período a associação contava com cerca de 80 membros, quase todos sem

¹¹ No município de Crato, os sítios não se referem a uma propriedade agrícola individual, mas sim a uma comunidade rural. Nesse caso, quando mencionamos Sítio Malhada, estamos falando de uma comunidade rural com cerca de 800 habitantes. Quando mencionamos a Fazenda São Silvestre, estamos nos referindo a propriedade que foi comprada pelo Crédito Fundiário, que é um dos nossos objetos de estudo e que se localiza na comunidade Sítio Malhada.

terras e nesse sentido, o Crédito Fundiário foi visto como sendo uma possibilidade viável para a aquisição de terras.

A partir de então, a diretoria da Associação Padre Frederico atuou para definir as famílias que iriam integrar a nova associação (a adesão ao Crédito Fundiário deveria ocorrer a partir de uma nova associação criada especificamente para esta finalidade) que iria aderir ao programa de compra e venda de terras apresentado aos camponeses.

No processo de definição das famílias que iriam aderir ao programa, foi feita uma lista com os nomes das que demonstraram interesse na aquisição e em seguida, após algumas não atenderem aos requisitos estipulados pelo programa, o grupo de 18 famílias foi então definido. Essas 18 famílias que faziam parte da Associação Comunitária Padre Frederico e que decidiram aderir ao programa Crédito Fundiário, criaram, portanto, uma nova associação, sendo esta, a etapa inicial para a adesão ao programa. Assim sendo, foi formada a Associação dos Produtores da fazenda São Silvestre com seus 18 sócios e o processo de compra foi iniciado conforme as exigências.

Criada a nova associação, o grupo definiu como interesse principal a compra de uma propriedade local, uma fazenda localizada no Sítio Malhada, Fazenda esta que já era local de trabalho de muitos camponeses que integravam o grupo, então procuraram a proprietária que aceitou realizar a venda de sua fazenda para os camponeses a partir do Crédito Fundiário.

A dona, que na época era Dona Telma, ela quando soube que a gente tinha interesse de comprar, ela disse que só vendia pra uma outra pessoa se a comunidade não quisesse porque nossos avós moraram nessa propriedade. Então, nossa mãe foi criada nessa terra (...) a minha mãe foi criada lá, e meu pai, quando o pai dele veio de Alagoas pra cá aí se fixaram também nessa fazenda, então a gente tinha o interesse de comprar e ela tinha o interesse vender a gente. (E5P1. 2022)

Quando a propriedade foi definida as negociações a respeito dos valores passaram a ser efetuadas. O manual de operações do Crédito Fundiário reforça que esse processo de negociações de valores é uma etapa relevante que deve ser feita diretamente entre comprador e vendedor, ou seja, entre os camponeses e o dono da terra, porém, todos os mutuários entrevistados relataram que tal processo foi realizado entre o IDACE e o proprietário. “O proprietário, ele estipulou esse preço e foi aceito pelo comprador, né? Que no caso foi o banco, o Banco do Nordeste” (E8P1. 2022).

O processo de negociação foi executado pela associação e pelos órgãos que atuam no programa. Técnicos do IDACE e da EMATERCE realizaram a avaliação técnica da propriedade, emitindo parecer favorável, em seguida, foi redigida a proposta de

financiamento que foi submetida à análise das seguintes instâncias: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, Unidade Técnica Estadual (UTE) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, tendo parecer favorável em todas essas instâncias, o contrato de financiamento foi efetivado junto ao Banco do Nordeste, instituição financeira responsável pelo financiamento. Após o projeto ser aprovado, e tendo o Banco do Nordeste como agente financeiro, em 30 de janeiro de 2003 o contrato foi efetuado pelas 18 famílias e a aquisição da propriedade de 236 hectares foi efetuada.

É preciso destacar que no processo de compra, a EMATERCE foi o órgão responsável pelo acompanhamento de todas as etapas e da elaboração do projeto para ser encaminhado ao órgão financeiro.

O valor liberado pelo programa foi de R\$270 mil reais, sendo que foi gasto da seguinte forma: R\$180 mil reais para o pagamento da terra e para as burocracias da escritura, a partir do Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) e R\$90 mil foram destinados para os investimentos do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), valor esse não reembolsável, ou seja, que não é incluído na dívida dos camponeses mutuários.

Os recursos do SIC foram destinados para as seguintes despesas: construção de 5 casas para moradia; reforma na casa de farinha que já existia na área (tal reforma custou R\$3 mil reais); construção de uma casa do mel que custou 5 mil reais; aquisição de 50 colmeias; construção de 6 quilômetros de cerca para a delimitação da área.

É importante mencionar que após o programa ser aprovado pela instituição financeira, os mutuários não receberam diretamente os valores. O pagamento da terra foi efetivado pelo Banco do Nordeste diretamente ao proprietário vendedor. Os recursos referentes às construções das casas e reformas da casa de farinha também eram liberados pelo banco diretamente ao prestador de serviço, alguns valores relacionados à custeio de alguns serviços ficaram na conta da Associação dos Produtores da fazenda São Silvestre que realizou os pagamentos após a execução dos mesmos (Não obtivemos números detalhados sobre essas ações).

Das 18 famílias que aderiram ao programa, 13 delas possuíam casa própria na comunidade do Sítio Malhada, que, por conta da proximidade com a Fazenda São Silvestre permitia o trajeto cotidiano das famílias mutuárias sem gerar alterações drásticas no cotidiano dos mesmos, nesse sentido, parte dos recursos SIC que seriam destinados para a construção das casas foram redirecionados à compra de algumas cabeças de gado e algumas ovelhas para os trabalhos iniciais. Na Figura 02 podemos observar a planta baixa da propriedade.

Figure 2 - Foto da planta baixa da Fazenda São Silvestre



Fonte: Captada pela autora. 2023

A Fazenda São Silvestre conta atualmente com 11 membros dos 18 iniciais, e somente duas famílias moram na área, as 7 desistências ocorreram logo no início do funcionamento do programa, antes do pagamento da primeira parcela do financiamento. Foi relatado por alguns mutuários, que o medo e a incerteza quanto à disponibilidade de recursos para efetuar o pagamento da propriedade foi um dos principais motivos para a desistência de famílias. A esse respeito, um dos mutuários relata: “foi muito difícil na época, a gente conseguir trabalhar na área. Nesse período desses 3 anos de carência. De 2003 a 2006, foi onde saíram essas 7 famílias, né?” (E1P1. 2022).

Todos os mutuários relataram que existiram dificuldades iniciais na estruturação das atividades na propriedade, podemos constatar esse fato no relato a seguir,

Teve uma época que Francisco viu o povo saindo e queria sair também, eu digo, vai nada! você não vai sair não! Nós vamo até o fim [...] Não tinha muito lucro, né? No começo, nós não morremo de fome trabalhando lá, vamo morrer que agora é nosso. Nós trabalhava lá pro dono do terreno e vivia, porque que agora que é nosso nós não vamo querer? Vamo sim. Aí continuemo. Eu dava gato nele e ele ficou até... morrer. (E2P1. 2022)

A fala é bastante emblemática e não deixa dúvidas quanto à dificuldade em retirar além de alimentos para a sobrevivência, lucro o suficiente para efetuar o pagamento das parcelas do financiamento. O pagamento seria iniciado após três anos de carência, ou seja, no ano de 2007.

Após três anos de carência, em 2007, o grupo passou a realizar os pagamentos do programa, este pagamento ocorria anualmente. O tesoureiro da associação recebia da instituição financeira o boleto para pagamento da parcela e que, se este pagamento ocorresse dentro do prazo estipulado era dado desconto de cerca de 50% na mesma. O valor do boleto era dividido entre os 11 membros, já que houve 7 desistências e essas desistências ocorreram ainda no primeiro ano de estruturação das atividades, ou seja, antes de ser realizado o pagamento da primeira parcela. O tesoureiro recolhia o dinheiro com as famílias e realizava o pagamento junto ao banco.

O pagamento foi definido da seguinte maneira:

17 prestações anuais e sucessivas, sendo a primeira prestação no valor nominal de R\$ 11.200,00 reais e cada uma das demais 16 prestações no valor nominal de R\$ 11.225,00, todas acrescidas de juros e acessórios, vencíveis sempre no dia 23 de janeiro de cada ano, considerando o prazo de carência de 36 meses, vencendo-se a primeira parcela em 23/01/2007 e a última parcela em 23/01/2023. (CRATO. 2003).

Ao indagar se o grupo teve dificuldade em realizar os pagamentos iniciais, as falas são sempre positivas, como podemos destacar a resposta a seguir: “Nos primeiros 2 anos que a gente não tinha a casa de farinha ainda a gente teve que vender umas ovelhas, umas vacas que a gente tinha comprado, arroz, feijão...foi difícil os dois primeiros anos” (E6P1.2022). Ainda a esse respeito, quando perguntado a outro mutuário se teve dificuldade, a resposta foi:

Teve. Sofremo a peste. Nossa sorte foi a casa de farinha. Óia, a primeira parcela nós vendemo até uns pé de eucalipto ali que ainda teve até umas enrolada dos pé de eucalipto que o caba não pagou [...] melhorou muito depois que nós viemo pra casa de farinha. (E9P1. 2022)

Com relação ao pagamento do financiamento, os mutuários citaram as dificuldades em realizar os pagamentos nos dois primeiros anos por conta da pouca produtividade na área visto que ainda estavam em processo de consolidação das atividades produtivas. Todos os mutuários relataram que a facilidade no pagamento começou a ocorrer após a participação do grupo na Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados (EXPOCRATO). Essa participação é apontada por todos os mutuários como a grande responsável pela facilidade do grupo em realizar os pagamentos, como visto nos dois relatos citados anteriormente.

A partir de 2008 os mutuários da Fazenda São Silvestre passaram a participar da Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados (EXPOCRATO), evento que

ocorre no parque de exposições Pedro Felício Cavalcante anualmente, sempre durante a segunda semana do mês de julho. Na supracitada feira são comercializados uma série de produtos ligados à atividade agropecuária, além de também serem expostos bovinos, equinos, caprinos, dentre outros animais e os (criar uma nota para explicar sua origem) mutuários do São Silvestre foram convidados em 2008 para desenvolver as suas produções (beijus, tapiocas, goma e farinha) e realizar sua comercialização na casa de farinha que se localiza dentro do parque que ocorre a feira EXPOCRATO.

A casa de farinha localizada dentro do parque de exposições Pedro Felício Cavalcante, hoje reformado, possui quatro 4 fornos com capacidade para assar (quantidade de beijus e tapiocas por fornada). o tempo de preparo de cada fornada é de cerca de (minutos). Todos os beijus e tapiocas são preparados, assados e comercializados no local, porém, a goma e a farinha que também são comercializadas pelo grupo são feitas na casa de farinha que se localiza na área do projeto. Isto significa que, ao longo de 1 semana de EXPOCRATO, os mutuários se dividem para realizar os trabalhos nas 2 casas de farinha, pois a casa de farinha da comunidade realiza o abastecimento de produtos da casa de farinha do parque de exposições. Essa participação é, desde então, a única atividade coletiva desenvolvida pelo grupo e é responsável pelo considerável incremento econômico dos mesmos. Com a venda dos produtos ao longo desta feira que ocorre durante uma semana, todo o lucro obtido com as vendas é somado e posteriormente, ao final da feira e da efetivação do pagamento de despesas eventuais, o valor do lucro é dividido por todos os 11 mutuários, resultando em uma média de lucro de 10 mil reais para cada família.

Na casa de farinha são produzidos e comercializados os seguintes produtos: beijus de coco, amendoim e natural; tapiocas de coco, amendoim e natural; farinha fina, farinha grossa, goma fresca e goma seca. Os preços dos beijus variam de 10 a 12 reais (dependendo do sabor) e os valores das tapiocas sofrem variações de 12 a 14 reais (também variam de acordo com os sabores). O valor da farinha de mandioca e das gomas fresca e seca custa 5 reais, valores referentes ao ano de 2023.

Mencionar a atuação dos mutuários da Fazenda São Silvestre dentro da EXPOCRATO é fundamental para a compreensão do processo de pagamento do financiamento, pois o pagamento das parcelas do financiamento passou a ser retirado, principalmente, do lucro obtido nessa atividade. A respeito da relevância dessa atividade para o grupo, destacamos a fala de dois mutuários,

Aí essa casa de farinha que nós tem hoje foi a mãe, a mãedioca mermo. É mãe mermo, viu? Nós pode dizer que foi ela que pagou, fizemo nós quitar o terreno. Com essa casa de farinha do Crato, nós não pode negar a ninguém que ali foi uma coisa que deu certo mesmo, né?

A casa de farinha foi a mãe nossa, foi tudo pra nós quitar esse terreno. Nós não tinha outra renda a não ser plantar mandioca mesmo e arroz e feijão, mas pro caba tirar todo ano, aquela taxinha pro caba pagar, já era mais dificuldade, nera? (E11P1. 2022)

Embora todos os mutuários entrevistados tenham relatado o papel decisivo das atividades na casa de farinha do parque de exposição para o pagamento do financiamento da propriedade, as duas falas nos chamam bastante atenção por demonstrar consciência que a renda obtida somente a partir dos cultivos tornaria a efetivação do pagamento inviável.

O pagamento do financiamento deveria ocorrer em 20 anos, ou seja, seria finalizado em 2023, porém, em 2014 o governo lançou uma campanha para os beneficiários do Crédito Fundiário que intencionavam quitar todo o financiamento, nessa oportunidade o grupo conseguiu um desconto relevante e o projeto foi quitado.

O grupo efetuou os pagamentos regularmente até o ano de 2014, quando o governo lançou a proposta de quitação do programa. Como ainda faltavam 9 anos para a conclusão dos pagamentos, o valor nominal da dívida era de 101.025,00R\$, porém, com a proposta do governo, o grupo saldou seu financiamento com cerca de 12 mil reais.

3.1.2. Estratégias de Organização e de Produção

Para um maior entendimento da dinâmica dos camponeses do São Silvestre, é preciso que se entenda de que forma ocorreram e vêm ocorrendo as produções agrícolas, nesse sentido, o texto do tópico aborda de início a forma organizativa de produção nos anos iniciais da propriedade, entre 2003 até meados de 2010 e, posteriormente, descrevemos as produções desenvolvidas desde 2018 até os dias atuais, 2023.

Nos anos iniciais de funcionamento do São Silvestre, entre 2003 e 2008, as atividades produtivas eram coletivizadas. O grupo foi dividido para a melhor realização de algumas tarefas, tais como: manutenção das cercas, cuidados com rebanho bovino, cuidados com as ovelhas.

A respeito do desenvolvimento das atividades coletivas do grupo, um mutuário nos esclarece:

Foi criado um regimento interno onde todo mundo tinha que trabalhar coletivo. Tinha que ter 80% do seu tempo destinado pra área, né? Pro terreno. Não era dividido área total, todo mundo trabalhava junto, cada um nas áreas que mais se desenvolvia. Tinha alguém que trabalhava com gado, tinha alguém que trabalhava

com as ovelhas e isso era feito uma rotação de pessoas. Nesses trabalhos, enquanto tinha alguém trabalhando na construção das casas, tinha outras pessoas trabalhando na construção das cerca, tinha outras pessoas trabalhando em outras áreas, na área produtiva. (E1P1. 2022).

Inicialmente o grupo optou pelo cultivo de mandioca, feijão, amendoim e goiaba. Vale destacar que o cultivo da goiaba ganhou amplo destaque local e foi desenvolvido pelo grupo durante sete anos, onde a produção era comercializada nos mercados públicos e feiras dos municípios circunvizinhos. Após a lavoura contrair uma praga que culminou na destruição do plantio e no prejuízo dos mutuários, os camponeses decidiram investir na produção de bananas, produção essa que não teve viabilidade por conta da limitação dos recursos hídricos, assim sendo, o grupo decidiu continuar os cultivos coletivos somente com a mandioca, amendoim e feijão, que continuaram de forma coletiva por cerca de dois anos.

O trabalho coletivo exigiu bastante dedicação e sua forma de organização logística foi definida em reuniões do grupo. Os mutuários deveriam realizar os trabalhos na lavoura por quatro dias na semana. A forma de controle dos dias trabalhados era realizada em um livro de ponto que deveria ser assinado no começo do dia, ao iniciar o trabalho e após o trabalho ser finalizado, no final do dia.

Caso o mutuário, por algum motivo, não pudesse comparecer à lavoura, ele poderia determinar uma outra pessoa para realizar os trabalhos em seu lugar para que não fosse registrada a sua ausência. Ao realizar as colheitas, o livro de ponto com o controle dos dias trabalhados era analisado e os produtos eram distribuídos por todos os membros de acordo com os dias trabalhados.

Essa forma de trabalho coletivo vigorou por cerca de 10 anos na Fazenda São Silvestre e foi extinta por conta da perda de interesse por parte de alguns mutuários, que nos relataram que as decisões coletivas nem sempre agradavam a todos. Outro fator que foi relevante para a extinção dessas produções coletivas foi o fato de que muitos mutuários titulares, impossibilitados de realizarem os trabalhos por conta da idade avançada, determinavam filhos, irmãos ou sobrinhos para esses trabalhos, e esses não tinham o mesmo interesse nos trabalhos coletivos. Nesse sentido, não existem mais cultivos produzidos de forma coletiva na São Silvestre, todas as produções agrícolas passaram a ser realizadas de forma individual.

A única atividade coletiva que permanece até a atualidade é a atividade desenvolvida na casa de farinha, onde o grupo inteiro se mobiliza para a realização dos trabalhos. O grupo é dividido para a execução de muitas funções, como por exemplo: extração da mandioca,

transporte da mandioca até o pátio da casa de farinha, retirada da casca, produção das tapiocas, torra da farinha, dentre outras. Essa atividade ocorre no Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante, parque localizado na sede do município de Crato e que recebe alguns eventos na cidade, dentre eles, a EXPOCRATO.

Segundo os assentados, a atuação nas feiras agropecuárias regulares é de total relevância para a autonomia de desenvolvimento econômico das famílias, visto que a renda a ser obtida somente pela produtividade agrícola é um pouco delicada, pois, as alterações nos regimes de chuva e principalmente a pouca disponibilidade hídrica e de assistência técnica, impedem o pleno desenvolvimento dos grupos. (SILVA; BRITO, 2020, p. 15)

Figure 3 - Casa de farinha do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante



Fonte: Capturada pela autora. 2022.

Os camponeses da Fazenda São Silvestre participam atualmente de todas as feiras que ocorrem nesse parque, além da EXPOCRATO que sempre acontece em julho, a Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar do Cariri (EXPOFAM) que ocorre no segundo semestre do ano e a Exposição dos Produtores da Agricultura Familiar (EXPROAF), normalmente realizada em junho. A figura 3 mostra os fornos que são utilizados para o preparo dos produtos no Parque de exposições onde ocorrem as referidas feiras, EXPOFAM e EXPROAF, que têm uma duração de três dias e possuem uma dimensão menor do que a EXPOCRATO.

Após a extinção das atividades produtivas coletivizadas, o grupo decidiu em assembleia que uma parte da propriedade seria dividida em lotes para que fossem desenvolvidos os cultivos de forma individual. Diante disso, a divisão foi realizada de maneira informal, tendo cada um dos lotes cerca de cinco hectares e cada um dos mutuários passou a desenvolver atividades produtivas de seu interesse, tais como feijão, milho, fava,

arroz, amendoim e mandioca. O cultivo da mandioca é desenvolvido por todos os mutuários por ser o produto base da casa de farinha.

A forma de trabalho nos lotes dos mutuários da São Silvestre é individual na maior parte das vezes (2 mutuários ainda realizam suas atividades juntos), porém, em períodos de colheita é comum alguns mutuários se unirem e trabalhar em regime coletivo para uma maior agilidade desse processo, pois a lavoura pode estragar caso a produção demore a ser colhida. Eles denominam essa forma de trabalho como sendo troca de diárias, que se assemelha ao regime de mutirão, pois alguns camponeses se reúnem e realizam a colheita juntos em uma única propriedade. O grupo realiza a colheita em um lote diferente a cada dia até serem contempladas as produções de todos os envolvidos. Essa troca de diárias não ocorre na Fazenda São Silvestre de forma obrigatória, é uma prática que é reproduzida de forma voluntária por 8 camponeses mutuários da propriedade. Tivemos a oportunidade de vivenciar essa experiência, onde alguns mutuários se uniram para realizar a “quebra” (retirar as folhas) do amendoim no lote de um dos camponeses (ver foto 1).

Com relação ao destino das produções dos mutuários, podemos destacar que boa parte delas são voltadas para o consumo das famílias, as únicas exceções são as produções de amendoim e mandioca que são direcionados à casa de farinha por conta de sua alta demanda. Na tabela 32, podemos encontrar em detalhes os produtos cultivados, as criações desenvolvidas e seus respectivos destinos.

Consideramos relevante também inserirmos informações sobre quem atua nos lotes, pois, o trabalho nos lotes não é desenvolvido somente pelo mutuário e consideramos relevante compreender quais os sujeitos atuam nessa dinâmica. Vale destacar que na Fazenda São Silvestre a nossa pesquisa conseguiu entrevistar todos os mutuários, o que ocasiona num resultado mais fidedigno dessas questões.

Tabela 32– Detalhamento das produções e criações dos camponeses da Fazenda São Silvestre – 2022

PRODUÇÃO ATUAL DOS CAMPONESES DA FAZENDA SÃO SILVESTRE					
MUTUÁRIO	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	DESTINO DAS CRIAÇÕES	QUEM TRABALHA NO LOTE
E1P1	Amendoim, mandioca, feijão, milho, fava.	Consumo. Venda de amendoim e derivados da mandioca.	Galinhas.	Consumo próprio	Mutuário. Seu filho e seu irmão.
E2P1	Amendoim, mandioca,	Consumo. Vende amendoim,	Não possui		Seus 2 filhos

	feijão, milho, fava e arroz	milho e derivados da mandioca			
E3P1	Amendoim, feijão, milho e mandioca	Consumo. Amendoim e mandioca para a casa de farinha. Milho para galinhas.	Galinhas.	Consumo próprio	Mutuária e Seus 2 irmãos
E4P1	Feijão, arroz, amendoim, mandioca, milho	Consumo. Vende o amendoim para conhecido	Porco.	Comercialização da carne	Seu sobrinho
E5P1	Banana, arroz, feijão, milho. Pastagens para bovinos	Consumo. Vende o excedente para a comunidade.	Galinha, porco, carneiro e vaca leiteiras	Consumo e venda na comunidade	Mutuário, Seu irmão e seu filho.
E6P1	Tomate, hortaliças, feijão, milho e amendoim	Consumo. Tomate para o mercado do Pirajá e ceasa.	Não tem		Filho do mutuário.
E7P1	Feijão, arroz, mandioca, amendoim, milho, fava	Consumo. Vende quando necessita de renda extra.	Porco e galinha	Consumo e venda na comunidade	Mutuário e seu pai.
E8P1	Mandioca, amendoim, feijão, milho, fava.	Consumo. Venda de amendoim e derivados da mandioca.	Galinhas	Consumo próprio	Mutuário e seu irmão
E9P1	Milho, arroz, feijão, amendoim, mandioca	Consumo. Venda de amendoim.	Porco (venda) e 1 vaca	Consumo e venda da carne de porco. Consumo do leite da vaca.	Mutuário, seu filho, seu irmão e sua irmã.
E10P1	Arroz, feijão, milho, amendoim e mandioca	Consumo. Vende amendoim e mandioca.	Porco	Consumo e venda	Mutuário e seus netos.
E11P1	Amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e fava	Consumo, venda de excedente.	Galinha e porco	Consumo e venda	Seu filho

Fonte: Produzido pela autora. 2023.

O principal destino da produção é o consumo das famílias. A venda ocorre quando há excedente e de uma forma geral, a venda é realizada para compradores da própria comunidade ou para pessoas próximas.

Uma questão relevante analisada após várias idas de encontro aos agricultores, foi o fato de que além dos próprios titulares do projeto, as atividades são desenvolvidas principalmente por parentes dos mesmos, reforçando a reprodução de uma situação típica do campesinato.

Ainda com relação à força de trabalho, foi observado que 4 dos 11 mutuários não exercem diretamente as atividades nos lotes. Os motivos que resultam nesse processo são

diversos, em um dos casos, o mutuário é responsável pelo comércio da família enquanto o filho assume todas as atividades desenvolvidas no lote. Em um outro caso, o mutuário desenvolve atividades agrícolas em uma outra propriedade que adquiriu e nos outros 2 casos, o fator idade foi o principal motivo que os fez não atuarem mais diretamente nas produções. A respeito das idades, no São Silvestre a média de idade dos titulares é de 61 anos, onde o mutuário mais novo possui 50 anos e o mais velho, com 75 anos.

Essa forte presença dos parentes dos titulares vai ocasionando modificações no que se refere a produção, bem como, na organização e mobilização do grupo. Percebe-se, por exemplo, que os titulares são mais favoráveis ao trabalho coletivo enquanto os filhos e/ou irmãos têm preferência na individualização dos trabalhos.

Acerca das características físicas, o São Silvestre está localizado às margens do rio Cariús, porém a vazão do rio não é o suficiente para a realização da irrigação nas produções, somente sendo possível quando as águas do açude Thomaz Osterne de Alencar – Açude Umarí – são liberadas para abastecer o rio e esse processo não depende somente dos níveis de água no açude.

Ao longo das conversas com os mutuários nos deparamos com uma problemática bastante delicada com relação às águas do rio. O atual presidente da associação nos relata que anualmente a Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (COGERH), que é quem administra o açude, realiza reunião no distrito de Ponta da Serra no intuito de definir a liberação das águas do açude para alimentar o rio, porém, os donos de chácaras localizadas nas margens do açude não concordam na liberação da mesma, visto que os mesmos utilizam a água para o lazer especialmente aos finais de semana, e caso a água seja liberada para alimentar o curso do rio, diminui a quantidade para aquele uso.

A maioria dos mutuários relata que a disponibilidade hídrica é o maior fator limitante para o desenvolvimento das atividades, como reforçamos nesse relato do E1P1 (2022): “Nosso problema maior hoje, é água, né? Por exemplo, a mandioca hoje, a gente não produz bem porque nós só produz mandioca de sequeiro.”

Com relação à organização interna dos mutuários, a frequência dos encontros não é mais tão intensa quanto no início. O presidente da associação nos informou que o grupo somente se reúne nos momentos prévios às feiras que participam, o intuito é basicamente o de organizar a logística de trabalho da casa de farinha.

No momento das visitas, o grupo estava se articulando para se reunir para a definição da divisão oficial dos lotes, visto que esta divisão que está em vigor ocorreu informalmente, porém com o consenso de todo o grupo. As discussões a respeito da divisão formal dos lotes

não demonstra ser um consenso, sendo perceptível que 2 membros do grupo possuem maiores preocupações com relação a tal fato. Eles destacam que embora a divisão possibilite tornar o trabalho mais fácil, visto que as decisões sobre produção passam a ser totalmente individuais, os mesmos demonstram preocupação no que se refere a diminuição de possibilidades no acesso aos projetos coletivos. A esse respeito, E8P1 (2022) fez uma fala bastante emblemática, afirmando que a individualização será,

Um tiro no pé de muitos(...) quando eu falo que vai ser um tiro no pé, é porque a partir do momento que você faz uma individualização de uma área de um assentamento desse, os projetos coletivos ele não vem mais. O que é que vai acontecer? Vai acontecer projetos individual, como PRONAF, né?

A postura acima citada foi bastante perceptível na fala do E1P1 e E8P1 que são dois membros bastante atuantes do grupo no que se refere a serviços burocráticos e sociais. Além disso, os lotes dos dois não são separados, são os únicos mutuários que desenvolvem suas atividades produtivas de forma conjunta.

Com relação à rede de apoio, os mutuários relataram que atualmente o grupo não conta com o apoio cotidiano de nenhuma entidade. A EMATERCE continua prestando assessoria técnica, porém com presença bastante limitada. Alguns agricultores relataram que tal trabalho é bastante ausente e deficitário. O trecho abaixo, colhido ao longo das entrevistas com os mutuários, demonstra esse fato,

Hoje a Ematerce, ela tem por obrigação dar a assistência, só que assim, é muito vago a assistência hoje da Ematerce (...) Ao longo do tempo ela foi...foi praticamente se acabando. O governo do estado foi afastando a Ematerce das atividades, não dá mais muito apoio. A Ematerce não tem mais quase apoio. Falta carro, falta combustível, falta tudo pra assistência. Na época tinha, tinha os agentes rurais que era um programa do governo do estado, que tinha por obrigação cada assentamento ser acompanhado por 2 agentes, isso também facilitava muito as coisas, apesar de ser um programa muito político, né? As vezes chegava um,vinha, trazia, apresentava um agente rural de manhã quando era a tarde ele já não tava mais no escritório, já tinha ido pra outro canto e a gente ficava essa confusão toda, né? (E1P1. 2022)

No momento da entrevista os mutuários relataram que receberam a visita de um novo técnico e que o mesmo realizou uma entrevista com eles. A esse respeito, podemos destacar a fala de E7P1(2022),

Até agora veio [se referindo ao técnico que realizou o questionário] e nós fizemos, foi quase meio dia pra fazer as perguntas direitinho. Vamos ver se vai ajudar a gente em alguma coisa. Nós estamos esperando, né? Pelo menos o encaminhamento nós já fizemos.

Uma questão que sempre abordamos ao longo das pesquisas foi com relação à requisição de créditos de financiamento para viabilizar as produções. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua linha de financiamento da modalidade A¹², modalidade destinada aos pequenos projetos, acessada de forma individual, foi a linha de crédito que todos os mutuários relataram ter acessado em algum momento, pelo menos uma vez.

No tocante aos financiamentos do PRONAF efetuados pelos mutuários do São Silvestre identificamos que dos 11 mutuários do programa, 5 estão inadimplentes, 2 estão em andamento com relação ao pagamento, e 4 já finalizaram os financiamentos acessados. Observamos a partir dos relatos que as dificuldades para o pagamento existiram, especialmente pelas dificuldades enfrentadas por conta da pandemia de covid-19.

Ao longo dos trabalhos de campo, foi nítida a percepção de análise positiva dos mesmos com relação ao programa de crédito fundiário, onde todos externaram que foi a maneira que os possibilitou possuir terra para trabalho e/ou moradia. Como podemos observar no relato do E4P1(2022),

A gente pode dizer que, como diz o ditado, soltou uma fogueira, porque nenhum de nós tinha condições de comprar, e aí foi aquilo que eu disse, a gente agradece a EMATERCE e o governo que facilitou, né?

A questão do acesso à terra foi o principal ponto positivo elencado pelos mutuários, onde afirmaram que o projeto possibilitou mudanças positivas em suas vidas. Os relatos foram bastante emblemáticos em afirmar que as possibilidades de aquisição de “um chão pra morar e trabalhar” era praticamente impossível caso não existisse o programa do governo, tivemos falas bastante emblemáticas, como por exemplo, na fala do Senhor E7P1 (2022), “pode dizer que isso foi um presente que o governo deu pra nós”.

3.2. CONDOMÍNIO RURAL SÍTIO JENIPAPO

3.2.2. Organização da associação

O Condomínio Rural Sítio Jenipapo é a segunda propriedade comprada pelo Crédito Fundiário que nosso estudo está abordando. Tal propriedade está situada a 13,4 km da sede

¹² As duas linhas de crédito acessadas pelo grupo são o PRONAF-A e PRONAF Estiagem.

do município de Crato e está localizada na comunidade Sítio¹³ Jenipapo, distrito de Bela Vista.

Os camponeses mutuários que integram a propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo começaram seu processo de articulação para aquisição do financiamento ainda no final ano de 2001 a partir da articulação de famílias de meeiros, arrendatários, moradores de fazendas e vaqueiros, ou seja, todos camponeses sem terras.

Todos os camponeses do Condomínio Rural Sítio Jenipapo, com uma única exceção, moravam na comunidade Sítio Jenipapo e eram associados da Associação comunitária da referida comunidade, a Associação Comunitária do Sítio Jenipapo. Mostraremos de forma sintética, o processo histórico da construção dessa associação.

A comunidade Sítio Jenipapo é uma comunidade rural onde a população é formada em sua maioria por agricultores que não possuem terras. Nesta comunidade foi criada, nos finais da década de 1980 uma associação de moradores com o intuito de buscar melhorias na infraestrutura da comunidade em questão. As reuniões ocorriam mensalmente e no ano de 2001, representantes da EMATERCE levaram para uma dessas reuniões a proposta do Programa Crédito Fundiário. Como já mencionado, a demanda da terra sempre foi uma questão latente para os camponeses desta comunidade, fato que resultou em uma expectativa positiva do grupo com relação ao programa.

Após os associados enxergarem como positiva as características do programa, concordaram em avançar nos passos para a realização do financiamento. Foi feita uma lista prévia com os nomes das famílias que haviam demonstrado interesse na adesão ao programa e o processo de criação da associação para a aquisição da propriedade foi iniciado. No decorrer das reuniões e alinhamentos para a formalização da associação e criação de estatuto, foi visto que algumas famílias não atendiam aos pré-requisitos exigidos pelo Programa Crédito Fundiário, dentre eles, desenvolver a agricultura como atividade principal, não ser proprietário e não ser funcionário público.

Após a análise dos nomes das famílias, foi realizada a supressão daquelas que não se encaixavam em todos os critérios do Programa Crédito Fundiário e foi criada a nova associação que tinha o intuito exclusivo de realizar o financiamento. A Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo foi criada no mês de julho do ano de 2001 com um total de

¹³ No município de Crato, os sítios não se referem a uma propriedade agrícola individual, mas sim a uma comunidade rural. Nesse caso, quando mencionamos Sítio Jenipapo, estamos falando de uma comunidade rural com cerca de 500 habitantes. Quando mencionamos o Condomínio Rural Sítio Jenipapo, estamos nos referindo a propriedade que foi comprada pelo Crédito Fundiário e que é um dos nossos objetos de estudo.

18 membros, porém, houve seis desistências após a formalização da associação e o programa foi iniciado com 12 mutuários, número que permanece até a atualidade. A esse respeito, podemos elencar um trecho da conversa com o mutuário E1P2

As pessoas, a maioria delas, elas participavam da associação comunitária e a partir da associação comunitária veio a informação de que tinha esses projetos, aí a partir daí, da informação que começou a se criar o grupo, né? Com a intenção de adquirir as terras. Aí fomos procurar propriedade certa que atendesse, e juntar as pessoas, chamar fulano de tal. [Chamamos] Um a um para participar das reuniões, reuniões periódicas, pra ir dizendo como era que funcionava o sistema. Quando foi informado [divulgado a existência do programa], apareceu bastante pessoas interessadas, mas quando veio a parte das exigências, dos compromissos, então alguns iam saindo, aí restou doze, né? Doze associados para fechar o projeto. (E1P2. 2022)

Ao longo de todo o processo inicial de consolidação da associação e de compra da área, a EMATERCE atuou de forma bastante direta no processo burocrático, estando presente desde a construção da associação, na elaboração do regimento interno, na elaboração da proposta de financiamento, na busca e avaliação técnica da propriedade.

Com as famílias definidas e a nova associação já criada, os passos seguintes foram destinados à organização da documentação individual dos beneficiários e a busca pela propriedade que o grupo intencionava adquirir. O grupo visitou três fazendas, e antes de realizar a escolha pela propriedade atual, intencionou adquirir uma outra propriedade, porém, o proprietário desta a vendeu para outra pessoa, a partir disso, o grupo buscou outras opções e definiu como área de interesse para aquisição a atual propriedade, localizada na comunidade do Sítio Jenipapo. Tal área foi vista como opção interessante pelo grupo, especialmente pelo fato de se localizar bastante próximo à comunidade onde residiam, não resultando em mudanças drásticas na vida de todos os membros.

A fazenda pertencia a um proprietário local que já tinha interesse em vendê-la, desta forma, o grupo lançou a proposta de compra que foi aceita. Em seguida, a propriedade foi vistoriada pelos técnicos da EMATERCE e do IDACE para a realização da avaliação e produção da proposta de financiamento. A proposta de financiamento foi submetida aos seguintes órgãos: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, Unidade Técnica Estadual (UTE) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, tendo parecer favorável em todas essas instâncias, o contrato de financiamento foi efetivado no ano de 2003, junto ao Banco do Nordeste, instituição financeira responsável pelo financiamento.

Tendo o financiamento aprovado, o contrato foi assinado por todos os beneficiários e a propriedade foi adquirida. A área total da mesma é de 70,9 hectares e o financiamento foi realizado com um valor total de R\$ 216 mil reais, nesse montante já estando incluso os valores das despesas escriturais e os recursos SIC, sendo assim discriminados, R\$ 45.060,00 referente ao Valor Financiado (SAT incluído os custos de ITBI, Medição e Cartório) e R\$ 170.940,00 Valor do SIC (NÃO REEMBOLSÁVEL).

O contrato foi firmado pelo grupo, registrado no Cartório do 3º ofício do município de Crato, Ceará. As definições da associação e as delimitações da área estão definidas no instrumento particular de constituição da Associação, onde assim foram definidas suas dimensões: a área total de 70,9 hectares foi dividida em 18 lotes com 3 hectares cada, uma unidade para cada família, segundo o documento essas unidades eram destinadas à exploração de culturas irrigadas. Além dessas unidades autônomas, o projeto definiu uma área de reserva ambiental de 16,9 hectares. Após a desistência das seis famílias, as unidades autônomas foram reduzidas para 12 com 4,5 hectares cada uma. Esse fato é bastante interessante pois demonstra que ainda na criação da Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo o grupo já definiu a separação por lotes.

Após o projeto ter sido aprovado na instituição financeira, o grupo iniciou os trabalhos na propriedade, realizando manutenção nas cercas e construindo as 12 residências para as famílias. É relevante destacar que todas as famílias decidiram morar na área adquirida.

Durante os dois primeiros anos de funcionamento do Condomínio Rural Sítio Jenipapo, a EMATERCE se manteve presente na estruturação das atividades produtivas, prestando assistência técnica regular aos mutuários. De acordo com os mutuários, a regularidade das visitas era mensal podendo ocorrer de forma quinzenal caso existisse alguma demanda mais intensa por parte do grupo. A esse respeito, mutuários destacam que suas visitas ocorriam principalmente,

Na implantação dos projetos. Que tinham muitos projetos implantados, a assistência técnica era mais presente porque ela precisava tá, mas na medida que os projetos eles foram sendo desativados, aí diminuiu [o número de visitas] também. Eles vinham conforme existia projeto, vinham normalmente. Tinha as limitações deles, mas eles faziam o que tava nos planos pra eles fazerem. Hoje a gente tem as visitas da Ematerce, mas é raro, né? raro porque não tem atividade que exija que eles fiquem ali toda semana ou todo mês. Nem coletiva e até individual são poucas. Tem algumas que tem umas plantaçõezinhas mais organizadas. (E1P2. 2022).

Ainda com relação à assistência técnica, julgamos ser necessário destacar falas mais diretas, como a observada a seguir por um mutuário que é um dos mais atuantes no que se refere ao desenvolvimento das atividades agrícolas: “nós tamo aqui, por dizer abandonado que faz mais - quantos anos mesmo? - faz mais de 5 anos que eles pisaram aqui. A assistência aqui é zero, viu?” (E7P2. 2023)

A respeito do pagamento do financiamento, ao longo das entrevistas realizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa, os mutuários relataram que este ocorreu com bastante dificuldade principalmente para os que não possuem outra fonte de renda além da agricultura. Nos anos iniciais de funcionamento do Condomínio Rural Sítio Jenipapo, as dificuldades em obter produtos e renda foi maior pelo fato de ser o período de estruturação da área. No intuito de obter renda para a quitação da propriedade, ao longo dos anos alguns mutuários passaram a desenvolver outras atividades além das agrícolas, tais como prestação de serviços em setores diversos, como por exemplo na construção civil e no setor de beleza. Além disso, a extração de areia em seus lotes também foi uma das atividades que alguns mutuários passaram a desenvolver para obter renda. O desenvolvimento da extração de areia nas unidades autônomas é uma atividade que ocasionou o incremento de suas rendas, tornando o pagamento das parcelas mais viável. Identificamos que dos 12 mutuários, 2 efetuam tal atividade.

No ano de 2014, a partir de uma campanha lançada pelo governo federal direcionada aos beneficiários do programa Crédito Fundiário, foi possível obter um desconto para a quitação de todo o financiamento. Nos documentos conseguidos por essa pesquisa, não obtivemos os detalhes dos valores das parcelas nem do valor final da quitação do financiamento da propriedade.

3.2.3. Estratégias de Organização e de Produção

No processo inicial de estruturação do Condomínio Rural Sítio Jenipapo algumas atividades coletivizadas foram desenvolvidas, não ficando restrito somente às produções individualizadas. A primeira atividade coletiva que o grupo optou por desenvolver, foi a pecuária. Porém, para a criação do gado é preciso uma disponibilidade de terreno considerável para o plantio do pasto e a propriedade não possui dimensões que comportem essa atividade. Nesse sentido, o rebanho foi dividido por todos os membros e nem todos conseguiram dar continuidade à sua criação. Muitos realizaram a venda de seu rebanho por necessidades financeiras ou por dificuldades em cuidar dele.

A segunda atividade coletiva desenvolvida pelo grupo foi a criação de ovelhas, onde a mesma não teve continuidade por conta de problemas relacionados à perda de rebanho por conta de ataques de cachorros. Nos foi relatado que o rebanho estava constantemente fugindo da propriedade e, pelo fato da propriedade se localizar próximo a uma comunidade bastante habitada, a presença de cachorros é intensa e como o terreno é delimitado somente por cercas simples, tal fato, facilitou a entrada de cachorros que cotidianamente atacavam o rebanho não sendo mais possível a continuação da atividade. A esse respeito, um dos mutuários destaca,

As ovelha também era um rebanho até bom. As ovelha parece que era 45 ovelha. Nera um rebanho bom? (...) aí inventaram também essa mesma besteira de dividir e foi dividido e venderam também. Quem ainda demorou mais um poquim com algumas ovelha aqui foi eu, aí os cachorro danaram a perseguir, rapaz...tinha dia que rasgava de três. Eu digo, eu vou ficar é sem nada. Aí foi e vendi também. (E4P2. 2023).

Uma outra atividade coletiva que foi realizada pelo grupo foi a apicultura, tal atividade atualmente está sendo desenvolvida somente por dois mutuários. Porém, essa atividade requer uma área que seja afastada das residências e com disponibilidade de vegetação para que as colmeias consigam produzir o mel e a partir do momento que alguns membros iniciaram a venda de lotes, a disponibilidade de áreas com vegetação foi sendo reduzida, o que está inviabilizando a produção do mel. Atualmente para essa atividade ser desenvolvida é preciso buscar locais fora da área do projeto para distribuir as caixas com as colmeias.

Destacamos o relato bastante relevante de um dos mutuários que ainda atua na apicultura:

E a apicultura também, muito bom nos primeiros anos. Ela só foi perder estrutura a partir do momento da divisão da propriedade. Os apiários que eram instalados em área coletiva, quando foi individualizado e eles perderam aquele espaço. E hoje a realidade é que você não tem espaço dentro do assentamento pra apicultura por causa da individualização, né? (...)Então a apicultura, ela perdeu o espaço por conta disso aí, mas é uma atividade muito boa, né? (...)Desde o ano passado que eu não produzo nada, porque eu não peguei mais enxame, até os enxame que eu tinha ele ficou dentro de uma área que já foi vendida. Até pra você tirar as caixas de dentro, tem dificuldade (...)Vou ter que recomeçar do zero e fora do assentamento. (E1P2. 2022).

Atualmente não existem atividades comunitárias sendo desenvolvidas na propriedade, além da apicultura que é desenvolvida por 2 mutuários. Dentre os motivos citados para a extinção dos trabalhos coletivos, foram citados o interesse do grupo em

desenvolver atividades com mais autonomia e o pouco interesse e pouca afinidade de alguns mutuários para as atividades, como podemos observar no relato do mutuário E1P2,

Essas atividades eram coletivas, mas elas deixaram de existir justamente por isso. Porque envolvia todo mundo e nem todo mundo tinha a vocação, e a própria propriedade ela não era adequada pra isso, né? Pelo tamanho e pela estrutura e tudo, era inviável, então ela deixou de existir quase que naturalmente. Hoje não existe mais isso [atividades coletivas] (E1P2. 2022).

As produções agrícolas encontradas atualmente são somente as individuais, onde pode-se encontrar cultivos de feijão, milho, fava, hortaliças, mandioca, dentre outras pequenas culturas de sequeiro, cujo destino é o consumo próprio das famílias e o pequeno excedente, no caso de hortaliças, maracujá, banana, são vendidos pelos próprios sujeitos na comunidade local.

A respeito da comercialização das produções, somente um dos mutuários já participou das feiras agroecológicas e seus principais produtos eram hortaliças, maracujá, cajú e banana, porém, após a pandemia o mesmo não voltou a participar, o principal motivo foi o de tal mutuário não ter mais produtos o suficiente para suprir o consumo familiar e o fato deste já apresentar idade relativamente avançada o que vem limitando a continuidade de seus trabalhos.

Eu não fui mais pras feirinhas, Hilda. Fui não. Foi falta de coisa pra levar pra lá. Falta de produto, porque quando a gente tem água favorável, a gente tendo um cuidadim todo tempo tem o que levar pra feirinha, mas aqui a água daqui só dá pro consumo da casa, sobra nada. Aí a gente tem vontade de produzir, mas não pode, não tem como, né? Mas eu tenho vontade de produzir e aquelas feirinha era muito bom. Eu ira praquela do sábado lá na praça (...) Se eu tivesse como produzir bem eu tava naquela feira ainda. (E4P2. 2022).

O mesmo mutuário ainda relatou que o intuito principal de participar das feiras é o aspecto do convívio e da interação com outros camponeses, eu acho bom é participar”, “eu acho bom é tá no meio do movimento”, “qualquer coisa que eu apurar tá bom, né?”

Ainda com relação às produções individuais, o grupo também desenvolveu a criação de galinhas. Com os recursos SIC, foram adquiridas cerca de 100 galinhas para cada mutuário e foi financiada a construção dos galpões. Nos relatos dos mutuários, foi perceptível que a criação foi eficiente, porém, a dificuldade do grupo foi no destino da produção. Não conseguiram comercializá-las, o que tornou inviável a continuação da atividade por todos. A respeito das causas, um mutuário nos relata

Teve um projeto de galinha caipira aqui que todo mundo aqui tinha um galpãozinho no quintal de casa. Só não foi bom porque a gente não tinha conhecimento com as coisas aí não sabia nem procurar uma venda, né? Quando as minha tava no ponto de vender, as de Fernando tava tudo dum jeito só, aí ia vender a quem? (...) aí ficamos com esses bicho já dando era prejuízo, porque a galinha caipira é o seguinte, quando chega o ponto de você vender ou abater, se você não vender ela já vai comer o lucro, né? Aí foi o que aconteceu com nós. (E4P2.2023).

As limitações para a comercialização das galinhas foram citadas por todos os mutuários. Atualmente, somente 1 mutuário continuou com sua criação que, inclusive, foi ampliada e atualmente possui grande destaque na comunidade, sendo atualmente, sua principal fonte de renda.

Uma outra atividade que foi iniciada por alguns mutuários foi o cultivo do abacaxi. Utilizando recursos do Pronaf-A, dois mutuários investiram seus recursos adquiridos no cultivo do abacaxi, cultivo esse que acabou sendo finalizado por conta da limitação dos recursos hídricos. Tal fato resultou no endividamento dos mutuários, pois, como a produção não conseguiu progredir, não foi possível obter renda a partir de sua comercialização para o pagamento do financiamento.

Logo após a quitação da dívida, os mutuários do Condomínio Rural Sítio Jenipapo passaram a debater sobre a divisão em lotes da propriedade. Embora opinião contrária de alguns membros, em assembleia geral da associação, foi decidido a partir de decisão da maioria que o processo de divisão em lotes poderia ocorrer. Com a decisão do grupo votada e formalizada em assembleia, foi efetuada a divisão em lotes e os trabalhos passaram a ser somente individuais.

A respeito das divisões da propriedade em lotes individuais, existe dentro do grupo alguns mutuários que demonstraram insatisfação com a divisão. Nos foi relatado que esta não foi feita de forma igualitária, onde podemos destacar a fala de um dos sujeitos envolvidos no processo,

A divisão, como ela não teve um acompanhamento técnico, em jurídico, foi por decisão da maioria, então, a gente, eu mesmo, eu vi que ficou algumas coisas injustas, pelo tamanho de área, né? Teve situações de [uma família] pegar quase 1 hectare a mais que outro, né? Aí a gente achou meio injusto, a questão da divisão da terra, por conta disso. Foi uns 2 ou 3, que saíram prejudicados e a maioria aprovou isso aí e impôs, né? (E1P2. 2022).

Embora os mutuários prejudicados tenham realizado questionamentos quanto à divisão que acarretaria perda de áreas, nos foi relatado que os questionamentos não foram respeitados e a votação na assembleia foi favorável à divisão desigual.

A individualização da propriedade intensificou a autonomia das ações dos mutuários, inclusive, abrindo margem para a venda de parte dos lotes individuais. Vale ressaltar que no instrumento jurídico da associação as possibilidades de venda ou repasse de lotes não são permitidas caso o projeto não tenha sido quitado.

A venda de partes dos lotes é bastante comum na área do Condomínio Rural Sítio Jenipapo. Até o momento que a pesquisa foi realizada, das 12 famílias titulares, cinco já haviam realizado a venda de partes de suas áreas produtivas e uma delas realizou a venda total dela, não sendo vendida somente a sua residência. O mutuário que realizou a venda de todo o seu lote, não faz mais parte do grupo. Disponibilizou sua residência para aluguel e sua área produtiva foi vendida para mais de um comprador. A família que atualmente reside na residência desse mutuário desistente, não obtém renda da agricultura e não realiza produções agrícolas em sua área, apenas desenvolve cultivos de frutas na área do quintal da residência. É relevante destacar que a referida família, também realizou a compra de parte de um lote de um outro mutuário da propriedade e na referida área realiza a extração de areia para a construção civil.

Ao nos depararmos com tais fatos, buscamos aprofundar nosso olhar a respeito das problemáticas envolvendo tais processos. A venda de partes de suas áreas foi o meio para a obtenção de renda para as famílias, inclusive para a efetivação do pagamento do financiamento. Após a propriedade ter sido individualizada, os trâmites legais para a obtenção da escritura do terreno possuem elevados custos, fator esse que também motivou a venda por parte de alguns dos mutuários. Os impactos do processo de venda de partes da propriedade vêm afetando diretamente as atividades produtivas de outros membros como abordaremos a seguir.

O Condomínio Rural Sítio Jenipapo conquistou, a partir do Projeto São José, a construção de uma casa de farinha e de um poço profundo para o incremento da renda e diversificação da mesma. Tendo sua construção concluída em 2020, os equipamentos citados ainda não estão em funcionamento. Os principais motivos que ainda não tornaram viáveis o funcionamento dos mesmos, são principalmente, a não finalização das instalações elétricas e a pouca disponibilidade de sua matéria prima principal, que é a mandioca. Para a aquisição do projeto de casa de farinha, foram realizados estudos prévios onde buscou-se analisar a viabilidade de tal atividade. No momento de estudos prévios, constatou-se que a propriedade possuía as condições necessárias para a plantação de mandioca que supriria o funcionamento da casa de farinha. No projeto estava previsto a disponibilidade de cerca de 1,5 hectares para

o cultivo da mandioca, cultivo esse que poderia ocorrer de forma coletiva ou não. Vale ressaltar que tais estudos foram iniciados em 2013.

A partir do momento em que os mutuários passaram a realizar a venda de partes de suas áreas, a disponibilidade de terras foi sendo alterada e reduzida, havendo assim a diminuição das áreas antes identificadas como passíveis de serem utilizadas no cultivo da mandioca. Atualmente não existem mais áreas coletivas o suficiente para o cultivo da mandioca que seja viável para o funcionamento da casa de farinha.

A tabela abaixo elenca as produções desenvolvidas pelo grupo. É preciso destacar que o quadro se refere somente às produções dos mutuários que foram entrevistados, ou seja, existem atividades desenvolvidas na área que não estão citadas na tabela 33.

Tabela 33– Detalhamento das produções e criações dos camponeses do Condomínio Rural Sítio Jenipapo - 2023

PRODUÇÃO ATUAL DOS CAMPONESES DO CONDOMÍNIO RURAL JENIPAPO					
MUTUÁRIO	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	DESTINO DA PRODUÇÃO	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	DESTINO DA PRODUÇÃO	QUEM TRABALHA NO LOTE
E1P2	Macaxeira, feijão, cajueiro.	Consumo.	Apiário.	Venda do mel para a comunidade	O próprio mutuário.
E2P2	Feijão,	Consumo			O próprio mutuário.
E3P2	Feijão, macaxeira, mandioca, jerimum	Consumo.	Galinhas	Consumo.	O próprio mutuário e o filho.
E4P2	Banana, mandioca e feijão, milho, caju.	Consumo. Mandioca para a venda.	Galinhas e porco.	Consumo. Venda da carne do porco.	O próprio mutuário.
E5P2	Milho, feijão, mandioca, fava e cajueiro	Consumo. Mandioca para a venda.	Galinha, Porco e ovelha (criados pelo filho)	Consumo e venda.	O próprio mutuário e o filho.
E6P2	Milho e feijão	Consumo	Galinhas	Consumo	Filhos do mutuário.
E7P2	Mandioca, feijão, fava, milho, andu	Consumo. Venda da mandioca.	Apiário.	Venda do mel para a comunidade	O próprio mutuário.

Fonte: Produzido pela autora. 2023

Sobre as problemáticas vivenciadas pelo grupo, podemos destacar que a pouca disponibilidade de recursos hídricos é a principal limitação do grupo. No momento de instalação do projeto, em 2003, um poço profundo foi perfurado para atender as famílias. Com vazão de quatro mil litros por hora, era utilizado para o consumo cotidiano das 12

famílias mutuárias. Atualmente, com a chegada de famílias agregadas, existem 17 famílias morando na propriedade o que ocasionou em uma maior demanda por água, e com a atual pressão, o poço diminuiu sua vazão, estando atualmente com uma vazão de cerca de dois mil litros por hora.

Tal limitação em muito impacta nas atividades desenvolvidas pelo grupo, pois torna-se inviável realizar qualquer atividade que necessite de irrigação com uma quantidade bastante limitada de água. Essa limitação foi a principal causa de prejuízos financeiros e dívidas junto aos agentes financeiros, pois alguns membros solicitaram financiamentos para desenvolver algumas atividades irrigadas, porém, com a falta de recursos hídricos não foi possível obter os produtos pretendidos e previstos nos projetos, nesse sentido, vale destacar a fala do E1P2(2022) que fez financiamento para a produção de abacaxi,

A gente investiu esses recursos em atividades também que a gente acreditava que dava certo, mas aí no fim não deu. Falta de estrutura, né? Precisava de uma estrutura hídrica e a gente não tinha, então ele (o cultivo de abacaxi) se manteve até certo ponto aí depois, eles não foram para frente, né? Por conta disso, aí a gente ficou só com a dívida.

A respeito dessa problemática, é preciso destacar que dois mutuários da propriedade não utilizam mais a água do poço que foi perfurado no início das atividades na propriedade, pois com recursos próprios, estes 2 mutuários contrataram uma empresa especializada para realizar a perfuração de poço profundo nos seus lotes, para o uso exclusivo de suas famílias. Um desses poços cavados tem vazão de sete mil litros de água por hora enquanto o outro possui vazão de 15 mil litros por hora.

A solicitação de financiamento do Pronaf é uma prática comum dentro do grupo, todos os entrevistados afirmaram já ter solicitado pelo menos 1 vez crédito do referido programa e no momento de desenvolvimento da nossa pesquisa, constatamos que 4 dos 7 entrevistados, estavam com seu financiamento ainda em andamento, ou seja, ainda estavam realizando os pagamentos regularmente e desses 4 que ainda estavam com o financiamento em andamento, 1 deles estava em situação de inadimplência e buscou a instituição financeira para buscar solução para sua pendência, porém, ainda não havia obtido retorno quanto a tal questão.

Outro fator elencado nas entrevistas é a respeito da perda de vocação agrícola do grupo, muitos acabam priorizando outras atividades econômicas que são economicamente mais rentáveis, o que vai provocando o distanciamento com relação às atividades agrícolas,

este fato foi perceptível no grupo no qual podemos observar que dos doze beneficiários titulares, nenhum tem renda exclusiva das produções agrícolas.

A individualização também foi citada como sendo um dos motivos que levaram o grupo a se desmobilizar, “aí individualiza, cada um toma de conta do que é seu, aí as coisas muda totalmente dentro do grupo, né?” (...) “aí aquilo pra própria direção [se referindo a direção da associação] dar continuidade aquilo dá muito trabalho” (E3P2. 2023).

A desmobilização do grupo foi citada como sendo uma das consequências da não efetividade das atividades produtivas. As reuniões da associação devem ocorrer mensalmente, sendo este, um espaço de discussão, mobilização e decisão das questões que afetam o grupo, porém, por conta da desmobilização e também do desânimo do grupo no que se refere ao desenvolvimento das atividades produtivas, as reuniões que deveriam ocorrer mensalmente são bastante escassas por conta das ausências da maioria dos membros. Podemos destacar uma fala de um dos mutuários, sobre essa regularidade das reuniões da associação:

O certo é pra ser uma vez no mês e várias reuniõezinhas no decorrer do mês quando tem coisa extra, mas aí o grupo é que tá fraco, viu? Pra você juntar, menino, o grupo aqui dá um trabalho. Tem vez que vai só eu e João e Fernando pra essa reunião. É interesse pouco, porque da hora que nós dividimo [se referindo ao processo de individualização em lotes], o pessoal já vê a associação ali como uma coisa ruim. (E7P2. 2023).

Tal fala demonstra um fato bastante recorrente nos projetos obtidos a partir do Crédito Fundiário que é a constatação da utilidade da associação somente para os fins burocráticos no momento da realização do financiamento. Percebe-se que quando o contrato de financiamento é efetivado, a associação não é considerada mais como um importante mecanismo de mobilização coletiva do grupo. Após a terra comprada, a sua utilidade é questionada.

Pudemos observar ao longo das visitas, conversas e entrevistas com o grupo que após a individualização da área, além da venda de lotes, alguns mutuários passaram a obter renda a partir da extração e venda de areia para a construção civil. A extração e comercialização da areia é uma atividade que se mostra bastante lucrativa pois cada caminhão de areia extraído dos lotes é vendido por cerca de R\$100 reais. Nos lotes que efetuam essa atividade, a areia extraída é o suficiente para abastecer uma média de 11 caminhões por dia. Sendo uma atividade realizada todos os dias úteis da semana é possível obter cerca de 22 mil reais por mês com a comercialização desse produto. Essa atividade está sendo realizada atualmente por dois mutuários e por 1 família agregada. A figura 4 mostra um lote onde tal atividade vem sendo desenvolvida.

Figura 4 – Área de extração de areia para a construção civil no Condomínio Rural Sítio Jenipapo



Fonte: Capturada pela autora. 2023.

As estratégias encontradas pelos camponeses do Condomínio Rural Sítio Jenipapo são bastante diversas, como foi possível observar. Também é preciso observar que as dificuldades citadas na infraestrutura da propriedade e a ausência de assistência técnica se colocam como meios que permitem a busca por meios alternativos de obtenção de renda, como a venda de partes dos lotes e a extração de areia para a construção civil.

3.3. ALEGRE FRUTA

3.3.2. Organização da associação

Localizado também na comunidade do Sítio Jenipapo, distrito de Bela Vista, município de Crato, situada a 12 km da sede desse município, a referida propriedade igualmente adquirida a partir do programa Crédito Fundiário possui características organizativas e produtivas bastante distintas das duas experiências já apresentadas.

Os camponeses mutuários que integram o Alegre Fruta começaram seu processo de articulação para aquisição do financiamento no ano de 2004 tendo inicialmente 10 (dez) famílias. Com um grupo bastante misto, o grupo foi formado por famílias de meeiros, arrendatários, diaristas e moradores de condição de fazendas locais e camponeses moradores de localidades próximas, sendo elas a comunidade Sítio Jenipapo, comunidade Sítio Alegre,

comunidade Sítio Caboclo e comunidade Vila Guilherme, comunidades que são vizinhas e tem um perfil de moradores bastante similar, formadas principalmente por agricultores que não possuem terra.

Os camponeses se organizaram a partir da mobilização da EMATERCE, que estava sempre em contato com as associações de moradores das comunidades Sítio Jenipapo e Sítio Alegre, onde as reuniões ocorriam regularmente uma vez por mês e, quando o programa Crédito Fundiário foi lançado os técnicos da EMATERCE passaram a sugerir para o grupo a adesão ao programa como meio eficiente de obtenção de terras já que, como mencionado, a falta de terras é uma característica comum dos camponeses dessas comunidades.

As propriedades Fazenda São Silvestre e Condomínio Rural Sítio Jenipapo, como explanado, já tinham sido adquiridos pelo programa Crédito Fundiário, o que resultou num incentivo maior para o grupo também aderir ao programa pois eram experiências que embora ainda estivessem em desenvolvimento inicial, o processo de financiamento já tinha sido efetivado, o que já foi visto como experiência exitosa pelos camponeses. Assim sendo, foi criada a Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar – Alegre Fruta com 10 famílias e o processo de preparação da documentação para a solicitação do financiamento junto à entidade financeira foi iniciado.

Diferente das associações formadas para a aquisição da Fazenda São Silvestre e do Condomínio Rural Sítio Jenipapo, os membros da associação Alegre Fruta não possuíam relações tão próximas, pois faziam parte de comunidades diferentes e nem todos tinham vivências ou experiências em organizações sociais, esse fato foi bastante notório ao realizar as entrevistas. Além de ser um aspecto relevante no sentido de demonstrar uma peculiaridade do Alegre Fruta, também é um fato relevante pois ele impactou o desenvolvimento das atividades do grupo, especialmente as que exigiam uma maior mobilização coletiva. Essa questão será abordada mais adiante, no tópico sobre as atividades produtivas do grupo.

No processo de consolidação da associação, o grupo se reunia mensalmente, porém em alguns momentos elas ocorriam a cada 15 dias a depender das demandas a serem resolvidas, pois muitas vezes o grupo precisava debater e decidir questões emergenciais referentes ao financiamento.

Após as famílias serem definidas e a associação ter sido criada formalmente, com a assistência da EMATERCE o grupo buscou as possibilidades de propriedades passíveis de serem compradas e iniciou a elaboração da proposta de financiamento para ser submetida aos órgãos que atuam no programa, sendo eles EMATERCE, IDACE e Banco do Nordeste.

A propriedade comprada, pertencia a um proprietário que inclusive era o mesmo fazendeiro da propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo, a fazenda foi a única visitada pelo grupo, que demonstrou interesse na sua aquisição por conta da proximidade com o núcleo central da comunidade do Sítio Jenipapo, comunidade que a maioria das famílias residiam, logo, não alteraria de forma mais radical a dinâmica cotidiana de boa parte dos membros.

A respeito do processo de negociação, os relatos apontam que o valor da propriedade foi o valor estipulado pelo IDACE a partir da avaliação técnica da área, não sendo realizado processo de negociação direta entre os camponeses e o proprietário.

A partir do momento que a propriedade foi definida, foi redigida a proposta de financiamento e esta foi submetida e obteve parecer favorável nas seguintes instâncias: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, Unidade Técnica Estadual (UTE) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS. Após o parecer favorável nas instâncias citadas, a proposta foi aprovada pelo Banco do Nordeste, instituição financeira responsável pelo financiamento. Nossa pesquisa não teve acesso aos documentos relativos a esse processo.

Tendo o financiamento aprovado, o contrato foi assinado por todos os beneficiários e a propriedade foi adquirida. A área total da mesma é de 118,8 hectares e o financiamento foi realizado com um valor total de R \$180 mil reais, nesse montante já estando incluso os valores das despesas escriturais e os recursos SIC, sendo assim discriminados, R\$ 82.044,00 referente ao Valor Financiado (SAT incluído os custos de ITBI, Medição e Cartório) e R\$97.956,00 Valor do SIC (NÃO REEMBOLSÁVEL).

Em dezembro de 2004 a propriedade foi comprada e ainda no período inicial, 4 famílias desistiram do programa, antes do início das atividades de estruturação da área. Ao longo da pesquisa participativa desenvolvida para a produção desse trabalho, nos foi relatado que um dos motivos que foram relevantes para a desistência foi o fato de a propriedade não apresentar boas condições físicas, de solo e de disponibilidade hídrica. “A dificuldade era grande, porque não tinha água lá no início, a água era só na cacimba, né? dificuldade muito grande, né?” (E2P3. 2022).

É importante destacar que os recursos SIC foram direcionados para a construção da cerca da propriedade, compra de ovelhas e também para a perfuração do poço artesiano para a captação de água para o abastecimento doméstico/para o atendimento das necessidades domésticas/ para o suprimento das atividades domésticas das famílias, porém, o processo de estruturação dessas atividades, especialmente a perfuração do poço, não ocorre de forma

imediate, no caso do Alegre Fruta, a estruturação dessas atividades mencionadas demorou cerca de dois anos para ocorrer.

As desistências não ocorreram somente ao longo dos dois primeiros anos, elas foram ocorrendo em diversos momentos e por motivos diversos, onde ao longo da pesquisa foi perceptível que além dos já citados, também foram mencionados dificuldades no pagamento das parcelas, que têm relações diretas com as más condições físicas da propriedade, e conflitos internos entre os mutuários, especialmente conflitos surgidos a partir da postura autoritária e pouco aberta ao diálogo do presidente da associação, segundo os relatos dos sujeitos entrevistados. Nos momentos que o grupo precisava realizar decisões relevantes, um mutuário aponta que, “Concordava com o homem [presidente da associação] pra não dar confusão” (E2P3. 2022).

Em 2005 o grupo iniciou a realização da construção das casas e a estruturação das cercas para a delimitação da área. Como os recursos utilizados para a realização dessas atividades eram SIC, os pagamentos foram operacionalizados diretamente pelo Banco do Nordeste para a conta da associação, que realizava as contratações e/ou compras e realizava as devidas prestações de conta, assim como ocorreu com a Fazenda São Silvestre e o Condomínio Rural Sítio Jenipapo. Todo o processo foi assessorado de forma muito presente pela EMATERCE.

Os recursos SAT, que são destinados ao pagamento da propriedade são encaminhados do agente financeiro diretamente para a conta do proprietário. Os dados apontam que esse trâmite ocorre de forma imediata e integral, ou seja, o proprietário recebe os valores em parcela única e logo que o financiamento é efetivado na instituição. Nos anos iniciais, o grupo trabalhou na estruturação de cercas, construção de casas e na produção coletiva de feijão, porém, nos foi relatado que nem todos os mutuários continuaram participando de forma direta e engajada, o que provocou o distanciamento do grupo.

Associado a essa diminuição no engajamento dos membros, a limitação das condições físicas da propriedade foram fatores apontados que dificultaram o desenvolvimento de atividades produtivas na propriedade e consequentemente, limitantes para a obtenção de renda suficiente para a sobrevivência das famílias, o que tornou inviável a realização do pagamento do financiamento.

Assim como na Fazenda São Silvestre e no Condomínio Rural Sítio Jenipapo, o Alegre Frutas também teve três anos de carência para o início do pagamento e o contrato também previa uma bonificação de adimplência de 40% caso fosse pago até a data do

vencimento. A primeira parcela teve vencimento no ano de 2009, porém o grupo não conseguiu realizar o seu pagamento.

Com a dívida crescendo por conta dos juros que iam sendo acrescidos a cada ano, as limitações financeiras continuaram e as parcelas dos anos seguintes também não foram pagas, o que ocasionou na inserção dos nomes dos mutuários nos cadastros oficiais de devedores, bem como, a associação também ficou impossibilitada de adquirir projetos e financiamentos.

O grupo não conseguiu efetuar o pagamento de nenhuma parcela e, no ano de 2019 o agente financeiro propôs para o grupo uma renegociação da dívida que, por conta dos juros, tinha atingido um valor superior a R\$ 100 mil reais. A proposta do banco era de desconto de 95% no valor total do financiamento. Com essas condições, o grupo aceitou a proposta, conseguiram quitar o projeto e os nomes dos mutuários foram retirados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Não obtivemos dados a respeito dos valores exatos das parcelas anuais e nem da parcela final desse financiamento.

Foi relatado pelos mutuários do projeto que o pagamento não teria ocorrido caso a instituição financeira não tivesse realizado essa renegociação da dívida, pois as produções até a atualidade não são suficientes para obter ganho e a renda familiar não permite a retirada dos valores para a efetivação dos pagamentos. Mesmo sendo parcelas anuais, se tratam de camponeses com recursos extremamente limitados, vindos especialmente de aposentadorias e de programas assistencialistas do governo federal.

A respeito do endividamento dos mutuários do Alegre Fruta, é importante destacar que, embora seja uma situação recorrente nos imóveis adquiridos pelo Crédito Fundiário, ainda é preciso observá-lo de forma atenta, visto que se trata de um processo de endividamento que não foi esclarecido pelo órgão que mobilizou o grupo para a aquisição do programa. Foi nos relatado pelos mutuários que as reuniões sempre frisavam a importância do grupo efetuar os pagamentos em dia, não mencionando que os nomes seriam incluídos na lista dos devedores do SPC.

Outro fato que é preciso analisar ainda dentro dessa problemática é com relação a assistência oferecida pelos órgãos responsáveis. O grupo em nenhum momento conseguiu efetuar o pagamento e não foi mencionado pelos mutuários de que forma estes órgãos atuaram para a resolução desse problema.

3.3.3. Estratégias de Organização e de Produção

Os 3 anos iniciais de funcionamento do Alegre Fruta foram dedicados à estruturação da propriedade, estruturação essa que compreendia especificamente a construção e manutenção das cercas que delimitavam a área e construção das casas para as famílias. As cercas eram construídas por todos os mutuários de forma diária e as casas eram construídas por pedreiros contratados pela associação. Os recursos para a contratação da mão de obra e para a compra do material eram depositados na conta da associação, que realizava os pagamentos e prestava contas junto à instituição financeira. No intuito de obter os recursos destinados à construção das casas, alguns mutuários desenvolviam a função de servente.

Embora existissem somente 6 famílias devido às desistências, na propriedade foram construídas 9 casas, a justificativa mencionada foi a de que quando as famílias desistiram os recursos já haviam chegado e as construções já haviam iniciado, ou seja, 3 casas foram construídas e não foram ocupadas a princípio, somente após a chegada de famílias agregadas elas foram utilizadas.

Ainda a respeito do processo inicial de estruturação da área, outra camponesa reforça que eram atividades coletivas e que foi um período de muitas dificuldades, onde nos aponta que, “Começou todo mundo junto, aí era fazendo cerca pra cercar o terreno. Óia bixinha, eu sofria alí . Quando eu cheguei que foi pra construir a cerca, era todo mundo junto, eu passei mais de 2 mês sofrendo.” (E1P3. 2022)

As dificuldades existentes nesse período, foram momentos cruciais que resultaram inclusive, na desistência de algumas famílias. Por conta das poucas condições de fertilidade do solo e da ausência de recursos hídricos, visto que no primeiro ano ainda não existia rede de distribuição de água, as famílias não conseguiram renda a partir da produção agrícola, além disso, os relatos de atritos dentro do grupo também contribuíram para o desestímulo de algumas famílias em continuar se dedicando integralmente às atividades na Propriedade Alegre Fruta, incentivando na busca de outras fontes de renda e a venda de lotes ou de parte deles.

Com relação às atividades coletivas produtivas, o feijão foi a cultura desenvolvida no Alegre Frutas. Foram plantados em 2006 uma área de cerca de 5 tarefas, que ocasionou uma colheita de cerca de 20 sacos de feijão pelo grupo que foi dividido de forma igualitária para as seis famílias mutuárias. Podemos comprovar esse fato, na fala do mutuário E2P3(2022), “No início nós plantemo umas 5 tarefas de feijão, tudo achando bom o projeto da roça. Na época, nós tiremo, parece que 20 saco de feijão nas 5 tarefas. No ano que nós chegamo lá

dava era feijão”. A produção foi colhida e dividida de forma igualitária entre todas as famílias mutuárias que o destinaram principalmente para consumo próprio.

A produção continuou coletiva no ano de 2007, porém, o montante colhido foi reduzido e no ano de 2008 o grupo decidiu não mais continuar com a forma coletiva de trabalho. Ao questionarmos sobre os motivos para tal atividade não ter sido mais realizada, nos foi relatado que a produção foi diminuindo a cada ano por conta da pouca disponibilidade hídrica bem como pela perda de fertilidade do solo. Destaque para a fala do mutuário E2P3 a respeito das limitações por conta da dificuldade hídrica:

Se na época eu tivesse a oportunidade que eu tenho hoje [em 2022 o mutuário realizou um financiamento e destinou os recursos para a perfuração de um poço artesiano em seu lote], eu desenvolvia mais, né? É porque eu tive essa oportunidade de cavar um poço pra mim só agora, se eu tivesse antes. Eu tinha vaca, óh, ela deu 4 cria na minha mão e eu vendi pra Seu Jaca, agora em 2019 ela deu mais 4 cria na mão dele, 8 cria. Se eu tivesse a água pra fazer o plantiozim de capim pra dar a ela uma ração, num tava mais miózim, nera não?

Atualmente, a única atividade que ainda é de responsabilidade de todos é a logística do desligamento/ligamento da bomba para a distribuição de água para as casas das famílias. Cada mês essa atividade é executada por uma família diferente, ocorrendo pois o revezamento de tal função. A produção agrícola é realizada de forma individual, onde podemos encontrar cultivo de feijão, fava, alguns cultivos de caju, criação de galinhas, porco e cabras. Todas as produções são voltadas para o consumo das famílias.

A respeito das condições físicas da propriedade, os entrevistados relataram que esta tem bastante limitações, não possui boas condições para o cultivo de algumas culturas, principalmente para o milho, produto básico nos cultivos locais, o que limita muito a atuação. O grupo tentou cultivar mandioca, porém o terreno também não é favorável para tal, nesse caso as famílias produzem basicamente feijão.

Bastante citado também é o fato da área não possuir boa disponibilidade hídrica. No início das atividades, foi perfurado um poço profundo para atender as demandas do grupo, porém tais demandas são principalmente as domésticas, pois a água disponível limita a utilização da água para a irrigação das produções. Tal fato foi relatado como a principal problemática enfrentada pelo grupo. Outra problemática citada é a dificuldade de mobilização social, foram relatados conflitos envolvendo o presidente da associação, alguns membros citaram que a postura considerada ríspida do mesmo foi um forte fator de desmobilização dos mutuários, inclusive, foi relatado que tais posturas fizeram com que um dos membros saísse do programa.

A respeito da assistência técnica, os mutuários foram bastante enfáticos ao afirmar que esta deixa a desejar. Os relatos apontam que no processo inicial de engajamento do grupo, consolidação da associação e resolução de burocracias para a aquisição do programa, os técnicos da EMATERCE participavam de forma intensa das ações, porém, após o financiamento ter sido aprovado e as atividades terem iniciado na propriedade, o grupo foi percebendo ausências dos técnicos e também foi relatado a pouca efetividade das ações. Com relação a tal problemática, vale destacar uma fala do mutuário E2P3 (2022) “A assistência da Ematerce é só pra conversar mesmo. Eles não tinha dinheiro e nós também não tinha mais, né?”

Os conflitos existentes na propriedade Alegre Frutas não cessaram após o pagamento da dívida e individualização dos lotes. No momento de nossas visitas, um dos mutuários havia contratado uma empresa e estava realizando a perfuração de um poço profundo para captar água para o consumo, pois relatou que a utilização do poço pertencente ao projeto estava gerando conflitos com o presidente da associação. O presidente da associação não concordava que a bomba fosse ligada ou desligada fora do horário estabelecido pelo grupo, a esse respeito, a fala de um dos mutuários é bastante comprobatória de tal fato

eu me abusei mais da água lá por que ele só quer que eu concorde com ele, não quer concordar comigo. Eu fui ligar [a bomba] faltando 10 pras 5, ele disse que só era pra mim ligar 5 horas da tarde. Eu mais Zé nós se ‘invoquemo’ aí nós não quer mais não. Se quiser cortar, pode cortar. Ele foi lá e cortou [cortou o acesso da água ao lote do mutuário] (E2P3, 2022)

Após os mutuários do Alegre Frutas realizarem a quitação da dívida do financiamento, o grupo também optou pela separação em lotes. Cada uma das seis famílias teve sua área de 19,8 hectares separadas e podemos perceber que o processo de venda de partes dos lotes também vem ocorrendo. Até o momento duas famílias realizaram a venda total de sua área, outros dois realizaram venda de parte de seus lotes e as outras duas famílias não realizaram venda de nenhuma parte de suas terras.

Cada um dos seis lotes possui 19,80 hectares, não estipulado área de reserva ambiental. Na figura 5 é possível melhor assimilar essa questão. A imagem refere-se ao lote 05. Nossa pesquisa não conseguiu documentos da associação e nem imagens do mapa da propriedade utilizado para a aquisição do financiamento.

hoje são donos, muitos deles, inclusive, já haviam trabalhado nas próprias fazendas que atualmente moram e são proprietários.

São camponeses que para reproduzir suas atividades, precisavam se submeter ao regime de arrendamento em fazendas próximas de suas atuais propriedades, além do fato de todos terem sido trabalhadores em fazendas, outro aspecto de similaridade encontrada foi a experiência no associativismo da maioria dos camponeses.

O associativismo já era uma prática comum aos camponeses mutuários das três propriedades analisadas neste estudo. As associações que os mutuários já haviam participado, eram associações comunitárias que foram fundadas ainda nas décadas de 80 e 90 sob a orientação tanto de trabalhos pastorais da igreja católica quanto do sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Crato. Tais associações, sendo elas a Associação comunitária Padre Frederico, a Associação Comunitária do Sítio Jenipapo e a Associação do Sítio Alegre eram as associações as quais os camponeses mutuários eram filiados anteriormente à adesão ao Crédito Fundiário.

Tal fato demonstra que a mobilização social e o trabalho coletivo não eram práticas desconhecidas pelos camponeses. Somente um camponês entrevistado relatou não ter participado de nenhuma associação anterior a associação que foi criada para a realização do financiamento do Crédito Fundiário.

A carência de recursos hídricos também foi observada como sendo um relevante ponto de similaridade entre as três propriedades. A perfuração de poço artesiano profundo para uso comum das famílias foi efetuada ainda no início das atividades nas três propriedades, porém, a disponibilidade hídrica dos mesmos não se mostrou suficiente para a irrigação das produções e atualmente, todos os camponeses mutuários relataram ser essa a principal limitação encontrada nas propriedades, onde, muitos camponeses buscam renda em outras atividades por não conseguirem realizar de forma efetiva seus cultivos em suas propriedades.

Essa limitação é bastante exemplificadora do quanto a execução do programa Crédito Fundiário precisa ser repensada. Em nossa compreensão, esse é um dos pontos onde o programa se mostra falho, pois se não existia a disponibilidade hídrica nas propriedades no momento da avaliação técnica, deduzimos que os órgãos que a realizam não poderiam aprovar o projeto técnico. E se tal limitação for um fato recente, entendemos que os órgãos que realizam assistência técnica precisam encontrar meios de minimizar ou solucionar os problemas.

Relacionado à questão produtiva, a ausência de assistência técnica foi amplamente criticada pelos camponeses das três propriedades. Todos os entrevistados demonstraram

insatisfação com relação ao referido serviço e os relatos indicam que a maior presença da assistência técnica ocorreu nos anos iniciais de funcionamento das áreas.

Aí reside um dos principais pontos de crítica quanto ao programa, pois o mesmo, em sua concepção, defende sua existência para a garantia de qualidade de vida para a população camponesa e não há qualidade de vida para a população camponesa em propriedades sem condições físicas de produção e desassistidas tecnicamente. A reprodução do campesinato é comprometida onde não existem condições de sobrevivência, de produção agrícola e a disponibilidade hídrica é fator crucial nesse sentido.

Outra similaridade observada ao longo da pesquisa é o acesso ao PRONAF. Todos os entrevistados já acessaram pelo menos uma vez a linha de crédito disponibilizada pelo Banco do Nordeste para a agricultura familiar. Alguns possuem empréstimos e pendências em andamento.

Em cada uma das propriedades as especificidades existem e, destacamos como principais: na Fazenda São Silvestre a única atividade coletiva oficial é a voltada para a manipulação da mandioca na casa de farinha. Os trabalhos de manipulação e comercialização dos produtos oriundos da mandioca ocorrem tanto na casa de farinha da propriedade quanto na casa de farinha do Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante, parque que se localiza na sede do município de Crato e recebe feiras agropecuárias e atividades diversas nos fins de semana.

Alguns camponeses da Fazenda São Silvestre também realizam a troca de diárias, essa forma de trabalho coletivo ocorre especialmente em períodos de colheita, onde alguns camponeses colhem as suas produções de forma conjunta, cada dia em um lote diferente até a colheita de todos os camponeses envolvidos ter sido concluída. É uma prática que tem origem nos pais e/avôs dos mutuários da Fazenda São Silvestre e é reproduzida de forma voluntária na propriedade.

Na Fazenda São Silvestre não houve ainda a comercialização de lotes ou de parte deles, sendo a única propriedade das três pesquisadas que não encontramos essa ação. Ao longo da aplicação das entrevistas, questionamos os camponeses sobre a possibilidade futura de venda dos lotes e todos os entrevistados afirmaram que não tem intenção de reproduzir essa prática. Os camponeses da fazenda São Silvestre também demonstraram o maior nível de satisfação com relação ao programa, todos os entrevistados afirmaram que o Crédito Fundiário é um programa relevante por ter sido a partir dele que houve a conquista da terra.

Na Fazenda São Silvestre atualmente, somente duas famílias decidiram morar na propriedade, as outras 9 famílias decidiram continuar morando em suas casas (no núcleo

central da comunidade Malhada), e se deslocar diariamente para a propriedade para a realização dos trabalhos de cultivo. A proximidade entre a propriedade e as residências permite esse deslocamento.

Na propriedade condomínio Rural Sítio Jenipapo uma das maiores especificidades encontradas foi a da obtenção de renda por algumas famílias a partir da venda da areia para construção civil. Foi a única propriedade que encontramos essa prática.

Na propriedade citada foi onde nossa pesquisa também encontrou mais habitações, todos os mutuários moram na área, além disso, existem mais 5 casas onde moram famílias agregadas, sendo elas filha/os e netos dos beneficiários, ou seja, são 17 famílias habitando a propriedade.

Outra realidade que foi visivelmente intensa na propriedade Condomínio Rural Sítio Jenipapo foi a venda de lotes ou de parte deles, ao todo, foram 5 mutuários que realizaram a venda de partes do seu lotes e as entrevistas demonstraram que outros mutuários também pretendem vender parte dos seus e a justificativa central é a necessidade financeira, sendo esse mais um ponto de crítica ao Crédito Fundiário, pois pressupõe que se há dificuldade do camponês obter renda é também por conta das poucas possibilidades disponíveis na propriedade.

Na propriedade Alegre Fruta, a principal peculiaridade que a pesquisa pode destacar é a grande quantidade de famílias desistentes do programa. Das 10 famílias que assinaram o contrato de financiamento, somente 4 permanecem no programa, sendo que as desistências ocorreram ao longo das diversas fases de funcionamento, onde 4 famílias desistiram ainda na fase anterior ao primeiro pagamento.

No Alegre Fruta foi onde nossa pesquisa encontrou a situação mais delicada com relação às produções agrícolas. Na propriedade não é viável produção agrícola e a razão mencionada é a ausência de condições físicas da propriedade, sendo este mais um dos elementos passíveis de crítica ao Crédito Fundiário pelas mesmas razões que tecemos críticas ao mencionarmos a dificuldade com relação aos recursos hídricos, pois tal dificuldade ocorre pela falha na avaliação técnica e pela ausência de um trabalho de assistência aos camponeses. Não é possível a reprodução do campesinato em uma área sem água, sem assistência técnica e com solo limitante e tais transtornos resultaram em uma questão grave, porém óbvia, dada as condições, que foi a inadimplência.

A inadimplência foi o fator mais atípico encontrado na nossa pesquisa. Os camponeses do Alegre Fruta não conseguiram efetuar o pagamento de nenhuma parcela do financiamento.

O grupo somente conseguiu realizar a quitação do financiamento por conta do programa de renegociação lançado pelo governo federal.

Sabemos que a concentração de terras é um fato ainda marcante no país e que a reivindicação por Reforma Agrária é pauta especialmente do MST, movimento esse que atua também no município de Crato¹⁴, assim sendo, foi questionado a todos os camponeses entrevistados que motivos os fizeram buscar financiar propriedade através do Crédito Fundiário ao invés de reivindicá-la ao estado a partir das mobilizações e ocupações para a desapropriação de áreas.

Quando questionado sobre a possibilidade de integrar grupos de luta pela terra, a exemplo do MST, observamos três situações a partir das entrevistas realizadas. A primeira delas é o fato de a maioria dos membros terem conhecimento de tais movimentos e concordarem que suas pautas são as mesmas. Conseguimos perceber que a descrença de que a conquista da terra seria efetivada foi um fator predominante no não engajamento. Uma segunda situação foi observada no Condomínio Rural Jenipapo, constatou-se que um dos mutuários esteve engajado com o MST e participou da ocupação e da efetivação de assentamento. Tal engajamento ocorreu nos fins da década de 1990 na ocasião de mobilização para a construção de um assentamento no município de Farias Brito, porém, o motivo relatado para a não continuação no assentamento foi a não adesão de sua família. A última situação observada foi o desconhecimento do que seriam os movimentos de luta pela terra e suas pautas, em alguns poucos casos, foi demonstrado desconhecimento quando se era questionado o porquê do não engajamento com tais grupos.

De uma forma geral conseguimos perceber um certo distanciamento dos sujeitos com relação às mobilizações do MST na região. Houve falas que citaram a não necessidade de conflitos para o atendimento de suas pautas, demonstrando ainda a visão midiática e criminalizada do movimento. Foi notório que para os camponeses, não existia outra possibilidade de aquisição de terras, se não pelos programas de financiamento.

Ampliando uma das mais significativas similaridades encontradas, percebemos que a possibilidade de obter terra foi unanimidade nos relatos dos pontos positivos destacados pelos sujeitos que entrevistamos, tanto mutuários, quanto representantes de órgãos que atuam na sua execução, nesse sentido, destacamos algumas falas

O ponto positivo do assentamento é que as pessoas, a maioria dos sócios que tem lá eles não tinham, praticamente nem casa de morada, né? e hoje os que moram lá eles

¹⁴ As ações do MST no município de Crato tiveram como resultado a consolidação do Assentamento 10 de Abril no ano de 1991.

tem suas casas, a maioria bem organizada, mesmo a renda não sendo da agricultura eles moram muito bem, né? (...) é uma coisa que a gente tem que ver e agradecer nessa parte aí. (E1P2.2022).

Pra mim mermo foi bom, né? porque eu mermo não tinha nada não. Se eu não tivesse lá, eu tava pior do que o que tá, que eu nem tinha onde plantar nada, [hoje] eu tenho minha terrinha lá, né?(E2P3. 2022)

Considero muito importante, porque um programa desse pra quem não tinha terra, hoje tá essa ruma de gente em cima do que é seu mermo, né? que antigamente era uma humilhação, você só plantava onde os donos queriam, quase um quarto do que você produzia, você tinha que dar os patrão e aquela obrigação de ter que trabalhar 2 dias por semana [para o fazendeiro], né? (E7P2. 2023)

Só da gente passar de morador pra proprietário, heim? Já é uma grande mudança. Já é uma grande mudança, num é? porque o morador ele é cativo. Ele é cativo ao proprietário. A gente, que nem nós tamo aqui, nós somos liberto, nós faz o que nós entender de fazer aqui dentro da propriedade. Aí quando a gente mora mais os outro não é desse jeito. (E4P2. 2023)

Além de o programa ser uma possibilidade de aquisição de terras, um outro aspecto positivo destacado pelos mutuários foi o fato do mesmo modificar a realidade de trabalho dos sujeitos em questão. Há alguns mutuários que já foram moradores de condição em fazendas, inclusive nas fazendas que foram adquiridas pelos próprios sujeitos, porém a grande maioria deles desenvolviam seus trabalhos na forma de arrendatário ou meeiro.

O diálogo com a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato corrobora integralmente com a fala dos camponeses mutuários, onde solidifica a opinião sobre a relevância do programa especialmente pelo fato de ser uma possibilidade para os camponeses saírem da situação de arrendatário, da dependência dos fazendeiros da região. Sendo um programa que possibilita terra para o camponês, mesmo que esse programa, como comprovado, possuir graves limitações no sentido de não ampliar suas ações no sentido de possibilitar e/ou garantir meios eficazes para as produções e obtenção de renda. Podemos destacar um trecho do diálogo com a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crato,

A gente lutou pra que tivesse uma política que tivesse a compra de terra mais individual, né? Que hoje já existe o individual ou em conjuntos, foi aí onde a gente conquistou que veio esses outros assentamentos que tem aqui no Crato, como o do Alegre, o do Jenipapo, o Caldeirão do Bom sucesso, na Malhada, enfim, isso é uma luta do movimento sindical, então, sem o sindicato não conseguiria porque foi a gente que lutou e quando uma pessoa luta pela terra e quando os agricultores querem comprar essa terra pra ele ser dono, pra ele trabalhar e dizer: aqui é meu, trabalhar sem ser com aquela pressão de plantar e ter que tirar logo o legume porque o patrão tá pedindo.

Embora sejam relevantes as modificações causadas na vida dos mutuários a partir da aquisição da terra, é preciso também pontuar que estas modificações não são suficientes para ocasionar reformas substanciais na estrutura fundiária, além de tal programa apresentar

pontos bastante delicados que podemos apontar como contraditórios. Um aspecto que podemos pontuar como contraditório é a respeito da necessidade dos camponeses formalizarem associação para a adesão ao programa, regra existente na época da assinatura dos contratos das propriedades pesquisadas.

Nos escritos de Veiga e Rech (2001) observamos que os autores reforçam o caráter democrático das associações, onde deixam claro que em sua origem, ninguém poderá ser obrigado a tornar-se sócio de qualquer organização e muito menos em permanecer associado, segundo os autores, é o princípio básico do associativismo. Nesse caso, observamos que um dos critérios para os agricultores adquirirem as propriedades via Crédito Fundiário, era a necessidade de estar dentro de associações que eram construídas especificamente para esse fim, indo contra o princípio básico da lógica orgânica do associativismo.

Na Fazenda São Silvestre e no Condomínio Rural Sítio Jenipapo pudemos observar que o associativismo já era uma prática conhecida e reproduzida por todos os membros antes de aderirem ao Crédito Fundiário. Todos os camponeses das duas áreas mencionadas já participavam de associações comunitárias nas comunidades que viviam e o associativismo surgiu para esses grupos a partir da necessidade e vontade de se organizarem coletivamente na busca pela melhoria no desenvolvimento de suas atividades produtivas e na melhoria de vida de suas comunidades.

Embora a prática do associativismo não tenha sido novidade para a grande maioria dos mutuários, foi possível perceber que o processo de formação das associações para a adesão ao Crédito Fundiário não ocorreu de forma orgânica ou natural, ela foi um requisito para a aquisição do programa, imposta pelos órgãos financeiros e políticos, o que em muitos casos, faz com que sua atuação se torne um pouco deficitária, existindo somente para fins burocráticos, mesmo nos casos onde os grupos já eram engajados em associações e que a desmobilização das associações e das atividades coletivas foi uma realidade observada pelas três propriedades após a quitação do financiamento. Com relação às atividades coletivas, a tabela 34 elenca as que foram desenvolvidas nos anos iniciais e as desenvolvidas atualmente.

Tabela 34 – Descrição das atividades coletivas desenvolvidas nas propriedades

Propriedade	Atividades de infraestrutura	Atividades produtivas desenvolvidas nos anos iniciais de funcionamento da propriedade	Atividades produtivas desenvolvidas atualmente

São Silvestre	Construção de cercas e casas	Cultivo de: goiaba, banana, gergelim, caju; Criação de bovinos e apiário; Manipulação de mandioca nas casas de farinha	Manipulação de mandioca nas casas de farinha
Jenipapo	Construção de cercas	Criação de bovinos, ovinos e apiário	Criação de apiário (por 2 mutuários)
Alegre Frutas	Construção de cercas	Cultivo de feijão	Nenhuma atividade

Fonte: Produzido pela autora. 2023.

A pesquisa identificou que o processo de construção das associações para a adesão ao programa ocorreu de forma bastante similar nas três experiências pesquisadas. Porém, no que se refere às atuais formas de organização, produção e nível de produtividade, constatou-se muitas diferenças entre eles, levando-nos a observar que o modelo de execução do programa é único o que limita o desenvolvimento de grupos com características menos homogêneas, como em casos, em que o grupo não possui uma coesão no que se refere a mobilização da associação, o que foi constatado no Alegre Fruta.

Uma outra contradição observada na execução do programa é com relação aos requisitos para acessar o crédito, um de seus requisitos é o fato do agricultor ter “renda bruta familiar com no mínimo 80% dela proveniente da agropecuária desenvolvida no estabelecimento” (BRASIL, 2018, p. 14) Tal requisito pode contribuir para a exclusão daqueles que possuem benefícios previdenciários, por exemplo. A esse respeito, nos escritos de Panzuti e Monteiro (2015) encontramos opinião convergente onde destacam: “observa-se a tendência do programa excluir os agricultores e as regiões mais pobres que não conseguem sobreviver unicamente da exploração agropecuária e que necessitam complementar a renda com outras fontes – aposentadorias e atividades não agrícolas.” (PANZUTTI; MONTEIRO, 2015, p. 05).

Ao nos depararmos com a questão da desistência dos camponeses, buscamos perceber as principais justificativas para tal situação e foi possível comprovar que a razão essencial é a ausência de condições produtivas dentro das propriedades. Todos citaram limitações com relação aos recursos hídricos o que inviabiliza as produções agrícolas impedindo os mutuários de desenvolverem atividades em escala suficiente para serem comercializadas. Essas limitações reverberam na relação dos mutuários com a propriedade e são fatores

decisivos na venda de lotes ou de parte deles. Na tabela 35 é possível observar essa problemática citada.

Tabela 35– Quantitativo das vendas de lotes – 2022

Propriedade	Quantidade de famílias	Vendeu todo o lote	Vendeu parte do lote	Não vendeu
Fazenda São Silvestre	11	-	-	11
Condomínio Rural Sítio Jenipapo	12	-	05	08
Alegre Frutas	06	02	03	01

Fonte: Produzido pela autora. 2023

A partir dos números expostos nota-se a gritante necessidade de se buscar desenvolver atividades produtivas que sejam capazes de possibilitar aos camponeses, produção de alimentos e possibilidades de obtenção de renda a partir delas. Na Fazenda São Silvestre, nenhuma família realizou a venda de terras e todos os mutuários deixaram claro que essa possibilidade não era vislumbrada. No Condomínio Rural Sítio Jenipapo, a venda de partes dos lotes é uma prática relativamente comum, somente 3 mutuários relataram que não tem intenção de vender partes dos lotes e no Alegre Fruta tal situação é a mais gritante, somente 1 família não realizou a venda de parte de seu lote, nessa também, foi a propriedade que encontramos mais limitações com relação à estrutura física. As figuras 6 e 7 mostram duas casas da propriedade Alegre Frutas que estão sem moradores, abandonadas.

Figure 6 – Imagem de casa abandonada na propriedade Alegre Frutas I



Fonte: Capturada pela autora. 2023.

Figure 7 – Imagem de casa abandonada na propriedade Alegre Frutas II



Fonte: Capturada pela autora. 2023.

Tal fato é um forte indicativo de que são necessárias políticas para além do acesso à terra, pois essas não são suficientes para manter o camponês em condições de sobrevivência na mesma.

A necessidade de obter renda é fator determinante para a ocorrência dessa problemática e ao analisar as estratégias de produção dos camponeses podemos perceber que o São Silvestre vem conseguindo um maior nível de desenvolvimento especialmente por conta das atividades desenvolvidas na casa de farinha do parque de exposições Pedro Felício Cavalcante, pois esta atividade permite aos mutuários um maior incremento na renda. Nesse sentido, destacamos a fala de E9P1(2022),

Você vendendo quilim de legume pra pagar uma prestação dessa daí é difícil. Porque você tem que produzir e você não produz muito, aí tem que tirar pra despesa da família, né? E o resto que sobrar, pra vender, aí vem as outras coisas tudim [se referindo as despesas familiares]. Não, rapaz, eu vou te dizer, a casa de farinha foi um milagre grande pra nós. Graças à Deus, foi.

O mutuário reforça que não seria viável a efetivação do pagamento a partir, somente, dos cultivos produtivos básicos. Fato esse comprovado pela nossa pesquisa. Todos os mutuários entrevistados afirmaram que os recursos financeiros utilizados para a efetivação dos pagamentos das parcelas do financiamento vieram de rendas obtidas a partir de outras fontes, não somente da obtida com as produções.

Sobre o endividamento dos camponeses, é preciso que se reflita sobre as cláusulas contratuais e se questione seus procedimentos. Como é possível o pagamento a partir da constatação de que a área não dispõe de produção mínima para a sobrevivência? O financiamento está atrelado à produção dos camponeses? Constata-se que independente de a área ser ou não produtiva, dos camponeses estarem ou não desenvolvendo qualquer atividade que gere renda dentro da propriedade, a dívida não será revogada ou flexibilizada.

Estamos falando de considerar as peculiaridades que afligem o campesinato. Pagamento atrelado à produção seria o esperado, e obviamente, a assistência técnica precisaria estar presente de forma bastante atuante garantindo que as condições de produção existiriam.

Um dos questionamentos respondidos pelo representante da EMATERCE se referiu às consequências para os camponeses, caso o pagamento não fosse efetuado. Em resposta, o representante afirmou que, “Casos de inadimplência pode acarretar a perda do bônus de pagamento. Nos casos acima (as propriedades que a EMATERCE assessora no município de Crato), não houve nenhuma incidência negativa”. A resposta obtida não condiz com o que

conseguimos apreender nos diálogos com os camponeses mutuários, especificamente os do Alegre Fruta que não conseguiram realizar o pagamento de nenhuma parcela.

Percebemos que a resposta do representante não considerou os anos em que os camponeses mutuários não realizaram o pagamento de nenhuma parcela, somente considerou a situação atual da propriedade, que está quitada, porém, tal feito ocorreu por conta do programa de renegociação promovido pelo governo. Na prática, houve endividamento e comprometimento dos camponeses, pois seus nomes foram inseridos na lista de inadimplentes.

O nível de engajamento do grupo também é fator relevante nessa análise, a propriedade Alegre Frutas possui grande histórico de conflitos entre seus membros o que pode resultar em dificuldades na realização dos trabalhos e na busca por melhores estratégias produtivas.

Os estudos de Medeiros (2000) também versam sobre a expulsão dos assentados de reforma agrária, porém seus escritos também se aplicam ao mesmo fato ocorrido nas propriedades adquiridas pelo mecanismo de compra e venda de terras, onde citam que: a partir do momento em que os camponeses adquirem à terra, outras necessidades surgem ou se tornam centrais para os sujeitos. Quando tais necessidades não são supridas minimamente, sair do programa se torna uma alternativa para tal.

Segundo a cartilha do Crédito Fundiário, disponibilizada pela CONTAG, é possível observar a relevância do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para a execução do programa, porém, o que constatamos nas visitas de campo e nas análises dos questionários é que os grupos têm pouco ou nenhum apoio dessas instituições. Quando relatados os problemas enfrentados pelos mutuários e questionados sobre a assistência para o enfrentamento dos mesmos, em nenhuma das três experiências analisadas foi relatada a presença efetiva de tais órgãos.

Também foi questionado ao representante da EMATERCE sobre a questão da assistência técnica, a resposta obtida foi: “Existe atividades específicas para consolidação das atividades e treinamentos e orientações técnicas/reuniões para engajamento do público beneficiário e sustentabilidade dos projetos.”

Ainda nessa mesma temática da assistência técnica, inserimos um questionamento sobre a atuação do órgão caso alguma propriedade tenha problemas referente às suas produções e obtivemos a seguinte resposta: “Informa aos agentes financeiros e áreas do crédito fundiário para a justificativa das causas”. Tais respostas demonstram a não continuidade e assistência diferenciada em casos de situações emergenciais nas produções dos camponeses, o que

comprova que o camponês mutuário possui poucas perspectivas de melhoria, pois percebe-se a ausência do principal órgão responsável por tal atividade.

Os camponeses reforçaram que a presença dos órgãos era bastante intensa nos momentos de organização da associação e no início das atividades nas propriedades. No Alegre Fruta, que ficou inadimplente por 13 anos, os mutuários não relataram ações dos órgãos que formam a rede de apoio que buscasse solucionar esse problema, reforçando que a dívida só foi possível ser paga por conta da proposta de renegociação, porém, os mutuários passaram muitos anos com sérias limitações por terem seus nomes inseridos na lista de devedores. É a constatação do “sonho que virou dívida”, parafraseando OLIVEIRA (2005).

No município de Crato, a partir das análises realizadas por nosso estudo, foi possível observar que o programa Crédito Fundiário contribui para o processo de minifundização, pois o módulo rural do município é de 26 hectares e em nenhuma das propriedades por nós estudadas a divisão dele em lotes vai gerar propriedades com dimensões relativas a um módulo fiscal. A tabela 36 nos dá uma melhor dimensão dessa relação.

Tabela 36 - Divisão da área total das propriedades pelo número de famílias

Propriedade	Dimensão total da área	Número de famílias	Área total / número de famílias
São Silvestre	236 ha	11	21,4 ha
Jenipapo	70,9 ha	12	5,9 ha
Alegre Frutas	118,8 ha	06	19,8

Fonte: Produzido pela autora.2023.

A partir da análise da tabela 36 que o programa contribui para o processo de minifundização no município. Na Fazenda São Silvestre, que possui a maior área, ainda assim a divisão da propriedade não atinge um módulo fiscal. Vale ressaltar que nossos cálculos não consideraram a área destinada à reserva ambiental.

Em grupos sem muito histórico de luta pela terra, a venda dos lotes é a saída imediata vislumbrada pelos camponeses quando surgem ou se agravam os problemas dentro do grupo. Dentro das propriedades por nós analisadas podemos constatar que essa premissa não é falha, além das limitações econômicas do grupo também contribuírem fortemente para isso.

Das três propriedades que este estudo se debruçou, o maior número de venda de lotes ou de parte dos lotes ocorreu no Condomínio Rural Sítio Jenipapo e no Alegre Frutas, onde os camponeses elencam como um dos principais problemas enfrentados por eles, a ausência de condições para obterem renda a partir dos trabalhos nos lotes. Foi possível perceber que os camponeses da Fazenda São Silvestre relataram bons níveis de satisfação com relação a renda obtida ao longo dos trabalhos desenvolvidos dentro das propriedades.

A possibilidade de se tornar proprietário leva às famílias à aceitação ou não contestação dos valores e das más condições na infraestrutura da terra. É o imediatismo que guia a fase inicial da suposta negociação, onde as famílias têm algum nível de tensão por temerem que caso a negociação seja demorada ocorra a desistência do proprietário na intenção de disponibilizar a terra para a venda.

Além do imediatismo que das famílias em adquirir a terra, um outro fator também se mostrou comum na fase inicial de negociação dos valores, que é a falta de esclarecimentos quanto às regras do financiamento. Nenhuma família mencionou saber as taxas de juros do programa e nem quais as consequências caso os pagamentos não fossem efetuados. Como o pagamento é realizado anualmente, as famílias têm a tendência a confiar que o espaço de tempo entre os pagamentos é o suficiente para a obtenção dos valores para realizar os pagamentos, porém, o que a pesquisa também constatou foi que todas as famílias relataram dificuldade em realizar os primeiros pagamentos.

As famílias, antes da adesão aos projetos do Crédito Fundiário viviam situações que podemos considerar ser de pobreza extrema (em alguns casos), o que contribui fortemente para a percepção e avaliação de que a posse da terra a partir do programa fosse a responsável pela melhoria da qualidade de vida.

Com 8 ano eu não sabia o que era uma bolacha não. Só a do joelho. Pão, quem era que ouvia falar em pão?oxe! e também não tinha merenda em casa bem cedo também não, sabia? Hoje você vai pra roça você leva merenda, você leva o que você quer, né? É uma banana, é um mamão, o que você tem vontade você leva, mas naquele tempo tinha isso não, você trabalhava até 11 hora e você ia trabalhar aos patrão, se você não levasse água, não bebia água na roça não, eles num dava não. (E9P1. 2022)

Que antigamente era uma humilhação, você só plantava onde os donos queriam, né? Quase um quarto do que você produzia, você tinha que dar os patrão e aquela obrigação de ter que trabalhar 2 dias por semana, né? (E7P2. 2023)

Trabalhava de graça. Leiteiro. Leiteiro sem ganhar nada. Ganhava a roupa, um corte de cabelo quando o cabelo tava grande e bom de corte (E5P2. 2023).

Mudou tudo. Eu não tinha onde morar. E6P2(2023).

As falas inseridas demonstram que o acesso à terra é questão central para o campesinato, onde, os camponeses sem terra para a aquisição de sua terra se submetem a meios diversos, inclusive a um programa de financiamento mesmo sem, a princípio, ter renda o suficiente para efetuar seu pagamento.

Além disso, mesmo a execução do programa sendo bastante incompleta, a notar pela ausência de assistência técnica e poucas condições físicas de produção agrícola, por exemplo, os camponeses ainda enxergam o programa como sendo uma política positiva, ressaltando mais uma vez a relevância da terra para esse grupo e como o acesso à ela é escasso no Brasil.

Nas propriedades pesquisadas um dado que chama a atenção é com relação à questão de gênero. Ao observar os dados disponibilizados, observamos que ao todo, são 29 famílias beneficiadas e dessas, somente 4 titulares são mulheres, onde temos a seguinte situação: 2 dessas 4 mulheres são hoje titulares por conta do falecimento de seus esposos, pois eram eles os titulares do programa; 2 foram titulares desde o início do programa, onde 1 delas nos relatou que não foi tão simples para ela entrar no programa mesmo tendo a intenção. Segundo relato, informou que por ser mulher solteira, houve resistência da instituição financeira quanto a sua entrada, pois, como não “tinha família”, havia possibilidade de não assumir a responsabilidade do programa. “O grupo foi quem se responsabilizou”.

Revisitamos as entrevistas com outros 3 mutuários também solteiros, a fim de encontrar alguma parte dos seus relatos que demonstrasse também resistência das instituições financeiras pelo fato de serem solteiros. Nenhum dos mutuários homens relataram que houve qualquer resistência quanto às suas adesões ao programa e em nenhum momento foi citado, nas entrevistas, que houve desconfiança com relação às suas responsabilidades em assumir compromissos financeiros com o Crédito Fundiário por não serem casados.

Tais fatos demonstram como a questão de gênero ainda é um debate a ser encarado dentro das relações campesinas, além disso, mesmo nosso estudo não se propondo em realizar uma análise do discurso, foi perceptível que as 2 mulheres que hoje são titulares por conta do falecimento de seus esposos ainda não se apropriaram do programa enquanto titulares, enquanto parte deles, em muitos momentos da conversa, ao se referirem à propriedade, detectamos o uso de expressões como: “terreno dos meninos”; “eles pagaram”; “eles dividiram”... aspecto que também demonstra a noção da função não protagonista das mulheres, mesmo sendo elas as titulares e também tendo papel decisivo nas votações e decisões.

O processo de endividamento a partir de financiamentos destinados às produções é também algo bastante comum, foi observado que todos os entrevistados já tiveram acesso, pelo menos uma vez, ao crédito a partir do PRONAF, política econômica criada no ano de

1995, foi o primeiro programa criado no país totalmente direcionado para a agricultura familiar.

O PNCF é uma porta aberta a outras políticas de financiamento também concebidas pelo Banco Mundial. Os mutuários passam a ter acesso mais facilitado às linhas de financiamento por conta de seu vínculo com as associações. Nesse sentido, compreendemos que as políticas citadas visam principalmente maior ampliação da territorialização do capitalismo no campo, delimitando e ao mesmo tempo ampliando o seu público para fazer “girar sua roda de investimento e lucro”, onde os camponeses agora passam a acessar o mercado de crédito.

Baseado no exposto, foi possível observar que o mercado impõe as regras para a compra das propriedades, direciona todo o processo para o acesso das famílias às terras, contudo, é possível constatar que o mercado não se mostrou eficiente no sentido de tornar as áreas produtivas o suficiente para a plena sobrevivência dessas famílias. Muitas limitações, inclusive de ordem política, os mecanismos de mercado não foram capazes de resolver, pois, o endividamento dos mutuários foi uma realidade vivenciada, além do reduzido número de famílias que conseguem sobreviver integralmente a partir das produções desenvolvidas nas propriedades.

Os grupos não conseguem manter a mesma dinâmica de atividades coletivas exigidas para a adesão ao programa por diversos motivos, especialmente pela percepção de pouca efetividade delas, “O que geralmente ocorre é que esses mecanismos de cooperação e múltiplo uso são quebrados”. (ROSSET, 2004, p.20. 2004)

Constata-se pois, que os mecanismo de compra e venda de terras tão amplamente difundidos e executados no município de Crato, bem como, no estado do Ceará, se configuram como sendo política de contrarreforma agrária e é um forte comprovação das exigências de instituições internacionais, como o Banco Mundial, na elaboração de políticas públicas dentro dos territórios nacionais e que tais políticas, não dialogam com as especificidades do campesinato cearense e não são capazes de promover e possibilitar a reprodução e sobrevivência do camponês dentro das propriedades financiados a partir deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido pela pesquisa que teve a intenção de aprofundar a análise sobre as estratégias que os camponeses mutuários do programa Crédito Fundiário estão desenvolvendo em suas propriedades nos possibilitou enxergar outras dinâmicas e processos que também englobam o cotidiano desses camponeses e as lógicas mercantis por trás dessas políticas que se projetam como complementares à execução da política de Reforma Agrária. À medida que o caminho da pesquisa avançava, algumas questões foram surgindo ao mesmo tempo que outras iam se ampliando e ganhando outras conotações, caminho esperado de uma pesquisa com sujeitos dinâmicos em seus processos sociais e produtivos, como são os camponeses.

O entendimento das estratégias dos camponeses dentro das propriedades adquiridas via Crédito Fundiário nos fazem refletir sobre a forma impositiva que os órgãos internacionais atuam nos países com condições socioeconômicas menos desenvolvidas e de como a estrutura fundiária concentrada brasileira obriga os camponeses à submissão de condições de financiamento e endividamento em instituições financeiras para adquirir terra.

O olhar sobre o Ceará e o município de Crato nos mostrou que desde 1996 os programas de compra e venda de terras vem cada vez mais ampliando a sua espacialização, porém, cada vez mais possibilitando o financiamento de propriedades com dimensões cada vez menores, o que não permite dizer que estes programas alteram a concentração fundiária.

O caminho ao longo da pesquisa se ampara de forma atenta nas leituras de teorias e conceitos que a geografia se utiliza para a melhor elucidação das problemáticas que permeiam o espaço agrário. Amparados no materialismo histórico-dialético, método que compreende as contradições e conflitos no meio social, foi possível uma maior aproximação dos resultados, uma leitura mais aproximada da realidade camponesa que nos propomos a compreender. Método esse que é substancialmente, aquele que compreende a existência do conflito e das contradições nas relações.

O estudo possibilitou a análise de dados que nos direcionou para algumas constatações, como por exemplo: a existência de vários tipos de reforma agrária desenvolvidos no mundo e que estes, são diferenciados porque se relacionam diretamente com a estrutura política, social, econômica e histórica de um país.

Ainda a respeito da análise dos vários tipos de reforma agrária desenvolvidas no mundo, nosso estudo corrobora com autores como Fernandes(2015), Alencar (2005), Oliveira (2009) quando afirmam que no Brasil, as políticas voltadas para os camponeses sem terra, nunca foram,

historicamente, políticas de reforma agrária, pois esta se efetiva a partir de massividade de ações no campo que visam democratizar o acesso à terra e permitir que os camponeses consigam, a partir de muitas outras políticas a elas associadas, reproduzir seu modo de vida no campo.

Outro aspecto de destaque que se pode concluir a partir do estudo realizado, se refere ao pouco interesse dos governos brasileiros em desenvolver de forma ampla, massiva e eficiente, uma política de reforma agrária que possibilite a sua população sem-terra o acesso e as condições de vida na terra.

A realização de uma política de reforma agrária traria para o país, bases para um desenvolvimento no campo que possibilitaria ao campesinato uma estrutura mínima para sua reprodução, onde a terra se consolida como elemento principal, mas não único, desse processo, seria, portanto, uma política cuja a centralidade estaria no campesinato, porém, dentro da estrutura de um Estado forjado por uma elite agrária historicamente escravocrata, que vem se reproduzindo ao longo dos anos de forma a manter, reforçar e ampliar seus privilégios diversos, essa realização se torna por vezes, utópica, como foi possível observar especialmente no primeiro capítulo onde foi ampliada a visão sobre as construções dos planos de reforma agrária aqui elaborados.

Constatou-se a partir da revisão bibliográfica que o I PNRA foi lançado em 1985 após inúmeras intervenções de grupos ligados diretamente aos grandes proprietários de terra, a exemplo, o CNA. Ao todo, o programa teve seu conteúdo e metas alteradas onde a versão lançada oficialmente foi alterada 12 vezes. Ainda a respeito do I PNRA, o estudo também reforça que este não teve sua execução elucidada da forma como havia no plano.

O I PNRA trouxe em seus números a estimativa de atingir direta e indiretamente cerca de 7 milhões de famílias, considerando nesse cálculo as famílias que têm na agricultura sua principal fonte de renda, além de mini fundiários e os trabalhadores urbanos que viviam em situação de subemprego, segundo o plano, essas famílias retornariam ao campo caso as condições de vida permitissem. Com relação às metas estabelecidas no I PNRA, a previsão era de que elas seriam ampliadas progressivamente ao longo dos 4 anos do governo, de 1985 até 1989. Com relação a elucidação dos assentamentos os números foram os seguintes: entre 1985 e 1986, 150 mil famílias; em 1987, 300 mil famílias; em 1988, 450 mil famílias e em 1989 a meta era o assentamento de 500 mil famílias. Ou seja, a previsão era o assentamento de 1,4 milhão de famílias e os dados apontam que no período de 4 anos do governo Sarney, em torno de 80 mil famílias foram efetivamente assentadas.

O I PNRA não agradou aos movimentos sociais, embora, segundo o governo, a participação dos movimentos era essencial em todas as etapas de planejamento e execução do

Plano. O I PNRA foi abandonado e somente no ano de 2003 outro plano de Reforma Agrária foi elaborado em mais uma tentativa de efetivar essa política.

O II PNRA previu uma característica bastante relevante que foi a determinação de atuação direta das unidades federativas na sua execução, pois, segundo o descrito no plano, a Reforma Agrária deveria ser prioridade nas ações governamentais de diversas esferas. Esse plano foi lançado em um período de acentuada concentração de propriedade, onde, segundo os dados contidos no próprio plano, 0,8% do número total de imóveis rurais no Brasil possuíam mais de 2.000 ha e ocupavam mais de 30% da área total do país, número alarmante e contrastante com os cerca de 200 mil acampados no mesmo período do levantamento dos dados. Vale destacar que nem todas as famílias sem terras estão localizadas em acampamentos. Além disso, os anos 2000 também foi um período de acentuados conflitos no campo, de 2003 a 2006 foram contabilizados pela CPT 189 mortes no campo, o que tornou ainda mais urgente a elaboração, elucidação e eficácia de um plano massivo de Reforma Agrária.

Esse contexto encontrado mobilizou a elaboração do II PNRA que estimou, em seu texto final, que assim como o I PNRA sofreu alterações por conta das pressões diretas dos proprietários de terras, criar assentamentos o suficiente para o benefício direto de 400 mil famílias, porém, ao final de 2006 os números divulgados pelo governo foi de que foram criados assentamentos o suficiente para o benefício de 380 mil famílias. Destaca-se que tais números consideraram ações diversas, não somente as famílias beneficiadas em áreas criadas a partir da desapropriação, estas, foram somente 79.298 famílias.

Um aspecto bastante notório que estava previsto no II PNRA foi a inserção de outras tipos de ação para a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária, a saber: destinação de terras públicas, compra e venda de propriedades, obtenção de áreas devolutas e a principal modalidade, que era a desapropriação por interesse social, além disso, o II PNRA também previa o cadastramento de 4,8 milhões de imóveis e a regularização fundiária de 1 milhão de posses, desde que comprovada a boa-fé.

A prioridade para as desapropriações caminha junto com o previsto também em outros instrumentos legais, especialmente a CF de 1988, porém, a existência dessa previsão no plano não significou que automaticamente ela fosse cumprida.

O estudo ora descrito concluiu que o II PNRA, elaborado no ano de 2003, também reproduziu similaridades com o I, a constar: o II PNRA também foi um plano com muitas intervenções de entidades patronais (ligadas aos grandes proprietários de terras), além disso, foi um plano com a quantidade de assentamentos previstos abaixo do que as entidades e os

movimentos sociais reivindicavam e, assim como o I plano, o II também teve sua execução limitada, não atingindo todas as metas previstas nele.

Outra similaridade entre o I e o II PNRA assenta-se no fato de que os dois planos elaborados e aprovados possuíram forte influência do Estatuto da Terra de 1964, especialmente pelo fato dessa emblemática legislação reforçar que o planejamento de quaisquer política para o campo brasileiro deveria considerar os aspectos singulares do território brasileiro, bem como de seu campesinato, inserindo nos mesmos, ações que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais e principalmente, conflitos existentes nas regiões.

Os resultados ínfimos da execução dos planos de Reforma Agrária já elaborados e “executados” no Brasil são emblemáticos no sentido de se mostrar ineficiente para a redução dos conflitos e para a democratização ao acesso à terra pelo campesinato que não a dispõe, pressionados pelos movimentos sociais e com vistas à produzir para estes, respostas tangíveis e medidas que os fizessem silenciar, a partir de meados da década de 90, com o apoio direto e irrestrito de órgãos internacionais ligados diretamente a expansão de lógicas capitalistas de produção, especialmente o Banco Mundial, passou a ser executado no Brasil, programas voltados para o campesinato, porém, com foco na lógica mercantil de acesso à terra.

Ser complementar à política de Reforma Agrária, diminuir os conflitos no campo, possibilitar o acesso à terra de forma menos burocrática e sem conflitos, rapidez no acesso à terra, autonomia dos camponeses na escolha e negociação dos valores das terras adquiridas, eis as principais justificativas para a adesão do governo a contrarreforma Banco Mundial que no Brasil, encontraram campo fértil para sua execução.

Em um governo com orientações neoliberais, como era o governo de FHC, o mesmo utilizou das justificativas já mencionadas para a aceitação integral dessa dinâmica mercadológica para possibilitar para os camponeses o acesso à terra, além disso, a existência dos conflitos era uma realidade, as ações dos movimentos sociais ligados aos camponeses passava a obter maior massividade e a concentração da pobreza tornava cada vez mais necessário a busca por meios de acesso à terra, assim sendo, foi no nordeste a primeira experiência dessa natureza, especificamente, em 1996 no estado do Ceará dentro do Projeto São José.

Desenvolvido no Ceará a partir de 1996, o programa foi responsável pela aquisição de 44 propriedades que juntas, somavam 24.052,37 ha e beneficiaram 688 famílias no estado do Ceará inteiro, sob o nome de Reforma Agrária Solidária-Projeto São José, foi a experiência piloto desenvolvida no Brasil que, após um ano de sua execução, o governo federal, tendo como presidente Fernando Henrique Cardoso, decidiu que o programa seria desenvolvido a nível

federal e assim, criou sob a mesma premissa, o Programa Cédula da Terra, e o estado do Ceará continuou a ser palco das políticas de compra e venda de terras.

O Programa Cédula da Terra que foi incorporado nos planejamentos do governo federal no ano de 1997 passa a compor o quadro de programas prioritários dentro do governo que utilizava, inclusive, estratégias de marketing para o apoio popular do programa ao mesmo tempo que criticava as ações de movimentos sociais, como o MST, o intuito principal era minar a ação deste, ao mesmo tempo que propagava, com respaldo popular, as políticas neoliberais que tanto o caracterizavam.

Executado em 5 estados brasileiros, o Cédula da Terra, no estado do Ceará, foi responsável pelo financiamento de 114 propriedades. Beneficiando diretamente 2 mil famílias, o Cédula da Terra adquiriu propriedades que juntas somam 72 mil hectares.

O plausível dentro da administração pública é que os programas sejam avaliados ao serem executados. Esse processo de avaliação de programas não foi realizado para os programas de compra e venda de terras executados no Brasil, impostos pelo Banco Mundial. Esse fato é bastante significativo pois demonstra a não abertura dos governos que a executaram para o diálogo com os movimentos sociais que atuam no campo.

Após críticas do Fórum Nacional pela Reforma Agrária ao modo de execução do Cédula da Terra e solicitação de investigação ao Painel de Inspeção executado pelo próprio Banco Mundial, o fórum obteve poucos retornos significativos dos órgãos e, demonstrando pouca abertura à instituição formada por vários movimentos sociais, o governo federal divulgou e executou o Banco da Terra, ampliando completamente a política de compra e venda de terras, criando um fundo de financiamento permanente para tal. Uma medida que demonstrou abertamente que os programas de mercado não iriam perder espaço dentro do âmbito federal.

A lógica de continuação e aprimoramento de um programa é, em tese, resultado do sucesso do programa piloto, foi sob essa premissa ardilosa de sucesso do Cédula da Terra que o Banco da Terra foi criado no final de 1998, o principal aspecto que o diferenciava do Cédula era o fato deste não prever recursos não reembolsáveis.

No estado do Ceará, o Banco da Terra foi responsável pela aquisição de 101 propriedades, essas propriedades somavam um total de 65 mil hectares e beneficiaram 1.426 famílias.

O Banco da Terra enquanto programa de governo que foi aplaudido publicamente por representantes da CNA, obviamente já é um nítido indicativo que a eles beneficiava em detrimento do benefício dos camponeses, assim sendo, os movimentos sociais ampliaram suas críticas ao programa e intensificaram a busca por diálogo para que houvesse alterações na forma

de execução do mesmo, assim sendo, o Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural foi criado, ainda em 2001 e incorporado no governo Lula no ano de 2003 que alterou seu nome para Programa Nacional de Crédito Fundiário.

No estado do Ceará, o Crédito Fundiário foi responsável, até o ano de 2022, pelo financiamento de 391 propriedades que juntas somam 115.069,293 hectares e beneficiaram 4.564 famílias. A espacialização dos programas de compra e venda de terra são bastante amplas, estando presente em 116 municípios, número bastante significativo quando observamos que o banco da terra, programa que o antecedeu, financiou propriedades em 55 municípios. A observação dos mapas é bastante didática para essa leitura.

Uma outra leitura que é possível realizar a partir da análise dos mapas é a de menores áreas adquiridas pelo Crédito Fundiário, ou seja, a medida que o programa vai ampliando sua presença espacialmente as áreas adquiridas vão sendo cada vez menores, nesse sentido, uma constatação que é possível inferir é a de que o programa não está alcançando a democratização do acesso à terra, não está reduzindo de forma significativa a concentração fundiária presente no estado.

Observando as principais características dos programas que o antecederam, as mudanças não foram substanciais. Quando se compreende que a lógica de compra e venda de terras continuou a ocorrer a partir da mediação da instituição financeira gerando nos camponeses e nos grandes proprietários a mesma relação de comprador-vendedor, não se assimilando em nada com o que se compreende ser uma política de reforma Agrária.

A espacialização da contrarreforma também é observada no município de Crato, onde existem 12 propriedades compradas pelo Crédito Fundiário. As 12 propriedades mencionadas, que somam um total de 877 hectares e beneficiaram 83 famílias, foram adquiridas a partir do ano de 2003, ou seja, em duas décadas os programas de compra e venda de terras obtiveram muito mais massividade do que os programa de reforma agrária, pois no referido município só existe 1 assentamento.

Aprofundando a análise das relações entre camponeses mutuários de 3 propriedades adquiridas a partir do Crédito Fundiário no município de Crato, nosso estudo caminhou de encontro à algumas constatações embora também existam, obviamente pelo caráter diverso e dinâmico do campesinato como um todo, especificidades e contradições, contradições essas que não causaram, ao longo da construção da pesquisa, paralisia e nem frustração com relação ao que se esperava da pesquisa por ser esse exatamente o resultado esperado, as contradições e a tentativa de se extrair uma leitura e interpretação de um recorte da realidade a partir delas.

As propriedades analisadas pela pesquisa foram Fazenda São Silvestre, atualmente com 11 mutuários, Condomínio Rural Jenipapo, com 11 mutuários e o Alegre Fruta, com 3 mutuários.

Um ponto de similaridade encontrado ao longo da pesquisa se refere a consolidação das associações para a aquisição do financiamento pelo Crédito Fundiário, as 3 propriedades pesquisadas tiveram suas associações criadas somente para este fim e foi possível perceber que a mobilização dentro das associações foi reduzida de forma drástica após a propriedade ter o pagamento quitado pelas famílias. A constatação é que a mobilização social dos camponeses existia especialmente para fins burocráticos, pois era requisito para obtenção das terras e após o pagamento efetuado, os grupos se desmobilizaram, demonstrando que a organização social perdeu forças e sentido após o pagamento integral.

Uma premissa relevante presente dentro do manual de operação do Crédito Fundiário é a previsão de autonomia para os camponeses na busca pelas propriedades e para a negociação do valor da mesma, porém, nossa pesquisa revela que esta negociação de valores não ocorreu em nenhuma das 3 propriedades. Todos relataram que os valores foram os estipulados pelos técnicos do IDACE após a avaliação técnica. Fato que demonstra uma falsa narrativa do programa, pois essa autonomia não existe na prática e assim sendo, compreendemos que essa premissa não deveria ser utilizada na difusão do programa.

Dentro das longas conversas com os sujeitos que resultaram em mais de 13 horas de conteúdo gravado em áudio, foi bastante notório o sentido de pertença e gratidão que os 21 camponeses entrevistados possuem com relação à aquisição da propriedade. As críticas citadas pelos camponeses entrevistados se referiam às dificuldades em realizar as produções agrícolas, em encontrar alternativas e possibilidades viáveis para a obtenção de renda, porém, dos 21 camponeses entrevistados nas 3 propriedades, somente 1 relatou arrependimento com relação à adesão ao programa por conta das dificuldades. Foi bastante enfático observar que 20 camponeses ratificam a relevância positiva do programa a partir da percepção que este foi a única alternativa possível para a obtenção de propriedade. Tornar-se dono da terra foi o benefício que se sobrepôs a todas as dificuldades apontadas.

As dificuldades relatadas pelos camponeses foram distintas nas 3 propriedades nas quais debruçamos nossa análise. Os camponeses da Fazenda São Silvestre relataram que a principal dificuldade se dá pela pouca disponibilidade hídrica da área e pela ausência de assistência técnica. Os camponeses do Condomínio Rural Jenipapo, embora a limitação hídrica também tenha sido apontada como uma das mais graves dificuldades enfrentadas pelo grupo, a ausência

de assistência técnica e a pouca demonstração de interesse do grupo pelas atividades agrícolas coletivas foram apontadas como as principais limitações.

O Alegre Fruta foi a propriedade com maiores dificuldades observadas, pois foi a única propriedade dentre as 3 pesquisadas, que não conseguiu realizar o pagamento de nenhuma parcela do financiamento, a efetivação só ocorreu por conta do programa de renegociação de dívidas, ocorrido em 2014. Constatamos que metade do grupo (3 mutuários) realizou a venda integral de suas áreas, ou seja, não fazem mais parte do programa e a outra metade (3 mutuários) vendeu pelo menos parte de seu lote. Os conflitos com o presidente da associação foram citados pelos 2 camponeses entrevistados como sendo um dos principais motivos de desestímulo ao desenvolvimento de atividades na propriedade. Sem atividades coletivas na área

A respeito das estratégias dos camponeses, constatamos que nas 3 propriedades os cultivos são realizados em lotes individuais, sendo essa uma realidade bastante nítida dentro deles. Praticamente inexistem atividades coletivas nas propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário. A coletividade nos processos produtivos foi uma realidade dentro das propriedades, mas somente nos anos iniciais, os grupos foram perdendo o interesse por essa forma de produção por motivos diversos, especialmente pela dificuldade em obter consenso nas decisões dentro do grupo. Fato notado de forma mais nítida dentro do Alegre Fruta, onde os camponeses possuíam menores experiências em associações comunitárias e o grupo praticamente não se conhecia.

Nas propriedades em que os camponeses já possuíam experiências anteriores com o associativismo e já se conheciam, as atividades coletivas foram mais duradouras, porém, esse histórico não foi o suficiente para driblar os conflitos de interesse dentro das propriedades e para evitar a individualização dos lotes e das produções.

A grande maioria dos camponeses das 3 propriedades realizam serviços em outras áreas ou tem como fonte principal de renda benefícios previdenciários do governo. Observou-se que somente 4 mutuários da São Silvestre obtêm renda exclusivamente de atividades produtivas desenvolvidas nos lotes, no Condomínio Rural Jenipapo, somente 1 mutuário obtém renda diretamente e exclusivamente da produção na propriedade. No Alegre Fruta nenhum mutuário vive somente a partir das produções agrícolas. A dificuldade em obter renda o suficiente para a sobrevivência é o principal motivo de busca por meios alternativos para tal, como constatamos no Jenipapo a intensa comercialização de areia lavada para construção civil. Tal prática é realizada por 2 mutuários e por 1 família agregada.

As propriedades adquiridas a partir do Crédito Fundiário são mecanismos diretos do mercado de terras, visto que os camponeses adquirem as propriedades e após o pagamento total

do projeto os lotes podem ser comercializados, o que não raro acontece. Processo esse encontrado amplamente em duas das 3 experiências que analisamos.

Programas de reforma agrária onde o principal condutor é uma instituição financeira leva à crença de que o mercado tem condições políticas o suficiente para mediar e reduzir problemas e conflitos inerentes da Reforma Agrária. Observa-se que o mercado impõe as regras para a compra das propriedades, direciona todo o processo para o acesso das famílias às terras, contudo, é possível constatar que o mercado não se mostrou eficiente no sentido de tornar as áreas produtivas o suficiente para a plena sobrevivência dessas famílias. Muitas limitações, inclusive de ordem política, os mecanismos de mercado não foram capazes de resolver.

A execução do programa Crédito Fundiário necessita ser avaliada de forma profunda, porém, as avaliações que o Banco Mundial realizou e continua realizando é com base na condição e qualidade de vida do camponês. Tal procedimento é alvo de críticas por parte dos movimentos sociais, pois estes afirmam que as avaliações dos programas precisam ser realizadas a partir dos objetivos e metas dos mesmos. A centralidade é o cumprimento das metas e objetivos descritos no plano dos programas e nas condições que as instituições ofereceram para o cumprimento dessas. Compreende-se que são muitos os fatores que possibilitam que o beneficiário tenha ou não “melhorado de vida” ao longo dos anos e não exatamente essas melhorias têm relação direta com os programas por eles adquiridos. Um aspecto que pode ser um dos responsáveis por exemplo por tal fato é a conquista de aposentadorias e/ou programas assistencialistas. No caso do São Silvestre, a melhoria na qualidade de vida tem relações diretas com a atuação do grupo nas casas de farinha e nas suas participações na EXPOCRATO.

Os programas de Reforma Agrária baseados na desapropriação deveriam ser prioridade e não política complementar. Os programas de compra e venda deveriam ser complementares e em casos esporádicos, porém, o que se observa é que eles estão sendo desenvolvidos de forma prioritária. A esse respeito é preciso que se faça uma reflexão a respeito da posição do Banco Mundial enquanto órgão central dessa política. Dentro dos planos do Banco Mundial tais programas devem ter esse caráter complementar, porém, cabe refletir de que forma essa instituição atua dentro dos estados nacionais quando o caráter complementar é somente fictício. O Banco Mundial continua a executar financiamentos mesmo sendo comprovado tal fato? As avaliações do Banco Mundial são falhas para que o órgão não entre em contradição quanto às suas práticas e suas narrativas no caso da serem constatadas as falhas?

Cabe também direcionarmos questionamentos para o Estado, pois ele é o executor das políticas de compra e venda de terras para camponeses. De que forma o Estado tem buscado desenvolver ações concretas dentro das propriedades adquiridas pelo Crédito Fundiário que

possibilitem a obtenção de condições o suficiente para a sobrevivência dos camponeses? Como conceber que o Crédito Fundiário possibilita a desconcentração fundiária se ao longo dos anos vem ocorrendo diminuição nas áreas das propriedades adquiridas? São questionamentos que nosso estudo consegue apontar como relevantes para uma ampliação maior e mais profunda a respeito do Crédito Fundiário e que suas elucidações em muito contribuirão para melhores entendimentos a respeito da questão agrária.

O camponês adere ao Crédito Fundiário pois enxerga no programa a possibilidade de adquirir liberdade de trabalhar em suas terras e não mais se sujeitar às condições de exploração historicamente comuns no meio rural. Sua intenção principal não é a de construir riqueza e negócios, mas sim, ter o pedaço de chão onde possa reproduzir, junto com sua família, atividades agrícolas que são responsáveis pela sua sobrevivência, assim sendo, a promessa de ter terra de forma menos burocrática e acessível é atrativa para esse sujeito.

Se no passado o camponês não conseguia adquirir melhores condições de vida por ser cativo ao proprietário, atualmente, com a adesão ao Crédito Fundiário, a relação de sujeição permanece, não mais ao proprietário, mas sim às instituições financeiras.

O nosso entendimento é que a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário na forma como se coloca atualmente não possibilita a melhoria de vida e autonomia do campesinato. Concluimos que o programa utiliza de uma carência histórica do campesinato, que é a ausência da terra, para a propagação de um mecanismo que alimenta o mercado de terras e se mostra útil para o enriquecimento da classe dos proprietários ao mesmo tempo que para o camponês, em muitos casos, promove endividamento.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil. São Paulo, Ateliê, 2010.

ALBUQUERQUE, Valeria de Oliveira. **Reforma Agraria no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agraria**. Franca-SP: UNESP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/afb81879-dea8-48f1-b412-4ddb2714e20/content>. Acesso em 25 Fev. 2022

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. et al. **Programa Cédula da Terra: o caso do Ceará**. Fortaleza: ABRA, CPT, APR, FIAN-Brasil, MST e REDE Brasil [s.n.], 2002. 52p. In: OLIVEIRA, Alexandra Maria de. AGRÁRIA, São Paulo, nos 10/11, pp. 57-72, 2009.

_____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Fortaleza, 2005. 297p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará.

_____. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALENTEJANO, Paulo. **A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI**. 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf>. Acesso em: 19 Nov. 2023.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas. 1986.

ARRUDA, José Maria e PARENTE, Josênio (orgs.). **A era Jereissati**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Land policies for growth and poverty reduction**. Washington DC, 2003b. Disponível em: <https://documentos.bancomundial.org/es/publication/documents-reports/documentdetail/485171468309336484/land-policies-for-growth-and-poverty-reduction>. Acesso em: 26 de Jul. 2022

_____. **Project appraisal document to Brazil for land reform and poverty alleviation pilot project**. Washington DC: Report nº 16342-BR, 1997b

BARROS, Flávia (Org.). **Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção**. Brasília: Rede Brasil, 2001.

_____. **Bancando o desafio: para “inspecionar” o Painel de Inspeção do Banco Mundial**. p.15 – 34. In.: BARROS, Flávia (Org.). Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001.

BEZERRA, Israel Rodrigues. **A questão agrária no Ceará: posse e uso da terra nos assentamentos Califórnia e 13 de Maio em Quixadá/CE**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57605/3/2020_dis_irbezerra.pdf. Acesso em 11 mai. 2022

BRANDÃO, Wilson. **A Reforma Agrária Solidária no Ceará**. in: LEITE, Pedro Sisnando et al (orgs.). Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000. Acesso em: 09.02.2023. Disponível em: www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/publicações

BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. **Aprova o plano nacional de reforma agrária - PNRA, e, dá outras providências**. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 10 Out. 1985. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/514406/publicacao/15645805>. Acesso em: 08 de Mai. 2022

BRASIL. **Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências**. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 30 Nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em 11 Mai. 2022

BRASIL. **Manual De Operações Do Programa Nacional De Crédito Fundiário**. Secretária Especial Da Agricultura Familiar E Do Desenvolvimento Agrário - SEAD. Brasília:2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito/manuais-e-formularios/manual-de-operacoes-do-programa-nacional-de-credito-fundiario>. Acesso em 15 de Jun. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em 11 de Mai. 2022.

BRASIL. **Projeto Áridas-Nordeste: Uma Estratégia para Geração de Emprego e Renda**. Texto para discussão n. 387. 1995. IPEA. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0387.pdf. Acesso em 09 de Jun. 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2003. s/d. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/9_1.pdf. Acesso em: 20 Fev. 2022

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Águas para que(m):grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Editora CRV. Curitiba. 2016

_____. **A guerra como fundamento da formação territorial do Ceará**. Recife, 2023. Tese (doutorado em Geografia) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51317>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial**. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n.6, p. 45-60, jul./dez., 2007.

CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CATALÃO, Igor. **Socioespacial ou Sócio-espacial: Continuando o debate**. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p.39-62, jul./dez., 2011.

CEARÁ. GOVERNO DO ESTADO. **Manual de operação. Projeto São José – Combate à pobreza no interior do Ceará**. Fortaleza, 1987. 12p. Apud. Oliveira, A.M. Agrária.N. 10/11.São Paulo. 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. São Paulo: Person Prentice Hall. 2007.

CICOUREL, A. **Teoria e método em pesquisa de campo**. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org). *Desvendando Máscaras Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

CONTAG. **Programa Nacional De Crédito Fundiário: Um jeito de conquistar a terra para viver e produzir com liberdade e dignidade**. CONVÊNIO MDA 032/2008 (SICONV 700678/2008).Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_41696788_22022017101126.pdf. Acesso em 15 de Jun. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

COSME, Claudemir Martins. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará**. 292p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Relatório Dataluta Brasil – 2007. Presidente Prudente: NERA, 2008. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/>. Acesso em 06 Set. 2023

DEMO, Pedro. **“Demarcação Científica”**. In: _____. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995; pp. 16 - 40. (24 p.).

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

FAO/INCRA. **Avaliação do Projeto Cédula da Terra. Estado do Ceará**. Hernán Mora Corrales et al (Consultor Internacional). Fortaleza. 1998. Disponível em: r1.ufrrj.br. Acesso em: 05/04/2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reconceitualizando a reforma agrária**. Boletim Dataluta, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/boletim. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente**.

In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. GARCIA, Maria Franco.

VIANA, Pedro Costa Guedes (ORGs). A questão agrária no século XXI. Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2009.

FOX, Jonathan. **O Painel de Inspeção do Banco Mundial: lições dos primeiros cinco anos**. p.35 – 78. In: BARROS, Flávia (Org.). Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001.

GÓMEZ, Sérgio. América Latina: reformas agrárias no século XX. P.113 – 138. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Geografias comunitárias no Cariri Cearense: ética, capitalismo e trabalho**. Vitória: Cousa, 2022.

_____. (Org.) **Ensaio de Geografia agrária: materialidades e expressões dos conflitos territoriais**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE. 2023.

IDACE. **Em 2021, 8.062 agricultores familiares receberam o título definitivo da terra do Governo do Ceará**. 2003. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2022/02/08/em-2021-8-062-agricultores-familiares-receberam-o-titulo-definitivo-da-terra-do-governo-do-ceara/>. Acesso em 10.05.2023.

IDACE. **Governo do Ceará investirá R\$58,5 milhões até 2024 na Universalização da Regularização Fundiária**. 2022. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2022/04/11/governo-do-ceara-investira-r585-milhoes-ate-2024-na-universalizacao-da-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em 10.05.2023

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Nº07, Agosto de 2003. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4170>. Acesso em 30 Mar. 2023.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **As regiões de planejamento do estado do Ceará**. Texto para discussão número 111. 2015. Disponível em:

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 07 Abr. 2023

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Reformas estruturais e economia política dos recursos hídricos no Ceará. Texto para a discussão nº 7.**

Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_7.pdf. Acesso em: 30 Jun. 2023.

ISA – Instituto Socioambiental. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?** Instituto Socioambiental, 21 de jun. 2016. Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria> Acesso em: 15 Nov. 2023.

JUVENCIO, Sara Maria Spinosa. **Reforma agraria a luz das ações do Banco Mundial: a experiência do Projeto São José – ação fundiária no Ceará.** Jornada Internacional de políticas públicas. 2011. Acesso em: 09. 02.2023. Disponível

em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/REFORMA_AGRARIA_A_LUZ_DAS_ACOES_DO_BANCO_MUNDIAL.pdf

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Métodos Científicos.** In: Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003. Pp. 83 – 113. (30p.).

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Editora Hucitec. 1986.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto 2004.

_____. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____. **O sujeito oculto.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Reforma agrária. O impossível diálogo.** São Paulo: Edusp. 2000.

MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viamundo, 2004.

MARX, Karl. **O capital.** volume III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCHIO, J. **Ruralistas se dizem perseguidos e prometem mobilização contrária.** Folha de São Paulo, São Paulo, 13/04/05 Brasil, A-7. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16411&keyword=perseguidos%2CRuralistas&anchor=5330650&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=f285e6ca4ef2328ac2a41a0d14199e5b> Acesso em: 12.04.2023

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MEGALE, J. F. **Geografia Agrária – objeto e método**. Métodos em questão, n. 12, p. 1-30, 1976.

MENDES, João Márcio; SAUER, Sérgio. (Orgs). **Capturando a Terra**. São Paulo. Expressão Popular. 2006.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: USP, 2007. 500f.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. ; COSME, C. M. . **Os governos federais do PSDB e PT, a luta pela terra e os assentamentos rurais no Brasil**. In: Fabiano Coelho;Rodrigo Simão Camacho. (Org.). O Campo no Brasil Contemporâneo: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas) Vol. II. 1ed.Curitiba: CRV, 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, capitalismo e meio ambiente**. 2000. (Tese de Livre Docência em Geografia Humana) – FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

MST. **Manifesto da Terra e da Água**. In: o Brasil precisa de Reforma Agrária – as propostas dos movimentos sociais e as ‘promessas do governo Lula’. São Paulo: Caderno de Formação n. 36. MST, março 2005. p.69

NETO, Manuel Domingos. O “Novo Mundo Rural”. P.27 – 39. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no mundo**. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2014.

_____. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. **Crédito fundiário e mercado de terras: contrarreforma agrária do Banco Mundial no Ceará - Brasil**. AGRÁRIA, São Paulo, nos 10/11, pp. 57-72, 2009. <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/153/153/298>. Acesso em: 30 mai. 2022.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790 - 1850)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2003.

_____. **Ocupação e conquista dos Altos Sertões da Capitania do Ceará: Os cariris Novos**. In: SILVA, Amanda Teixeira da. (Org.). *Novas histórias do Cariri*. Editora CRV. Curitiba. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: 15 (43), 2001. pp. 185 - 206. Apud Oliveira(2009).

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 30 de Mai. 2023

_____. **Os números da Reforma Agrária do Governo Lula**. Repórter Brasil 27/02/07. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/02/os-numeros-da-reforma-agraria-do-governo-lula/>. Acesso em: 23 Out. 2023.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA**. Observatório Geográfico da América Latina. 2013.

PANZUTTI, N; MONTEIRO, A. V. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**. Cadernos Ceru v. 25, n. 2, 06, 2015.

PEREIRA, J. M. M. **A política agrária do Banco Mundial em questão**. Scielo. Estud. av. 20 (57). 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/ea/a/DyfTTpC5Gfn935kR57mFf4S/?lang=pt. Acesso em: 30 mai. 2022

_____. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado) CPDA, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: mst.org.br/download/mestrado-o-modelo-de-reforma-agraria-de-mercado-do-banco-mundial-em-questao-o-debate-internacional-e-o-caso-brasileiro/. Acesso em: 30 mai. 2022

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, Sérgio. **História e Legado da Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. In: MENDES, João Márcio; SAUER, Sérgio. (Orgs). *Capturando a Terra*. São Paulo. Expressão Popular. 2006.

PEREIRA, Sebastião Félix. **Assentamentos rurais no Ceará e os dilemas da emancipação**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós Graduação em Geografia. Fortaleza. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36690/3/2018_dis_sfperreira.pdf. Acesso em: 26 de Jul. 2022.

PIANCÓ, Ana Roberta. **Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril**. Monografia de Especialização em Geografia. Fortaleza, UECE, 1993

PIANCÓ, A. R. D.; NOBRE, F. W.; BRITO, A. C. R. **Questão agrária e as lutas camponesas no Cariri cearense**. Anais VIII SINGA. ISSN: 1980-4555. Curitiba. 2017.

Disponível em: singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506. Acesso em: 28 de jun. 2022

PRADO, Caio Jr. **A questão agrária no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. 46a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: Acessado em: 04 mai. 2022.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **A História vista de baixo: terra, trabalho e conflitos no século XIX**. In: SILVA, Amanda Teixeira da. (Org.). *Novas histórias do Cariri*. Editora CRV. Curitiba. 2019.

_____. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

REZENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. **A contra-reforma agrária no Brasil**. P.75-82. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.

ROSSET, Peter. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. p.16-26. in: MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

ROUSSEFF, Dilma. **Proposta de governo. Eleições 2010**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pr/propostas-dilma-atualizado.pdf> . Acesso em: 12 Nov. 2023.

ROUSSEFF, Dilma. **Proposta de governo. Um novo ciclo de mudanças. Eleições 2014**. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/05/DIRETRIZES-PROGRAMA-DE-GOVERNO-DILMA-PRESIDENTE-20141.pdf> . Acesso em: 12 Nov. 2023.

SAMPAIO, José Levi Furtado (et al.). **Espaços, natureza e resistências camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SAMPAIO, Plínio Arruda. **Proposta do II PNRA – Sumário**. Brasília, 2003. (versão não publicada). Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-01/arquivos/anexo_compl_6.pdf. Acesso em: 03 Abr. de 2023.

SANTOS, Claudinei Lucio; SILVA, Alex Sandro Possamai da. **Planos nacionais de reforma agrária: uma leitura a partir dos movimentos sociais**. Revista Movimentação, Dourados, MS, V.7, nº.13, jul./dez. 2020 - ISSN 2358-9205. Disponível em: [eduufgd,+Artigo+alterado.pdf](#). Acesso em 24 Mar. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SAUER, Sérgio. **Conflitos agrários no Brasil**. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão dos conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainaim (coord.) et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p.231-265.

_____. **A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”**. P.40 – 60. In: MARTINS, Mônica Dias (Org.). O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SILVA, Armando Corrêa da. **Notas sobre o método científico e a observação em geografia**. Métodos em Questão n.º 2 Instituto de Geografia da FFCHL/USP. 1971.

SILVA, H. M. D. da; BRITO, A. C. R.. **A Reforma Agrária de Mercado no Cariri cearense: uma análise comparativa entre experiências de produção familiar camponesa**. Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul. v. 1. n. 2. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/viewFile/246230/36785>. Acesso em: 07 de Jul. 2022.

SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril – Passado e Presente na Luta por Terra no Cariri Cearense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. V. 08. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980**. V. 02. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946 – 2003**. V. 03. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SOBREIRO FILHO, J. **Ocupações de terra no brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Setembro de 2011.** Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/18664/1/Microsoft%20Word%20-%20ARTIGO_SOBREIRO.pdf. Acesso em 20 Fev. 2023

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VECINA, Cecília Cruz. **O II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula: uma análise para além do aparente.** Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. ISSN 1983-487x. Uberlândia, MG, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1367_1.pdf. Acesso em 20 Fev. 2023.

WEISS, Carol H. **Evaluation: methods for studying programs and policies.** New Jersey: Prentice Hall, 1998.

WOLFF, Luciano; SAUER, Sérgio. **O Painel de Inspeção e o caso do Cédula da Terra.** P.159-198. In: BARROS, Flávia (Org.). Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negueia (o campesinato como ordem moral).** In: Anuário Antropológico. Nº 87. Brasília: Editora UNB/Tempo Brasileiro, 1993.

Programa Vida Digna no Campo. 2002. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/17-vidadignanocampo.pdf> . Acesso em: 24.03.2023

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A EMATERCE.

QUESTIONÁRIO PARA A EMATERCE

1. No município de Crato, existem quantos assentamentos (de todas as modalidades, pelo INCRA, estadual, etc.), qual a modalidade e qual o ano de criação deles?
2. Quantos são, qual a área, qual o valor, quantas famílias foram beneficiadas em cada um dos projetos assessorados pela EMATERCE?
3. De que forma ocorre a adesão das famílias aos projetos de assentamentos assessorados pelo órgão? A EMATERCE vai em busca das comunidades ou as comunidades buscam a instituição para a assessoria?
4. A EMATERCE faz o intermédio com a instituição financeira? De que forma isso ocorre?
5. Quais são as etapas percorridas desde a escolha dos agricultores até a compra da propriedade? Como a EMATERCE atua nesse processo?
6. A EMATERCE realiza capacitações com o grupo todo ou somente com os presidentes das associações?
7. Existe algum treinamento ou capacitação com os agricultores sobre associativismo ou sobre trabalho coletivo?
8. Quando o projeto é consolidado, caso o grupo não consiga efetuar o pagamento, o que acontece com a propriedade e com os associados?
9. Existe uma agenda de atividades específicas voltadas para os assentamentos quando estes já estão consolidados ou as atividades só ocorrem até a compra ser concluída?
10. Já existiu algum projeto que a EMATERCE não aprovou?
11. Todos os projetos do crédito fundiário assessorados pela EMATERCE conseguiram quitar a dívida?
12. Quando os assentamentos tem algum problema nas produções, como a EMATERCE atua? Existe alguma medida de ação em situações emergenciais?
13. Nos assentamentos do crédito fundiário, podem existir casos de desistência e inclusão de famílias quando a propriedade já estiver comprada e as atividades já estiverem em andamento? De que forma isso ocorre? A família que desistir é dispensada da dívida?
14. Atualmente existem quantos projetos em processo de aprovação/compra no município de Crato?

2. ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM O INSTITUTO FLOR DO PIQUI

QUESTIONÁRIO PARA INSTITUTO FLOR DO PIQUI

1. No município de Crato, existem quantos assentamentos (de todas as modalidades, pelo INCRA, estadual, etc.), qual a modalidade e qual o ano de criação deles?
2. Quantos são, qual a área, qual o valor, quantas famílias foram beneficiadas em cada um dos projetos assessorados pelo Flor do Piqui?
3. De que forma ocorre a adesão das famílias aos projetos de assentamentos assessorados pelo instituto? O instituto vai em busca das comunidades ou as comunidades buscam o instituto para a assessoria?
4. Qual a forma de atuação do Instituto Flor do Piqui junto ao Crédito Fundiário? O instituto faz o intermédio com a instituição financeira? De que forma isso ocorre?
5. Quais são as etapas percorridas desde a escolha dos agricultores até a compra da propriedade? Como o Flor do Piqui atua nesse processo?
6. O instituto realiza capacitações com o grupo todo ou somente com os presidentes das associações?
7. Existe algum treinamento ou capacitação com os agricultores sobre associativismo ou sobre trabalho coletivo?
8. Quando o projeto é consolidado, caso o grupo não consiga efetuar o pagamento, o que acontece com a propriedade e com os associados?
9. Existe uma agenda de atividades específicas voltadas para os assentamentos quando estes já estão consolidados ou as atividades só ocorrem até a compra ser concluída?
10. Já existiu algum projeto que o Flor do Piqui não aprovou?
11. Todos os projetos do crédito fundiário assessorados pelo Instituto Flor do Piqui conseguiram quitar a dívida?
12. Quando os assentamentos tem algum problema nas produções, como o Instituto Flor do Piqui atua? Existe alguma medida de ação em situações emergenciais?
13. Nos assentamentos do crédito fundiário, podem existir casos de desistência e inclusão de famílias quando a propriedade já estiver comprada e as atividades já estiverem em andamento? De que forma isso ocorre? A família que desistir é dispensada da dívida?
14. Atualmente existem quantos projetos em processo de aprovação/compra no município de Crato?

3. ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS CAMPONESES

QUESTIONÁRIO

1. Quantas pessoas moram na casa?
2. Qual a faixa de renda familiar?
 - a) até um salário mínimo b) mais de 1 até 2 salários mínimos. c) mais de 2 até 3 salários mínimos. d) de 3 a 5 salários mínimos. e) mais de 5 salários mínimos
3. Qual a principal fonte de renda da família? a) Agricultura b) Comércio c) Indústria d) Serviço público e) Prestador de serviços f) Outros _____
4. Quais as motivações para aderir ao programa de crédito fundiário?
5. Como foi a adesão ao programa?
6. O grupo teve dificuldade para formar a associação para aquisição do assentamento?
7. Que atividades econômicas desenvolviam antes do assentamento? Onde desenvolvia a produção (caso a atividade anterior tenha sido agricultura)?
8. Já tinha vínculo com alguma associação?
9. Possuía casa própria e área própria de produção?
10. Quais produtos você e sua família cultivam?
11. Os produtos são comercializados?
12. Onde são comercializados?
13. De que forma são levados para a comercialização?
14. No assentamento desenvolvem-se atividades comunitárias?
15. Como foi definida a área de produção?
16. Já precisou de assistência técnica?
17. Já obteve assistência técnica quando precisou?
18. De que forma é solicitado a assistência técnica?
19. A associação continua mobilizada/atuante?
20. Tiveram dificuldade para efetuar o pagamento do programa?
21. Considera o programa (Crédito fundiário) importante? Por quê?
22. Que sugestões daria para o programa ser desenvolvido de forma mais interessante?
23. De que forma sua vida mudou após a adesão ao programa?
24. E como está a vida hoje? Quais os desafios? Quais os principais problemas do assentamento e do lote onde vive?

25. Como você se identifica? (camponês, agricultor, assentado).

26. Antes de entrar para a associação para a aquisição do assentamento, participou de algum movimento de luta pela terra?

ANEXO A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA RESPONDIDA PELA EMATERCE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NÍVEL: MESTRADO

NOME DA PESQUISADORA: HILDA MARIA DANIEL DA SILVA

ORIENTADOR: DR. MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR

TÍTULO DO TRABALHO: REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO MUNICÍPIO DE CRATO - CE, UM ESTUDO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO

JUSTIFICATIVA: Os projetos de Reforma Agrária de Mercado (RAM) compõem uma lógica relativamente recente na dinâmica territorial do município de Crato, por isso escolhemos esse tema para nossos estudos dentro da UFPB. Para a produção de nossa pesquisa buscamos dialogar com todos os órgãos que atuam no desenvolvimento desses programas, a fim de produzirmos trabalhos com o maior rigor científico possível, com dados oficiais, informações aprofundadas dos órgãos, para que tenhamos resultados que melhor expliquem a nossa realidade, pois nossa atuação busca dar retorno para a sociedade como um todo, produzindo documentos e trabalhos científicos que ajudem na compreensão dos territórios em questão.

QUESTIONÁRIO PARA A EMATERCE

1. No município de Crato, existem quantos assentamentos (de todas as modalidades, pelo INCRA, estadual, etc.), qual a modalidade e qual o ano de criação deles?

Assentamentos: 10 de Abril (INCRA), Ano: 1991 com 47 famílias, Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, A área total do assentamento compõe 1.267,02 hectares formados pela junção das propriedades Carnaúba dos Gerais e Gerais.

Malhada: Plano Nacional de Crédito Fundiário-PNCR, Ano:....., 10 famílias

Jenipapo: Plano Nacional de Crédito Fundiário-PNCR, Ano: 2008. 12 famílias

Fazenda São Silvestre: Crédito Fundiário. Ano: 2003. Constituído por 18 famílias.

Área: 278 hectares.

Alegre Fruta: Plano Nacional de Crédito Fundiário-PNCR, Ano: 2004. Constituído por 09 famílias. E outros assentamentos individualizados, não assistidos pela EMATERCE.

2. Quantos são, qual a área, qual o valor, quantas famílias foram beneficiadas em cada um dos projetos assessorados pela EMATERCE?

Por serem projetos antigos, não dispomos de valores financiados no momento.

3. De que forma ocorre a adesão das famílias aos projetos de assentamentos assessorados pelo órgão? A EMATERCE vai em busca das comunidades ou as comunidades buscam a instituição para a assessoria?

Existem as duas formas de contatos: a empresa que sensibiliza agricultores e agricultores que procuram a empresa.

4. A EMATERCE faz o intermédio com a instituição financeira? De que forma isso ocorre?

Não existe intermediação com os agentes financeiros. Eles são determinados pela política nacional de crédito fundiário.

5. Quais são as etapas percorridas desde a escolha dos agricultores até a compra da propriedade? Como a EMATERCE atua nesse processo?

Reunião de sensibilização, visita às unidades produtivas, seleção de critérios, envio ao INCRA para análise de preços e viabilidade, entrega da documentação e finalmente a aprovação ou não da aquisição do imóvel.

6. A EMATERCE realiza capacitações com o grupo todo ou somente com os presidentes das associações?

Existem capacitações com todo o grupo envolvido.

7. Existe algum treinamento ou capacitação com os agricultores sobre associativismo ou sobre trabalho coletivo?

SIM.

8. Quando o projeto é consolidado, caso o grupo não consiga efetuar o pagamento, o que acontece com a propriedade e com os associados?

Casos de inadimplência pode acarretar a perda do bônus de pagamento. Nos casos acima, não houve nenhuma incidência negativa.

9. Existe uma agenda de atividades específicas voltadas para os assentamentos quando estes já estão consolidados ou as atividades só ocorrem até a compra ser concluída?

Existe atividades específicas para consolidação das atividades e treinamentos e orientações técnicas/reuniões para engajamento do público beneficiário e sustentabilidade dos projetos.

10. Já existiu algum projeto que a EMATERCE não aprovou?

NÃO.

11. Todos os projetos do crédito fundiário assessorados pela EMATERCE conseguiram quitar a dívida?

SIM.

12. Quando os assentamentos tem algum problema nas produções, como a EMATERCE atua? Existe alguma medida de ação em situações emergenciais?

Informa aos agentes financeiros e áreas do crédito fundiário para a justificativa das causas.

13. Nos assentamentos do crédito fundiário, podem existir casos de desistência e inclusão de famílias quando a propriedade já estiver comprada e as atividades já estiverem em andamento? De que forma isso ocorre? A família que desistir é dispensada da dívida?

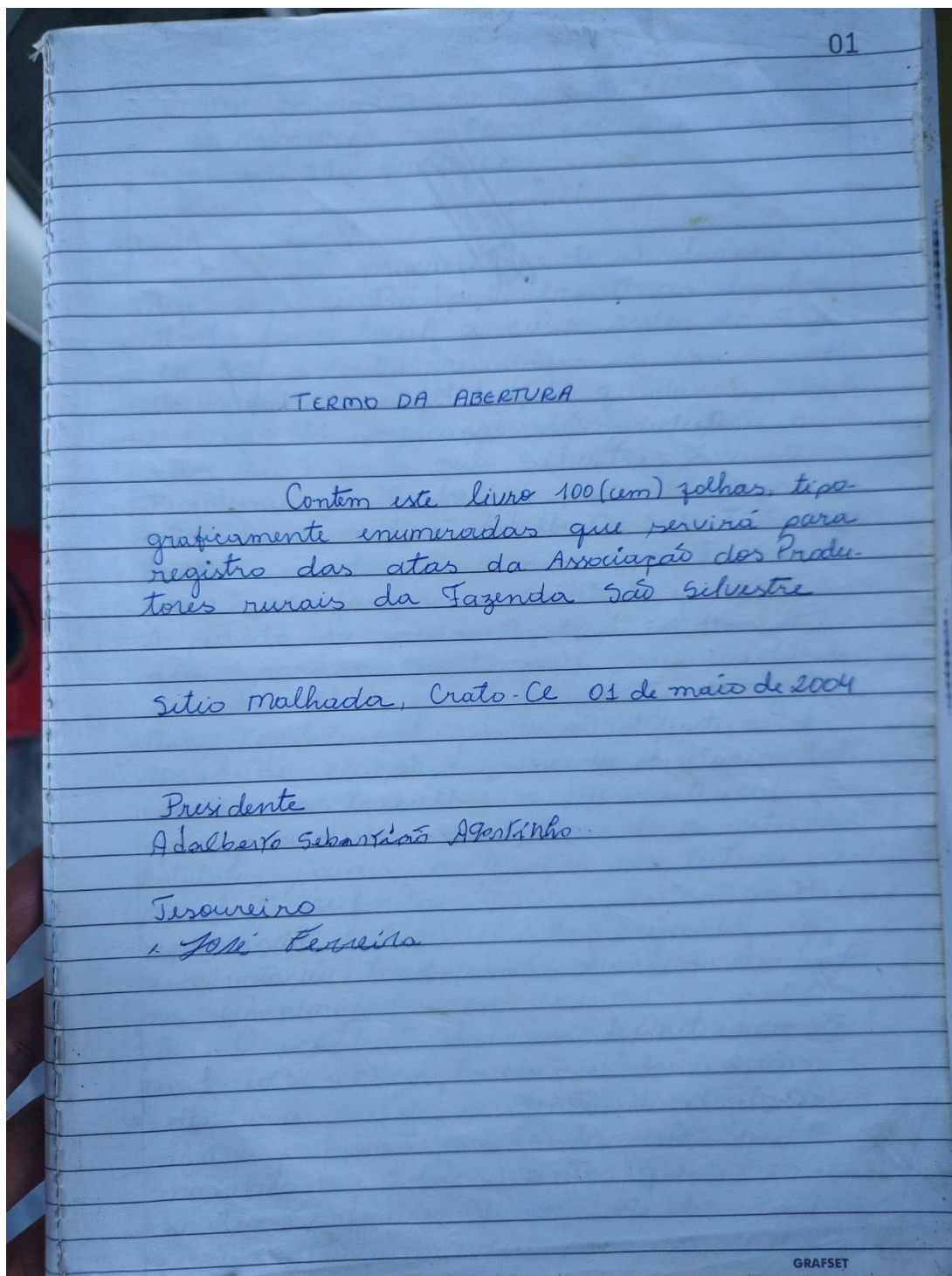
SIM.

Com a comprovação da família desistente e informação da nova família, através de documentação específica para o caso. Além de produção de Ata e assinatura de todos os membros.

14. Atualmente existem quantos projetos em processo de aprovação/compra no município de Crato?

Através da EMATERCE Crato não existe nenhuma demanda. Houve mudanças no atendimento ao crédito fundiário que ainda serão trabalhadas.

ANEXO B – ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA FAZENDA SÃO SILVESTRE



ANEXO C – ATA DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO CONDOMÍNIO RURAL SÍTIO JENIPAPO

1

ATA DA REUNIÃO DE CRIAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE CONDOMÍNIO RURAL DO SÍTIO JENIPAPO, AOS QUATROZES (14) DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E UM (2.001) ÀS DOZE E TRINTA (12:30) HORAS, TENDO COMO LOCAL O GRUPO ESCOLAR PEDRO NUNES DE SOUSA, NO MOMENTO FOI FEITO A ABERTURA COM O PAI NOSSO. APÓS FOI LIDO O TERMO DE ABERTURA DO LIVRO COM A FINALIDADE DE CRIAR UMA ASSOCIAÇÃO DE CONDOMÍNIO RURAL DO SÍTIO JENIPAPO, QUE CONTAMOS COM A PRESENÇA DE DEZENOVE (19) CONDOMÍNIOS, NESTE MOMENTO FOI ELEITO POR ACLAMAÇÃO A DIRETORIA QUE FICOU ASSIM CONSTITUÍDOS: PRESIDENTE JOÃO MALLOS FERREIRA: SECRETÁRIO (a) TÂNIA MARIA DA SILVA FERREIRA: TESOUREIRO RAIMUNDO COELHO DA SILVA: CONSELHO CONSULTIVO: 1º JOÃO SIMÃO DOS SANTOS: 2º JOSÉ MARAQUINHAS PALMEIRA: 3º CICERO ANTONIO DE OLIVEIRA, APÓS FALAMOS SOBRE O MANDATO DA DIRETORIA, FICANDO DECIDIDO QUE A DIRETORIA TEM O MANDATO DE UM (01) ANO, COM O DIREITO A REELEIÇÃO. DEBATIMOS TAMBÉM QUE ASSOCIAÇÃO VAI SE REUNIR MENSALMENTE NOS SEGUNDO DOMÍNIOS DE CADA MESES, ÀS OITO (8:00) HORAS DA MANHÃ. TAMBÉM FOI CRIADO UMA TAIXA DE MENSALIDADE NO VALOR DE UM (1,00) REAL. COMO NÃO HAVIA MAIS NADA A TRATAR ORDE NA QUAL EU TÂNIA MARIA DA SILVA FERREIRA LAUREI E RECEBER A PRESENTE ATA QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA SERÁ ASSINADA PORQUEM DE DIREITO.

João Mallos Ferreira
Tânia Maria da Silva Ferreira
João Simão dos Santos
Raimundo Coelho da Silva
José Maraquinhas Palmeiras

CARTÓRIO DO
Registrado no Livro
Fls. CRATO.
Ass. TO
Lido e
Ass. TO
Válido

(100x) LIVRO DE ATAS - 50 FOLHAS - Cód. 12.056 - CAPA: PAPELÃO 1.040 g/m² REVESTIDO EM PAPEL KRAFT 110 g/m² - FOLHAS INTERNAS: PAPEL APEX 100 g/m² 56 g/m² FORMATO: 206 x 300 mm

Agn. Antonio do M. L. Silva
 Damiano Wilson da Silva
 Francisco Laurindo da Silva
 Cicero Cardoso dos Silva
 João dos Carmos das Silva
 Antônio José Bernardino da Silva
 Raimundo Coelho da Silva Filho
 Maria dos Carmos Lopes da Silva
 Antonio Rosa da Silva
 Francisco Luiz Gonçalves Ferreira
 Cicero Alves da Silva
 Cicero da Silva
 João Bosco (Antônio) da Silva

SELO DE AUTENTICIDADE
 OFÍCIO DO 3º OFÍCIO
 Registro do Livro 1.ª 69
 1921 28 2001
 AB 945174
 ALBERTO FULCO - nota v.
 (X) LUCIA FULCO - substituta
 () JOSELIA MOURA MATOS - escrevente
 Válido somente com o selo de autenticidade
 EMOLUMENTOS
 Valor do Atto R\$ 1349
 Valor do I.T.U. R\$ 200
 Valor do A.C.M. R\$ 0,10
 Nº do Selo 945174

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
 Registro de Títulos e Valores
 ALBERTO FULCO - nota v.
 LUCIA FULCO - substituta
 JOSELIA MOURA MATOS - escrevente
 Rua Senador Pompeu, 170 - Fone: 524-2228
 CRATO - CEARÁ

ATA DA REUNIÃO DO CONDOMÍNIO INURBADO RURAL
 DO SÍTIO JENIPAPO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE
 ABRIL DE DOIS MIL E UM. TENDO COMO LOCAL
 O BRUNO ESCOLA PEDRO NUNES DE SOUSA, ÀS
 DITO HORAS DA MANHÃ. INICIAMOS A REUNIÃO
 COM UM PAI NOSSO, APÓS FOI FEITA A LEITURA
 DA ATA DO MÊS DE JULHO. NESTE MOMENTO
 FOI LIDO E DEBATIDO O CONTRATO DO MORADOR
 QUE TEM O TERRENO. FALAMOS E DEBATA-
 MOS SOBRE UMA VIAGEM, PARA MAIORIA,

ANEXO D – ESCRITURA DO CONDOMÍNIO RURAL SÍTIO JENIPAPO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO E PRIMEIRA CONVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CONDOMÍNIO RURAL SÍTIO JENIPAPO, PARA EXPLORAÇÃO DE TERRAS IRRIGADAS.

As partes adiante, identificadas, tem entre si justo e acordado como **OUTORGANTES** e reciprocamente **OUTORGADOS CONVENIENTES**, celebrar o Presente negócio jurídico de constituição da Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo, com o objetivo de produzir culturas irrigadas, mediante cláusulas, condições e estipulações mutuamente outorgadas e aceitas, a começar pela identificação e qualificação dessas mesmas partes, a saber: **João Maltos Ferreira**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado no Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 47341246391, RG 1951361/90 SSPCE; **João Bosco Santos Silva**, brasileiro, solteiro, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 630783843-49, RG 97029078230; **Jose Malaquias Palmeira**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado no Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 326695693-15, RG 343292-82; **Cícero Alves da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado no Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador da RG 97029078930 SSPCE; **Raimundo Coelho da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado no Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 326695853-53, RG 1365066SSPCE; **Francisco Laurentino da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 485395383-34, RG 878552/85; **João Bosco Martins da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador da RG 3927153/90 SSPCE; **Damião Coelho da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador da RG 2001034055630 SSPCE; **Cícero Cardoso da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado no Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador da RG 2213211/92 SSPCE; **Raimundo Coelho da Silva Filho**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 211976391, RG 214837-81 SSPCE; **João Simão dos Santos**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 209868313-81, RG 556524 SSPCE; **Cícero Antonio de Oliveira**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 349135803-53, RG 1497189-88SSPCE; **Antônio Bernardo da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 872464573-72, RG 98029003718; **Tânia Maria da Silva Ferreira**, brasileira, solteira, produtora rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portadora do CPF 916311733-91, RG 99029307979 SSPCE; **Maria do Socorro Lopes da Silva**, brasileira, casada, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 919770293-53 RG 1767667-89 SSPCE; **Antonio Rosa da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador do CPF 981911363-68, RG 2856909-94; **Cícero da Silva**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador de: CPF 897342113-15, RG 99029241730 SSPCE; **Francisco Luis Gonçalves Ferreira**, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado Sítio Jenipapo - Distrito Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, portador de: CPF 545583063-68, RG 1025759 SSPCE.

DA CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO

O Terreno medindo uma área de 70,9 há, localizado no Sítio Malhada, Distrito de Ponta da Serra, Município de Crato, Estado do Ceará, que será financiada pelo BANCO DA TERRA para Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo, que entre as partes retro identificadas ficam ajustados o seguinte acordo mútuo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os 70,9 (setenta vírgula nove) hectares do imóvel acima referido, ficam destinados à exploração de culturas irrigadas, e serão divididos em 18 (dezoito) unidades

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
Registrado no Livro **1 A**
Fls. **168** e **115** Nº **68**
Certo **07/08/2001**
Assinatura de Alberto Figueiredo
ALBERTO FIGUEIREDO - Notário
LUÍZA FULCO DE F. MARTINS - Substituta
JOSELIA MOURA MATOS - Escrivã

EMOLUMENTOS
Valor do I.T.B.T. RS. **34,5**
Valor do REGISTRO RS. **2,00**
Valor do A.C.M. RS. **0,10**
Nº do Selo **4514**

autônomas que serão numeradas de 1 a 18 e terão 3 (três) hectares cada uma, somadas à reserva ambiental de 16,9 (dezesseis vírgula nove) há.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Associação Condomínio Rural Sítio Jenipapo, acima referida, tem por objetivo a exploração de culturas mediante o sistema de irrigação, sob a responsabilidade e ônus exclusivos de todos **OUTORGANTES** e reciprocamente **OUTORGADOS CONVENIENTES**, ressalvado o disposto no parágrafo segundo desta cláusula e pertencerá a todos eles, outorgantes e reciprocamente **OUTORGADOS CONVENIENTES**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cada unidade autônoma, pertencente aos associados do Condomínio, terá as seguintes áreas para irrigação.

Lote	Condômino	Área (ha)
01	João Maltos Ferreira	3
02	Tânia Maria da Silva Ferreira	3
03	João Bosco Santo Silva	3
04	José Malaquias Palmeiras	3
05	Cícero Alves da Silva	3
06	Damião Coelho da Silva	3
07	João Simão dos Santos	3
08	Cícero Antonio de Oliveira	3
09	Maria do Socorro Lopes da Silva	3
10	Antonio Rosa da Silva	3
11	Cícero da Silva	3
12	Antonio Bernardo da Silva	3
13	Raimundo Coelho da Silva Filho	3
14	Cícero Cardoso da Silva	3
15	Francisco Laurentino da Silva	3
16	João Bosco Martins da Silva	3
17	Francisco Luis Gonçalves Ferreira	3
18	Raimundo Coelho da Silva	3
	Reserva Ambiental	16.9
	Total	70.9

PARÁGRAFO TERCEIRO: A área comum da reserva ambiental de 16.9 (dezesseis vírgula nove) há da Associação do Condomínio Rural destina-se exclusivamente ao uso comum, como construção de obras, eletrificação, galpão de máquinas e equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO: Aos associados do condomínio se obrigam a implantar o projeto em cada lote, e seguir as orientações técnicas a serem administradas em regime de condomínio de irrigação, na forma do projeto específico, a ser aprovado pelo agente financeiro financiador do empreendimento com supervisão e assistência do Engenheiro Agrônomo e dos técnicos agrícolas designados. Da mesma forma são obrigações dos associados do condomínio:

- Não fracionar sua área irrigada, para outras finalidades durante a vigência do financiamento que vier a ser concedido para a implantação do projeto;
- Contribuir para as despesas comuns, na proporção de sua área irrigada;
- Observar as orientações técnicas do Agrônomo e dos Técnicos Agrícolas na implantação e condução das lavouras irrigadas;
- Concordar com os critérios de utilização das máquinas e distribuição das águas dos poços artesianos estabelecidos pela assistência técnica.

CLAUSULA SEGUNDA: A associação do condomínio será constituída pela propriedade indivisível e pelos bens pertencentes em comum pelos condôminos e inalienáveis, quais sejam, poços artesianos,

CARTÓRIA CARTÓRIO Nº 034 OFÍCIO
 CRATO - CE
 Registro de Títulos e Documentos
 Certificado que nesta data foi lavrado o livro
 de nº 12
 LÚCIA FULCO, DENTISTAS MARYNS
 da Lei de Registro de Documentos, Lei Nº 8.934/84
 JOSÉLIA MOURA MATOS
 ESCRIVENTE
 Rua Senador Pompeu, 170 - Fone: 521-2224
 Oficial do Registro de Títulos e Documentos CRATO

[illegible]

João Milton Ferreira
CICERO DA SILVA
Cicero da Silva

João Bosco Santos Silva
João Bosco Santos Silva

Francisco Luis Gonçalves Ferreira
Francisco Luis Gonçalves Ferreira

Raimundo Coelho da Silva
Raimundo Coelho da Silva

Reconheço a(s) Firma(s) *João Milton Ferreira*
João Bosco Santos Silva
Francisco Luis Gonçalves Ferreira
Raimundo Coelho da Silva
em *08* de *AGO* de *2001*
do *10*
do *10*
Em Testamento *10* da Verdade.

☒ Alberto Figueiredo - 1º Tabelião
☒ Lucia Fulco de Figueiredo Martins - Substituta
☒ Josélia Moura Matos - Escrevente

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
Registro de Títulos e Documentos
ALBERTO FIGUEIREDO
NOTÁRIO
LUCIA FULCO DE FIGUEIREDO MARTINS
SUBSTITUTA
JOSÉLIA MOURA MATOS
ESCREVENTE
Rua Senador Pompeu, 170 - Fone: 521-2226
CRATO - CEARÁ

EMOLUMENTOS
Valor do At. *1345*
Valor do P. *200*
Valor do A. G. *0,12*
Nº do Selo *945779*